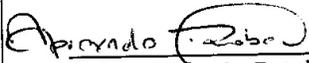




**Igreja Presbiteriana
do Brasil**

PROCOLO Nº XV171


Rev. Roberto Brasileiro
Presidente do SC/IPB

Data: 20/03/2006

RELATÓRIO DA SUB-COMISSÃO: VII

Quanto ao documento 095

**Ementa: Relatório do representante da IPB junto à Missão caiuíá;
Relatório da Missão caiuíá; documento do Conselho da igreja
Evangélica Indígena; Sugestão de nomes para representantes da IPB
junto á Missão Caiuíá**

A CE-SC-IPB 2006 RESOLVE

1} – Aprovar o relatório do representante da IPB junto à Missão Caiuíá –
Rev. Daniel Fogaça.

Fazer os seguintes destaques:

- a- Reconhecer com gratidão a Deus o esforço do representante em viagens mensais de carro de São Paulo a Dourados, total de 2.040 quilômetros em detrimento de suas atividades pastorais junto á sua igreja.

- b- A considerável melhora financeira da Missão Caiuá que em 2003/2004 amargou ~~perda~~ ^{DEFICIT} financeiro e em 2005 as contas foram equilibradas e apresenta um superávit financeiro.
- c- A descentralização administrativa, aliviando o trabalho que era feito todo pelo diretor. Criou-se diretorias específicas em que Obreiros já contratados pela Missão trabalham com vistas à otimização das atividades da Missão.
- 2)- Aprovar o relatório da Missão Evangélica Caiuá, com os seguintes destaques:
- a- Os números relevantes da Missão: -06 escolas no território da Missão em parceria com as prefeituras municipais; 02 novas igrejas plantadas nos campos avançados; dois novos templos construídos; a formatura de 04 Índios no Instituto Bíblico da Missão, sendo que um deles assumiu a direção do Instituto Bíblico; 22 Obreiros Índios mantidos, sendo que 09 deles são mantidos com a verba enviada pela IPB.
- b- As ações especiais da Missão Caiuá na área da saúde – Manutenção de Hospital Indígena Porta da Esperança – Único especializado em saúde indígena no Brasil.
- c- As atividades de evangelização que já redundaram na abertura e funcionamento pleno de 23 igrejas nas aldeias, sendo que 14 são na Sede.
- d- O destaque especial sobre as auditorias ^{PUBLICAS} realizadas em todas as entidades da região, inclusive na Missão Caiuá, que foi constatado estar rigorosamente em ordem.

e- Louvar a Deus pelo fato de que em meio às denúncias e crises envolvendo a população indígena e os que a assistem, a Missão Caiuá foi citada positivamente na Mídia em geral e na Mídia ~~em particular~~ local.

3)- Quanto aos anexos a CE-SC resolve:

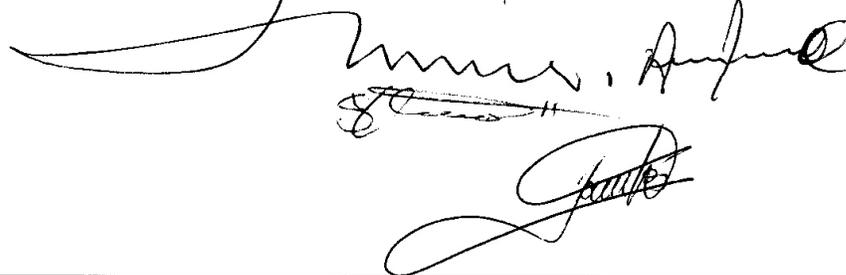
Anexo 1 – relatório do Trabalho para apoio “A Missão Caiuá no Rio de Janeiro – Recebe-se, registra-se a gratidão da IPB às irmãs e suas igrejas envolvidas, bem como ao Rev. Evandro Montenegro que lidera o grupo nas caravanas, por todo o apoio dado à Missão Evangélica Caiuá,

Anexo 2 – Recondução dos atuais representantes da IPB junto à Missão Caiuá – Tomar conhecimento e encaminhar para a reunião ordinária do Supremo Concílio.

Anexo 3 – Organização da Igreja evangélica Indígena e Ordenação de Pastores Indígenas – Tomar conhecimento. ~~Encaminhar para a reunião ordinária do Supremo Concílio para consideração.~~

4)- A CE-SC aprova os relatórios acima com voto de apreciação pelo excelente trabalho realizado pelo representante da IPB junto à Missão Caiuá e por seu diretor e toda a equipe.

Sala das Sessões, 22/Março de 2006





Missão Evangélica Caiuá

Estrada Dourados Itaporã, Km 2, CEP 79804-9700
Dourados – Mato Grosso do Sul
Fone (067) 421-4197

SP., março de 2006

Aos MD

Membros da CE/SC

- Assuntos:**
- 1) Organização da Igreja Evangélica Indígena
 - 2) Ordenação de Pastores Indígenas

“...A seara, na verdade, é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara.”
Mt. 9. 37-38

Dourados – MS
2005

Preclaros irmãos,

Uma vez que, estamos trabalhando, ensinamentos bíblicos estão sendo ministrados há anos nas congregações evangélicas indígenas sobre a estruturação da igreja indígena como igreja autóctone, para que assim a própria igreja evangélica indígena desenvolva o trabalho de pregação do evangelho entre os seus patrícios, sustente os seus próprios ministros e seja participante na edificação da igreja e expansão do reino de Deus entre a nação indígena.

E como igreja autóctone compreendemos;

- a) Igreja com *auto propagação*
- b) Igreja com *auto sustento*
- c) Igreja com *auto gerenciamento*

Assim, diante da seara que temos a nossa frente, a qual compreende em:

a) Aldeias	: 22
b) Municípios	: 07
c) Congregações	: 32
d) Presbíteros	: 20
e) Diáconos	: 12
f) Evangelistas	: 27
g) Membros comungantes	: 957
h) Membros não comungantes	: 873
i) Total de membros	: 1.830
j) Escolas dominical / alunos	: 1.921
k) Pastores Indígenas	: Nenhum

E considerando que, na reunião da Assembléia da Missão ocorrida no dia 17 de fevereiro de 2006, recebemos um documento

do Conselho de Presbíteros da Igreja Evangélica Indígena, formado por cinco presbíteros índios. Conselho responsável pelos campos da sede, Dourados-MS.

Estes presbíteros são responsáveis pelo pastoreio e administração de 14 congregações nos campos da sede.

Documento acompanhado com mais a assinatura de alguns índios evangelistas formados pelo Instituto Bíblico da Missão Caiua.

O documento, *segue documento em anexo*, apresentado pelo Conselho compreende em pedido de:

a) Organização da Igreja Evangélica Indígena

b) Ordenação de Pastores Evangélicos Indígenas

Desta maneira, por se tratar de matéria nova, resolvemos buscar o parecer da IPB, antes de tomarmos uma decisão para resposta do documento.

Fraternalmente em Cristo, o Senhor da Igreja

São Paulo, fevereiro de 2006



Rev Daniel Fogaca
Representante da IPB junto a MEC
Presidente da Missão Caiuá

E-mail: revfogaca@yahoo.com.br
Fones (11) 6641-5293, res
(11) 6963-3860, com

Rev. Daniel Fogaca
Ministro do Evangelho
I. P. B.

1ª Organização da Igreja Indígena. 12/02/06. 17h.

decide-se: ENVIAR DOCUMENTO p/ a assembleia geral

da missão com o pedido a organização da igreja

indígena, ordenação de quatro pastores ~~indígenas~~

(indios) a saber (ZORASTRO ^{da SILVA} ALMIRÃO, ALZIRO SOUZA

da SILVA, NIVALDO DA SILVA ALMIRÃO, Guilherme

VALÉRIO) Todos estes formados no Instituto

Bíblico da MISSÃO CAIÇÓ, sendo Alziro formado no

IB de evang. e missionários. MANANOTA (estorço. ka)

Todos estes estão aptos e aprovados diante

da Igreja p/ exercer o ministério pastoral.

2ª decide-se: pedir a assembleia o REGISTRO

de MISSIONÁRIO MEIPE ao IB.

Alziro Souza da Silva JAYSON de S. Veiros

Zorastro da Silva Almirão

Guilherme Felipe Valério

Nivaldo da Silva Almirão

Juvenal Herms da Silva

Raimundo Almirão da Silva
NIVALDO DA SILVA ALMIRÃO

Dourados – MS, 13 de fevereiro de 2006.

Para a

À Assembléia Geral da Missão Evangélica Caiuá

Ref.: Pedido de Organização da Igreja indígena e Ordenança de Pastores Indígenas

O Conselho Indígena solicita a organização da igreja indígena e a ordenança de quatro (4) pastores indígenas, a saber: Presbítero Zoroastro da Silva Almirão, Presb. Guilherme Felipe Valério, Nivaldo da Silva Almirão e Presb. Alziro Souza Silva. Todos formados no Instituto Bíblico Rev. Felipe Landes da Missão Evangélica Caiuá, exceto o Presb. Alziro, formado no Instituto Bíblico de Evangelização Missionária Maranata (Eldorado PR).

Todos estão aptos e aprovados diante da Igreja para exercer o ministério pastoral.

Espera-se que sejam tomadas as devidas providências concretas, caso contrário entende-se que o próprio Conselho indígena tomará suas providências.

Sendo só para o momento.

Conselho indígena.

Rev. Beijamim Benedito Bernardes Presidente do Conselho Indígena

Presbítero Felisbino Marques Vice Presidente do Conselho Indígena

Alziro Souza Silva

Presbítero Alziro Souza Silva Representante da Igreja Indígena na Assembléia

Guilherme Felipe Valerio

Presbítero Guilherme Felipe Valério

ZOROASTRO DA SILVA ALMIRÃO

Presbítero Zoroastro da Silva Almirão

Angelo Machado

Presbítero Ângelo Machado

Presbítero Cassiano Secretário

Jorge Sanches Representante da Igreja Indígena na Assembléia

Jorge Sanches

TRABALHO PARA A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ NO RIO DE JANEIRO

Fundado em 28-08-1982

“Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o Senhor, e não para homens.” (Col. 3:23)

BALANCETE ANUAL

JANEIRO À DEZEMBRO DE 2005

ENTRADAS:

1- CONTRIBUIÇÃO MENSAL	26.072,30
2- OFERTAS RECEBIDAS:	
a) Nominais	22.436,01
b) Específicas para o Índio Reginaldo	300,00
c) Congregação de Sucuri	350,00
d) Congregação da Farinha Seca	625,00
e) Movimentos para a Dia do Índio	1.672,07
f) Federações	200,00
g) Igrejas	1.077,75
h) SAFs	294,00

3- MOVIMENTOS ESPECIAIS:

a) Campanha do Amor	3.631,10
b) Pechincha Alegre	365,00
c) Cantina Caiuá	641,00
d) Marchas Alegre e de Gratidão	487,25

SAÍDAS:

1- REMESSAS:	
a) Missão Caiuá	7.111,00
b) Instituto Bíblico	13.500,00
2- BOLSA DE ESTUDO	
Seminarista Índio Nezas Aedo dos Santos	3.300,00
3- OFERTAS ENVIADAS:	
a) Congregação da Farinha Seca	690,00
b) Ajuda no sustento dos Missionários Índios (Virgulino, Juvenal, Presb. Zoroastro, Nivaldo e Marquinhos)	5.460,00
c) Congregação do Sr. Guilherme	500,00

4- BAZAR LOIDE (no Rio e na Missão Caiuá)	2.002,70
5- CAMPANHA DE CONSTRUÇÃO ALEGRE (Telhadinho Alegre e Pedrinha Alegre)	8.228,90
6- CESTAS DE NATAL DOS MISSIONÁRIOS ÍNDIOS	3.100,00
TOTAL DE ENTRADAS:	R\$ 71.483,08

d) Atendimento ao Índios (compra de colchões, compra de telhas para a casa, bicicletas, camas, cursos, conta de luz, passagens vinda de 2 Índios ao Rio, oferta de urgência para o Índio Xavante Luiz Pifavê).	7.134,75
e) Congregação de Jarará e Jardim Jerusalém	260,00
f) Campo Avançado de Porto Lindo (Pintura da Escola e Igreja)	1.103,00
g) Igreja IPI de Juti (mesinhas e cadeirinhas, bem como material para a Escola Dominical).	428,57
4- COMPRAS PARA A MISSÃO (Fazendas para confecção de roupas para o Hospital Porta da Esperança e Unidade de Criança Carente).	6.515,98
5- ATENDIMENTO AO INSTITUTO BÍBLICO (Compra de livros e Bíblias a pedido do Pastor Gérson)	619,00
6- CAMPANHA DE CONSTRUÇÃO ALEGRE (Para construir Congregação)	4.310,00
7- ATENDIMENTO À MISSÃO (Concerto da Moto da Missão e afinação do piano da Igreja Indígena)	352,00
8- BAZAR LOIDE NA MISSÃO	2.630,70

9- MANUTENÇÃO DO TRABALHO: (material de expediente, xerox, tipografia, correio, telefone, cartuchos, despesas com a Caravana, material para costura e compras para o Bazar Loide no Rio)	9.516,23
10- TRANSPORTE (kombis e frete para apanhar móveis e material para a Caravana levar, auxílio no pagamento do caminhão, táxis, etc.)	1.462,90
11- ASSISTÊNCIA EVENTUAL	550,00
12- JORNAL TROMBETA KAI-OCA	881,00
13- CESTAS DE NATAL PARA OS MISSIONÁRIOS ÍNDIOS	1.329,30
14- COMPRA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS (pedidos de violões, acordeons, caixa de som, e violões para os formandos do Instituto)	2.295,00
15- ARQUIVO FOTOGRÁFICO	462,60
16- EVENTOS DO TRABALHO (Aniversário do Trabalho, Dia da Representante, Mãe do Trabalho, Natal, Dia do Pastor, Dia do Índio, etc.)	670,90

TOTAL DE ENTRADAS: R\$ 71.483,08

17- CONCURSO BÍBLICO CAJUÁ
(Passagem para a vencedora do Concurso)

400,00

TOTAL DE SAÍDAS: R\$ 71.483,08

BSERVAÇÕES:

A Presidente e as Tesoureiras estão à disposição para esclarecimentos e dúvidas, com os livros e comprovantes.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2005.

Leonor Cintra Heringer de Moura
Leonor Cintra Heringer de Moura
1ª. Tesoureira

Rosaly Ferreira de Vasconcelos
Rosaly Ferreira de Vasconcelos
2ª. Tesoureira

Elisa Maria Conrado Francisco
Elisa Maria Conrado Francisco
3ª. Tesoureira

Jéanne Francine Villon
Jéanne Francine Villon
Presidente

RELATÓRIO ANUAL

DO TRABALHO PARA A

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUVÁ

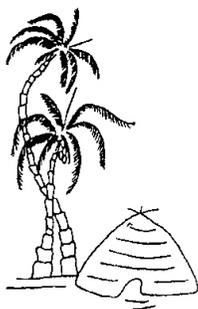
NO RIO DE JANEIRO

ANO 2005

“A serviço do Índio para a Glória de Deus”

PRESIDENTE: Jeanne Francine Villon

MOTO: “Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o Senhor, e não para homens.” (Colossenses 3:23)



TRABALHO PARA A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

NO RIO DE JANEIRO

Fundado em 28-08-1982

“A serviço do Índio para a glória de Deus”

“Com efeito, grandes cousas fez o Senhor por nós; por isso, estamos alegres.” (Sal. 126:3)

ANO 2005

Foi passado mais um ano na vida Trabalho para a Missão Evangélica Caiuá no Rio de Janeiro.

Quanta coisa nos vem a mente para externar, neste momento! Mas o nosso coração está cheio de gratidão ao nosso Eterno Deus pelas bênçãos recebidas. Ele, Deus, sabe de nossas limitações, imperfeições e, mesmo assim nos abençoou como sempre. Mil vezes obrigada, querido Pai, por nos entenderes.

Nossa gratidão se estende a todos os que trabalharam conosco, como Igrejas com seus nobres Pastores e queridos Conselhos; valorosas e abençoadas Representantes, Diretoria do Trabalho, com sua liderança e sabedoria vinda de Deus, Colaboradores em geral, irmãos na fé e amigos; especialmente, uma palavra de agradecimento à nossa amada Igreja do Rio, querido Conselho e nobres Pastores que tem se inclinado com paciência para nos ouvir quando necessário. Obrigada, Rev. Guilhermino Cunha, pelo seu carinho.

Que Deus abençoe ricamente a todos os que compartilharam conosco da grande bênção e privilégio de servi-Lo através dos nossos irmãos índios da Missão Caiuá.

Diretoria:

Presidente	Jeanne Francine Villon – Ig. Presb. do Rio de Janeiro
1ª. Secretária	Elizeth de Paiva Barreto – Ig. Presb. Bosque da Freguesia
2ª. Secretária	Maria da Glória Estábille Alves – Ig. Presb. de Neves
3ª. Secretária	Ruth dos Santos Monteiro Varjão – Ig. Presb. de Guadalupe
1ª. Tesoureira	Clementina Cintra Heringer de Moura – Ig. Presb. de Paciência
2ª. Tesoureira	Rosaly Ferreira de Vasconcelos – Ig. Presb. do Barreto
3ª. Tesoureira	Elisa Maria Conrado Francisco – Ig. Presb. do Sinai
Secretária Geral	Vera Maria Villon – Ig. Presb. do Rio de Janeiro

Relação das Igrejas com suas Representantes

- 1- Ig. P. de Água Branca – Eni Antonia Quaresma Sena
- 2- 1ª. Ig. P. de Anchieta – Miriam Cavalcante da Rocha
- 3- 2ª. Ig. P. de Anchieta – Paulo Fernando Cavalcanti
- 4- Ig. P. de Bangú – Cecilia Maria de Almeida
- 5- Ig. P. da Barra da Tijuca – Vera Lúcia de Moraes Machado
- 6- Ig. P. do Barreto – Rosaly Ferreira de Vasconcelos
- 7- Ig. P. de Barro Vermelho – Marisa Martins do Nascimento

- 8- Ig. P. de Belford Roxo – Neyde Paiffer Coutinho
- 9- Ig. P. de Bento Ribeiro – Ermelinda Chamaschini da Costa
- 10- Ig. P. de Betânia – Helia Thompson
- 11- Ig. P. Betel-Icaraí – Eliane de Moraes Martins Ferreira
- 12- Ig. P. Boa Esperança – Jardine Sueli S.C. Trigueiro
- 13- Ig. P. Bosque da Freguesia – Elizeth de Paiva Barreto
- 14- Ig. P. de Botafogo – Márcia Brochado Severino da Silva
- 15- Ig. P. do Cabral – Ruth Silva dos Santos
- 16- Cong. P. de Cabuçu – Maria José Silveira
- 17- Ig. P. de Campo Grande – Iracema da Silva Gomes
- 18- Ig. P. de Centenário – Mariza Gomes Almeida
- 19- Ig. P. Central de Irajá – Alzenir Alves Barbosa
- 20- Ig. Presb. de Coelho Neto – Marilene Fonseca de Souza Dias
- 21- Ig. P. de Coelho da Rocha – Mercedes Corrêa Xavier
- 22- Ig. P. de Colégio – Amália Mendes da Silva
- 23- Ig. P. de Comendador Soares – Nilda Silva Ribeiro
- 24- Ig. P. de Conrado – Lidia de C. A. do Espírito Santo
- 25- Ig. P. de Copacabana – Carmem Iolanda do Nascimento
- 26- Ig. P. de Cordeiro – Sonia Maria de Paula Carvalho
- 27- Ig. P. de Cordovil – Isa Neiva de Castro Caetano
- 28- Ig. P. de Cosmos – Noemia Branco Rezende
- 29- 1^a. Ig. P. de Duque de Caxias – Sonia Mary S.S. de Carvalho
- 30- 3^a. Ig. P. de Duque de Caxias – Rute de Matos Miranda
- 31- Ig. P. de Éden – Maria Cecília dos Santos Maria
- 32- Fed. Cent. de Cariacica/ES – Adenair Lopes dos Santos
- 33- Ig. P. de Filadelfia – Nilma de O. Ramalho
- 34- Ig. P. Filadélfia em Xerém – Alzeny Marques da Silva
- 35- Ig. P. de Fontinha – Maria da Glória Moreira de Sant'Anna
- 36- Ig. P. da Gávea – Alice Marques Targino Barbosa
- 37- Ig. P. de Governador Portela – Evanilde R. dos Santos
- 38- Ig. P. de Gramacho – Vera Lucia Masioli Ribeiro
- 39- Ig. P. de Guadalupe – Ruth dos Santos Monteiro Varjão
- 40- 1^a. Ig. P. de Honório Gurgel – Leonisia Maria Dias
- 41- 2^a. Ig. P. de Honório Gurgel – Dilsa Barbosa Marques
- 42- Ig. P. de Icaraí – Maria de Lourdes Martins da Silveira
- 43- Ig. P. da Ilha do Governador – Neuza Côrtes Moreira
- 44- Ig. P. de Inhaúma – Miriam Couto Miranda
- 45- Ig. P. de Irajá – Lusmar Pessanha Villas Boas
- 46- Cong. P. de Itaipú – Rosangela da Silva Porto
- 47- Ig. P. de Jacarepaguá – Zulmira R. Monteiro da Costa
- 48- Ig. P. de Jacarezinho – Cleonice Cesar Reginaldo
- 49- Ig. P. de Jardim Amaralina – Maria Alice de Oliveira Araújo
- 50- Ig. B. de Jardim Betânia – Cinéa Figueiredo da Silva
- 51- Ig. P. de Jardim São Geraldo – Cristiane Honorato Cunha
- 52- Ig. P. de Jardim Ulisses – Glória Gonçalves Furtado
- 53- Ig. P. de Juscelino – Cirene Ferreira de Melo
- 54- Ig. P. de Lajes – Rosemira Corrêa

- 55- Ig. P. Lírío dos Vales- Maria das Graças Aguiar
- 56- Ig. P. de Lucas – Maria do Nascimento Duarte
- 57- Ig. P. de Macuco – Djanira Oliveira da Silva
- 58- Ig. P. de Madureira –
- 59- Ig. P. de Mantiquira – Nevalina Maria Curty de Souza
- 60- Ig. P. de Marechal Hermes – Maria Rita Machado
- 61- Ig. P. de Maria da Graça – Anethista Barros de Azevedo
- 62- Ig. P. do Méier –
- 63- Ig. P. de Mesquita – Julimar Efigênia Caetano Dutra
- 64- Ig. P. de Miguel Couto – Órfa Louzada Derballe
- 65- Ig. P. de Mutuá – Scila Maria Lima Campos
- 66- Ig. P. de Neves – Maria da Glória Estábille Alves
- 67- 3ª. Ig. P. de Nilópolis – Sonia de Mattos Cardoso
- 68- 1ª. Ig. P. de Niterói – Elida Baker
- 69- 1ª. Ig. P. de Nova Iguaçu – Jurema Alves da Silva
- 70- Ig. de N.Vida – Lídia Rocha dos Santos Matias
- 71- Ig. P. de Novo Arraial – Lucila Pires Machado
- 72- Ig. P. de Olaria – Rsalia Castelo Branco
- 73- Ig. P. de Olinda – Margarida Quaresma Soares
- 74- 2ª. IPI de Osvaldo Cruz- Noemia Freitas dos Santos
- 75- Ig. P. de Paciência – Clementina Cintra Heringer de Moura
- 76- Ig. P. de Paraíso – Marilú Costa Guarany
- 77- Ig. P. de Piedade – Ilma de Souza Gomes
- 78- Ig. P. de Piraquara – Maria da Penha Monteiro Lima
- 79- Ig. P. da Praia do Morro/GUA – Neusa Paes
- 80- Projeto Loide – Neuza Gentil Faulhaber
- 81- 1ª. Ig. P. de Ramos – Suzette Lopes da Silva
- 82- Ig. P. do Realengo –
- 83- Ig. P. do Recreio – Zilva Said Bacelar
- 84- Ig. P. do Riachuelo – Edna Varella Serapião
- 85- Ig. P. do Rio de Janeiro – Vera Maria Villon
- 86- Ig. P. de Rocha Miranda – (Cida) Anunciada Ferreira de Lima
- 87- Ig. P. de Santa Rita – Maria José de Mendonça Silva
- 88- Ig. P. de Santíssimo – Lucy Ramos Silva
- 89- Ig. P. de São Cristóvão – Maria Auxiliadora Vargas
- 90- 1ª. Ig. P. de São João de Meriti – Alice Magalhães Pires
- 91- Ig. P. de São Mateus – Alvanira Santos de Araújo
- 92- Ig. AD de Seropédica – Marly Gonçalves
- 93- Ig. P. de Sião – Cordeiro – Alzira Finamore Machado
- 94- Ig. P. do Sinai – Elisa Maria Conrado Francisco
- 95- Ig. P. da Taquara – Mauricéa Vieira Marques
- 96- Ig. P. de Tomáz Coelho – Denir de Souza Nascimento
- 97- Ig. P. de Trezentos – Guiomar Pinto da Silva
- 98- Ig. P. de Tribobó – Onira de Jesus Lima
- 99- Ig. P. de Turiaçú – Wallace Rodrigues de Jesus
- 100- Ig. P. de Vila Emil – Ana Paula do Nascimento Costa
- 101- Ig. P. de Vila da Penha – Delma Martins Heringer

- 102- Ig. P. de Vila Jardim – Ézer Rocha Santos
- 103- Ig. P. de Vila Terra Brasil – José Carlos Cherém
- 104- Ig. P. Central de Volta Redonda – Alice Farias Silva
- 105- 1ª. Ig. P. de Volta Redonda – Thaise Angela Fagundes
- 106- Ig. P. Betel de Volta Redonda – Verginia M. de Paula
- 107- 2ª. Ig. P. de Volta Redonda – José Silveira Campos
- 108- 3ª. Ig. P. de Volta Redonda - Benedita Freitas de Moraes
- 109- Cong. Santa Cruz de Volta Redonda – Ironete
- 110- Ig. P. Nove de Abril – Barra Mansa – Solange de Almeida

Registramos, com saudade, o falecimento da Representante da Igreja Presb. do Jacarezinho, irmã Arlete Ribeiro Noé. “Preciosa é aos olhos do Senhor a morte dos seus santos.” (Sal. 116:15)

Colaboradores

- 1- 2ª. Ig. P. de Anchieta – Carmem Lucia Gomes da Silva
- 2- Ig. P. do Barreto – Diácono Afonso Vasconcelos
- 3- Ig. P. de Barro Vermelho – Wanda Martins do Nascimento
- 4- Ig. P. de Copacabana – Maria Nílcia Santos
- 5- 1ª. Ig. P. de Honório Gurgel - Pedro Ivo e Edite Santiago
- 6- Ig. P. de Jacarepaguá – Solange Maria Almeida da Silva
- 7- Ig. P. de Juscelino – Grazielle Ferreira de Melo
- 8- Ig. P. de Lajes – Luzinete
- 9- Ig. P. de Maria da Graça – Vânia Barros de Azevedo
- 10- Ig. P. de Neves – Ligia Gonçalves de Moura
- 11- 3ª. Ig. P. de Nilópolis – Sonia Regina Rodrigues Ribeiro
- 12- 1ª. Ig. P. de Nova Iguaçu – Genessy Pereira de Oliveira
- 13- 2ª. IPI de Osvaldo Cruz – Leonor Vasquez Amora
- 14- Ig. P. de Piraquara – Sueli Monteiro Lima
- 15- Ig. P. do Recreio – Almerinda Breder Emerick
- 16- Ig. P. do Rio de Janeiro – Luzia Marques Ferreira Gomes
- 17- Ig. P. do Rio de Janeiro – Maria Denise Baptista da Silva Félix
- 18- Ig. P. do Rio de Janeiro – Nilza Gonçalves Polo
- 19- Ig. P. do Rio de Janeiro – Diácono Jorge Luiz Villon
- 20- Ig. P. do Rio de Janeiro – Presb. Paulo Renato Villon
- 21- Ig. P. de São Cristóvão – Nely Pires Velloso
- 22- Ig. P. de São Cristóvão – Maria José Alvarenga
- 23- Ig. AD de Seropédica- Maria Lúcia G. de Oliveira
- 24- 1ª. Ig. P. de Volta Redonda – Targina e Siqueira Fagundes
- 25- Ig. P. Betel de Volta Redonda – Carly Feitosa
- 26- 1ª. Ig. P. de Volta Redonda – Maria Silvestre Nunes
- 27- Igreja de Cabo Frio – Sonia Regina V. Brandão Barros
- 28- Ig. P. do Rio de Janeiro – Patrícia Elisa Villon do Amaral

Reuniões Plenárias – em número de 12 (doze) com a presença de 968 pessoas e no culto de aniversário 296 pessoas de acordo com o livro de presenças, entre Diretoria, Representantes, Colaboradores, Pastores, Presidentes de Entidades Internas das Igrejas e Visitantes, num total de 1264 pessoas.

Reuniões de Diretoria – Fizemos 4 (quatro) e mais 6 por telefone para facilitar e agilizar o Trabalho.

Departamentos

1- **Jardim de Oração** – Fizemos 12 (doze) reuniões em casa das Representantes com a presença de 290 pessoas. Nos meses de abril e dezembro, quando a Caravana vai a Missão Caiuá, o Jardim de Oração é sempre lá. Em 2005, o Jardim completou 20 anos.

SOS Oração – Estamos constantemente em SOS oração.

Vigília de Oração – Tivemos duas neste ano, em casa de uma Representante, das 20:00 às 07:00 horas da manhã. São horas passadas diante de Deus em atitude humilde, agradecendo e suplicando as suas misericórdias.

2- **Coral Vozes da Missão** – A Regente é a Representante da Igreja Presbiteriana do Jacarezinho. São 20 anos de louvor ao nosso Deus, em todas as reuniões plenárias e audição de Natal.

3- **Pechincha Alegre** – Venda de roupas usadas, em bom estado, que são vendidas para ajudar as Congregações da Missão.

4- **Oficina de Costuras Caiuá** – Fazem parte todas as irmãs que sabem costurar.

Caravana Servindo ao Senhor Sorrindo

Oficina de Costuras Caiuá – Confeccionou as seguintes peças para o Hospital Porta da Esperança e Unidade de Recuperação Infantil e Criança Carente e Desnutrida: 108 conjuntos de flanela; 364 pares sapatinho de tricô; 135 lençóis para o Hospital; 1.354 camisinhas de pagão de fazenda; 235 shorts para adulto; 110 mantas de retalhos e lisas; 57 vestidinhos; 118 blusinhas; 181 shorts para criança; 57 camisas para meninos; 11 saias de adulto; 05 aventais verdes para o Hospital; 32 sacolas de fazenda; 45 sainhas; 100 fraldas de pano; 32 lençóis de solteiro; 10 camisolas de doente; 124 bermudas para adulto; 03 pijamas para criança; 04 calças compridas de flanela para criança; 140 peças avulsas para bebê; 13 pares de luvinhas; 12 toalhinhas de mão e boquinha; 32 conjuntos de casaco e mijão de flanela; 350 casaquinhos de flanela; 28 conjuntos de lã; 10 babadores; 01 almofada de ursinho; 81 bermudas de adulto; 07 colchas de solteiro; 02 colchas de casal; 01 manta de casal; 206 shortinhos; 20 blusas femininas; 600 cueiros; 120 edredons para

criança; 80 cobertores de criança; 120 casacos de flanela para adulto, num total de 4.908 peças feitas. Graças a Deus, levamos tudo o que a Missão nos pediu, nas duas Caravanas.

Doações – 70 enxovais completos com bolsa para a mamãe (marcha do enxovalzinho das Igrejas); 2.265 fraldas; 82 toalhas de banho para bebê, 168 mijões; 19 bolsas para bebê; 97 camisas de malha para criança; 64 cobertores para bebê; 64 calças plásticas; cartelas contendo 280 alfinetes de fralda; grande quantidade de sabonetes, pastas de dente, absorventes, escovas de dente, presto barba e desodorantes; 02 vidros de colônia para bebê; 234 fraldas descartáveis; 03 cortinados; 09 travesseiros para bebê; 32 fraldões avulsos mais 26 pacotes; 29 jogos para berço; duas chupetas; 27 pares de meias para criança; 80 calcinhas; 03 banheiras; 70 macacões de lã e malha para crianças; 257 camisetas para crianças; 18 mamadeiras; 110 edredons de solteiro; 46 conjuntos para o bebê sair do hospital; 15 chapéus para menina; 04 calças de homem; 28 ternos; 04 pares de meia de homem; 34 conjuntos de moletom para menina; 109 calças compridas de malha para criança; 02 pares de sandália pra criança; grande quantidade de roupas brancas para os funcionários do hospital; 25 blusas de moletom para menina; 10 cabides para bebê; 133 shortinhos de malha; 05 carrinhos de bebê; 45 sainhas; 325 conjuntos de moletom para adolescentes; 01 par de chinelo para adulto; grande quantidade de remédios; grande quantidade de retalhos; 26 cobertores de solteiro; 03 jogos de cama para casal; 03 conjuntos de moletom para adulto; 205 camisas de malha e fazenda para homens; 01 mesa para doente; 12 blusas de lã e malha para adulto; grande quantidade de brinquedos usados e novos para o Hospital, Unidade, Congregações e Bazar Loide; 01 velocípede; 01 patinete; 09 pares de tênis para criança; 40 edredons de casal; 20 cobertores de casal; 17 cuecas de adulto; 32 conjuntinhos de malha; 02 bonés; 01 colchão de água; 97 fronhas usadas; 206 shortinhos; 08 pares de sapatos para criança; 03 calça jeans para criança; 01 moisés; 03 casacos para adulto; 12 saias; 01 bomba para tirar leite de peito; 20 blusas; 02 chupetas; 01 sanduicheira; 02 ferros de passar roupa; 02 capas de chuva para adulto; 04 vestidos de noiva; 13 vestidos de festa para criança e adolescente; 01 tapete grande; 07 cintos de adulto; 13 gravatas; 02 bicas para pia; 01 par de cortina; 03 pastas de couro para homem; 01 frigideira; 03 painéis; 01 filtro de louça; 01 panela de pressão; 01 máquina antiga de escrever; 01 projetor de slides com pequeno defeito; 05 malas e 01 freezer.

Ainda levamos também um caminhão com o seguinte:

Para o Depósito - 180 kg de arroz; 46 kg de macarrão; 110 pacotes de biscoito; 01 escada; 01 bicicleta de adulto; 02 cadeiras de escritório; 01 bancada de cozinha com 04 bancos.

Para os Alunos do Instituto Bíblico e Missionários Índios (com o aval do Rev. Beijamim) – 55 cestas básicas de natal; 01 Rach; 01 colchonete; 03 cadeiras de praia; 04 Tvs; 05 fogões; 02 botijões de gás; 01 poltrona; 01 sofá de 2 lugares; 01 cadeira para criança se alimentar; 03 camas de casal; 01 mesa grande; 01 guarda-roupa com 10 portas; 01 guarda-roupa de solteiro; 04 camas de solteiro; 01 geladeira; 02 colchões de solteiro; 02 colchões de casal; 01 protetor para cama de casal; 01 mesa grande com tampo de mármore com 04 cadeiras; 01 acordeon.

Para a Escola Municipal Francisco Meirelles – 178 sacolas contendo: lápis, cadernos e apontadores; 10 pranchetas.

Para as Congregações:

1ª. Congregação – 40 bermudas para adulto; R\$ 500,00 para a compra de um freezer usado para fazer movimentos para o término da construção do galpão;

Congregação Jardim Jerusalém – 01 púlpito; 08 mesinhas e 32 cadeirinhas para a Escola Dominical; 02 pandeiros; 01 acordeon.

Congregação de Jarará – 05 mesinhas e 20 cadeirinhas para a Escola Dominical.

Para a IPI de Juti – 03 mesinhas; 12 cadeirinhas; 02 quadros negro; material para a Escola Dominical (à pedido); brinquedos novos.

Para o Consultório Odontológico – Farto material (anestésias)

Para o Instituto Bíblico Rev. Felipe Landes – Ajudamos a sustentar, em parte, o Instituto com oferta mensal de R\$ 1.200,00; levamos talheres para a cozinha; 01 garfão; 01 machado; 01 fogão com botijão; 02 garrafas térmicas grandes, 4 potes de plástico; 01 leiteira grande; 04 canecas grandes; e remessas para a compra de livros e bíblias para os alunos do Instituto Bíblico, de acordo com pedidos da direção.

Para os Formandos – 04 bíblias; 04 mochilas e 04 violões.

Bazar Loide - Grande quantidade de roupas usadas, calçados e utensílios de casa em geral. Foram feitos 1.108 sacos com roupas para serem distribuídos nas Congregações e Aldeias. Infelizmente, em dezembro, a Caravana não pode entregar pessoalmente, como sempre o faz, devido as chuvas que caíram, deixando aos cuidados do Rev. Beijamim, como ele mesmo sugeriu.

Campo Avançado – O Trabalho pintou a Igreja do Campo Avançado de Porto Lindo.

Construção de Congregação - Informamos aos queridos irmãos que acha-se em poder da Missão a quantia para a construção de mais uma Congregação. Queremos dizer que a oferta foi dada ao Trabalho do Rio desde o início do ano e, só com muito esforço, conseguimos que a Missão recebesse em setembro de 2005. Também foi entregue em mãos a quantia para 20 bancos e uma mesa para a nova Congregação. Ficando a toalha, a jarra e as flores para o dia da inauguração. Não entendemos porque tal coisa aconteceu. Deus sabe todas as coisas, está tudo em Suas Santas Mãos. Estamos tranquilos.

Igreja Indígena – Afinação do piano.

Ofertas

1- Oferta mensal de R\$ 1.507,00 – do Dr. Célio Braga Martins

- 2- Oferta para o pagamento do caminhão para a missão – R\$ 3.100,00 – Sr. Hésio Maciel
- 3- Oferta mensal de R\$ 50,00 para o lanche da Congregação da Farinha Seca
- 4- Ofertas das Igrejas para ajudar na compra das cestas básicas de natal
- 5- Oferta de R\$ 3.500,00 do Presb. Renam Jardim para a construção de uma Congregação
- 6- Oferta de R\$ 150,00 de Nilza Polo para os bancos e mesa da nova Congregação
- 7- Oferta de Maria do Socorro de 02 pandeiros
- 8- O Trabalho enviou oferta de R\$ 300,00 para pagar o Seminário do Índio Nezas Aedo dos Santos
- 9- O Trabalho enviou as seguintes ofertas:
 - ajuda no sustento dos missionários índios, Virgulino, Nivaldo, Marquinhos e Juvenal;
 - R\$ 200,00 para o índio xavante Luiz Piñawê;
 - Oferta para o índio Xavante Rogério Gomes Prepe para prosseguir viagem com sua família, quando terminou o curso no Instituto Bíblico, até a sua Aldeia.
 - R\$ 200,00, oferta de Guaraci para a índia Esmeralda comprar uma máquina de costuras.

O movimento financeiro do Trabalho foi de R\$ 71.483,08 (de acordo com o Balancete).

Comemorações

01- **Dia do Índio** – Como sempre, foi comemorado na reunião plenária com programação especial tendo as tribos Caiuá, Guarani, Terena e Xavante sido representadas por irmãs Representantes, com os trajes característicos.

02- **Dia das Mães** – Foi escolhida Mãe do trabalho para este ano a irmã Maria Denise Baptista Félix, que ganhou uma linda placa alusiva.

03- **Aniversário da Presidente** – É sempre um momento muito especial, quando sentimos o amor de todas as igrejas que fazem parte do Trabalho. Toda Honra e Glória sempre ao Deus Eterno.

04- **Dia da Avó** – Foi linda a comemoração! Estreamos este ano. A irmã escolhida foi a vovó Ermelinda Chamaschini da Costa, para a qual foi oferecido um diploma.

05- **Aniversário do Trabalho** – 23 anos de existência do Trabalho para a Missão Evangélica Caiuá no Rio de Janeiro. O templo da Catedral lotado; o “Coral Cirene Louro Campos” louvando ao Senhor com lindos cânticos, numa atmosfera de paz e alegria.

06- **Jornal Trombeta KAI-OCA** – No dia do aniversário foi lançado o Jornal Trombeta KAI-OCA. Um lindo sonho realizado! O mensageiro da tarde foi o Rev. Beijamim que lançou o Jornal, tendo ao lado o Rev. Guilhermino Cunha e vários Pastores.

07- **Saudando a Primavera** – Nas reunião plenária, saudamos a primavera com cânticos espirituais e muita alegria.

08- **Dia da Representante** – É um dia muito especial. Nosso coração enche-se de agradecimento a Deus ao contemplar os rostos das amadas e valorosas Representantes das Igrejas do Rio, louvando, e agradecendo ao nosso Deus o privilégio de ser uma “Representante Valorosa”.

09- **Jardim de Oração** – Comemoramos os 19 anos de existência, na Catedral, tendo como mensageiro o Rev. João Brilhante, num culto lindo de gratidão a Deus.

10- **Natal** – A comemoração foi na reunião plenária, com a participação especial do “Coral Vozes da Missão”, muita alegria, bastante trabalho, cânticos, apresentação de uma peça de natal pelo Grupo Artístico Ebenézer, lanche e amiga oculta. Agradecemos a Deus, especialmente, o nascimento de Jesus.

Movimentos

01- **Campanhas** – tivemos a oportunidade de trabalhar com a da Construção Alegre (ainda guardada na Missão, aguardando oportunidade para construir mais uma Congregação, se Deus quiser).

02- **Marcha Alegre** – Foi feita na reunião plenária de junho.

03- **Marcha de Gratidão** – Por ocasião do Culto de Aniversário do Trabalho.

04- **Festival de Panos de Prato** – Feito na reunião plenária de setembro, com muita alegria e muito gosto das irmãs.

05- **Marcha do Enxovalzinho de neném** – foi feita na reunião plenária de novembro, levando para a Missão Caiuá, na Caravana, cerca de 70 enxovais completos.

06- **Bazar Loide** – Foi para índios e missionários na Missão Caiuá, por ocasião das idas da Caravana e, no Rio, como último movimento do ano.

Liderança

Tivemos o 8º Encontro da Liderança no mês de junho na Catedral Presbiteriana do Rio, com culto, cujo mensageiro foi o nosso amado Pastor Rev. Isaías Cavalcanti. É necessário este encontro da Liderança do Trabalho para sentirmos o que foi feito, corrigir os erros, se houver, e programar para o próximo ano.

Ficou decidido:

- a) O Jornal trombeta KAI-OCA será lançado no aniversário do Trabalho, em agosto próximo.
- b) Nomear o Rev. Evandro Montenegro, Pastor do Trabalho e da Caravana, pois o mesmo tem se dedicado com amor, alegria e disposição junto ao Trabalho.
- c) As Representantes presentes escolheram famílias de oração.

d) Nomear uma responsável para “Caixa Caiuá”.

Secretarias

- 1- **Espiritualidade** – Dirigiram as devocionais das reuniões com muita sabedoria;
- 2- **Sociabilidade** – Cumpriram com sua responsabilidade, saudando os aniversariantes do mês, os visitantes de primeira vez e conduzindo o pregador à mesa, respectivamente.
- 3- **Adjunta** – Distribuiu todo o material para o Trabalho;
- 4- **Recepção** – Encaminhou todos os que entraram às reuniões, sempre com um sorriso;
- 5- **Visitação** – Por telefone ou indo às casa a fim de orar com os enfermos.
- 6- **Eventos** – Sempre confeccionando lindas lembrancinhas para os eventos.
- 7- **Cantina Caiuá** – Funciona em todas as reuniões plenárias.
- 8- **Marketing** – Funcionou muito bem colocando faixas, etc.
- 9- **Procuradora da Caravana Servindo ao Senhor Sorrindo** – Recebeu todo o movimento de passagem para a Missão Caiuá.
- 10- **Bazar Loide** – As responsáveis confeccionaram lindas coisas para o Bazar, no último movimento de novembro.
- 11- **Pechincha Alegre** – Funcionou muito bem.

Projetos

- a) Construir mais Congregações, pois assim estaremos obedecendo a ordem de Jesus e, além disso, é pedido dos próprios índios e, nós, pretendemos sempre atendê-los, ajudados por Deus.
- b) Conseguir mais Igrejas para trabalhar conosco. Neste ano vieram as seguintes:
 - 2ª. de Anchieta
 - Rocha Miranda
 - Barra da Tijuca
 - Boa Esperança
 - Filadélfia em Xerém
 - Jardim São Geraldo
- c) Intensificar a pregação do evangelho no meio dos índios e no nosso dia a dia.

d) Apresentar uma peça do “Grupo Artístico Ebenézer” – foi apresentada no natal.

e) Sermos mais humildes e submissos ao Senhor, e que o amor de Cristo esteja sempre presente em nossos corações, pois é Ele que nos une.

Os projetos para o ano que passou foram concretizados, graças a Deus, menos a construção de mais uma Congregação (já fizemos alusão).

Comissões

1- **Recebimento do material e arrumação do ônibus no dia da saída da Caravana** – São muitas irmãs que se desdobram no dia da viagem: Jeanne Francine Villon, Elisa Maria Conrado Francisco, Vera Maria Villon, Clementina Cintra Heringer de Moura, Marilú Costa Guarany, Maria da Glória Estábille Alves, Rosaly Ferreira de Vasconcelos, Mauricéa Vieira Marques, Marizete, Cleonice Cezar Reginaldo, Mariza Gomes Almeida, Maria Auxiliadora Vargas, Jorge Luiz Villon.

2- **Comissão de Exame de Contas** – Relatora: Ilma de Souza Gomes, Carmem Iolanda do Nascimento e Rosemira Correa.

3- **Concurso Bíblico Caiuá** – São responsáveis: Vera Maria Villon, Rosaly Ferreira de Vasconcelos e Marilú Costa Guarany. A vencedora foi a Representante Ana Paula do Nascimento Costa da Igreja Presb. de Vila Emil, que ganhou a passagem para a Caravana de dezembro.

4- **Correspondência** - Boletins, agendas, Programas, Cartas, Telegramas – Distribuimos cerca de 1.000 boletins e 467 programas no culto de aniversário; 150 agendas para as Representantes das Igrejas, 150 cartões para cumprimentar os visitantes, cartões para os aniversariantes do mês, cartas para os contribuintes no dia do aniversário, 1.200 boletins nas reuniões plenárias; 1000 cartas de agradecimento às Igrejas que fazem parte do Trabalho e às Igrejas que ainda não estão conosco. 700 cartões de natal para Pastores, Representantes e Igrejas, no natal. Para bodas e falecimentos enviamos telegramas.

5- **Almoço com a Presidente** – Dia lindo e abençoado, na presença do Senhor, em casa da presidente. Sempre unidas, todas as irmãs que participaram, almoçam, conversam e fazem um culto de gratidão a Deus.

5- **Correio Caiuá** – Sempre, como uma forma de carinho entre nós, é entregue o bilhetinho à responsável que o encaminha a pessoa.

6- **Crescimento Espiritual** – A responsável em todas reuniões falou sobre o tema do mês.

7- **Cantinho das Igrejas** – Em algumas reuniões, houve apresentação especial.

Palestras da Presidente

Sempre a convite das Igrejas, compareceu a:

Ig. Presb. de São Cristóvão
Dept. Júlia Pereira da Igreja Presb. de Copacabana
Sociedade Bíblica
Almoço do Dia do Índio da Ig. Presb. de Copacabana
Federação de São João de Meriti (Igreja de Vilar dos Teles)
Ig. Presb. de Barro Vermelho
Ig. Presb. de Mesquita
Ig. Presb. de Bento Ribeiro
Igreja Presb. da Taquara
Ig. Presb. de Tinguí.

Lembramos à digna Assembléia da Missão Caiuá, que o Trabalho do Rio, existe há 23 anos, é voluntário e tem como objetivo servir ao nosso Deus com amor, zelo e gratidão em nossos corações pelo privilégio, dado por Ele, de podermos participar da obra missionária entre os índios, que é, também, da amada Igreja Presbiteriana do Brasil, da qual somos membros.

Temos a honra de sermos aprovados e apoiados pelo Supremo Concílio da IPB, a quem enviamos relatório anualmente.

Queremos registrar, mais uma vez, o exemplo de fé, perseverança, educação, amor cristão e humildade que os nossos irmãos índios tem demonstrado. Eles são sinceros, oram, choram e sentem. Entendemos que a Missão é de Deus e existe para atender ao índio, primeiramente, levando à eles a salvação de Jesus. O Trabalho do Rio entende a urgência da pregação do evangelho aos índios e sente a necessidade de tratá-los com amor e respeito. Rogamos a Deus que a Missão Caiuá continue “A serviço do Índio para a Glória de Deus”.

Paramos um pouco, e, pensamos o quanto Deus tem sido bom para nós, permitindo que trabalhemos para a Missão Caiuá e abençoando copiosamente tudo o que fazemos. Reconhecemos a bondade do Senhor.

Hoje, estamos aqui, com o coração repleto de gratidão a Deus pelas bênçãos grandiosas recebidas. Só o Deus Vivo e Verdadeiro, Criador de tudo o que existe nos faz chegar calmos, serenos e tranquilos, na certeza de que tudo o que fizemos para o Senhor dando a Ele toda Honra, Glória e Louvor. Chegamos ao final do ano muito felizes e já com o pé no acelerador para caminhar bastante, lógico que ao lado do nosso Pai Celeste e dar conta de tudo o que vier às nossas mãos para fazermos.

Agradecemos ao Pai o Trabalho do Rio de Janeiro. As vitórias enxugam as nossas lágrimas; a bondade do Senhor nos aumenta o ânimo para trabalhar; a Sua mão segurando a nossa, dá segurança para caminhar; sentir o Seu olhar paternal nos inspira o perdão.

Como foi bom trabalhar e mais uma vez escrever o Relatório do trabalho feito pelo povo de Deus. Lemos em Isaías 26:12 “Senhor, concede-nos a paz, porque todas as nossas obras, Tu as fazes por nós”.

Pedimos-Te Senhor, mais união, amor e humildade. Que somente Jesus apareça e que nós estejamos sempre seguindo atrás.

Obrigada, Senhor, pelas lutas, lágrimas e temores. Sabemos que a tudo assistes, dando-nos vitórias por Cristo Jesus. Ajude-nos a caminhar, no próximo ano, com mais amor, sabedoria, união e paz. Amém

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2005.


Jeanne Francine Villon
Presidente

Missão Evangélica Caiuá

FUNDADA EM 1928

"A serviço do Índio para a Glória de Deus."

ASSISTÊNCIA: Espiritual, Médica e Educacional
C.G.C.: 03.747.258/0001-80 – C.N.S.S. 7.213

UTIL. PUBL. MUNICIPAL
Lei N.º 669 de 23/11/67

UTIL. PUBL. ESTADUAL
Lei N.º 2.831 de 20/06/68

UTIL. PUBL. FEDERAL
Lei N.º 85.602 de 30/12/80

ENTIDADE FILANTRÓPICA
Decreto N.º 85.602 de 30/09/80 D.O. de 31/12/80

Dourados, 08 de maio de 2006

Ilmo Sr.
Rev. Ludgero Bonilha Morais
M.D. Secretário Executivo da IPB
Rua Ceará, 1.434 – Funcionários
30.150-311 Belo Horizonte – MG

*Doc. LXVIII
CE-SC/IPB - 2006
arquivar
na pasta de
Ludgero*

Caro irmão:

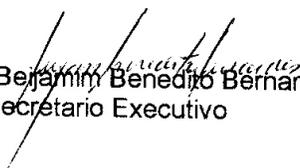
Estou enviando anexo, para conhecimento do irmão, e se for conveniente e necessário divulgar para a igreja, os seguintes documentos:

- a- Síntese do Relatório Final da CPI da desnutrição;
- b- Relatório da Auditoria Interna da FUNASA;
- c- Promoção de arquivamento feito pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul;
- d- Resultado do TCU (Tribunal de Contas da União).

Agradecemos ao irmão e a igreja pelas orações em favor da Missão, e o apoio a nós dispensado nos momentos de lutas.

Rogamos ao Senhor da Seara ricas bênçãos na vida e ministério do nobre irmão.

Em Cristo,


Rev. Benjamin Benedito Bernardes
Secretário Executivo

Caixa Postal 04 - CEP 79804-970 - Dourados - MS - FONE/FAX: (67) 3421-4197 / 3421-4632 - E-mail: mcaiua@uol.com.br

Escritório em São Paulo - Rua Frei Frederico Vier, 66 - Cangaíba - Penha - FONE (11) 6958-4722 - CEP 03.734-020 - São Paulo - SP



SÍNTESE DO RELATÓRIO FINAL

Senhor Presidente, ilustres deputados.

Após um trabalho intenso, que exigiu meses de investigações, visitas a 08 aldeias, 6 reuniões externas, 12 audiências onde foram ouvidas 44 pessoas nesta Casa e outras 36 ouvidas em diligências, compiladas mais de 10 mil páginas distribuídas em 12 volumes e mais 9 anexos, trazemos ao conhecimento deste Plenário o resultado do que foi a Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena – CPI/DMI.

Os trabalhos da Comissão observaram o seguinte **cronograma**:

- O Requerimento de criação da CPI foi lido em plenário em 16 de fevereiro de 2005;
- A publicação no Diário Oficial foi em 24 de fevereiro de 2005;
- Ata de instalação foi lavrada em 1º de Março de 2005;
- O início efetivo dos trabalhos ocorreu em 10 de Março de 2005;
- O Requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento foi aprovado em Plenário em 08 de Junho de 2005;
- A reunião que deliberou sobre a fase final dos trabalhos e destinação do tempo necessário para a elaboração do Relatório considerando que os autos atingiram mais de 10 mil páginas, ocorreu conforme Ata de 25 de agosto de 2005.

Esta CPI marcou pela forma de atuar junto ao seu campo de investigações, porque a cada visita, cada inspeção, foi também o momento de levantar as carências mais urgentes das comunidades indígenas. E a cada retorno dos parlamentares a esta Casa, depois das viagens de investigação e oitiva de testemunhas, correspondeu à apresentação de indicações e requerimentos para buscar a solução dos problemas verificados.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

Desta forma, as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul tiveram a oportunidade de ver encaminhados seus mais angustiantes problemas, e, vários deles sendo resolvidos ao longo do tempo de funcionamento da CPI.

Esta CPI pautou sua atuação pela estrita observância do que dispõe a Constituição Federal, nos princípios estabelecidos no seu artigo 37 quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

E o nosso relatório buscou seguir esses princípios básicos ao longo de sua formulação. Não nos fixamos em pessoas, nem permitimos que quaisquer diferenças políticas ou partidárias viessem a tisonar nossa visão técnica dos problemas. Procuramos não perder o foco proposto inicialmente, ou seja:

1. Acabar com um processo degenerativo da assistência à saúde indígena, causadora de um afrouxamento nas regras que devem presidir os programas de governo em todas as áreas;
2. Interromper a série de mortes por desnutrição nas aldeias da Região de Dourados;
3. Chamar a atenção do governo federal para a necessidade de uma ação emergencial e, posteriormente, buscar uma integração e melhor articulação dos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com a temática indígena.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

Íntegra do Requerimento que originou a CPI

“DEPUTADO MAURÍCIO PICARELLI E OUTROS”.

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos do que dispõem os artigos 55 a 57 do Regimento Interno, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, composta por cinco membros e com prazo de duração de 90 (noventa) dias, para apurar as causas do elevado índice de desnutrição e mortalidade indígena nas Aldeias de Mato Grosso do Sul, bem como a correta utilização de verbas destinadas pelos Governos Federal e Estadual, para combater esses problemas.

Plenário das Deliberações, 16 de fevereiro de 2005.

Deputado Maurício Picarelli e outros deputados

Justificativa:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

O elevado índice de mortalidade de crianças indígenas, por desnutrição, chamou, recentemente, a atenção da Imprensa Nacional, quando a morte de uma criança na Aldeia Indígena de Dourados chocou o País inteiro e foi amplamente divulgada por todos os meios de comunicação.

De acordo com as matérias veiculadas a respeito dessa questão, o problema central estaria na falta de entrosamento entre a Administração Regional da FUNAI em Dourados e o representante da FUNASA em Mato Grosso do Sul, além do gravíssimo fato denunciado de que, apenas 351 das 2.300 famílias que vivem na Reserva Indígena de Dourados, receberam as cestas básicas enviadas pelo Governo Federal, através do Programa FOME ZERO INDÍGENA, equivalentes a 15,26% do total.

Tal denúncia sugere que, muito embora estejam sendo enviadas as cestas básicas àquela população, esses alimentos não estariam chegando ao seu público alvo: os índios. Não bastassem essas lamentáveis constatações, somente em 2004, foram registradas 64 mortes entre crianças, a cada mil nascidas vivas.

Isto posto, faz-se extremamente necessária a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que esta Casa possa identificar os responsáveis por tal situação”.

COMPOSIÇÃO DA CPI/DMI



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

PRESIDENTE: Dep. MAURICIO PICARELLI (PTB)

VICE-PRESIDENTE: Dep. PEDRO KEMP (PT)

RELATORA: Dep. BELA BARROS (PDT)

MEMBROS: Dep. LOESTER NUNES (PDT)

Dep. LUIZINHO TENÓRIO (PL)

SUPLENTE: Dep. ZÉ TEIXEIRA (PFL)

Dep. PEDRO TERUEL (PT)

Comissões Técnicas:

Felix Nazário Portela – Coordenador

Assessor da Relatora:

Dr. Elias Fernando Fontoura Vieira

OBJETIVOS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BEI A BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

- **Diagnóstico** da situação atual da desnutrição e mortalidade indígena nas aldeias do estado de mato grosso do sul, indicadores, irregularidades, causas e demais fatores determinantes;

- **Análise** das normas, procedimentos e políticas envolvendo a saúde e os direitos indígenas;

- **Identificação** das práticas de combate à desnutrição e mortalidade indígena nas aldeias, averiguando as negligências, omissões e insuficiências na execução das políticas públicas;

- **Evolução** dos impactos das diferentes políticas e experiências sobre a desnutrição indígena, nos campos do Estado e municípios. Apresentação de subsídios e contribuições para a revisão da política do setor saúde e políticas públicas, na área da desnutrição mortalidade indígena.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RELATORA DEPUTADA BELA BARROS

Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

ROTEIRO DE ATIVIDADES

Para facilitar a pesquisa e melhor compreensão das atividades desenvolvidas por esta CPI/DMI, elaboramos o roteiro de trabalho desenvolvido ao longo do período de atividades da Comissão.

Convencidos de que a CPI não dispunha de tempo e nem de recursos suficientes para esgotar totalmente assunto tão complexo, cada Parlamentar procurou aperfeiçoar seus recursos materiais e humanos, com o apoio da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, e contando com o elevado espírito público da equipe de assessores e técnicos, desenvolvemos um trabalho que buscou envolver os principais temas sobre a questão.

Na prática, selecionamos os órgãos públicos, as entidades, as pessoas e as áreas indígenas que deveriam constituir objeto de investigação. Estamos seguros de que o roteiro percorrido permitiu uma ampla investigação de questões indígenas cruciais como:

- *a fome,*
- *a miséria,*
- *a desnutrição,*
- *a falta de assistência médica e paramédica,*
- *a sub-habitação,*
- *a negação da cidadania,*
- *a falta de acesso aos programas de assistencialismo e segurança alimentar,*
- *a falta de consulta prévia ao índio na elaboração de programas e projetos que lhe dizem respeito.*

A busca de informações e esclarecimentos desta CPI/DMI incidiram sobre as atividades dos seguintes órgãos, instituições e empresas:

- FUNASA,
- FUNAI,
- IDATERRA,
- SETASS,
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS,
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (GIDUR),
- AC CONSTRUTORA,
- ONG - Missão Evangélica Caiuá.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATÓRIO DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

Foram ouvidos dirigentes de entidades, autoridades constituídas, os cidadãos não-índios e os próprios nativos, bem como os que nos foram apontados como líderes de comunidades indígenas.

Realizamos visitas às áreas indígenas que, a nosso ver, congregam os problemas de maior expressão. Incluímos o município de Amambai no roteiro de visitas e diligências externas atendendo a uma Indicação da Egrégia Câmara Municipal de Amambai, e lá foram realizadas as duas audiências com maior frequência de público, às quais compareceram mais de setecentas pessoas, somadas as duas oportunidades. Ainda em Amambai foram realizadas investigações através da assessoria especial, em outras duas oportunidades.

O município de Laguna Carapã também recebeu uma visita feita à Aldeia Rancho Jacaré onde está sendo desenvolvido um Programa Habitacional, mediante execução direta numa ação cooperativa entre a Funai e os próprios indígenas usando o sistema construtivo solo-cimento, traduzindo-se numa experiência bastante positiva.

As audiências públicas tiveram a participação de autoridades mais envolvidas com a política pública voltada para as questões indígenas, com destaque para associações e organizações dos próprios índios, além de uma audiência conjunta realizada com a Comissão Externa constituída pela Câmara Federal, especialmente para tratar da mesma questão, interagindo de maneira muito proveitosa com os Deputados Federais.

A CPI também interagiu com a Câmara Municipal de Dourados, realizando uma audiência pública bastante qualificada, ainda na fase inicial. Também foi nessa mesma Câmara a reunião na qual se ouviu a última testemunha, na fase de inquirições.

Com este propósito, a proposta de trabalho da CPI contemplou situações que certamente são idênticas às de outras áreas que não puderam ser visitadas.

Durante a realização dos trabalhos da CPI, com a anuência dos Senhores Deputados, foram adotadas as seguintes providências:

1. Questionamento sobre a atuação das entidades públicas e privadas que, de alguma forma, estiveram relacionadas com as questões indígenas, de modo especial as seguintes:

- FUNASA,
- FUNAI,
- IDATERRA,
- SETASS,
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS,
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
- MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ.



2. Em diversas oportunidades foi solicitado o *apoio logístico* de:

- Secretaria de Estado de Segurança Pública: Polícia Civil e DOF;
- Departamento de Polícia Federal;
- Câmara Municipal de Amambai;
- Câmara Municipal de Dourados.

3. Questionamento dos conflitos e questões relativas às áreas indígenas mais problemáticas por Município, mediante visitas e audiências.

4. Realização de diligências externas.

Foram, inicialmente, ouvidos os representantes e membros dos órgãos e instituições selecionadas, aos quais foram solicitadas informações e documentos para exame.

As diligências externas foram as seguintes:

- a. DOURADOS – A Relatora da CPI/DMI acompanhou os trabalhos da Comissão Interministerial da Presidência da República, com visitas de inspeção às Aldeias Bororó e Jaguapirú, vistoriando o Programa Habitacional, verificando a falta de abastecimento de água, o péssimo estado das estradas vicinais no interior das aldeias, a inexistência de aves e peixes nos programas divulgados pela Prefeitura Municipal de Dourados, entre outras irregularidades e carências.
- b. Visita ao Centrinho e outros setores internos das aldeias.
- c. Audiência particular da Dep. Bela Barros com o Sr. César Alvarez, para entrega de Memorial alusivo aos trabalhos da CPI/DMI endereçado ao Exm^o. Senhor Presidente da República Federativa do Brasil.
- d. AMAMBAI – Para inspecionar irregularidades e carências no setor de agricultura (preparo da terra para lavoura, combustível, sementes, máquinas e implementos agrícolas), setor de saúde (falta de médico e dentista, falta de assiduidade nas visitas dos agentes de saúde, falta de estrutura do posto de saúde interno das aldeias, desnutrição infantil severa), setor de educação (falta de aparelhamento devido na escola, crianças sem documentos e, por isso, sem acesso à Escola) entre outros.
- e. AMAMBAI – visitas às Aldeias, audiência de dezesseis lideranças de várias aldeias do Cone Sul do Estado e recebimento de denúncias e documentos.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BÉIA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

- f. LAGUNA CARAPÃ – Visita ao Projeto Habitacional em desenvolvimento na Aldeia Rancho Jacaré.
- g. MARACAJU – Visita de inspeção e conhecimento através do Dep. Maurício Picarelli e equipe de assessores à Aldeia Sucuri.
- h. DOURADINA – Visita da Relatora, com técnicos e assessores à Aldeia Lagoa Rica, onde os desdobramentos da visita oportunizaram o encaminhamento e a solução de inúmeras reivindicações.

NOTA DA RELATORA:

As atividades da FUNASA em Mato Grosso do Sul, bem como a aplicação dos recursos provenientes do Programa Fome Zero Indígena, foram objeto de acurada averiguação levada a efeito pela Auditoria Contábil Independente contratada pela presidência da CPI.

Esta Auditoria atuou sob as ordens diretas do Presidente da CPI/DMI e seu conteúdo e avaliação passam a fazer parte deste Relatório.

Todo o conteúdo da Auditoria está inserido no volume identificado como Anexo 6.



ANÁLISE DAS REAIS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO

A situação que ainda persiste nas aldeias visitadas pela CPI/DMI – não obstante a elaboração e execução de alguns projetos pela SETASS e IDATERRA – é de exploração predatória de recursos naturais por não-índios, arrendamentos a preço vil, inoperância do Estado, confinamento territorial e aumento populacional.

Nota-se, por parte dos Guarani-Terena-Kaiowá, uma “demanda de intervenção” na qual a principal questão é **como mudar** a exploração que marca suas relações com a sociedade branca e a busca de alternativas econômicas.

A demanda surge sempre a partir de situações de crise, como:

- conflitos internos,
- fome e desnutrição,
- abastecimento de água,

que tornam desejada a chegada de alguém de fora para intervir, ou seja, **para tomar conta e resolver**.

No entanto, os organismos de Estado que se apresentaram confessam dificuldades de compreensão da realidade, como se deprende dos documentos acostados pela SETASS em suas respostas à CPI.

Realizando reuniões preliminares com a comunidade, envolvendo técnicos e outros profissionais, ficou decidida a elaboração de um zoneamento e planejamento territorial a partir de visão global do grupo, que teria como um dos desdobramentos planos de comercialização para o artesanato.

Pressuposto básico da ação inicial

Segundo relatórios da SETASS – um dos gargalos foi a discussão dos conceitos tradicionais do uso do território e suas transformações na busca do diálogo entre conhecimentos indígenas e conhecimento “dos brancos” para a elaboração de um zoneamento, de maneira a haver uma construção conjunta da proposta.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

No entanto, percebe-se que **uma vez mais o Estado se equivoca quando tenta patrocinar, gerir sozinho o processo de sustentabilidade.**

É flagrante a falta de participação efetiva da comunidade indígena na gestão, razão pela qual, impede que em médio prazo, o projeto seja assumido pelos próprios índios.

Na visão da Relatora dois elementos fundamentais deveriam ter sido levados em conta pela SETASS quando do início do trabalho:

- a comunidade indígena com sua organização e visão de mundo, e,
- suas relações com o Estado e a sociedade envolvente.

Qualquer projeto de manejo socioambiental só ganhará forma incorporando diferentes planos de ação:

- exploração dos recursos naturais com planejamento técnico,
- zoneamento ambiental,
- assessoria jurídica e capacitação administrativa.

Observamos alguns pontos que se destacaram nas reuniões preliminares do pessoal da SETASS para levantamento e direcionamento das demandas.

Em nossa análise, percebemos que o insucesso das ações da SETASS ocorreu, entre outros, pelos seguintes fatores:

1. Falta de planejamento participativo;
2. falta de diálogo entre o conhecimento indígena e o conhecimento dos "brancos";
3. Falta de produção processual e coletiva de conhecimento; e,
4. falta de capacitação de recursos humanos locais para o planejamento e o gerenciamento do projeto.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

Se fossem observados esses passos teríamos como resultado um **zoneamento territorial** com um bem detalhado mosaico social e ambiental incluindo setores com suas peculiaridades, tais como:

- ✓ uso de subsistência,
- ✓ proteção,
- ✓ reabilitação,
- ✓ uso comercial e, ainda,
- ✓ proteção especial.

Chegou-se ainda à proposta de implementar duas atividades econômicas complementares, via dois subprojetos: comercialização de artesanato em cerâmica e comercialização de outros produtos.

Existem Aldeias em Mato Grosso do Sul que, independente da distância geográfica, estão se sendo tratadas com esquecimento. É o caso de comunidades situadas nos municípios mais distantes da Capital.

São grupos que estão abandonados, sem desenvolvimento econômico, lugar onde faltam iniciativas e possibilidades para os índios e para os brancos.

Em tais lugares os três níveis de governo precisam agir conjuntamente, realizando urgentemente um levantamento sócio-econômico para o mapeamento de possíveis atividades econômicas voltadas para a auto-sustentação das comunidades indígenas.

Poderiam ser princípios de ação cooperativa nesses locais:

1. convênios com ONG's
2. assessoria prestada aos índios via associações indígenas;
3. busca de financiamento de atividades por agências de fomento.



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

Senhor Presidente, ilustres Deputados membros desta CPI/DMI:

São várias as medidas que gostaríamos de encaminhar aos órgãos da administração pública que, de alguma forma, estejam envolvidos com a questão indígena.

Considerando a competência constitucional e legal de cada órgão ou instituição, com todo o respeito e acatamento recomendamos/sugerimos:

1) Ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Presidente da República que, de forma diligente determinou a constituição de uma **Comissão Interministerial**, para que cumpra em sua totalidade as medidas anunciadas dia 10 de maio de 2005 em Dourados, pelo representante do Presidente da República, Sr. César Alvarez – amplamente divulgadas pela imprensa, que são:

- a) O abastecimento de água potável, mesmo que através de carros-pipa, a 100% da população das Aldeias Bororó e Jaguapirú;
- b) A licitação para a obra definitiva de abastecimento d'água, mediante rede domiciliar, a 100% da população das duas Aldeias, no valor de R\$ 2,5 milhões;
- c) O lançamento de Edital de Licitação, pelo Ministério das Cidades, para a construção de mais 400 casas para os índios;
- d) O recadastramento visando incluir todas as famílias indígenas – com renda mensal abaixo de R\$ 100,00 no Programa Bolsa Família;
- e) A inclusão de 400 vagas para jovens indígenas no Programa de Capacitação Profissional Agente Jovem a partir de julho passado;
- f) A construção, em 40 dias, a partir de 10 de Maio, de mais duas Casas da Família com capacidade de atendimento a mil famílias, visando o encaminhamento dos índios para ações sociais de acordo com suas necessidades.
- g) A distribuição, pela EMBRAPA, de sementes de árvores nativas, bem como de mudas e sementes de dez diferentes tipos de frutas.

2) Ao Ministério da Justiça:

- a. O fortalecimento da FUNAI, pelo alto grau de sua responsabilidade com a proteção e assistência às comunidades indígenas, para que tenha orçamento compatível com sua função constitucional, e, que o Ministério da Justiça aporte recursos suficientes para atender às necessidades dos povos indígenas;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA BARBOS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

- b. Que determine à presidência da FUNAI uma investigação profunda nos documentos acostados a este processo da CPI/DMI levando em conta as denúncias assinadas por dezenas de lideranças indígenas, averiguando se assiste razão aos reclamantes;
- c. Que determine ao Departamento de POLÍCIA FEDERAL uma ampla investigação a partir das denúncias acostadas aos autos desta CPI/DMI, em todas as matérias de sua competência, atendendo ao clamor uníssono das Aldeias, oriundo de jovens estudantes, pais, professores e capitães, sobre as questões de:

- Alcoolismo,
- Drogas ilícitas,
- Armas e munições,
- Outros crimes.

3) Que determine à Polícia Federal abertura de inquérito para investigar:

- A existência de atividades ilegais nas áreas indígenas de Mato Grosso do Sul;
- A existência de cartões de benefícios/ cartões de recebimento de pagamentos em caixa eletrônico, em poder de terceiros;
- A existência de terceiros de má-fé recebendo benefícios previdenciários e auxílios em nome de indígenas – inclusive mães com direito ao auxílio maternidade;
- A existência de crianças e até de adultos índios sem qualquer documento e nem registro de nascimento, administrativo ou civil;

Do ponto de vista legislativo:

4) Indica ao Governo de Mato Grosso do Sul que encaminhe para a Assembléia Legislativa, Mensagem com proposta de criação ou adequação de competência de um órgão destinado a coordenar, articular, interagir com os demais órgãos e instâncias de governos federal e municipal, todas as ações, estudos, pesquisas, elaboração, execução e acompanhamento de programas e projetos cujos beneficiários sejam os povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

5) Sugere ao Ministério Público uma avaliação profunda dos documentos e declarações constantes dos autos desta CPI/DMI adotando os procedimentos legais que cada caso requer tanto na área investigativa, policial, quanto na esfera judicial.



6) Recomenda à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, que divulgue a temática indígena em programas especiais da TV Assembléia, esclarecendo que o Poder Legislativo dispõe da COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO, CIDADANIA e DIREITOS HUMANOS (Art. 51, VI, “a” do Regimento Interno), através da qual a sociedade indígena regional pode contar com um fórum permanente para discussão, acompanhamento, articulação e fiscalização das ações direcionadas para os povos indígenas, sendo que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país.

PARA A SOBREVIVÊNCIA NAS ALDEIAS

7) Sugerimos à PRESIDÊNCIA DA FUNAI, com urgência:

- A liberação de recursos para executar um projeto – em convênio com as prefeituras municipais, se necessário – para o plantio imediato de espécies de **reflorestamento** (eucalipto, pinus eliotti) em todas as aldeias de Mato Grosso do Sul onde se constatar a necessidade. Porque, existem aldeias onde não há mais lenha, obrigando as famílias indígenas até à invasão de propriedades lindeiras para a catação, com todos os riscos que envolvem esse tipo de ação.
- Num segundo passo, preparar viveiros de espécies nativas e de reflorestamento, visando o restabelecimento de matas ciliares e a reposição permanente do reflorestamento.
- Nas visitas da Relatora desta CPI/DMI às Aldeias Amambai e Limão Verde uma comissão de representantes indígenas apresentou esta questão do **plantio urgente de eucalipto** como única saída para que as famílias tenham **lenha e madeira de sustentação para os barracos. Mais do que** apego natural a uma tradição milenar, o fogo para o índio **é uma questão de sobrevivência** que fica ainda mais evidente no Inverno quando, além do preparo de alimentos, muitas famílias que não dispõem de cobertores passam dia-e-noite se aquecendo ao fogo-de-chão.



AOS MUNICÍPIOS COM COMUNIDADES INDÍGENAS

8) Indicamos à **ASSOMASUL** (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul) que estimule e promova um **ENCONTRO DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INDÍGENA**, a fim de que seus prefeitos possam elaborar planos cooperativos e articulados de ação, fortalecendo os pleitos que serão levados ao Governo Federal, buscando incentivos e recursos especiais que poderão advir, inclusive, de alguma modalidade semelhante ao ICMS - Ecológico.

9) Indicamos às **Prefeituras** dos Municípios que possuem populações indígenas que se articulem com a **Imprensa de Mato Grosso do Sul**, rádio, jornais e TVs, e com os **sindicatos** das respectivas profissões, instituindo **campanhas institucionais e prêmios** por peças publicitárias e reportagens exaltando as vantagens da diversidade étnica nesses municípios, contribuindo para o melhor acolhimento e valorização do índio pela população branca e elevando a auto-estima do índio no contexto da sua cidade.

10) Indicamos aos **Administradores Regionais da FUNAI** emitimos um alerta para que implantem, urgentemente, viveiros de mudas de plantas nativas e de reflorestamento, tanto para a recomposição ambiental e de matas ciliares, como para garantir o fornecimento de **lenha para aldeias**, uma vez que sabemos que, para o índio, o *fogo é sagrado* e, além disso, absolutamente necessário para sua sobrevivência.

À UNIÃO, AO ESTADO/MS E AOS MUNICÍPIOS:

11) A urgente necessidade de implantação de uma **Coordenadoria ou Secretaria que assuma e promova a articulação** de todos os projetos, programas e recursos que tenham os povos indígenas como destinatários;

12) Que **todas as Escolas das áreas indígenas** sejam dotadas de recursos materiais e humanos para funcionar **em tempo integral**;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

13) Que sejam implantadas **CRECHES** ou mesmo **Centros Integrados de Educação Materno-Infantil**, onde as mães poderão passar boa parte do dia ao lado de suas crianças, com alimentação assistida e recebendo cursos e palestras sobre os mais variados temas, tudo isso aliado à qualificação de mão de obra que valorize o artesanato, a culinária, as tradições folclóricas e religiosas, as manifestações culturais de cada etnia;

14) Implantação de **Grupos Culturais Multidisciplinares** que, uma vez preparados, integrem uma **agenda permanente de apresentações**, num pavilhão destinado especificamente para tal, buscando recursos atraindo turistas para compras e entretenimento cultural de qualidade;

15) A construção do **CENTRO CULTURAL DAS NAÇÕES INDÍGENAS**, na região das aldeias de Dourados, onde haja espaço para comercialização de artesanato, feira de produtos locais, e apresentações semanais de grupos culturais, tudo isso fazendo parte do **calendário oficial de eventos e divulgação do turismo no Estado** de Mato Grosso do Sul, no mesmo patamar do Pantanal e da Região da Bodoquena.

Desta forma, além de investigar e apontar irregularidades, esta CPI/DMI também faz propostas concretas para um esforço cooperativo entre os governos da União, do Estado e dos Municípios com maior população indígena.

Temos convicção que, através de projetos de desenvolvimento sustentável que poderão se concretizar a curto, médio e longo prazos, todos os níveis de governo – de forma articulada e harmoniosa – conseguirão resgatar a dignidade dos povos indígenas.



RESPONSABILIDADES A VERIFICAR

Pela análise percuciente de tudo o que dos autos consta, entendemos que o Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União, o Departamento de Polícia Federal, o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas/MS e o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, no âmbito da competência de cada um, poderão detectar se houve, ou não, o cometimento de alguma infração, ou infringência à norma legal, nos seguintes órgãos e instituições da administração pública e privada:

1. A Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul, da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, nos períodos de 2003 e 2004;
2. A Administração da FUNAI no município de Dourados;
3. A Administração da FUNAI no município de Amambai;
4. A Prefeitura Municipal de Dourados – gestora de programas de assistência ao índio, através de recursos conveniados; e, como contratante das obras de construção via Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social;
5. A Gerência de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal - em vista da responsabilidade contratual, confirmada à CPI/DMI/DMI via ofício 2-2308/GIDURCG, item 2, “in fine” no acompanhamento das obras de construção via Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social nas aldeias Jaguapirú e Bororó;
6. A “AC CONSTRUTORA”, empresa responsável pela edificação das casas nas aldeias Bororó e Jaguapirú - via Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.



ENCAMINHAMENTOS

Diante de tudo o que foi apurado, entendemos que a síntese deste Relatório deva ser apreciada e, para tanto, remetida:

1. À Presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para as providências regimentais. E, considerando o que foi apurado, **indicamos** ao colendo Plenário o encaminhamento de cópia das páginas 133 a 149 deste Relatório;
2. À Procuradoria Geral da República/MS;
3. Ao Ministério da Justiça;
4. Ao Departamento de Polícia Federal - DPF/MS;
5. À Controladoria Geral da União – CGU;
6. Ao Tribunal de Contas da União;
7. Ao Ministério da Saúde;
8. Ao Ministério das Cidades;
9. À Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
10. Ao Gabinete do Presidente da República indicando a necessidade urgente de cumprir a pauta da Comissão Interministerial enviada a Dourados;
11. Ao Chefe do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul;
12. Ao Arquivo Público de Mato Grosso do Sul;
13. Ao Tribunal de Contas/MS;
14. Ao Ministério Público Especial no TCE/MS.



CONCLUSÃO E VOTO

A desnutrição e a mortalidade indígena nas aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul, devem ser encaradas como uma afronta aos direitos humanos.

Isto porque, esse processo pode ser facilmente modificado com a adoção de políticas públicas e estratégias pouco dispendiosas e eficazes e, no mais das vezes, óbvias. Pelo mundo todo, o padrão de seus determinantes se reproduz.

Por não se tratar de um problema não exclusivo da área de saúde, e sim uma questão social extremamente ampla, as estratégias identificadas para combatê-la envolvem várias frentes.

Primeiro, sua redução passa pelo reconhecimento e valorização da sociedade quanto aos valores culturais das comunidades indígenas.

No desenrolar dos trabalhos da CPI e o aprofundamento das reflexões, as questões foram se tornando mais complexas.

Como indaga Carlos Maltus:

“... por que aceitamos a marginalidade como um sistema de vida, como parte da paisagem social?
Como nasce a crise da família?
Como é gerada a cultura de um povo?
Por que se produz o desequilíbrio entre acumulação econômica e acumulação cultural?
Por que um grande percentual da população, que é marginal, não tem peso político, se o sistema é democrático?
Qual o alcance da nossa democracia?”

Estas reflexões são perfeitamente aplicáveis à situação que estudamos durante mais de dez meses de trabalho.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATORA DEPUTADA BELA SARNOS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

Nossa obrigação é identificar formas de combater essas distorções. Para isso, são necessárias intervenções sanitárias, educacionais e sócio-econômicas, medidas mais eficazes quando implementadas simultaneamente com vistas à eliminar a extrema pobreza nas comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul.

Temos claro que a CPI sozinha não tem como promover a mudança social profunda e necessária para se eliminar a pobreza, a desigualdade, a exclusão, a violência desenfreada que acomete as minúsculas aldeias indígenas do nosso Estado. Mas nosso trabalho de conscientização será uma ferramenta valiosíssima para alavancar este processo. Segundo Foucault, o primeiro ponto para se poder tratar a questão é reconhecê-las.

Estamos, sim, trabalhando neste sentido. Este aprimoramento do panorama Estadual de desnutrição e mortes indígenas é um objetivo constante que permeou todas as nossas discussões.

A inclusão da saúde indígena em atividades como Programa Saúde da Família ou Agente Comunitário Indígena deve ser um reforço, mais um instrumento para promover o acompanhamento mais próximo e de aumentar as chances do encaminhamento aos serviços de forma precoce. Não pode, de forma alguma, ser encarado como panacéia ou substituto para ações regulares de saúde integral, estas, ainda, dependentes de uma ampla organização dos serviços.

Esta estratégia ajuda, mas é paliativa. O Sistema Único de Saúde precisa ser estruturado, equipado e capacitado para prestar atendimento pleno e de qualidade para todos os indígenas.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DEPUTADA BELA BARROS
Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

No que diz respeito à Saúde indígena é essencial que se resgatem as premissas do Programa de Assistência Integral à Saúde da indígena - PAISI, incorporando-os à atenção prestada em todos os níveis do sistema.

A pouca renda implica má qualidade de vida. A falta de saneamento básico nas minúsculas reservas, a má alimentação, levando a déficits nutricionais e anemia, a pouca disponibilidade de dinheiro para o transporte até os serviços de saúde criam um ambiente adverso para a gestação. Crescimento econômico desigual, poucas oportunidades de emprego, exclusão social – estes são fatores que surgiram com clareza influenciando o panorama da desnutrição e mortes indígena.

O que nós desta CPI/DMI buscamos fazer – além de todo o mister investigativo imposto pela Constituição, foi criar um espaço para institucionalização de um diálogo intercultural indispensável para a elaboração de uma política indigenista regional neste primeiro *lustr*o do terceiro milênio.

Analisando detidamente – com os demais Deputados desta CPI/DMI , cada questão, cada falha, cada documento juntado aos presentes Autos, constatamos que...

... não é mais possível, nem justificável, que a política indigenista seja concebida e elaborada - exclusivamente - a partir de Brasília, em articulações restritas a uma elite de tecnocratas, alguns sertanistas e meia dúzia de antropólogos, na sede da FUNAI.

Esse tipo de ação do Estado brasileiro vai gerar sempre, e somente, soluções teóricas e artificiais que, por isso mesmo, já nascem contaminadas pelo vírus do fracasso, porque o destinatário de tais soluções vive outra realidade sócio-cultural e étno-ambiental.

A comunidade indígena sul-mato-grossense, bem como suas lideranças naturais, suas autoridades nativas – *não aquelas "fabricadas pela Funai"* – e entidades associativas não podem ser consideradas como um gueto passivo e incapaz de usuários, cujos membros devam ser estrategicamente mantidos à distância, como clientes do lado de fora do balcão.

As comunidades indígenas, e por extensão cada uma de suas nações e etnias, necessariamente precisam ser ouvidas. Especialmente na atualidade, porque carregam



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RELATORA DEPUTADA BELA BARROS

Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

consigo um elemento novo e fundamental para a formulação de políticas públicas que atendam às suas características étnicas e ambientais.

Mais do que simples beneficiários das ações governamentais, os índios devem ser parceiros, chamados à lide, e, sempre que possível, eles mesmos receberem a missão de executores de uma nova política indigenista.

Com esta CPI/DMI chega-se à compreensão de que, mais que nunca, é necessário ampliar o diálogo com o maior número possível de lideranças, ampliando-o para todas as áreas indígenas.

Todo diálogo, para ser autêntico e proveitoso, pressupõe escutar antes de falar.

É por isso que o Governo erra quando impõe seus programas assistenciais, quando estabelece parâmetros desconhecidos para o indígena, sem que, antes, realize todo o processo de sondagem, de escuta, de pesquisa, de consulta e de avaliação do inevitável impacto étno-ambiental.

A figura do Estado protetor, tutor, ditador, não é assimilada pelo índio. Ele tem outra visão de mundo, outros costumes e tradições, onde pontificam outros valores para liberdade e convivência equilibrada com a natureza.

É fácil perceber que o diálogo intercultural que a sociedade sul-mato-grossense busca com a sociedade indígena, pressupõe o estabelecimento preliminar de regras e expectativas que assegurem o respeito mútuo e a compreensão, visto que só assim será possível discutir metas, traçar objetivos e estratégias de consenso que possam gerar responsabilidades compartilhadas.

Nossa CPI/DMI procurou dar uma contribuição na medida em que serviu, desde sua criação, para o urgente despertar das instâncias de governo (federal, estadual e municipal) para o desenvolvimento de ações concretas visando a redução do índice de mortalidade infantil por desnutrição que deixava evidente um relativo afrouxamento das ações governamentais nas áreas de saúde, saneamento básico e segurança alimentar.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RELATORA DEPUTADA BELA BARROS

Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição e Mortalidade Indígena

Também serviu de ambiente e de agente deflagrador de um novo processo de diálogo envolvendo – além de inúmeros setores de ação pró-indigenista – instâncias da administração federal e também alguns setores de governo do Estado e do Município de Dourados. Diálogo esse, que precisa ser encarado sem temores pelas autoridades, pelas ONG's, pelas associações e lideranças indígenas e pelas agências de desenvolvimento. Mas, para que tenha sucesso é fundamental que seja um diálogo franco e respeitoso para com as peculiaridades e as diferenças. Porque ser diferente não é ser menos inteligente, nem passivo, nem submisso, nem alienado e, muito menos, incapaz.

E o índio é apenas diferente!
Ricamente, original!

Palácio Guaicurus, 15 de Novembro de 2005.

Dep. BELA BARROS - Relatora

VOTARAM COM A RELATORA, CONFORME APONTAMENTOS DA
ATA DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS, OS SEGUINTE
DEPUTADOS:

DEPUTADO MAURÍCIO PICARELLI - PTB

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT

DEPUTADO DOUTOR LOESTER - PDT

DEPUTADO LUIZINHO TENÓRIO - PL



SECRETARIA DE SAÚDE
FUNASA/MS
PRESIDÊNCIA
2005 029.846 2005.47

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Auditoria – Interna

S.A.S - Quadra 4 – Bloco 'N' – 6º andar – Ala Sul - CEP.70.070-040 – Brasília/DF
Fones: XXX(61) 226-6963/314-6236 – Fax: (61) 314-6383 - E-mail: auditoria@funasa.gov.br

Ofício n.º 747 GAB/AUDIT/PRESI/FUNASA -

Brasília, 23 de setembro 2005.

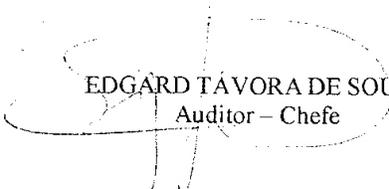
A Sua Senhoria o Senhor
BENJAMIM BENEDITO BERNARDES
Diretor da Missão Evangélica Caiuá
Rodovia Dourados Km.2 – Itaporã
Caixa Postal 04 - CEP 79.804-970 - DOURADOS/MS

Assunto: Relatório de Auditoria 2005/002

Senhor Diretor,

1. Encaminho a Vossa Senhoria, cópia do **Relatório de Auditoria 2005/002** realizada na *Missão Evangélica Caiuá*, que apura a operacionalização dos convênios n.º 1333/04 e 1340/04, abrangendo o escritório de Dourados/MS e Governador Valadares/MG, para conhecimento e atendimento aos subitens 3.2.1 e 3.3.1.
2. Informo que esta Auditoria deverá ser comunicada das medidas adotadas e que as respostas aos apontamentos deste relatório sejam encaminhadas via correios e para o e-mail auditoria@funasa.gov.br.
3. Nesta oportunidade, saliento que o conteúdo do citado Relatório de Auditoria é de caráter **“confidencial”** conforme disposto no Decreto n.º 4.553, de 27 de dezembro de 2002, não devendo ser divulgado sem prévia anuência do Presidente da FUNASA.

Atenciosamente,


EDGARD TAVORA DE SOUSA
Auditor – Chefe

M.S - Ministério da Saúde
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
AUDIT - Auditoria-Interna

RELATÓRIO DE AUDITORIA
2005/002

Missão Evangélica Caiuá
(Escritório de Dourados/MS e Governador Valadares/MG)

Convênios nº 1333/04 e 1340/04

JULHO/2005

472

Relatório de Auditoria realizada na Missão Evangélica Caiuá, no período de 14.2 a 4.3.2005, abrangendo o Escritório Local em Governador Valadares -MG e Dourados -MS. O presente relatório está dividido em cinco blocos distintos, a saber: I - Introdução; II - Escopo, III - Das Constatações; IV - Conclusão; V - Encaminhamento.

Período-base sob exame: julho de 2004 a janeiro de 2005.

I - INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolveu-se dentro dos padrões normais de auditoria, aplicáveis às circunstâncias, de conformidade com o programa de auditoria aprovado pelo Auditor-Geral da Fundação Nacional de Saúde e dos princípios geralmente aceitos no Serviço Público Federal.

1.2 Os exames foram procedidos pelo sistema de amostragem, na extensão considerada necessária, abrangendo as áreas financeira, patrimonial, de material, de transportes, atentando-se para o aspecto de continuidade em relação aos trabalhos precedentes e para as normas e a legislação em vigor, em especial para a IN/SFCI nº 01/2001 e IN/STN 03 de 25.9.2003.

1.3 No período base sob exame, atuou como Ordenador de despesas o Sr. Beijamim Benedito Bernardes, CPF(MF) n.º 170.110.436-91, no cargo de Secretário Executivo.

1.4 A seguir encontram-se destacados os trabalhos de inspeção, que levamos a efeito na Organização Não Governamental em tela, com os quais formulamos o presente relatório, para conhecimento da Presidência.

II - ESCOPO

2.1 Os trabalhos de auditoria foram realizados especificamente sobre os convênios n.º 1333/2004 e 1340/2004, cujo objeto é prestar assistência e recuperação de saúde dos povos indígenas do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais/Espírito Santo e Polo Base de Doura-

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Auditoria Geral	RELATÓRIO DE AUDITORIA	"CONFIDENCIAL"
---	------------------------------	----------------

dos do DSEI/MS, cuja responsabilidade de acompanhamento é da FUNASA, destacando-se que nenhuma restrição foi imposta à equipe.

III - DAS CONSTATAÇÕES

3.1 Os recursos repassados à conta dos convênios n.º 1333/2004 e 1340/2004, foram especificamente para a contratação de pessoal, pagamento de encargos sociais, prestação de serviços a pessoas física e jurídica, sendo que as demais despesas para o atendimento das ações de assistência e recuperação de saúde da população indígena, tais como, aquisições de medicamentos, alimentação, hospedagens, manutenção e abastecimento de veículos, transportes terrestres, e outros são de responsabilidade da Coordenação Regional da FUNASA do Estado do Mato Grosso do Sul.

3.2 Falta de Identificação do Convênio

3.2.1 A documentação comprobatória não vem sendo identificada com o número do convênio, conforme preceitua a Alínea "I" do subitem II da Cláusula Terceira do Termo de Convênio.

Recomendação: A Missão Evangélica Caiuá deverá proceder à identificação do número do convênio na documentação comprobatória da despesa.

3.3 Pagamento de Serviços Prestados por Autônomos

3.3.1 A Missão Evangélica Caiuá tem efetuado alguns pagamentos de serviços prestados por meio de Recibos de Pagamentos a Autônomo - RPA, emitidos em formulários não adequados nos quais não vem sendo discriminado o tipo de serviço que foi prestado, conforme exemplos abaixo:

Cheque n.º 850.037 de 6.10.2004 - Pago a Elizabeth Aparecida de Almeida - CPF: 628.167.056-65 - R\$94,50.

Cheque n.º 850.038 de 6.10.2004 - Pago a Michele Matos - CPF: 044.938.536-11 - R\$94,50.

Cheque n.º 850.057 de 10.11.2004 - Pago a Michele Matos - CPF: 044.938.536-11 - R\$94,50.

Cheque n.º 850.058 de 10.11.2004 - Pago a Sonia Maria Neri Matos - CPF: 448.592.266-34 - R\$94,50.

Recomendação: 1 - A Missão Evangélica Caiuá deverá emitir Recibos de Pagamentos a Autônomos constando todas as informações necessárias à identificação do prestador dos serviços, cálculos dos descontos, como também o tipo de serviço que está sendo prestado;

2 - A CGCON/DEPIN, deverá observar por ocasião da análise das prestações de contas, se os recibos emitidos pela conveniente, trazem a correta identificação dos prestadores de serviços, conforme recomendação constante deste apontamento.



IV - CONCLUSÃO

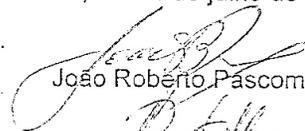
4.1 De todo o exposto concluímos que a Missão Caiuá vem desenvolvendo suas atividades conforme aprovado no Plano de Trabalho, aplicando os recursos a ela destinados com a contratação de pessoal, encargos sociais e prestação de serviços pessoa física e jurídica, não constatando-se impropriedades/irregularidades que merecem ser destacadas.

V - ENCAMINHAMENTO

Sugerimos o encaminhamento deste Relatório para:

- 5.1 Evangélica Caiuá para atendimento aos subitens 3.2.1 e 3.3.1;
- 5.2 À Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul, para conhecimento;
- 5.3 Ao Departamento de Saúde Indígena – DESAI para conhecimento e demais providências, no que couber;
- 5.4 À Secretaria Federal de Controle Interno – SCFI para conhecimento.

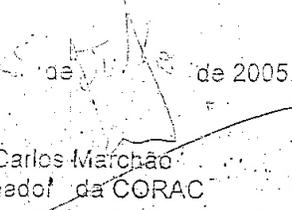
Brasília, DF 14 de julho de 2005


João Roberto Pascom


Ramiro Teodoro de Castilho

- 1) De acordo.
- 2) Encaminhe-se a Sr. Coordenador Geral de Auditoria para conhecimento.

Brasília (DF), _____ de _____ de 2005.


Luis Carlos Marchão
Coordenador da CORAC



Ministério da Saúde
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Auditoria Geral

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA

"CONFIDENCIAL"

- 1) De acordo.
- 2) Encaminhe-se ao Sr. Auditor-Chefe para conhecimento.

Brasília (DF), 20 de Julho de 2005

Marcos Tadeu de Andrade
Coordenador Geral de Auditoria

- 1) De acordo.
- 2) Encaminhe-se ao Sr. Presidente para aprovação.

Brasília (DF), 28 de Julho de 2005

Edgard Távora de Sousa
Auditor-Chefe

- 1) De acordo
- 2) Encaminhe-se na forma proposta.

Paulo de Tarso Lustosa da Costa
Presidente
Diretor Executivo
Fundação Nacional de Saúde

3



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

CERTIDÃO

Certifico que os autos do Inquérito Civil n. 001/2005 foram remetidos à Procuradoria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de apreciação da Promoção de Arquivamento pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público. Nada mais.

Dourados-MS, 19 de abril de 2006.


Thiago Barbosa da Silva
Assistente de Gabinete



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL N. 001/2005
REQUERENTE: 9.^a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE DA COMARCA DE DOURADOS-MS
REQUERIDO: A APURAR

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Egrégio Conselho Superior do Ministério Público:

Eminentes Conselheiros:

Ilustre Conselheiro Relator:

Instaurou-se o presente Inquérito Civil, registrado sob o n. 001/2005, objetivando apurar os fatos relacionados à desnutrição infantil em aldeias indígenas da comarca de Dourados-MS, em flagrante ofensa aos comandos dados pelos artigos 4º e 7º da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, tendo como providências iniciais:

1. Expediram-se ofícios à Prefeitura Municipal de Dourados, à FUNASA, às Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, enviando-lhes cópia da portaria inaugural deste Inquérito Civil e requisitando informações a respeito das providências até então tomadas para mitigar o problema versado nos autos;

2. Oficiou-se, ainda, à Secretaria Municipal de Assistência Social, requisitando a relação dos nomes das crianças que se encontravam em estado de desnutrição, dos respectivos pais e onde poderiam ser encontrados, bem como dos nutricionistas que atendiam os infantes;



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

3. Foi notificada a Diretora da Unidade Educacional de Internação de Dourados-MS, GEDALVA CALASANS, para que comparecesse nesta Promotoria de Justiça a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos noticiados à imprensa (f. 12);

4. Requisitou-se ao Conselho Tutelar o encaminhamento de toda a documentação existente naquele órgão, relativa aos fatos aqui narrados, bem como solicitamos o comparecimento de um dos conselheiros para ser ouvido nesta Promotoria de Justiça, em audiência realizada em 04 de fevereiro de 2005, às 10h00m (fls. 27-30);

5. Requisitou-se à TV SulAmérica o encaminhamento das reportagens veiculadas a respeito do assunto, em fita VHS, com pronto atendimento (f. 68).

As respostas aos expedientes encaminhados pela 9ª Promotoria de Justiça foram acostadas aos autos.

Com efeito, a Secretaria Municipal de Saúde informou que vinha atuando juntamente com a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária e com a FUNASA, no sentido de levantar os índices de crianças em situação de risco, a fim de que suas famílias fossem contempladas com 1 (uma) cesta de alimentos, em caráter emergencial, bem como buscando monitorar o peso das crianças, através dos agentes comunitários de saúde (f. 58).

Informou, ainda, que ofereceu insumos e materiais de limpeza para o funcionamento das Unidades de Saúde das aldeias Jaguapiru e Bororó, além da contratação de dezenove profissionais para trabalhar naquela área (f. 58)

Por seu turno, a Secretaria de Estado de Saúde informou as diversas ações que constavam do plano da Área Técnica, em parceria com a FUNASA, para o ano de 2005, dentre elas a prevenção da desnutrição através das ações da atenção básica do Posto de Saúde da Família (fls. 164-168).



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Já a Prefeitura Municipal de Dourados ratificou as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, acrescentando que devido à desnutrição infantil recentemente divulgada nos meios de comunicação, foram tomadas ações emergenciais, tais como distribuição de sementes, preparo imediato do solo para a safrinha e identificação das famílias em conjunto com as agentes de saúde da Funasa (fls. 174-94).

A Secretaria de Estado de Assistência Social asseverou que o Estado implantou o Plano de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, dentro do qual se desenvolve o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que uma das metas seria distribuir 8 mil cestas de alimentos para acampados, população indígena e famílias em situação de emergência (fls. 195-196).

Alinhou, ainda, que atualmente o Programa estaria atendendo cerca de 1.879 indígenas na região de Dourados-MS (fls. 195-196).

Na seqüência, foi ouvido o pai da criança ISAQUIELI ISNARDI, falecida em 8 de fevereiro de 2005, o qual manifestou repúdio às notícias veiculadas nos meios de comunicação, por entender que sua filha não faleceu em virtude de desnutrição, já que ela era acometida de ataques convulsivos rotineiramente, sendo que quando de seu falecimento a criança já estava com o peso recuperado (fls. 119-120)

Alegou, em continuação, que quando a criança vivia em companhia da mãe não era bem cuidada, pois ao ser entregue à avó paterna apresentava-se suja, com sarna e muitas infecções e inflamações (f. 119-120).

Disse também ter se cansado de procurar as autoridades para ser cadastrado para receber a cesta básica, não tendo logrado êxito (fls. 119-120).

Em assim sendo, oficiou-se à Secretária Municipal de Assistência Social, enviando cópia das declarações do pai de ISAQUIELI ISNARDI, a fim de que fossem tomadas as providências cabíveis com relação à omissão do Estado no sentido de fornecer benefícios assistenciais à família necessitada (f. 203).



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Para colher maiores dados sobre os acontecimentos, requisitou-se ao Analista Pericial em Antropologia - MARCOS HOMERO FERREIRA LIMA - um estudo a respeito das possíveis causas de desnutrição das crianças indígenas (fls. 65 e 108-109), com resposta às fls. 255-258.

Notificou-se o médico ZELIK TRAGEBER (f. 67), para ser ouvido nesta Promotoria de Justiça sobre os fatos versados nestes autos, o qual teceu esclarecimentos pormenorizados a respeito das crianças internadas no Centrinho - Centro de Recuperação de Desnutridos - e das que vieram a falecer depois de receber alta (fls. 112-114).

Nessa ocasião, verificou-se que a maioria das crianças lá internadas provinham de outras comarcas, tendo sido enviadas cópias das peças principais do Inquérito Civil aos Promotores de Justiça respectivos, para a tomada das providências que entendessem cabíveis, especialmente com relação aos pais daquelas crianças, haja vista a suspeita de "descaso" no tocante à criação de seus filhos (f. 112-verso).

Também foi oficiada à Secretaria Estadual de Assistência Social, requisitando informações a respeito das providências até então tomadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no que concerne à problemática das mortes por desnutrição de crianças indígenas.

Houve visita e inspeção do Ministério Público Estadual no Centro de Recuperação de Desnutridos em 18 de fevereiro de 2005, para avaliar a situação do local onde se encontram internadas as crianças (fls. 104-105), tendo sido constatado que o trabalho no local vem sendo desenvolvido a contento, as crianças estavam bem cuidadas e o ambiente encontrava-se limpo. Contudo, constatou-se falha no tocante à segurança, pois é comum a prática de pais não aceitarem o tratamento de seus filhos e de os retirarem a força do local.

Além disso, verificou-se a existência de um equipamento de lavanderia destinado pelo Estado de Mato Grosso do Sul àquele Centro (foto à f. 106), o qual se encontrava até então desativado.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Oficiou-se, então, ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando-lhe que fosse determinada a instalação do referido equipamento, pois as crianças em tratamento naquele local continuavam correndo risco de contraírem doenças, em virtude da impossibilidade de esterilizar as roupas utilizadas (f. 107).

Em resposta, fomos informados que até o dia 10 de março o equipamento estaria em funcionamento (f. 226), sendo que no dia 06 de maio de 2005, foi confirmada a instalação dos equipamentos da lavanderia no "Centrinho" pela Secretaria Estadual de Saúde, a qual frisou que a contratação e a capacitação de recursos humanos para operacionalização das máquinas seria de competência da Instituição Filantrópica Missão Caiuá pra contratada pela FUNASA (f. 664).

Foram notificados os pais das crianças que se encontravam internadas no Centrinho, para serem ouvidos nesta Promotoria de Justiça, na presença da Psicóloga do Ministério Público LINDOMAR PACHECO, do Analista Pericial em Antropologia MARCOS HOMERO FERREIRA LIMA e da Assistente Social do Juízo da Infância e Juventude de Dourados ENEIDA GEBAILÉ MARTINS, a fim de se constatar as necessidades de cada família, buscando auxiliá-las de alguma forma para que possam novamente receber os seus filhos e ter todas as condições de criá-los com dignidade, bem como buscar soluções em conjunto para os problemas apresentados.

Foram ouvidos os pais das crianças GITANE RAMIREZ, REGINALDO ROMEIRO DA SILVA, JOSIMAR ISNARDI, LEANDRO ALMEIDA e FRED VERON BOGARIM sendo enviadas cópias ao Ministério Público Federal, para conhecimento e tomada das providências que entendesse cabíveis, tendo em vista o relato de ofensa a direitos indígenas (f. 346).

Foram enviadas fotocópias das referidas declarações à Secretária Municipal de Assistência Social, requisitando informações a respeito do motivo pelo qual duas daquelas famílias não estariam recebendo as cestas de alimentos (f. 348).



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Recebemos uma REPRESENTAÇÃO de autoria do Deputado Federal GERALDO RESENDE, pedindo providências com relação ao funcionamento das “vacas mecânicas” para a produção do leite de soja, visando a distribuição dele na Reserva Indígena de Dourados, especialmente para o atendimento das crianças desnutridas em tratamento no Centrinho e no Hospital Porta da Esperança (fls. 278-285).

Assim, oficiamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Chefe Regional da FUNASA, ao Prefeito Municipal de Dourados, ao Secretário Estadual de Saúde e ao Secretário Municipal de Saúde (fls. 306-10), enviando fotocópia da representação e solicitando informações a respeito do funcionamento do equipamento.

A Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde informaram que estavam tomando as providências para restabelecer o funcionamento da máquina de produção de leite, determinando uma inspeção técnica nos equipamentos (fls. 416-418), asseverando ainda que manteriam esta Promotoria de Justiça informada a respeito do conserto e do funcionamento daquela.

Entretanto, veio aos autos o ofício de f. 840, no qual a FUNASA informou que no momento não havia a necessidade da utilização da “vaca-mecânica”, uma vez que optaram pela “distribuição do LEITE INTEGRAL E MULTIMISTURA, além da introdução dos “SOPÕES” nas aldeias, no que tem sido muito bem aceito pelas comunidades indígenas”.

Outrossim, diante da suspeita de que crianças indígenas vieram a falecer em virtude de infecção hospitalar, conforme noticiado na matéria intitulada “Mortes em hospital são investigadas”, do Jornal Correio do Estado, de 12/03/2005, oficiamos ao Hospital Evangélico requisitando informações a respeito da *causa mortis* de cada criança indígena que lá havia permanecido internada. Em resposta (fls. 363-368), fomos informados que o quadro de desnutrição apresentado pelas crianças foi a causa determinante dos óbitos ocorridos.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

A partir das declarações prestadas por JOÃO CARLOS VIDINHA DA CUNHA, membro da força tarefa da FUNASA, formada com a finalidade de combater a desnutrição de crianças indígenas e evitar novas mortes (fls. 445-446), formulou-se requerimento ao Juízo da Infância e da Juventude de Dourados, para o abrigamento de quatro crianças que tiveram alta médica, mas que não tinham condições de serem novamente recebidas por seus pais (fls. 441-442) por motivos diversos - pais dependentes de álcool ou que não têm preparo para cuidar de seus filhos, tendo sido deferido o pleito ministerial (f. 441).

Oficiou-se ainda ao Ministério Público Federal solicitando providências com relação à segurança das crianças indígenas que estão internadas no Centrinho, inclusive com requisição de apoio à Polícia Federal, pois mostrou-se bastante comum a prática de pais retirarem a força os seus filhos, sem que tenham recebido alta médica, colocando em risco a vida e a saúde das crianças (f. 440).

Em 13 de abril de 2005 realizou-se audiência com três agentes de saúde, os quais forneceram importantes informações sobre o problema versado nestes autos (fls. 469-473), apontando as maiores reclamações dos índios aldeados, bem como sugestões de providências a serem tomadas para melhorar a qualidade de vida nas aldeias, o que levou o *Parquet* a enviar cópia do termo à FUNAI e à FUNASA, requisitando explicações a respeito das irregularidades e/ou reclamações apresentadas pelos agentes de saúde, e também ao Ministério Público Federal, para a tomada das providências que entendesse cabíveis.

Ouviu-se a agente de saúde ELIETE RODRIGUES DA SILVA, a qual informou que a criança LEANDRO ALMEIDA estaria para receber alta hospitalar, mas não teria condições de ser entregue a sua família, em virtude de não possuir água tratada.

Diante desse quadro, contatou-se o Hospital Universitário, tendo ficado acordado que a criança deveria ser encaminhada ao Centrinho, lá permanecendo até que fosse encontrado alguém da família que tivesse condições de recebê-la.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Em 28 de abril de 2005, oficiou-se à Prefeitura Municipal de Dourados, solicitando informações sobre a data em que seria colocada em funcionamento a “vaca mecânica”, e à Secretaria de Estado de Coordenação-Geral do Governo, também pedindo informações sobre o início do funcionamento da lavanderia no Centrinho.

Em sua resposta (fls. 673-674), a Prefeitura informou que a máquina em questão (vaca mecânica) está desativada porque não foram encontradas as peças necessárias ao seu reparo, por tratar-se de um modelo “fora de linha”. Por isso, dada a excepcionalidade da situação, a administração municipal disponibilizou uma máquina similar, em perfeito estado de uso e funcionamento, para a Missão Evangélica Caiuá.

A par das medidas tomadas no âmbito do Inquérito Civil n. 001/2005, também foram instauradas 11 (onze) sindicâncias, em que se buscou apurar os responsáveis pela morte de cada uma das crianças indígenas que vieram a falecer a partir de janeiro do corrente ano.

Apesar de todos os esforços do Ministério Público Estadual para tentar mitigar o problema da desnutrição de crianças indígenas, a situação é muito mais complexa do que aparenta:

primeiro, porque a desnutrição está sendo ocasionada por uma série de fatores, dentre eles as péssimas condições de vida e de higiene que tem a população indígena, especialmente em virtude da pobreza experimentada por muitas famílias;

segundo, porque há relutância de algumas etnias em aceitarem o tratamento de saúde dado pelo homem branco, havendo pais que tiram os seus filhos à força do tratamento a que estão sendo submetidos, dificultando assim a recuperação satisfatória das crianças;

terceiro, o uso de bebidas alcoólicas de forma abusiva pelos pais das crianças, inclusive com a troca delas por alimentos, o que também contribui para o agravamento da situação.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Ademais, há a questão da *competência*, pois a teor do que dispõe o artigo 109, inciso XI, c/c artigo 129, V, ambos da Constituição Federal, c/c artigo 6º, inciso VII, alínea "c", da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, a tutela dos direitos e interesses da população indígena compete ao Ministério Público Federal, o que muito limita nosso poder de atuação, ficando a atuação da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude restrita à busca de proteção de cada criança/adolescente que esteja em situação de risco.

De qualquer sorte, a mobilização de diversos grupos da sociedade organizada, bem como de entidades como a FUNASA e UNICEF, juntamente com o Ministério Público Estadual, em muito contribuiu para a redução do número de crianças indígenas em situação de risco devido a desnutrição, de modo que desde o dia **18 de março de 2005** não houveram mais óbitos de criança indígenas nas reservas localizadas no município de Dourados.

II. PEDIDO

Estabelece o artigo 12, da Resolução Normativa n. 005, de 25 de agosto de 1997, que uma vez esgotadas todas as diligências, o órgão de execução do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para propositura da Ação Civil Pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do Procedimento de Investigação Preliminar.

Inclusive, preleciona HUGO NIGRO MAZZILLI que "*o regular arquivamento do inquérito civil não viola o princípio da obrigatoriedade que ilumina a atuação do Ministério Público*", até mesmo porque, conforme palavras ainda do autor citado, "*O dever de agir não obriga, pois, o Ministério Público à cega propositura da ação civil pública.*" (autor citado, in "*O Inquérito Civil*", Saraiva, São Paulo, 1999, p. 224).

Portanto, somente se está obrigado à propositura da Ação Civil Pública quando o membro do Ministério Público identificar uma hipótese em que a lei lhe imponha a ação, sendo que em tal caso terá o dever de agir.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

No caso em comento, forçoso reconhecer que não há motivos para dar prosseguimento às investigações encetadas com a instauração deste Inquérito Civil, registrado sob o n. 001/2005,

primeiro porque todas as requisições ministeriais, formuladas por meio de ofício e notificações, foram atendidas;

segundo, porque o último óbito de criança indígena nas reservas do município de Dourados ocorreu em 18 de março de 2005, ou seja, há mais de nove meses não há o falecimento de crianças nas reservas indígenas desta comarca, demonstrando a efetividade das medidas adotadas;

terceiro, porque, apesar do inúmeros falecimentos ocorridos no início deste ano, o índice da mortalidade infantil indígena tem sido o menor dos últimos cinco anos, como apontou o demonstrativo de f. 856.

Consigne-se, ainda, que não se vislumbrou qualquer ilegalidade ou hipótese a justificar a eventual propositura de Ação Civil Pública, razão pela qual sugere-se o **arquivamento** do presente Procedimento de Investigação Preliminar ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

Posto isso, a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Dourados-MS promove o arquivamento do presente Procedimento de Investigação Preliminar, com fulcro no artigo 12 e seguintes da Resolução Normativa n. 005, de 25 de agosto de 1997.

Determino:

1. Procedam-se as anotações devidas;
2. Façam-se as comunicações necessárias, a teor do disposto no artigo 12 da Resolução Normativa 005/97 da PGJ;



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

3. Remetam-se os autos do procedimento ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para apreciação desta promoção de arquivamento, consoante disposição contida no § 1.º do referido artigo 12.

Por derradeiro, pugna pela análise da presente promoção de arquivamento, esperando seja a mesma homologada, confirmando-se o arquivamento sugerido.

Pede Deferimento.

Dourados-MS, 12 de dezembro de 2005.

RENZO SIUFI
Promotor de Justiça
da Infância e Juventude
em substituição legal

Resultado do TCU sobre a Representação feita pela Câmara dos Deputados mediante a entrega do Relatório Final que averiguou a morte de crianças indígenas por desnutrição em MT e MS

Identificação

Acórdão 1593/2005 - Plenário

Número Interno do Documento

AC-1593-39/05-P

Grupo/Classe/Colegiado

Grupo I / Classe VII / Plenário

Processo

Natureza

Representação

Entidade

Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa

Interessados

Interessados: Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul e Deputados Federais Antônio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende.

Sumário

Representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, versando sobre possíveis irregularidades na utilização de recursos públicos federais alocados pela Fundação Nacional de Saúde ? Funasa para o desenvolvimento de ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas.

Conhecimento. Determinações. Ciência aos interessados. Arquivamento dos autos.

Assunto

Representação

Ministro Relator

UBIRATAN AGUIAR

Unidade Técnica

SECEX-4 - 4ª Secretaria de Controle Externo

Dados Materiais

c/ 02 volumes e 01 anexo

Apensos: TC 005.033/2005-5

TC 006.823/2005-7 - c/ 01 volume e 02 anexos

Relatório do Ministro Relator

Cuidam os autos de expediente enviado ao Tribunal pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu Coordenador, o Deputado Federal Geraldo Resende, mediante o Ofício n.º 100/05-Pres., de 17.05.2005, encaminhando o Relatório Final daquele colegiado especial.

2. Adoto como parte essencial deste Relatório trecho da instrução da Analista de Controle Externo Alessandra Vieira Magalhães, da 4ª Secex (fls. 05/14, v. p.), assim transcrito:

"Por meio do referido Relatório Final foram efetuadas as seguintes sugestões, direcionadas ao Tribunal de Contas da União, objetivando melhorar o quadro sanitário das populações indígenas e evitar a ocorrência de óbitos por desnutrição em crianças (fls. 92 daquele relatório - Vol. 2):

- a) Realizar auditoria nos recursos da Funasa e Funai destinados ao atendimento das necessidades básicas e saúde dos povos indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando as destinações dos convênios realizados com os entes estaduais e municipais e o agravamento da desnutrição nas áreas indígenas;
- b) Realizar auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às prefeituras que constam na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena tem aplicação condizente;
- c) Promover análise dos convênios pelo Governo Federal, para a realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto à devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações.

II - Das Ações Empreendidas no Âmbito do TCU

4. Com relação à auditoria sugerida nos recursos da Funasa, cumpre informar que houve a realização de auditoria de conformidade, realizada por esta 4ª Secretaria de Controle Externo, em convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde e diversas Organizações Não-Governamentais - ONG's, destinados à prestação de assistência à saúde dos povos indígenas residentes no Território Nacional. Esta fiscalização, autuada no processo TC 012.718/2004-9, teve por objetivo analisar a formalização, acompanhamento e análise da prestação de contas de convênios na área de saúde indígena, envolvendo inclusive a apuração de fatos noticiados mediante denúncia, bem como as providências adotadas a respeito pela Fundação, em cumprimento aos Acórdãos nºs 853/2004 e 856/2004, ambos do Plenário.

5. A referida auditoria teve origem no TC 006.555/2004-6, que trata de denúncia acerca de irregularidades que teriam ocorrido na qualificação/atuação das ONG's que prestam serviços de assistência à saúde indígena. Ao apreciar os fatos trazidos aos autos, o Exmo. Sr. Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha, aquiesceu com a proposta da Unidade Técnica, de 17/05/04, no sentido de ser realizada auditoria junto à FUNASA (Acórdão nº 853/2004 - Plenário). Além do TC 006.555/2004-6, cabe mencionar, ainda, os seguintes processos relacionados ao tema em comento:

5.1. TC 4.844/2004-0 - denúncia referente a matérias publicadas pelos Jornais "A Crítica" de Manaus/AM, e "Correio Braziliense", de Brasília/DF, quanto à ocorrência de desvio de recursos públicos repassados a ONG's, com vistas à prestação de assistência à saúde indígena.

Deliberação: mediante Despacho, do Exmo Sr. Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha, de 17/06/04, foi apensado ao TC n.º 6.555/2004-6;

5.2. TC 4.199/2004-0 - consulta sobre a viabilidade de continuação dos convênios e termos de parceria firmados com municípios, ONG's e OSCIP's para prestação das ações de assistência à saúde dos povos indígenas, bem como acerca da possibilidade

de utilização, devidamente motivada, da Lei n.º 8.745/1993, para a contratação temporária de pessoal.

Deliberação: Acórdão nº 823/2004 - Plenário, preferido em Sessão de 30/06/04, Ata n.º 23/04, o qual transcrevemos a seguir:

'ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 1º, inciso XVII, da Lei n.º 8.443/1992, em conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 264 e 265 do Regimento Interno, respondendo ao consulente:

9.1. que, nos termos da Lei n.º 9.836/1999, regulamentada pelo Decreto n.º 3.156/1999 e pela Portaria MS n.º 1163/GM, de 14/9/1999, e das Portarias MS n.º 254/GM, de 31/1/2002, e n.º 70/GM, de 20/1/2004, compete à Fundação Nacional de Saúde - Funasa a execução das ações de atenção à saúde indígena, englobando a promoção, proteção e recuperação da saúde do índio, podendo, todavia, os estados, municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais atuar, em caráter complementar, em consonância com as disposições dos artigos 19-E, 24 e 25 da Lei n.º 8.080/1990, alterada pela Lei n.º 9.836/1999, na execução dessas ações, à exceção das seguintes atividades, que devem permanecer sob a responsabilidade daquela Fundação:

9.1.1. as que devem ser precedidas de adequado e tempestivo planejamento - de sorte a evitar solução de continuidade na prestação da atenção à saúde indígena - e do pertinente processo licitatório, tais como:

9.1.1.1. realização de obras e reformas na rede de serviços dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI;

9.1.1.2. aquisição de bens permanentes, os quais devem ser integrados ao patrimônio da Funasa;

9.1.1.3. compra de medicamentos, combustíveis e demais insumos em que as aquisições em escala nacional pela Funasa sejam mais vantajosas para os cofres públicos, excetuando-se, nos casos de emergência devidamente comprovados, a aquisição de medicamentos;

9.1.1.4. transporte de pacientes e das equipes multidisciplinares, incluindo o transporte aéreo em áreas de difícil acesso;

9.1.2. o gerenciamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas -DSEI, bem como das Casas do Índio - CASAI, haja vista o disposto no art. 8º do Decreto n.º 3156/1999, c/c o art. 1º do Decreto n.º 4.615/2003;

9.1.3. a meticulosa seleção das entidades com as quais serão celebrados os convênios ou termos de parceria, reduzindo ao mínimo possível a ocorrência de futuras irregularidades;

9.1.4. a realização de efetiva fiscalização e do pertinente acompanhamento das ações desenvolvidas em caráter complementar, garantindo a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos objetivos e metas pactuados;

9.2. que, tendo presente o princípio constitucional da legalidade, a Funasa, como qualquer outro órgão público, somente poderá realizar contratação temporária com fulcro no inciso I do art. 2º da Lei n.º 8.745/1993 quando atendidas as demais condições estabelecidas no Decreto n.º 895/1993, alterado pelo Decreto n.º 4.980/2004;

9.3. que, na hipótese de iminente surto endêmico no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas ou mesmo no caso de o surto ser apenas previsível se não tomadas as tempestivas medidas saneadoras, a Funasa pode adotar as providências a seu cargo para dar-lhe o devido combate, inclusive contratando temporariamente, com fundamento no inciso II do art. 2º da Lei n.º 8.745/1993, os profissionais que se fizerem necessários, nos quantitativos e categorias estritamente indispensáveis, observado o prazo máximo de seis meses estabelecido no inciso I do art. 4º daquela Lei, assim como as demais normas que tratam do assunto,

9.4. remeter cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à Funasa e ao Ministério da Saúde;

9.5. arquivar os presentes autos."

5.3. TC 014.379/2001-7 - Relatório de Auditoria convertido em Tomada de Contas Especial quanto ao Convênio firmado entre a FUNASA e a Associação Estadual dos Rondonistas do Estado de Santa Catarina.

Deliberação: Acórdãoº 235/2003 - Plenário, proferido em Sessão Ordinária, de 19/03/03, Ata n.º 08/2003, o qual reproduzimos abaixo:

'ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, e com os arts. 208, e 214, inciso II do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas regulares, com ressalvas, dando-se quitação aos responsáveis indicados no item 3 supra;

9.2. determinar à FUNASA que:

9.2.1. analise a oportunidade e a conveniência de celebrar termo de parceria com a Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina ou outra entidade que cumpra os requisitos da Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999, ao final do prazo do convênio em vigor, que expirará em 31.05.2003;

9.2.2. encaminhe à SECEX/SC, no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação, informações sobre as providências adotadas para o cumprimento da determinação constante do item anterior;

9.2.3. ao celebrar futuros convênios, verifique a real capacidade instalada da conveniente, entendendo-se como tal os recursos humanos devidamente qualificados, instalações, recursos materiais e financeiros necessários à fiel execução do objeto conveniado.'

6. Durante os trabalhos dessa auditoria nos recursos destinados à prestação de assistência à saúde dos povos indígenas foram analisados convênios a partir de extração de amostra selecionada da relação de convênios disponibilizada pela FUNASA, utilizando, para esse fim, os seguintes critérios:

a) inclusão de convênios celebrados com ONG's que foram objeto das Denúncias formuladas no TC 006.555/2004-6 e TC 0004.844/2004-0, os quais encontram-se mencionados no Relatório Final n.º 2/2002, da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de ONG's (Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia - CUNPIR, Conselho Indígena de Roraima - CIR, URIHI - Saúde Yanomami, Proteção Ambiental Cacoalense - PACA, Instituto Millennium);

- b) inclusão de convênios celebrados com ONG's relacionadas a diversas irregularidades envolvendo servidores da FUNASA (Sociedade em Defesa da Cidadania - SDC, Instituto de Cooperação PRÓ-VIDA);
- c) inclusão do convênio mencionado na consulta objeto do TC 004.199/2004-0, que teria precipitado as alterações promovidas na saúde indígena, mediante a Portaria GM n.º 70, de 20/01/04 (Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA);
- d) inclusão de convênios celebrados nos novos moldes estabelecidos pela Portaria GM n.º 70, de 20/01/04 (Fundação Universidade de Brasília e Conselho Indígena de Roraima - CIR);
- e) inclusão de convênios envolvendo valores elevados (Conselho Geral da Tribo Tikuna);
- f) exclusão dos convênios para os quais já existisse TCE instaurada.

7. Também verificou-se que foram realizadas diversas fiscalizações pela Auditoria Interna da FUNASA, em atendimento às determinações da CPI do Senado Federal constituída para apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de ONG's, constante do Relatório Final n.º 2, de 2002, e às denúncias recebidas, junto aos convênios:

- a) 509/02 - Sociedade em Defesa da Cidadania;
- b) 364/02 - União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas - UNI/AC;
- c) 36/02 - Sociedade em Defesa da Cidadania;
- d) 127/02 - Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú-MA - ASSINGRA;
- e) 145/02 - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
- f) 34/02 - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque - APIO;
- g) 368/02 - Instituto de Cooperação Pró-Vida-MA;
- h) 045/02 - URIHI - Saúde Yanomami;
- i) 49/02 - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN;
- j) 032/02 - Conselho Indígena de Roraima;
- k) 37/02 e 1233/02 - Proteção Ambiental Cacoalense - PACA;
- l) 047/01 e 369/02 - Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas - CUNPIR.

7.1. Destaque-se que as irregularidades apontadas nesses relatórios coincidem, em grande parte, com os achados já detectados em trabalhos realizados por esta Secretaria, mencionados anteriormente, notadamente quanto à ausência de planejamento das aquisições, aquisições realizadas sem procedimento licitatório (análogo ou não), realização de despesas não previstas no Plano de Trabalho, pagamento de despesas de convênios anteriores firmados com a mesma ONG, ausência de informações gerenciais sobre as atividades desenvolvidas e os dados epidemiológicos, ausência de acompanhamento financeiro e físico dos convênios, entre outros.

.....

8. Em face dos fatos aqui resumidos, que serão pormenorizadamente analisados ao longo do Relatório de Auditoria do TC 012.718/2004-9, podemos, desde já, concluir que resta necessária a adoção de urgentes medidas com vistas à solução das impropriedades e irregularidades detectadas, que trazem prejuízos não apenas financeiros, mas, principalmente, quanto à qualidade dos serviços prestados às

comunidades beneficiadas pelo Programa. Mudanças imprescindíveis são requeridas, de forma a possibilitar a adequada execução das ações de assistência à saúde indígena, em benefício da população atendida, e o efetivo controle, seja sob o aspecto financeiro, seja sob o aspecto técnico, das atividades desenvolvidas.

9. Importa citar, ainda, por relevante, que em relação ao tema, além do processo referente à auditoria mencionada, também foi objeto de análise nesta Secretaria o TC 005.033/2005-5 que trata de Representação autuada com base em expediente enviado ao Tribunal pelo Sr. Antônio Carlos Pannunzio, Deputado Federal. Por meio do citado documento, o Deputado Federal encaminhou reportagens de jornais de circulação nacional a respeito dos gastos irregulares realizados neste ano pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA no âmbito da ação governamental de Atenção à Saúde aos Povos Indígenas e das sucessivas mortes de crianças desnutridas nas aldeias do Mato Grosso do Sul, solicitando providências deste Tribunal para abertura de Tomada de Contas Especial e realização de Auditoria Operacional na FUNASA.

10. Desse modo, foi proposto ao Tribunal, no âmbito do TC 005.033/2005-5, considerando a gravidade da situação das mortes das crianças indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, em Dourados, determinação direcionada à SEGECEX para que avaliasse a conveniência e a oportunidade de a SECEX-MS realizar auditoria de conformidade para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais disponibilizados pela FUNASA ao estado do Mato Grosso do Sul no âmbito da ação 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas a partir de janeiro do presente ano.

11. Também consta proposta adicional, no âmbito do TC 005.033/2005-5, para realização, por parte da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas - Seprog, de estudo de viabilidade visando uma Auditoria de Natureza Operacional na ação governamental 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, tendo em vista que, para melhor aferição dos resultados das ações no âmbito da saúde indígena, o Tribunal possui essa ferramenta, que consiste na avaliação sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais, mensurando os aspectos da economicidade, eficiência e eficácia (auditoria de desempenho operacional) e a efetividade (avaliação de programa).

12. Importa salientar, ainda, que está prevista, para o 2º semestre de 2005, a realização de auditoria no Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas com o objetivo de avaliar as ações referentes à concessão de autorização e de controle sobre a atuação de colaboradores, pesquisadores, ONGs, missões evangélicas e outros agentes em contato com as populações indígenas.

III - Demais sugestões, direcionadas ao Tribunal de Contas da União, propostas no Relatório Final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Representação.

13. Quanto à análise dos convênios destinados à realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pelo Governo Federal, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto à devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações, entendemos que já foi efetuada proposta nesse sentido, conforme mencionado no item 10 da presente instrução.

14. Não obstante, entendemos pertinente a juntada dos presentes autos ao TC 005.033/2005-5, bem como a determinação à SEGECEX para que, uma vez considerada a proposta de realização de auditoria de conformidade pela SECEX-MS, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais disponibilizados pela FUNASA ao estado do Mato Grosso do Sul no âmbito da ação 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, observe a sugestão encaminhada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, para definição do escopo da auditoria a ser realizada, de forma a abranger ações estruturantes, assistencialistas e de saúde.

15. Cabe, ainda, determinar à SEGECEX que avalie a realização de auditoria, nos mesmos moldes propostos para a SECEX-MS no TC 005.033/2005-5, pela SECEX-MT, tendo em vista a sugestão constante das fls. 92 do Relatório do Relatório Final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Representação.

16. No que diz respeito à sugestão de realização de auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às prefeituras que constam na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena tem aplicação condizente, propomos que seja incluída tal averiguação em auditoria de natureza operacional no Programa "Saúde Indígena", caso seja viabilizada, após o estudo de viabilidade proposto no âmbito do TC 005.033/2005-5, a inclusão de auditoria dessa natureza, no Plano de Auditoria do 1º semestre/2006, que venha a traçar um perfil atualizado do Subsistema de Saúde Indígena, frente às diretrizes da Portaria GM nº. 70/04.

17. Por fim, convém determinar à SEGECEX que avalie a conveniência e oportunidade de a 6ª SECEX realizar auditoria a fim de verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais pela FUNAI destinados ao atendimento das necessidades básicas dos povos indígenas nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul."

3. Com base nessas considerações, a ACE propõe seja determinado à SEGECEX que adote providências voltadas à realização dos mencionados procedimentos fiscalizatórios, dando-se ciência ao autor da representação (fls. 13/14, v. p.). Após a instrução do feito, foram encaminhados para juntada aos autos, pela Secex/MS, documentos recebidos da Coordenação Regional da Funasa em Mato Grosso do Sul (Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14/07/2005), dando conta da realização de licitação em caráter emergencial para as obras de ampliação do sistema de abastecimento de águas das Aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados/MS, acompanhada do respectivo processo (fls. 15/16, v.p. e anexo 1 destes autos). Por conseguinte, o Diretor da 3ª DT da 4ª Secex proferiu o despacho a seguir transcrito: "Venho, pelo presente, acrescer à instrução aposta às fls. 5/14 a análise dos processos TC 006.823/2005-7 e TC 005.033/2005-0, apensados aos autos, e da documentação anexada às fls. 15/16, todos incorporados após a formação da proposta pela analista.

2. O processo TC 006.823/2005-7 teve origem em representação formulada pelo Deputado Federal Geraldo Rezende com o objetivo de apurar possíveis irregularidades praticadas no âmbito de convênio entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA e o estado do Mato Grosso do Sul, bem como ações da Fundação Nacional da Saúde - Funasa, sendo todas relacionadas com a prestação de serviços de saúde e assistenciais à população indígena. A Secex-MS

acrescentou ao processo informações obtidas por meio de diligência à Funasa local e à Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária de Mato Grosso do Sul. Além do material coletado nas diligências, a unidade técnica anexou materiais de periódicos locais

3. As informações colhidas nas diligências tiveram o objetivo de subsidiar uma possível fiscalização nas ações voltadas para a assistência e saúde da população indígena no estado. No entanto, com a autuação do presente processo, a partir do encaminhamento para esta unidade técnica do relatório final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Secex-MS propôs, com o fim de precisar melhor o objeto da fiscalização proposta pelo Deputado Geraldo Rezende, o apensamento daqueles autos a este processo.
4. Já o processo TC 005.033/2005-0 trata de representação encaminhada pelo Deputado Federal Antonio Carlos Pannunzio a partir de denúncia sobre a má utilização de recursos referentes ao programa de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas pela Funasa no estado do Mato Grosso do Sul.
5. Por fim, no que tange à documentação anexada às fls. 15/16 destes autos, trata de comunicação da licitação das obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água das Aldeias Jaguapiru e Bororó no município de Dourados/MS enviada pelo Coordenador Regional da Funasa no Mato Grosso do Sul.
6. De plano, ressalto que as novas informações acostadas aos autos interferem parcialmente no mérito da proposta elaborada às fls. 13/14. Isso ocorre, porque, no caso específico do TC 005.033/2005-0, que antecedeu ao presente, as propostas são complementares, tanto que a analista faz diversas referências, em sua proposta, ao processo. Quanto ao TC 006.823/2005-7, juntado a este processo, este guarda mais relação com o TC 005.033/2005-5, pois ambos tiveram origem em representações de parlamentares da Câmara dos Deputados e tratam de ocorrências relacionadas à prestação de serviços de saúde e assistenciais aos povos indígenas do estado do Mato Grosso do Sul.
7. O presente processo trata das conclusões da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essas conclusões foram ao encontro da proposta elaborada previamente no âmbito do TC 005.033/2005-5 (item 50.1, fls. 22/23 do TC 005.033/2005-5), que previa a realização de auditoria com vistas a verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais disponibilizados pela FUNASA ao estado do Mato Grosso do Sul no âmbito da ação Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A diferir, apenas o entendimento da Comissão da necessidade de envolver um escopo maior nos trabalhos de fiscalização dos recursos destinados à população indígena, abarcando também, além do estado do Mato Grosso do Sul, o estado do Mato Grosso e averiguando, além daquelas relacionadas à saúde, as ações estruturantes e assistenciais. A fim de cobrir esse maior escopo, a analista elaborou a proposta às fls. 13/14.
8. Assim, vale alertar para a necessidade de sincronizar os trabalhos de fiscalização propostos à Secex-MS, no âmbito do TC 005.033/2005-5, e à Secex-MT, no âmbito destes autos, a fim de ambas compartilharem as informações levantadas pela

Comissão do Congresso Nacional e anexadas ao presente nos Volumes 1 e 2, bem como dividirem metodologias e alinharem seus achados e conclusões.

9. Destarte, lembro que não foram tratadas, no âmbito do TC 006.823/2005-7, as questões específicas levantadas pela unidade técnica do Mato Grosso do Sul em relação à representação local da Funasa e em relação aos serviços prestados à população indígena, quais sejam (fl. 384, Volume 1 do TC 006.823/2005-7):

- a) licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;
- b) contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;
- c) celebração dos Convênios nº 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo;
- d) estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero.

10. Concluindo, permanecem válidas as propostas da analista às fls. 13/14, devendo apenas ser acrescida/complementada da proposta ofertada no âmbito do TC 005.033/2005-5, sem prejuízo de também serem averiguadas as questões específicas levantadas no âmbito do TC 006.823/2005-7.

11. Feitas as considerações acima e acrescentando à proposta da analista os itens relativos ao TC 005.033/2005-5, bem como aqueles relativos ao TC 006.823/2005-7, encaminho os presentes autos à consideração superior, propondo:

11.1. seja determinado à SEGECEX:

11.1.1. que avalie a oportunidade e conveniência da realização de auditoria de conformidade quanto a regularidade da aplicação dos recursos federais aos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul relativos às ações assistenciais e de saúde dos povos indígenas;

11.1.2. realização de estudo de viabilidade de auditoria de natureza operacional no âmbito da ação governamental 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e, caso esta seja considerada viável, que venha a traçar um perfil atualizado do Subsistema de Saúde Indígena frente às diretrizes da Portaria GM nº. 70/04, além de verificar a efetiva aplicação do percentual de recursos do Sistema Único de Saúde destinado à saúde indígena porventura repassados às prefeituras que contenham em sua circunscrição áreas indígenas;

11.1.3. que coordene as auditorias propostas no item 11.1.1 anterior, de forma que as unidades técnicas envolvidas compartilhem as informações presentes nos Volumes 1 e 2 deste processo, bem como comunguem metodologias e alinhem seus achados e conclusões;

11.1.4 que seja avaliada a pertinência de promover fiscalização específica no Mato Grosso do Sul a fim de averiguar os itens levantados no TC 006.823/2005-7, quais sejam:

- a) licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;
- b) contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;
- c) celebração dos Convênios nº 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo;
- d) estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero;

11.2. seja dada ciência do que vier a ser decidido aos Deputados Federais Antonio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende, este último Coordenador da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, informando também que se encontra em andamento neste Tribunal auditoria de conformidade realizada na Fundação Nacional de Saúde, no âmbito do TC 012.718/2004-9, que tem por objeto os convênios celebrados entre esta instituição e diversas Organizações Não-Governamentais - ONG's, destinados à prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, cujo resultado será encaminhado tão logo esta Corte aprecie o relatório de auditoria."

4. O Secretário da 4ª Secex manifestou-se de acordo com a proposta acima descrita (fs. 20, v. p.).

É o relatório.

Voto do Ministro Relator

A representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, merece ser conhecida, nos termos do art. 237, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, posto que preenche os requisitos de admissibilidade indicados no art. 235 do referido regulamento.

2. O Relatório Final da Comissão Externa instituída pela Câmara dos Deputados para averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, encaminhado ao Tribunal pelo Deputado Federal Geraldo Resende, Coordenador da referida Comissão, apresentou informações sobre óbitos de crianças indígenas nas mencionadas unidades da federação, apontando diversos fatores relacionados com as mortes: desnutrição, problemas no quadro sanitário, deficiências nas áreas de prevenção e assistência à saúde e no abastecimento de água e saneamento, dentre outros (fs. 15/37, v. 2). Em suas conclusões, a Comissão constatou que, particularmente no Mato Grosso do Sul, ocorreram entraves no fluxo administrativo da Funasa, relacionados à continuidade de convênios para contratação de profissionais de saúde e que foram suspensas atividades de grande relevância, que vinham sendo realizadas em parceria com instituições não governamentais, para a nutrição das crianças indígenas. Verificou, ainda, a necessidade de implementação de mecanismos para que as instituições de saúde em nível federal, estadual e municipal possam dividir responsabilidades de modo produtivo e de melhoria da relação da Funasa com as Organizações Não Governamentais, de forma a garantir atendimento adequado às populações indígenas (fs. 83/86, v.2). As sugestões apresentadas pela mencionada Comissão, no que diz respeito ao Tribunal, contemplaram as seguintes propostas (fl. 92, v. 2):

- a) Realizar auditoria nos recursos da Funasa e Funai destinados ao atendimento das necessidades básicas e de saúde dos povos indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando as destinações dos convênios realizados com os entes estaduais e municipais e o agravamento da desnutrição nas áreas indígenas;
- b) Realizar auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às prefeituras que contenham na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena tem aplicação condizente; e

c) Promover análise dos convênios pelo celebrados Governo Federal, para a realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto à devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações.

3. Encontram-se apensadas aos presentes autos outras duas representações, formuladas por parlamentares, a saber:

a) TC 005.033/2005-5, de autoria do Deputado Federal Antônio Carlos Pannunzio, encaminhando reportagens de jornais de circulação nacional a respeito dos gastos irregulares realizados pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, no âmbito da ação governamental de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, e das sucessivas mortes de crianças desnutridas nas aldeias do Mato Grosso do Sul, solicitando providências deste Tribunal para abertura de Tomada de Contas Especial e realização de Auditoria Operacional naquela entidade;

b) TC 006.823/2005-7, de autoria do Deputado Federal Geraldo Resende, anunciando possíveis irregularidades praticadas no âmbito de convênio entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA e o estado do Mato Grosso do Sul, bem como em ações da Fundação Nacional da Saúde - Funasa, sendo todas relacionadas com a prestação de serviços de saúde e assistenciais à população indígena.

4. Conforme relatou a 4ª Secex na instrução que reproduzi no relatório anteriormente apresentado, a aplicação de recursos públicos federais em ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas vem sendo acompanhada pelo Tribunal em diversos processos, trazendo à evidência, juntamente com os relatos da auditoria interna da Funasa referenciados pela unidade técnica, que os recursos alocados pelo Governo Federal nem sempre têm sido utilizados de forma eficiente.

5. Não faz muito tempo, os meios de comunicação noticiaram a ocorrência de mortes de crianças indígenas nas aldeias do Mato Grosso do Sul, em especial nas aldeias localizadas no Município de Dourados. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, "o fato de que em pouco mais de três meses (de janeiro ao início de abril) morreu o mesmo número de crianças do que em todo o ano de 2004, fez a ação em Dourados ganhar contornos de crise humanitária emergencial." (fls. 15, TC 005.033/2005-5).

6. Dessa forma, e ante a relevância da matéria tratada na presente representação, é necessário que esta Corte adote providências para apurar as irregularidades anunciadas. Neste sentido, embora a Comissão Externa criada pela Câmara dos Deputados e os parlamentares autores das referidas representações não figurem no rol de agentes legitimados para solicitar a realização de auditorias pelo Tribunal, estabelecidos pelo art. 38 da Lei nº 8.443/92, art. 232 do Regimento Interno do Tribunal, c/c o art. 43 da Resolução TCU nº 136/00, assiste a esta Casa a prerrogativa de realizar fiscalizações por iniciativa própria, conforme o art. 1º, II, da Lei nº 8.443/92 e o art. 230 do RITCU, de modo que tenho por pertinente a realização das auditorias propostas pela unidade técnica. Ante o anúncio de indícios de irregularidades no Convênio nº 004/03, celebrado entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA e o estado do Mato Grosso do Sul, parece-me oportuna a sugestão apresentada pelo Diretor da 4ª Secex, no sentido de que os

trabalhos propostos abrangem não apenas recursos repassados pela Funasa, cabendo à Segecex realizar estudos, visando melhor definir o escopo das fiscalizações e coordenar os trabalhos, tendo em consideração as sugestões encaminhadas pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, inclusive no que se refere à abrangência, nas auditorias, de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde e de extensão dos trabalhos também à Fundação Nacional do Índio - Funai.

7. Quanto à proposta para que a Segecex avalie a pertinência de promover fiscalização específica para averiguar os itens levantados no TC 006.823/2005-7 (item 11.1.4 do despacho do Diretor da 3ª DT), cumpre esclarecer, inicialmente, que a Secex/MS, quando da realização de diligências, buscando coletar elementos definidores do escopo de uma fiscalização, fez juntar àqueles autos documentos relativos ao objeto da representação, concernentes ao "Projeto Fome Zero em Comunidades Indígenas de Mato Grosso do Sul", ao Convênio nº 004/2003 e a outros termos de convênio que considerou pertinentes, e, também, notícias veiculadas por órgãos locais de imprensa sobre outras denúncias envolvendo a Funasa. Ao propor o apensamento daquele processo aos presentes autos, a Diretora Técnica da Secex/MS ressaltou que, além da fiscalização do Convênio nº 004/03, devem ser objeto de exame as denúncias veiculadas pela mídia local, alusivas à abertura de procedimento licitatório para demolir edifício já demolido; à contratação de manutenção de veículos a preços superfaturados; à celebração dos Convênios nº 1333/04 e 1340/04 entre a Funasa e a Missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) para beneficiar aldeias localizadas em Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo; e à estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero (fls. 381/385 daquele processo).

8. Por se tratarem de questões que não estão diretamente ligadas aos trabalhos de auditoria sugeridos, parece-me recomendável que, conforme propôs a 4ª Secex, tais assuntos sejam analisados separadamente. Contudo, por se referirem a notícias veiculadas pela imprensa, desacompanhadas de informações mais consistentes, considero mais conveniente determinar que a Secex/MS proceda ao exame dos mencionados fatos e, se for o caso, adote as providências regimentalmente previstas, no sentido de representar ao Tribunal e propor a realização de inspeção ou auditoria.

9. A propósito desta medida, verifico, ainda, que o Coordenador Regional da Funasa no Mato Grosso do Sul informou, por intermédio do Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14/07/2005, dirigido à Secex/SC, que foram licitadas em caráter emergencial as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água das Aldeias Jaguapiru e Bororó em Dourados/MS "em conformidade com o Decreto nº 5376 de 17 de fevereiro de 2005 e a Portaria nº 308 de 13 de maio de 2005 do Ministério da Integração Nacional, cujo processo e nota técnica encaminhamos anexo para análise por parte desse órgão" (fl. 16 e anexo 1 destes autos). Por se tratar de matéria não relacionada diretamente com as fiscalizações propostas, posto que referente a contratação feita pela própria Funasa, e considerando que incumbe ao Tribunal acompanhar os atos e contratos firmados no âmbito de suas unidades jurisdicionadas, entendo oportuno determinar que os documentos em questão sejam, do mesmo modo que as já mencionadas notícias veiculadas pela imprensa, submetidos, preliminarmente, ao exame da Secex/MS.

10. No que diz respeito ao pedido formulado pelo Deputado Antônio Carlos Pannunzio nos autos do TC 005.033/2005-5, para que seja instaurada tomada de contas especial,

cumprir assinalar que a 4ª Secex, após esclarecer que a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é uma ação governamental (6501) e não um programa e que esta, juntamente com mais outras 26 ações, integra o programa 0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, registrou que os dados divulgados pela reportagem divergem dos registros do Siafi, indicando que pode ter havido equívoco na reportagem (v. instrução de fls. 17/23 daqueles autos). Além disso, segundo observou a unidade técnica, as informações prestadas são genéricas e carecem de maior exatidão, não se mostrando presentes, portanto, os pressupostos para constituição e desenvolvimento do procedimento requerido, o que terminou por ensejar a proposta no sentido de que as questões ali tratadas fossem verificadas mediante fiscalização.

11. Cabe registrar que recebi, no último dia 16/09/2005, em meu gabinete, o Ofício nº 327/2005/GGR-PPS, em que o Deputado Geraldo Resende solicita informações sobre as providências e resultados obtidos no âmbito do Tribunal, em face das irregularidades consignadas no Relatório Final da Comissão Externa para apuração da morte de crianças indígenas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que possa prestar contas à comunidade (fls. 21/24 destes autos). As informações aqui reunidas devem, portanto, ser levadas ao conhecimento do nobre parlamentar, mediante o envio, nesta ocasião, de cópia do acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do respectivo relatório e voto, e da oportuna remessa do resultado das fiscalizações que vierem a ser executadas pelo Tribunal.

12. Por fim, considerando que as providências aqui tratadas deverão ensejar a abertura de outros processos, entendo que as unidades técnicas encarregadas das fiscalizações devem ser orientadas no sentido de propor, ao final dos trabalhos, o encaminhamento de cópias das deliberações que vierem a ser proferidas pelo Tribunal aos autores das representações ora em comento, arquivando-se, por conseguinte, os presentes autos. Ante o exposto, VOTO no sentido de que se adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 05 de outubro de 2005.

UBIRATAN AGUIAR

Ministro-Relator

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, versando sobre indícios de irregularidades na utilização de recursos públicos federais alocados pela Fundação Nacional de Saúde ? Funasa para o desenvolvimento de ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade de que trata o art. 237, inciso III, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo ? Segecex que:

9.2.1. promova estudos visando à realização coordenada de auditorias de conformidade para verificar a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais

- repassados aos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o desenvolvimento de ações assistenciais e de saúde aos povos indígenas, tendo em consideração as sugestões da Comissão Externa da Câmara dos Deputados;
- 9.2.2. realize estudo de viabilidade de auditoria de natureza operacional no âmbito da Ação Governamental 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e, caso esta seja considerada viável, trace um perfil atualizado do Subsistema de Saúde Indígena, frente às diretrizes da Portaria GM nº. 70/04, além de verificar a efetiva aplicação do percentual de recursos do Sistema Único de Saúde, destinado à saúde indígena, repassado às prefeituras que contenham em sua circunscrição áreas indígenas;
- 9.2.3. oriente as unidades técnicas encarregadas da realização das referidas auditorias que, finalizados os trabalhos, façam constar das respectivas propostas, observação quanto ao encaminhamento de cópias dos resultados aos autores das representações aqui tratadas;
- 9.3. determinar à Secex/MS que adote providências, inclusive, se for o caso, as previstas no art. 237, inciso VI, c/c 239 ou 240 do Regimento Interno do Tribunal, para análise dos documentos encaminhados ao Tribunal pelo Coordenador Regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, por intermédio do Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14/07/2005, e para exame dos indícios de irregularidades apurados no TC 006.823/2005-7, a seguir indicados:
- 9.3.1. licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;
- 9.3.2. contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;
- 9.3.3. celebração dos Convênios nº 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo; e
- 9.3.4. estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero;
- 9.4. encaminhar cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam aos Deputados Federais Antonio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende, este último Coordenador da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, informando-lhes que se encontra em andamento, neste Tribunal, o TC 012.718/2004-9, que trata de auditoria de conformidade realizada em convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e diversas Organizações Não-Governamentais - ONGs para prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, cujo resultado ser-lhes-á encaminhado tão logo esta Corte aprecie o respectivo relatório;
- 9.5. acostar cópia desta deliberação ao TC 012.718/2004-9, com vistas ao cumprimento do estabelecido no subitem 9.4 anterior;
- 9.6. arquivar os presentes autos.

Quorum

12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Marcos Vinicius Vilaça, Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Augusto Nardes.

12.2. Auditor convocado: Lincoln Magalhães da Rocha.

12.3. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

Publicação

Ata 39/2005 - Plenário
Sessão 05/10/2005 - Página 0



**IGREJA PRESBITERIANA DO
BRASIL**
SECRETARIA EXECUTIVA

Protocolo

095

COMISSÃO EXECUTIVA DO SC – 2006
20 a 25 DE MARÇO – SÃO PAULO - SP

Belo Horizonte, 15 de março de 2006.

A Comissão Executiva do
Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil
Rev. Roberto Brasileiro Silva
MD Presidente

Estimado irmão,

Anexo documento conforme ementa abaixo para consideração e juízo da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil reunida neste mês de março de 2006 na capital paulistana.

Relatório do representante da IPB junto à Missão Caiuá ; Relatório da Missão Caiuá; Documento do Conselho da Igreja Evangélica Indígena; Sugestão de nomes para representantes da IPB junto à Missão Caiuá

Registrando meu apreço e consideração em Cristo, remeto o documento.

Rev. Ludgero Bonilha Moraes
Secretário Executivo do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

	Igreja Presbiteriana do Brasil
PROTOCOLO Nº 095	
Destino: <u>Sub. Com. VII</u>	
Rev. Roberto Brasileiro Presidente do SC/IPB	
Data: 20/03/2006	

CT



**IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL**

Missão Evangélica Caiuá

Estrada Dourados Itaporã, Km 2, CEP 79804-9700
Dourados – Mato Grosso do Sul
Fone (067) 421-4197

SP. 27/02/2006

Ao MD

Secretário Executivo do SC/IPB

Rev. Ludgero Bonilha Morais

- Assuntos:**
- 1) Relatórios dos Missão Caiuá
 - 2) Documentos do Conselho da Igreja Evangélica Indígena
 - 3) Relatório do Representante da IPB Junto a Missão Caiuá
 - 4) Sugestão de nomes para representante da IPB junto a Missão Caiuá

Caro irmão,

Os documentos supracitados não foram postados no Correio na segunda feira, dia 27 de fevereiro, como conversamos por telefone, em virtude do Correio não ter trabalhado nesta segunda feira (27) de Carnaval.

Agradeço desde já a compreensão do irmão.

Fraternalmente em Cristo, o Senhor da Igreja.

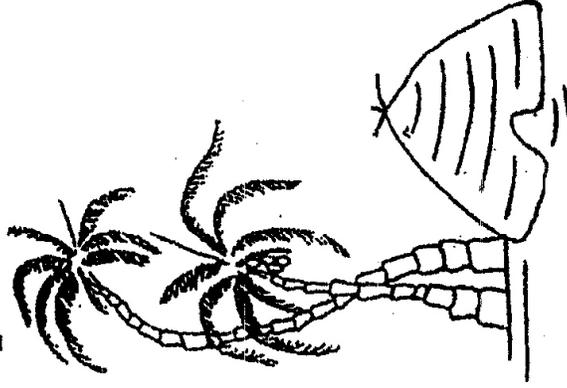
Rev. Daniel Fogaça
Representante da IPB Junto a MEC

Rev. Daniel Fogaça
Ministro do Evangelho
I. P. B.

**TRABALHO PARA A
MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ
NO RIO DE JANEIRO**

Fundado em 28-08-1982

Agenda para o ano de 2006



"A serviço do Índio para a Glória de Deus"

**Moto: "Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração,
como para o Senhor e não para homens". (Colossenses
3:23)**

IGREJA:

.....

- 22- Ig. Presb. de São Cristóvão – Maria José Alvarenga – Tel: 2589-1584
- 23- Ig. A. de Deus de Seropédica - Maria Lucia G. de Oliveira - Tel: 91-014311
- 24- Ig. Presb. Vila Terra Brasil – Iara dos Santos Jolita – Tel: 2401-0138
- 25- 1ª Ig. Presb. de Volta Redonda – Maria Silvestre Nunes – Tel: 3348-8226
- 26- Ig. de Cabo Frio – Sônia Regina Brandão Barros – Tel:
- 27- 1ª Ig. Presb. de Volta Redonda - Targina de Siqueira Fagundes
- 28- Ig. Presb. Betel de Volta Redonda - Carly Feitosa

Confiamos em Deus que neste ano, iremos trabalhar mais em prol do seu Reino. Que possamos cumprir toda esta Agenda, que foi elaborada em oração.

Toda Honra e Glória ao Altíssimo Deus. Amém

Francine Villon
 JEANNE FRANCINE VILLON
 Presidente

AME O ÍNDIO

APRESENTAÇÃO

“Senhor, concede-nos a paz, porque todas as nossas obras tu as fazes por nós” (Isaias 26:12)

Todo o nosso caminhar no Trabalho para a Missão Evangélica Caiuá no Rio de Janeiro tem sido ricamente abençoado por Deus, mas pontilhado de momentos apreensivos, quando nosso lado humano reage com tristeza. Mas, isto, é assim mesmo: quando nós nos atrairamos de corpo e alma na obra do Senhor, o inimigo de nossas almas vem nos atacar. Maior é Deus, nós cremos e, ao pedirmos socorro a Ele, a resposta vem imediata.

Estamos começando o ano com muita força, esperança e destemor. Queremos nos entregar sinceramente ao Trabalho para o crescimento do reino de Deus e, para isto, precisamos estar sempre aos pés do Senhor. Nossa comunhão com Deus, união, submissão, humildade e amor devem preencher o nosso coração em todos os momentos.

Cremos que o nosso Deus estará sempre ao nosso redor, nos sustentando e que, ao pedirmos tudo isto a Ele, sintamos o toque do Espírito Santo nos mostrando e encorajando os nossos atos. Somos incapazes, reconhecidamente fracos, mas com o desejo de trabalhar e agradecer ao Deus Eterno.

A Ele, somente a Ele, damos toda Honra, Glória e Louvor.

A Missão está dentro do nosso coração e o nosso desejo é que continue “A serviço do Índio para a Glória de Deus”. Deus a todos abençoe. Amém.

Francine Villon
 Jeanne Francine Villon
 Presidente

MANUAL DA REPRESENTANTE

Palavra da Presidente:

Querida Representante:

Estamos diante de mais uma porta que Deus nos abriu. Ahamos que é para melhor andamento do Trabalho.

Antes de tudo, desejo as minhas queridas, ricas bênçãos do Senhor sobre cada uma e, que, todas sigam este Manual com amor, humildade, submissão ao nosso Deus e desejo ardente de trabalhar melhor para a nossa querida Missão Evangélica Caiuá.

- 1- Comparecer a todas as reuniões plenárias;
- 2- Participar de todos os movimentos e eventos programados, se possível;
- 3- Desenvolver todas as Campanhas solicitadas pelo Trabalho, em sua Igreja;
- 4- Receber as contribuições, ofertas e campanhas de sua Igreja;
- 5- Prestar contas nas reuniões plenárias, às Tesoureiras, levando o bloco de recebimento, que deve estar datado, assinado e com o nome da Igreja. Tudo isto no lugar certo; e que será assinado por uma das Tesoureiras;
- 6- Manter em ordem o bloco de recibo;
- 7- Dar a relação de sócios contribuintes com a data de aniversário para a 2ª. Secretária, bem como, a do Pastor da Igreja e Presidente da sua SAF;
- 8- Dar ao contribuinte o recibo que é entregue pela Secretária-Adjunta;
- 9- Por menor que seja a oferta não deixe de trazê-la;
- 10- Participar, quando possível, das atividades do Trabalho (ex. costuras para os Hospitais da Missão);
- 11- Convidar a Presidente do Trabalho para falar em sua Igreja;
- 12- Sempre que possível, trazer um visitante;
- 13- Se vier acompanhada de uma autoridade de sua Igreja (Pastor ou Presidente de alguma Entidade Interna, apresentá-la à mesa da Diretoria);
- 14- Se possível, fazer parte da Caravana Servindo ao Senhor Sorrindo;
- 15- Não conversar durante a reunião, pois tal coisa concorre para a má informação sobre o Trabalho;

- 51- Ig. Presb. São Geraldo - Cristiane Honorato Cunha - Tel: 2413-7472
- 52- Ig. Presb. de Jardim Ulisses - Glória Gonçalves Furtado - Tel: 2667-5260
- 53- Ig. Presb. de Juscelino - Cirene Ferreira de Melo - Tel: 2796-0517
- 54- Ig. Presb. de Lajes - Rosemira Corrêa - Tel: 021-21-2683-2676
- 55- Ig. Presb. Livro dos Vales - Maria das Graças Aguiar - Tel: 2607-2241
- 56- Ig. Presb. de Lucas - Maria do Nascimento Duarte - Tel: 3372-2983
- 57- Ig. Presb. de Macuco - Djanira Oliveira da Silva - Tel: 2554-24-08
- 58- Ig. Presb. de Madureira -
- 59- Ig. Presb. de Mantiquira - Nevalina Maria Curty de Souza - Tel: 2679-1066
- 60- Ig. Presb. de Marechal Hermes - Maria Rita Machado - Tel: 3333-0488
- 61- Ig. Presb. de Maria da Graça - Anethista B. de Azevedo - Tel: 3278-8761
- 62- Ig. Presb. do Méter - Joice Rodrigues Manso Esteves - Tel: 2591-9113
- 63- Ig. Presb. de Mesquita - Julimar Efigenia C. Dutra - Tel: 2796-4835
- 64- Ig. Presb. de Miguel Couto - Orfa Louzada Derballe - Tel: 2886-2094
- 65- Ig. Presb. de Mutuá - Scila Maria Lima Campos - Tel: 3710-4786
- 66- Ig. Presb. de Neves - Maria da Glória Estábille Alves - Tel: 2720-8403
- 67- 3ª Ig. Presb. de Nilópolis - Sonia de Mattos Cardoso - Tel: 2693-5730
- 68- 1ª Ig. Presb. de Niterói - Elida Baker - Tel: 2711-1382
- 69- 1ª Ig. Presb. de Nova Iguaçu - Jurema Alves da Silva - Tel: 2695-8487
- 70- Ig. de Nova Vida - Lidia Rocha dos Santos Mathias - Tel: 2415-4958
- 71- Ig. Presb. Novo Arraial - Lucila Pires Machado - Tel: 3409-6851
- 72- Ig. Presb. de Olaria - Rosalia Castelo Branco - Tel: 2564-6168
- 73- Ig. Presb. de Olinda - Margarida Quaresma Soares - Tel: 2693-46394
- 74- 2ª IPI de Osvaldo Cruz - Noemia Freitas dos Santos - Tel: 3276-5423
- 75- Ig. Presb. de Paciência - Clementina C. Heringer de Moura - Tel: 3406-7274
- 76- Ig. Presb. de Paraiso - Marilú Costa Guarany - Tel: 2723-6960
- 77- Ig. Presb. de Piedade - Ilma de Souza Gomes - Tel: 2593-0655
- 78- Ig. Presb. de Piraquara - Maria da Penha Monteiro Lima - Tel: 3331-9763
- 79- Ig. Presb. da Praia do Morro/Gua - Neusa Paes - Tel: 021-27-3361-3176
- 80- Projeto Loide - Neusa Gentil Faulhaber - Tel: 2208-8770
- 81- 1ª Ig. Presb. de Ramos - Suzette Lopes da Silva - Tel: 3888-7757
- 82- Ig. Presb. de Realengo -
- 83- Ig. Presb. do Recreio - Zilva Saíd Bacelar - Tel: 2490-5085
- 84- Ig. Presb. do Riachuelo - Edna Varella Serapião - Tel: 2261-3324
- 85- Ig. Presb. do Rio de Janeiro - Vera Maria Villon - Tel: 2218-1194
- 86- Ig. Presb. de Rocha Miranda - Anunciada F. de Lima - Tel: 2475-4801
- 87- Ig. Presb. de Santa Rita - Maria José de Mendonça Silva - Tel: 2403-2292
- 88- Ig. Presb. de Santíssimo - Lucy Ramos Silva - Tel: 2403-2292
- 89- Ig. Presb. de São Cristóvão - Maria Auxiliadora Vargas - Tel: 2589-9833
- 90- 1ª Ig. Presb. de São João de Meriti - Alice Magalhães Pires - Tel: 2650-6821
- 91- Ig. Presb. de São Mateus - Alvanira Santos de Araújo - Tel: 3752-0740
- 92- Ig. Ass. de Deus de Seropédica - Marly Gonçalves - Tel: 031-21-2682-1769
- 93- Ig. Presb. de São-Cordeiro - Alzira F. Machado - Tel: **22-25513814

JORNAL TROMBETA KAI-OCA – Fundado em 25-06-2004

Diretora Presidente – Jeanne Francine Villon

Secretaria de Jornalismo

Rosaly Ferreira de Vasconcelos – Ig. Presb. do Barreto

Eliane de M. Martins Ferreira – Ig. Presb. Betel-Icarai

Redatora Chefe

Vera Maria Villon – Ig. Presb. do Rio de Janeiro

Redadoras

Ana Paula do Nascimento Costa – Ig. Presb. de Vila Emil

Elizabeth de Paiva Barreto – Ig. Presb. Bosque da Freguesia

Cinéa Figueiredo da Silva – Ig. de Jardim Betânia

Tesoureira

Ermelinda Chamaschimi da Costa – Ig. Presb. de Bento Ribeiro

PROJETOS

- 1- I Congresso de Evangelização de Índios
- 2- Construção de mais Congregações
- 3- Apresentação de uma peça pelo Grupo Artístico Ebenezer
- 4- Conseguir mais Igrejas para participarem do Trabalho
- 5- 2ª Edição do Jornal Trombeta KAI-OCA

RELAÇÃO DAS IGREJAS E SUAS REPRESENTANTES JUNTO AO TRABALHO

- 01- Ig. Presb. de Água Branca - Eni Antonia Quaresma Sena -
- 02- 1ª Ig. Presb. de Anchieta - Miriam Cavalcante da Rocha - Tel: 3339-2677
- 03- 2ª Ig. Presb. de Anchieta - Paulo Fernando Cavalcanti - Tel: 2457-0567
- 04- Ig. Presb. de Bangú - Cecília Maria de Almeida - Tel: 3332-6199
- 05- Ig. Presb. da Barra da Tijuca - Vera Lúcia Machado - Tel: 2442-2749
- 06- Ig. Presb. de Barreto - Rosaly Ferreira de Vasconcelos - Tel: 2605-9190
- 07- Ig. Presb. de Barro Vermelho - Marisa M. do Nascimento - Tel: 2712-0764

- 21 -

TEMAS PARA O ANO DE 2006

JANEIRO	UNIÃO
FEVEREIRO	SERVIÇO
MARÇO	COMUNHÃO
ABRIL	EVANGELIZAÇÃO
MAIO	AMOR
JUNHO	SANTIDADE
JULHO	OBEDIÊNCIA
AGOSTO	GRATIDÃO
SETEMBRO	MANSIDÃO
OUTUBRO	HUMILDADE
NOVEMBRO	HOSPITALIDADE
DEZEMBRO	PAZ

MOTIVOS DE ORAÇÃO

Neste ano teremos grande responsabilidade diante de Deus. Há alguns motivos pelos quais devemos orar:

- 1- Pela Missão Caiuá
- 2- Missionários Brancos e Índios
- 3- Hospital Porta da Esperança
- 4- Unidade de Recuperação Infantil e Criança Carente e Desnutrida
- 5- Campos Avançados
- 6- Escola Municipal Francisco Meirelles
- 7- Instituto Bíblico:

Diretor - Jayson de Souza Morais (Tato) e família

Alunos do Instituto Bíblico:

Hélio e Dulce - 1 filho

Leandro e esposa - 3 filhos

Renício e Dilma - 4 filhos

Reginaldo e esposa - 3 filhos

Nerci - solteira

- 6 -

Campanha do Amor - Em dinheiro, correspondente a kg. de alimento, da sua despesa, sem onerar a Igreja, SAF, etc.
Edna Varela Serapião - Ig. Presb. de Riachuelo
Wallace Rodrigues de Jesus - Ig. Presb. de Turiaçu

Cestas para os Missionários Índios

Delma Martins Heringer - Ig. Presb. de Vila da Penha
Marily Costa Guarany - Ig. Presb. de Paraiso

Cantina Caiuá

Cirene Ferreira de Melo - Ig. Presb. de Juscelino
Marisa Martins do Nascimento - Ig. Presb. de Barro Vermelho
Wanda Martins do Nascimento - Ig. Presb. de Barro Vermelho

Kit de Crianças

Nilza Gonçalves Pólo - Ig. Presb. do Rio

Caixa Caiuá

Maria Rita Machado - Ig. Presb. de Marechal Hermes

Crescimento Espiritual

Jardine Sueli S. C. Trigueiro - Ig. Presb. de Boa Esperança

Concurso Bíblico Caiuá - Terá início na Plenária de março, excluindo a de agosto e finalizando no mês de novembro. As inscrições serão feitas em janeiro e fevereiro. A vencedora ganhará a passagem na Caravana de dezembro de 2006.
Responsáveis:

Vera Maria Villon - Ig. Presb. do Rio de Janeiro
Rosaly Ferreira de Vasconcelos - Ig. Presb. do Barreto

ATIVIDADES

1- VIGÍLIA DE ORAÇÃO

1º Semestre - Mês de maio
2º Semestre - Mês de outubro

- 19 -

DIRETORIA

Presidente Jeanne Francine Villon - Tel: 2218-1194
Igreja Presb. do Rio de Janeiro

1ª Secretária Elizeth de Paiva Barreto - Tel: 3327-6045
Igreja Presb. Bosque da Freguesia

2ª Secretária Maria da Glória E. Alves - Tel: 2720-8403
Igreja Presb. de Neves

3ª Secretária Ruth dos S. M. Varjão - Tel: 3106-1325
Igreja Presb. de Guadalupe

1ª Tesoureira Clementina C. H. de Moura - Tel: 3406-7274
Igreja Presb. de Paciência

2ª Tesoureira Rosaly F. de Vasconcelos - Tel: 2605-9190
Igreja Presb do Barreto

3ª Tesoureira Elisa Maria C. Francisco - Tel: 3607-8869
Igreja Presb. do Sinai

Secretária Geral Vera Maria Villon - Tel: 2218-1194
Igreja Presb. do Rio de Janeiro

Pastor do Trabalho - Rev. Evandro Montenegro - Tel: 9118-2791

9) Visitação

Responsáveis:

Jeanne Francine Villon – Ig. Presb. do Rio de Janeiro
Elizabeth de Paiva Barreto – Ig. Presb. Bosque da Freguesia
Cinécia Figueiredo da Silva – Ig. Bat. Jardim Betânia
Ligia Gonçalves de Moura – Ig. Presb. de Neves
Vera Maria Villon - Ig. Presb. do Rio de Janeiro

SECRETARIAS

Espiritualidade

Responsáveis pela direção da Parte Devocional nas Reuniões Plenárias.

Meses ímpares – Nilma de Oliveira Ramalho – Ig. Presb. Filadélfia

Meses pares – Márcia Brochado Severino da Silva – Ig. Presb. de Botafogo

Sociabilidade

a) Cumprimentar e orar pelos aniversariantes do mês, nas Reuniões Plenárias – Ruth Silva dos Santos – Ig. Presb. do Cabral

b) Cumprimentar e orar pelos visitantes de 1ª vez, nas Reuniões Plenárias – Elida Baker – 1ª Ig. Presb. de Niterói

c) Conduzir o pregador à mesa, nas Reuniões Plenárias – Mariza Gomes Almeida – Ig. Presb. de Centenário

Secretária Adjunta

É responsável pelo material do Trabalho.
Maria das Graças Aguiar - Ig. Presb. Lúrio dos Vales

Auxiliar de Tesouraria

Eliane de Moraes Martins Ferreira – Ig. Presb. Betel-Icarai

MOVIMENTOS

1º **Movimento** - Campanha da Congregação Alegre
Meta: Construção de mais uma Congregação

2º **Movimento** – Marcha Alegre para o Dia do Índio

3º **Movimento** - Marcha Alegre de Cobertor

4º **Movimento** – Marcha de Gratidão pelo 24º Aniversário do Trabalho

5º **Movimento** - Campanha da Igreja Alegre
Meta: Construção de mais uma Congregação

6º **Movimento** - Desfile de Panos de Prato

7º **Movimento** – Segunda Marcha Alegre

8º **Movimento** – Grande Bazar Loide
Marcha Alegre de Enxovalzinho de neném

EVENTOS e COMEMORAÇÕES

1- Aniversário do Coral Vozes da Missão (20 anos)

2- Comemoração do Dia do Índio
Escolha da Mulher Caiuá, Terena, Guarani e Xavante

3- Escolha da Mãe do Trabalho - Mês do Lar

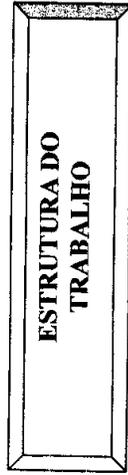
4- Saudando o Inverno – Chocolate Alegre

5- Culto de Ações de Graças - 24º Aniversário do Trabalho

- 8º Movimento:** Marcha Alegre de Enxovalzinho de neném
 Término da Campanha da Igreja Alegre
8º Evento: Término do Concurso Bíblico Caiuá

DEZEMBRO

- Jardim de Oração** – Será realizado na Missão Caiuá
Reunião Plenária
 Dia 19-12-06 – 14:30 h.
5ª. Comemoração: Dia do Pastor
6ª. Comemoração: Comemoração do Natal
 Audição do Coral Vozes da Missão



DEPARTAMENTOS

1) Jardim de Oração

Toda 2ª sexta-feira de cada mês às 14:30 horas. Local a ser combinado na Reunião Plenária.

Responsáveis:

Meses ímpares – Neviaalina Maria C. de Souza - Ig. Presb. de Mantiquira

Meses pares – Ana Paula do N. Costa – Ig. Presb. de Vila Emil

2) Caravana Servindo ao Senhor Sorrindo

Ida à Missão Evangélica Caiuá nos meses de julho e dezembro.
 Responsável: Jeanne Francine Villon – Ig. Presb. do Rio

MARÇO

- Jardim de Oração**
 dia 10-03-06 – 15:00 h. - Local: a combinar
Almoço com a Presidente
 dia 07-03-06 – 12:00 h.
Reunião Plenária
 dia 28-03-06 – 14:30 h.

ABRIL

- Jardim de Oração**
 dia 07-04-06 – 15:00 h. - Local: a combinar
Almoço com a Presidente
 dia 18-04-06 – 12:00 h.
Reunião Plenária
 dia 25-04-06 – 14:30 h.
2º Movimento:
 Marcha Alegre para o Dia do Índio
1º Evento: Dia do Índio
 Escolha da Mulher Caiuá, Terena, Guarani e Xavante/2006

MAIO

- Jardim de Oração**
 Dia 12-05-06 – 15:00 h. – Local: a combinar
Almoço com a Presidente
 Dia 09-05-06 – 12:00 h.
1ª Vigília de Oração
 Dia 19-05-06 – 19:00 h. – Local: a combinar
Reunião plenária
 Dia 23-05-06 – 14:30 h.
2º Evento: Escolha da Mãe do Trabalho/2006



Missão Evangélica Caiuá
Estrada Dourados Itaporã, Km 2, CEP 79804-9700
Dourados – Mato Grosso do Sul
Fone (067) 421-4197

Aos MD

Membros da CE/SC

Assunto: Relatório do Representante da IPB Junto a Missão Evangélica
Caiuá

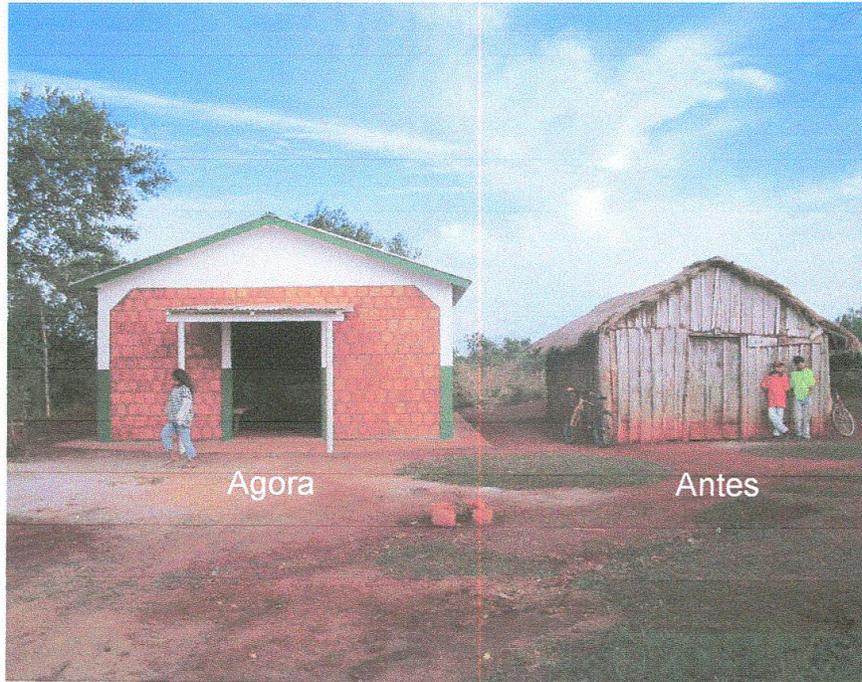
Rev. Daniel Fogaça

Referente ao ano de 2005

“...A seara, na verdade, é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara.” Mt. 9. 37-38

Dourados – MS
2005

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ



PROJETO DE EXPANSÃO MISSIONÁRIA E
ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA AUTÓCTONE

Dourados – MS
2005

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ
ALDEIA RANCHO JACARÉ



CULTO DE DEDICAÇÃO DO
NOVO TEMPLO
23 DE JULHO DE 2005

Preclaros irmãos,

Uma vez que a nossa querida IPB nos honrou com a nomeação como seu representante junto a Missão Evangélica Caiuá, cabe-nos relatar o trabalho feito no decorrer de 2005.

DAS ASSOCIADAS

A Missão Caiuá, até dia 20 de agosto de 2003 era constituída de três Associadas, a IPB, a IPIB e PCUSA. A partir de 20 de agosto de 2003, por não cumprimento do Estatuto, a PCUSA foi excluída como Associada, passando assim a MEC ser constituída por duas Associadas, a IPB e IPIB.

DA ELEIÇÃO

E, no dia 20 de fevereiro de 2004, na reunião eletiva da assembléia da Missão, fui eleito presidente da Missão Caiuá para o biênio 2004/2006.

CONHECENDO A MISSÃO

E desde a eleição, quando assumimos como presidente, passamos a visitar a Missão periodicamente, isto é, mensalmente. Pois, entendemos que, sem conhecimento da Missão e seu funcionamento não há como participar nas decisões.

DAS VIAGENS

Todos os meses, de janeiro à dezembro, viajei de carro, dividindo o volante com minha esposa Rute, são 2.040 Km ida e volta, de São Paulo para Dourados-MS., chegamos geralmente na quinta feira ou sexta feira e retornamos para São Paulo, no sábado ou domingo.

E muitas vezes, além das viagens para Dourados, viajamos também para os campos avançados para melhor conhecimento dos trabalhos que estão sendo realizados nestes campos e termos um tempo de comunhão com os obreiros, comunhão em oração e na Palavra de Deus. São viagens, dependendo do campo, de 70, 150, 200 ou 300 Km.

DOS FATOS

Assim, começando a conhecer a Missão e inteirando-nos de sua administração, dos trabalhos na sede, no campo local, nos campos avançados fomos constatando o que segue:

I) DAS FINANÇAS

- a) Ano de 2002, superavit de R\$ 83.503,47
- b) Ano de 2003: Déficit financeiro de R\$ 154.315,15
- c) Ano de 2004: Déficit financeiro de R\$ 380.199,39

d) Ano de 2005: Superavit financeiro de R\$ 29.874,73

Durante o ano de 2005, trabalhando bem a questão financeira Deus nos abençoou ao ponto de conseguirmos reverter o déficit financeiro e chegarmos ao superávit de R\$ 29.874,73.

II) DA CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Missão Caiuá, na sua totalidade, era administrada unicamente pelo Secretário Executivo, Rev Beijamim Benedito Bernardes. Os diretores do Hospital, dos Campos Avançados, do Instituto Bíblico e da Escola não tinham autonomia para decisões, nada podiam ou faziam na abrangência do seu cargo.

Em 2004, trabalhamos na questão da descentralização administrativa, isto é, que o Hospital, os Campos Avançados, a Escola e Instituto Bíblico gerenciassem o seu próprio campo de trabalho.

Isto feito, em 2005 houve de fato a descentralização em cada setor da Missão, hospital, escola, campos avançados e instituto bíblico. A partir de então, cobramos de cada diretor a execução de seu serviço, ou seja, que trabalhassem desempenhando verdadeiramente suas funções.

III) DOS DIRETORES

Para o ano de 2005, foram nomeados os seguintes diretores:

- a) Dos Campos Avançados, Rev Gerson Troquez, Pastor da IPB, com mestrado e doutorando em Missões pelo Centro de Pos Graduação Andrews Jummp, IPB.
- b) Do Hospital, Enfermeira Marilia Thecco Troquez, membro da I. P Filadélfia, Dourados-MS., enfermeira padrão, com mestrado em enfermagem, e professora na faculdade de enfermagem em Dourados-MS.
- c) Do Instituto Bíblico, Deão, Rev Antonio Luiz Matoso, Pastor da IPB.
- d) Da Escola, Rev Cícero Joaquim Gripp, Pastor da IPB, com mestrado na área de educação.

IV) DO HOSPITAL

- a) A diretora encorajada realizou um trabalho de reestruturação administrativa e implantação de uma nova dinâmica de trabalho. Assim, vendo que podia e tinha autonomia administrativa, financeira e recursos humanos, implantou uma dinâmica de trabalho dentro da visão de Missões. Reformas estruturais foram realizadas, contratação de novos funcionários. O sistema de abastecimento de água foi 100%

- melhorado com a implantação de um poço arteziano, que abastece os hospitais e partes de casas da Missão.
- b) Novas contratações de funcionários feitas em 2005. Um médico, um fisioterapeuta, um ginecologista e novos funcionários.
 - c) O hospital Porta da Esperança, administrado pela Missão é o 1º hospital referência na América do Sul no tratamento da saúde do Povo Indígena. Atualmente está com 76 leitos.
 - d) O Hospital é conveniado com o SUS para atendimento ao indígena. Havendo o atendimento ao paciente e posterior recebimento pelo serviço médico. As verbas recebidas, uma vez cobertas as despesas, outra parte dela está sendo aplicada na melhoria da qualidade do atendimento, na instrumentação e aparelhagem do hospital e em reforma dos prédios.
 - e) *No fechamento do ano de 2005, o hospital, que, nos anos anteriores fechava o balanço financeiro com déficit, em 2005 fechou com um superavit de um pouco mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).*
 - f) A dificuldade que ainda continuamos enfrentando é a carência de profissional médico e na área da saúde, que sejam crentes com visão missionária, para o trabalho nos campos da Missão.

V) DOS CAMPOS AVANÇADOS

O diretor de campo encorajado trabalhou de uma maneira, ainda não satisfatória, mas que atendeu aos obreiros que estão nos campos avançados. No pastoreio deles, em seus campos de trabalho, onde muitas vezes permanecem muito tempo sozinhos. Houve um trabalho de visitação, para conhecimentos das dificuldades e necessidades dos campos, do trabalho, dos problemas das igrejas e lutas, problemas e necessidades do obreiros.

VI) DO ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO

Por liberalidade de uma família presbiteriana, permitiram que a Missão use parte do seu imóvel como escritório para arrecadação e estoque das doações feitas pelas igrejas, para posterior envio à Missão Caiuá.

O Escritório, já funcionando, está localizado na Rua Frei Frederico Vier, 66, Cangaíba, Penha-SP.

Local de fácil saída para as marginais e grandes Rodovias, Dutra, Castelo, Airton Sena, Fernão Dias, etc.

A manutenção atual do escritório, implica em pagamento de um funcionário, 3 salários mínimo por mês e, mais despesas de combustível, água, luz, telefone e manutenção do veículo da Missão.

Em 2005, do escritório foram feitas diversas remessas diretamente para os campos avançadas e, várias remessas para a sede da Missão em Dourados, destacando duas remessas, a 1ª em julho, de aproximadamente 8 toneladas; a 2ª em dezembro, de aproximadamente 11 toneladas de roupas, sapatos, agasalhos, Bíblias e materiais diversos.

O escritório em São Paulo não gera mais prejuízos como ocorria no passado.

VII) DAS ESCOLAS

- a) São seis (6) escolas nos campos da Missão
- b) Nos municípios de Dourados, Caarapó, Amambai, Iguatemi; Tacuru e Coronel Sapucaia-MS.
- c) No município de Amambai, com mais de 600 alunos;
- d) No município de Dourados, em 2006, até a 1ª quinzena de fevereiro, já havia efetivamente matriculados 1.010 alunos;
- e) Os pais recusam-se a matriculá-los em escolas dentro da aldeia e perto de suas casas, querem que seus filhos estudem na escola da Missão Caiuá;
- f) A Escola de Dourados é a maior escola do município de Dourados.

VIII) DA CONSTRUÇÃO DE IGREJAS.

Em 2005, além das visitas mensais feitas à Missão, ainda fizemos um trabalho de divulgação do trabalho da Missão nas Igrejas e região Metropolitana de São Paulo e algumas vezes em outras cidades.

E como resultado deste trabalho duas (2) Igrejas foram construídas em campos avançados.

1ª) Construção da Igreja, na aldeia Rancho Jacaré, no município de Laguna Carapã-MS., com oferta dada por um membro da I. P. de Vila Lais-SP.

Vide fotos da capa.

2ª) Construção da Igreja, no campo da aldeia de Caarapó, município de Caarapó-MS., com ofertas dada pela I. P. de Ermelino Matarazzo-SP.

Vide fotos no Projeto de Expansão Missionária para 2006

IX) DO PROJETO PARA SUSTENTO DOS OBREIROS INDIGENAS

** VIDE A PARTE, PROJETO PARA O ANO DE 2006.*

X) DO INSTITUTO BÍBLICO

- a) Desde sua fundação mais de 80 alunos, índios, já se formaram e, a maioria deles estão trabalhando como evangelista nos campos da

Missão;

- b) Os alunos, índios, quando vem para o curso, vem acompanhado da esposa e filhos e, todo o sustento, casa, comida, roupas, remédios e fornecido pela Missão;
- c) Em dezembro de 2005 tivemos a formatura de 4 alunos;
- d) E destes quatro alunos, um deles ficou como Diretor do Instituto Bíblico para o ano de 2006;
- e) Para o ano de 2006 temos a perspectiva de matrículas de quatorze novos alunos.

XI) DO CONSELHO DA I. P. DE VILA LAIS

O Conselho da minha igreja, I. P. de V. Lais, em São Paulo, compreendeu perfeitamente a importância do trabalho da Missão Caiuá e, concedeu-me um final de semana por mês para o trabalho de visitação a Missão e ou divulgação dos trabalhos da Missão nas igrejas.

CONCLUSÃO: *"...A seara, na verdade, é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara."*
Mt. 9. 37-38.

Queridos irmãos, a experiência destes anos foram edificantes, pois, vi a ação do Espírito Santo de Deus na salvação das almas do povo indígena, na edificação da igreja evangélica indígena e na expansão do seu reino no meio da nação indígena.

É desafiadora, porque *"...A seara, na verdade, é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara."*
Mt. 9. 37-38.

Então, diante da edificante experiência e desafio do campo, expresso aos irmãos o desejo do meu coração de continuar servindo ao Senhor da seara nos campos da Missão Caiuá.

Assim, coloco-me a disposição da minha igreja, IPB, para estar a serviço na seara do Senhor nos campo da Missão Caiuá.

Fraternalmente em Cristo, o Senhor da Igreja

São Paulo 31 de dezembro de 2005



Rev Daniel Fogaça
Representante da IPB junto a MEC
Presidente da Missão Caiuá

E-mail: revfogaça@yahoo.com.br
Fones (11) 6641-5293, res
(11) 6963-3860, com

Rev. Daniel Fogaça
Ministro do Evangelho
I. P. B.

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ



PROJETO DE EXPANSÃO MISSIONÁRIA E ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA AUTÓCTONE

Dourados – MS
2006

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ
ALDEIA CAARAPÓ
CONGREGAÇÃO SAVERÁ



CULTO DE DEDICAÇÃO DO
NOVO TEMPLO
08 DE OUTUBRO DE 2005

SUMÁRIO

01 - Histórico	04
02 - Propósitos.....	04
03 - Estratégia	05
04 - Abrangência	06
05 - Recursos	07
5. 1 - Humanos	07
5. 2 - Financeiros	07
06 - Despesas	07
07 - Relação de Obreiros.....	08
08 - Conclusão	15

PROJETO DE EXPANSÃO MISSIONÁRIA E ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA AUTÓCTONE ENTRE OS CAIUÁS

1 - HISTÓRICO

A Missão Evangélica Caiuá, fundada em 1928, tem como finalidade levar o genuíno Evangelho, dentro dos moldes reformados, aos povos indígenas.

Em sua concepção inicial, o anúncio do Evangelho seria acompanhado de ações sociais, no sentido de melhorar e dignificar a qualidade de vida dos povos assistidos.

Dando enfoque em alcançar o ser humano em sua totalidade, a primeira equipe de trabalho era composta por um pastor, um médico, um professor e um agrônomo.

Além do trinômio: espiritual, saúde e educação, a Missão Evangélica Caiuá nos últimos anos tem-se empenhado na expansão da obra missionária, através da evangelização, e na estruturação de uma igreja autóctone. Um dos passos importantes nesse processo foi a Fundação de Instituto Bíblico Rev. Felipe Landes em 1978, pela Missão Evangélica Caiuá, voltada para a qualificação de uma liderança indígena, realmente comprometida com o Reino de Deus e a expansão da evangelização dentro das Aldeias.

2 - PROPÓSITOS

Esse Projeto servirá para intensificar ações no sentido de alcançar dois objetivos específicos:

- Ampliação dos trabalhos de evangelização nas Aldeias, que atualmente oferecem amplas oportunidades de trabalho, com a participação de missionários índios, qualificados em nosso Instituto Bíblico;
- Intensificar os estudos no sentido de estruturar em breve a igreja autóctone.

Esses objetivos deverão ser alcançados em três anos, passando pelas seguintes etapas:

- a) **Primeiro ano:** será feito um intenso trabalho de evangelização, no sentido de alcançar as aldeias onde não existem trabalhos regulares, através da ação dos missionários índios; serão realizadas reuniões regulares com a liderança da igreja, para definir o modelo de igreja mais adequada para as comunidades indígenas; e também a elaboração de estatuto e regimento interno que serão os instrumentos legais para a estruturação da igreja.
- b) **Segundo ano:** a igreja será preparada e treinada para exercer o trabalho evangelístico dentro de suas comunidades; serão ministrados cursos preparatórios para as funções de Presbíteros e Diáconos, e posterior processo de eleição para formação da igreja, com oficiais eleitos; estruturação das sociedades internas.
- c) **Terceiro ano:** a igreja indígena passará a assumir gradativamente os trabalhos evangelísticos e missionários, hoje realizados pela Missão Evangélica Caiuá. Os evangelistas índios serão muito importantes dentro desse processo, pois são os líderes que estarão diariamente à frente desse trabalho.

3 - ESTRATÉGIA

Para que esses objetivos sejam alcançados, é fundamental que o missionário índio seja a pessoa que faz o processo de ligação entre a Missão e as comunidades indígenas.

Dentro dessa concepção a figura do missionário índio torna-se imprescindível para alcançar esses objetivos. Ele será o canal através do qual a Missão poderá entender e sentir os anseios da comunidade indígena, e os irmãos índios tomarão conhecimento dos princípios que regerão uma igreja autóctone, contextualizada dentro da realidade vivida por cada povo.

Para a execução desse Projeto contamos com nove missionários índios, que já atuam nos diversos campos da Missão, exercendo uma liderança nata. Esses irmãos a partir da implantação do Projeto, além do trabalho evangelístico que deve ser ampliado, estarão auxiliando na estruturação da igreja indígena.

Esse trabalho será coordenado pela direção da Missão, com a participação ativa da Direção de Campo, que estará fazendo viagens periódicas às Aldeias para as reuniões, e também para avaliação e implantação das etapas do Projeto.

4 - ABRANGÊNCIA

A Missão trabalha especialmente com os índios ao sul do Mato Grosso do Sul, composta em sua maioria pela etnia Kaiwá, conforme quadro que segue:

MUNICIPIOS	ALDEIAS	HOMEM	MULHER	TOTAL
DOURADOS	Bororó	2.472	2.589	5.061
	Jaguapiru	2.509	2.547	5.056
	Panambizinho	152	148	300
	Lima campo	106	105	211
Total Hab. Aldeias de Dourados		5.239	5.389	10.628
CAARAPÓ	Caarapó	1.774	1.868	3.642
	Jarará	222	231	453
	Rancho Jacaré	214	196	410
	Taquará	91	103	194
Total Hab. Aldeias de Caarapó		2.301	2.398	4.699
AMAMBAI	Amambai	3.050	3.063	6.113
	Guaimbé	277	293	570
	Guassuty	165	208	373
	Jaguari	140	161	301
	Limão verde	383	507	890
Total Hab. Aldeias de Amamba		4.015	4.232	8.247
CORONEL SAPUCAIA	Taquapiry	1.323	1.280	2.603
	Sete Cerros	221	201	422
Total Hab. Aldeias de Cnel Sapucaia		1.544	1.481	3.025
TACURÚ	Sassoró	1027	1060	2.087
	Jaguapiré	469	460	929
total Hab. Aldeias de Tacurú		1496	1520	3.016
JAPORÃ	Cerrito	305	268	573
	Porto Lindo	1.873	1.914	3.787
Total Hab. Aldeias de Japorã		2.178	2.182	4.360
ANTONIO JOÃO	Campreste	177	129	306
	Cerro Marangatu	211	186	364
	Kokwe'y	59	69	128
Total Hab. Aldeias de Antonio João		447	384	831
MARACAJÚ	Sucuri	58	66	124
Total Hab. Aldeia de Maracajú		58	66	124
T. Municipios - 08	T. Aldeia - 23	17.278	17.652	34.930

5 - RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

5.1 - Humanos

A Missão Evangélica Caiuá disponibilizará o Diretor e Vice-diretor de Campo para integrar o Projeto, desde sua implantação até o final, fornecendo também os veículos para a promoção do Projeto.

Nove evangelistas índios serão incorporados ao Projeto, e motivados pelo mesmo.

5.2 - Financeiros

A Missão manterá o Diretor e Vice-diretor financeiramente, um veículo para o deslocamento das equipes de construção, apoio e infraestrutura. Essas equipes irão construir os templos e casas para os obreiros indígenas, dentro das aldeias.

A IPB, através do Projeto manterá os evangelistas indígenas com um salário mínimo, mensal, durante doze meses, e combustível para uma viagem mensal da equipe de supervisão.

5.2.1 - Despesas do Projeto-

Encargos anuais

Cargos Anuais	Qtd.	Salário Mínimo	Salários	Meses	PIS	FGTS	Multa FGTS	13º SAL.	Ferias + 1/3	Total Anual
Missionários	11	350,00	46.200,00	12	551,83	4.690,58	2.345,29	3.850,00	5.134,48	62.772,18
Combustível			77,32	12						927,84
TOTAL										R\$ 63.700,02

6 - RELAÇÃO DE OBREIROS

Segue a relação dos obreiros que serão parte integrante desse Projeto:

- 1 - Presb. Guilherme Felipe Valério.
- 2 - Natanael Vilhalva Cáceres.
- 3 - Otoniel Ricardo.
- 4 - Virgulino Alziro.
- 5 - Presb. Valdelírio Pereira Lescano.
- 6 - Antônio Castelão.
- 7 - Presb. Xisto Sanches.
- 8 - Presb. Neri Rocha.
- 9 - Dc. Dorival da Silva.
- 10 - Sevedeu Arce
- 11 - Dc. Reginaldo Martins

6.1. Presb. Guilherme Felipe Valério

Esposa: Maurícia Valério

Aldeias de Dourados, Dourados-MS

População:

Bororó : 2.472 homens 2.589 mulheres = 5.061 total

Jaguapirú : 2.509 homens 2.547 mulheres = 5.056 total

Índio Tereno, formado em nosso Instituto Bíblico, sendo o primeiro missionário índio a serviço da Missão Caiuá. É responsável pela 1ª Congregação dentro da aldeia de Dourados, que atende os irmãos da etnia Terena, liderando os cultos semanais e Escola Dominical, além do trabalho de visitação e discipulado. Guilherme Valério é também presbítero da igreja, e por muitos anos tem ajudado na condução da vida da igreja na Aldeia de Dourados. Trabalha com a Missão Evangélica Caiuá desde 1965.

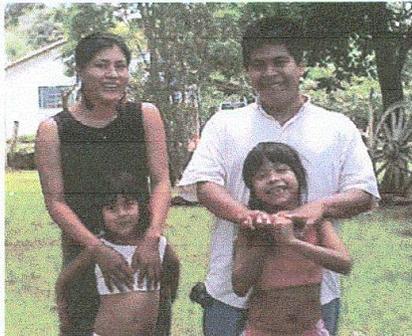


6.2. Natanael Vilhalva Caceres

Esposa: Valdelice Veron

População

Aldeia Panambizinho, Dourados-MS :152 Homens e 148 mulheres = 300 total



O casal, ele Guarani e ela Kaiwá, possuem duas filhas, e fizeram o curso de Evangelista em nosso Instituto Bíblico formando-se em 1997 e, em 1998 foram designados para trabalhar na aldeia de Panambizinho, onde temos uma congregação. Esta aldeia fica situada cerca de 20 km de Dourados, com a população atual de 300 índios Kaiwá, fortemente

arraigados a sua cultura, e bastante arredios, onde entendemos que apenas um índio convertido poderá realizar mais facilmente o trabalho de evangelização.

Temos nessa aldeia um templo construído, e uma freqüência bastante oscilante, e nenhum membro comungante, embora tenhamos uma freqüência relativamente boa, nos cultos e escola dominical. Esses irmãos estão cursando a Universidade em Dourados, ela cursando Advocacia e ele Enfermagem.

6.3. Otoniel Ricardo

Esposa: Renata Castelão

População:

Aldeia de Caarapó

1.774 homens e 868 mulheres = 3.642 total

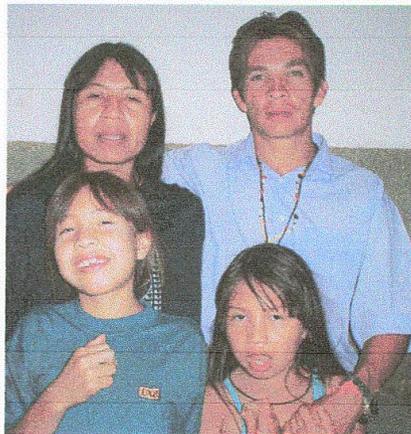
Município de Caarapó-MS.

Aldeia de Jarará

222 homens e 231 mulheres = 453 total

Município de Juti-MS

Esses irmãos são Kaiwás, também fizeram o curso bíblico em nosso Instituto Bíblico. Possuem duas filhas e estão trabalhando desde 1993, na aldeia de Caarapó, onde temos uma base da Missão, coordenada pelo Pastor Eugenio



Martins e sua esposa Marluce. Os irmãos Otoniel e Renata fazem parte da equipe, auxiliando na congregação de Saverá, e na igreja da sede, nos cultos e escola dominical. Ele é também professor e ela coordenadora pedagógica da Escola de Ensino Fundamental da Missão.

6.4. Virgulino Alziro

Esposa: Reina

População:

Aldeia Rancho Jacaré : 214 homens e 196 mulheres = 410 total

Município de Laguna Caarapã - MS



O casal é Kaiwá, ele fez o curso bíblico em nosso Instituto Bíblico, e juntamente com sua família tem servido ao Senhor desde 2002, na aldeia Rancho Jacaré. A aldeia Rancho Jacaré é formada basicamente de Kaiwás, em uma região afastada das cidades, onde vivem ainda dentro

de seus costumes sem muita interferência da população não índia.

Nesta aldeia possuímos uma Congregação, liderada desde seu início por evangelistas índios, hoje com uma participação bastante efetiva dos índios aldeados da região. O templo coberto de sapé foi construído pelos próprios índios, quando desejavam ter um local para suas reuniões. Hoje já foi construído um templo em alvenaria, atendendo a solicitação da própria comunidade.

6.5. Valdelirio Pereira Lescano

Esposa: Angelina Pereira

População

Aldeia de Sassoró : 1027 homens e 1.060 mulheres = 2.087 total

Aldeia de Jaguapiré : 469 homens e 460 mulheres = 929 total

Município de Tacuru-MS



O casal da tribo Kaiwá fez o curso em nosso Instituto Bíblico, e em 2003 após sua formatura foram para o Campo, pois já demonstravam profunda vocação para servir ao Senhor na obra de evangelização. Estão trabalhando conosco desde o ano passado na aldeia de Sassoró, onde a Missão tem uma base, formada por uma equipe de cinco missionários. Valdelirio tem uma larga experiência na função de presbítero exercida em sua igreja de origem, em Taquapiry.

Sassoró é um campo onde a Missão começou seu trabalho na década de 70, mas que continua sendo um campo desafiador, especialmente pela rivalidade entre as famílias, resquício das lutas passadas com os pagés, nas ameaças motivos de feitiçarias e desconfianças.

6.6. Antonio Castelão e Esposa: Assunciona

População:

Aldeia de Amambai : 3.050 homens e 3.063 mulheres = 6.113 total

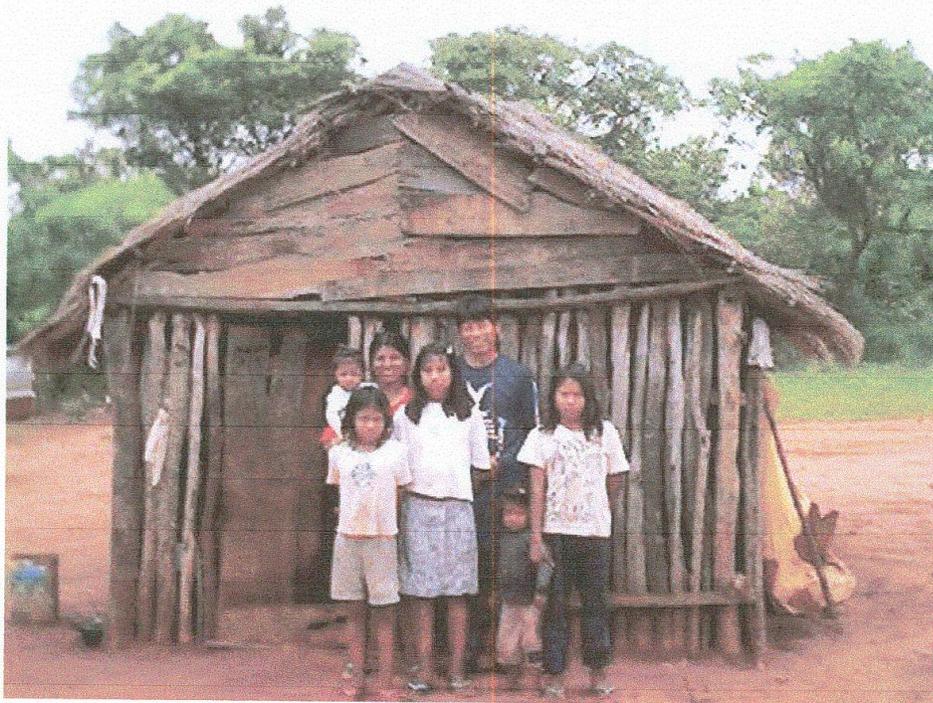
Guaimbé : 277 homens e 293 mulheres = 570 total

Jaguari : 140 homens e 161 mulheres = 301 total

Limão Verde : 804 pessoas

Município de Amambai-MS

O irmão fez o curso de nosso Instituto Bíblico, e desde sua formatura em 2001, ele e sua família, servem ao senhor na Aldeia de Amambai, a segunda maior aldeia do Estado, e atendem mais duas aldeias localizadas na região, Limão Verde e Guaimbé, que são campos missionários. Antônio e família residem dentro da Aldeia de Amambai, auxiliando grandemente nas congregações e no trabalho de evangelização. A Missão em Amambai tem uma base com doze missionários, atendendo essas três comunidades. Ele e sua esposa pertencem à tribo Kaiwá.

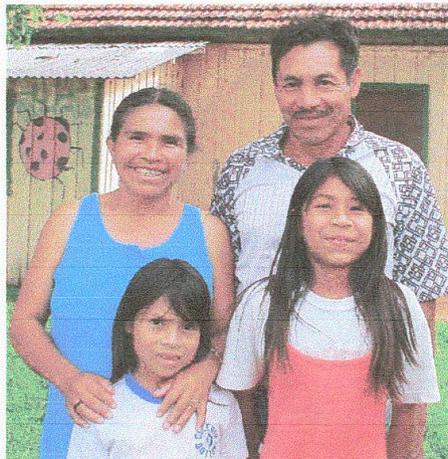


7.7. Presb. Xisto Sanches
Esposa: Germina Aquino

População

Aldeia de Gwassuty : 165 homens e 208 mulheres = 373 total

Município de Aral Moreira - MS



O irmão Xisto é Kaiwá e foi presbítero da igreja em Dourados por muitos anos. Faz parte da Primeira turma de formandos do nosso Instituto Bíblico em 1981, e serviu como evangelista à igreja em Dourados por muitos anos sendo agora enviado para um trabalho pioneiro na Aldeia de Gwassuty, onde juntamente com sua família tem realizado esse ano um excelente trabalho, na consolidação da igreja naquela região.

7.8. Presb. Néri Rocha
Esposa: Antonia Rocha

População

Aldeia de Porto Lindo

1.873 homens e 1.914 mulheres = 3.787 total

Aldeia de Cerrito

305 homens e 2268 mulheres = 573 total

Município de Iguatemi-MS

Nosso irmão presbítero Néri e sua esposa são guaranis, cursaram o Instituto Bíblico da Missão, e desde 1998 servem a igreja na Aldeia de Porto Lindo como presbítero. A partir deste ano estará servindo ao Senhor como evangelista, participando ativamente na vida da igreja, e no trabalho de expansão da mesma.



6.9. Dorival da Silva

Esposa: Célia Silva



O irmão Dorival, é Kaiwá, formou-se em nosso Instituto Bíblico em 1993 e foi eleito diácono na igreja indígena em Dourados, onde atua como Coordenador.

Nosso irmão e família atuam também como evangelistas na Congregação da Farinha Seca, uma área da aldeia de Dourados, formada exclusivamente de índios Kaiwás.

Temos neste local uma boa congregação, com um templo em alvenaria construído há pouco tempo, onde congrega um bom grupo de irmãos, participando ativamente nos trabalhos regulares.

Durante a semana Dorival e esposa realizam o trabalho de evangelização, e assistência espiritual aos membros da igreja. Por muitos anos essa família tem auxiliado na tradução da Bíblia para a língua Caiuá.

6.10. Sevedeu Arce

Esposa: Marta

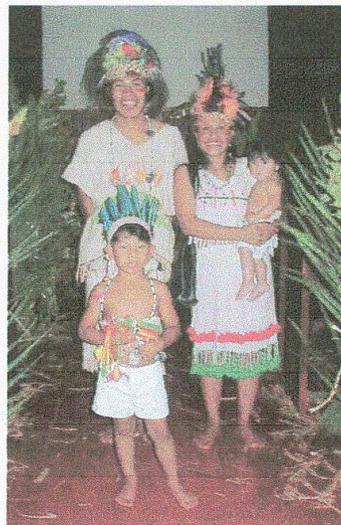
Nosso irmão Sevedeu, nasceu em uma aldeia no Paraguai e terminou nesse ano, 2005, o curso no Instituto Bíblico, juntamente com sua esposa Marta, e retornou para a aldeia de Taqwapery, onde temos uma boa igreja, e estará ajudando o pastor, trabalhando especificamente com a nossa mocidade.

Aldeia de Taqwapery

População:

1.323 homens e 1.280 mulheres = 2.603 total

Município de Coronel Sapucaia-MS



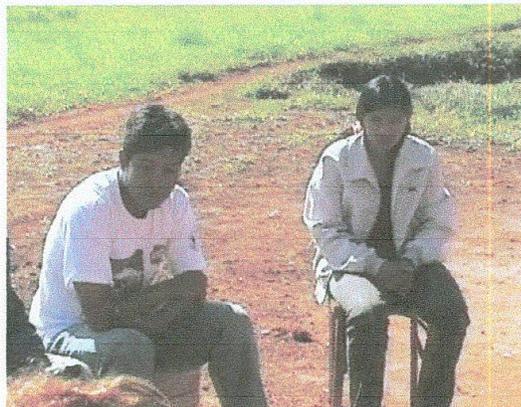
6.11. Dc Reginaldo Martins

Esposa: Juliana

População

Aldeia de Sucuri : 58 homens e 66 mulheres = 124 total

Município Maracajú-MS



O irmão Reginaldo terminou em 2005 o curso em nosso Instituto Bíblico, e logo a seguir foi eleito diácono da igreja em Dourados.

Desde 2004, o irmão Reginaldo juntamente com sua esposa, aceitaram o desafio de começar o trabalho na aldeia de Sucuri, onde as portas se abriram. Hoje, naquela aldeia temos

estruturado uma boa congregação sendo pastoreada pelo jovem evangelista.

CONCLUSÃO

A Igreja Presbiteriana do Brasil participou efetivamente na Missão Caiuá quando em março de 2005 votou uma verba de R\$ 45.000,00.

Esta verba foi integralmente investida nos campos de trabalho da Missão Caiuá. Neste período de abril de 2005 a março de 2006 estaremos mantendo nove (9) evangelistas índios, os quais estão fazendo um trabalho efetivo de estruturação e expansão da Igreja Evangélica Indígena. Cada um destes evangelista está recebendo um salário mínimo por mês neste período de abril de 2005 à março de 2006, mais férias e 13º salário.

Em 2006, queremos aumentar o numero dos evangelista de nove (9) para onze (11), considerando que, ainda ficam alguns campos sem obreiros.

Em 2005, os obreiros e nós da liderança da Missão trabalhamos um pouco mais tranquilos, pois, sabíamos que no fim de cada mês os obreiros teriam o seu salário certo para receber.

Em 2005 Deus foi generoso com as bênçãos para a Missão Caiuá, e, dentre as muitas bênçãos recebidas queremos destacar duas:

Em julho de 2005, em culto solene consagramos uma igreja construída em alvenaria, com oferta da I. P. de Vila Lais-SP., na aldeia Jacaré, onde trabalha o evangelista Virgulino Alziro.

Em outubro de 2005 consagramos mais uma igreja construída em alvenaria, com oferta da I. P. de Ermelino Matarazzo-SP., na aldeia Caarapó, Congregação Saverá, onde trabalha o Rev Eugenio e evangelista Otoniel.

Irmãos, nosso clamor é que não nos abandone agora, pois não havendo efetiva participação financeira da IPB em 2006, não teremos como dar continuidade a este projeto.

A Missão Caiuá não tem condições financeiras para manter estes obreiros em seus campos de trabalho. Todos estes evangelistas seriam sacrificados, pois teriam de voltar ao trabalho das usinas, das roças, lavouras, para manutenção de suas famílias, o que traria grandes prejuízos às igrejas, isto é, na continuidade de sua estruturação e expansão.

É importante lembrar que um evangelista índio leva uma vantagem de muitos e muitos anos de trabalho sobre um evangelista ou pastor não índio. Este

conhece a língua, a cultura, os costumes e não tem problema de ser ou não aceito pela comunidade indígena.

Irmãos, ainda há campos, aldeias, em que não temos obreiros para enviá-los e, se hoje tivéssemos estes obreiros, não teríamos condições financeiras para mantê-los trabalhando na seara.

A cada dia estamos intensificando o trabalho de semeadura da Palavra de Deus entre as Nações Indígenas.

Creemos que o evangelho é o poder de Deus para a salvação, e, assim, a cada dia procuramos viver em obediência ao ide de nosso Senhor Jesus Cristo.

Dourados, dezembro de 2005



Rev Daniel Fogaça

Presidente da Missão Evangélica Caiuá

Rev. Daniel Fogaça
Ministro do Evangelho
I. P. B.

Dourados – MS
Caixa Postal, 04
CEP-79804-970
Fone (67)3421-4197
E-mail: mcaiua@uol.com.br

São Paulo
Fone (11)6641-5293
E-mail: revfogaça@yahoo.com.br

Doações – São Paulo
Rua Frei Frederico Vier, 66,
Cangaíba-SP. CEP-03734-020
Fone (11) 6958-4722
E-mail: jessefogaça@hotmail.com



MISSÃO EVANGELICA CAIUÁ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dourados – MS
2006

Caixa Postal, 04
79.804-970 – Dourados – MS
Fone: (67) 3421-4197
e-mail: mcaiua@uol.com.br

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DA
MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ EM 2006**

Relatório do Secretário Executivo
Rev. Bejjamim Benedito Bernardes apresentado à
Assembléia da Missão Evangélica Caiuá em 16/02/06

**Dourados
Fevereiro-2006**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLÉIA GERAL**

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

DOURADOS – 17/02/2006

PAUTA

1. Eleição da Diretoria para o biênio 2006 –2007;
2. Aprovar relatório Financeiro;
3. Tomar conhecimento e aprovar relatório das atividades referentes a 2005;
4. Fazer nomeações do Secretário Executivo, Diretor e vice-diretor dos Campos e diretores de departamentos;
5. Outros assuntos

SUMÁRIO

1 – Histórico	01
2 – Organograma	06
2.1 – Composição da Assembléia.....	07
2.2 – Conselho Diretor.....	07
2.3 – Diretores.....	07
2.4 – Departamentos.....	07
2.5 – Responsáveis pelos Campos Avançados.....	07
3 – Missão Evangélica Caiuá	08
3.1 – Entidade.....	08
3.2 – Quadros de Aldeias.....	09
3.3 – Aldeias com missionários índios.....	10
3.4 – Aldeias sem missionários residentes.....	10
3.5 – Aldeias não alcançadas.....	11
4 – Departamento Espiritual	11
4.1 – Abrangência.....	11
4.2 – Igrejas.....	12
4.3 – Estatística das Igrejas.....	17
4.4 – Alvos para o Ano.....	18
4.5 – Instituto Bíblico.....	20
4.6 – Tradução da Bíblia.....	21
4.7 – Reunião "CONPLEI".....	22
5 – Departamento de Educação	23
5.1 – Modelo de Educação.....	23
5.2 – Estatística Escolar.....	26
5.3 – Relatórios Geral das Escolas da Missão Caiuá.....	28
6 – Departamento de Saúde	29
6.1 – Recursos Humanos Utilizados.....	29
6.2 – Composição do Corpo Clínico.....	30
6.3 – Movimento Ambulatorial.....	30
6.4 – Atendimento Ambulatorial por categoria.....	30
6.5 – Movimento Geral de Cirurgia de Por Portes.....	31
6.6 – Indicadores do Desempenho Hospitalares.....	31
6.7 – Pacientes Internos por Categoria Convenial.....	31
6.8 – Pacientes Internos segundo a Porcedencia.....	31
6.9 – Custos dos Serviços.....	32
6.10 – Custo Total.....	32
6.11 – Relatórios das Atividades Realizadas.....	33
7. Convênio FUNASA	34
8. Relatório Financeiro 2005	35
09 – Anexos	43
10 – Reportagens	101

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DA MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ 2005

A – HISTÓRICO

No início do século XX, mais precisamente, na segunda metade da década de 20, chega em Dourados, naquela época ainda uma vila, o Rev. Albert Maxwell. De origem norte americana, Rev. Maxwell residia em seu país perto de uma tribo indígena e tinha no coração o desejo de pregar o evangelho aos índios. Com a morte dos pais, decidiu empregar a herança recebida realizando o seu desejo. Vendeu o que possuía, veio ao Brasil e foi para a região norte, na Amazônia, com o intuito de conhecer as tribos indígenas dali. Depois de andar por quase um ano naquela região, encontrou-se com a caravana do Marechal Rondon que o trouxe até a região de Dourados. Ali chegando decide começar um trabalho missionário junto aos índios deste local por achar que estes estavam em piores condições do que os outros por onde havia passado.

Os índios da região de Dourados saíam para trabalhar na colheita da erva mate e o Rev. Maxwell encontrou a aldeia, praticamente, só com mulheres e crianças

Rev. Maxwell sentiu que não poderia cuidar só do espírito do índio sem cuidar do seu corpo e mente, foi procurar ajuda das igrejas brasileiras para o seu projeto. Com o desejo de ajudar o índio Kaiwá que ali vivia, o Rev. Maxwell vai até São Paulo e através do apoio da Comissão Brasileira de Cooperação das Igrejas Evangélicas, em 28 de agosto de 1928, organiza a Associação Evangélica de Catechese dos Índios. Esta associação teria sua sede em São Paulo, e seus missionários e obreiros seriam constituídos em Missões locais de acordo com as áreas geográficas ocupadas.

Organizam a primeira missão local e, para esta, são enviados por suas igrejas os seguintes missionários: Rev. Albert S. Maxwell e sua esposa Mabel Maxwell através da Presbyterian Church in the United States, o médico Dr. Nelson

de Araújo da Igreja Metodista, o agrônomo Sr. João José da Silva, sua esposa D. Guilhermina Alves da Silva e seu filho Erasmo, de seis meses de idade, pela Igreja Presbiteriana do Brasil e o professor Esthon Marques da Igreja Presbiteriana Independente. É criada assim a "Missão Evangélica Caiuá" *que desenvolve atividade altamente meritória de assistência aos aborígenes*, segundo Egon Chaves em seu livro "Aculturação Indígena" (1969,p.129).

Em 1931 foi construída junto ao posto indígena, na aldeia, uma classe em que o professor Eston Marques deveria dar suas aulas, mas este deixa a Missão, e as aulas só tiveram início em fevereiro de 1933, quando chega à Missão D. Yolanda para atuar como professora. Esta é a primeira escola indígena da região era chamada de "Escola Diária"¹ e destinava-se a alfabetização de adultos.

O Rev. Maxwell, enquanto furava um poço na Missão de Amambai contrai uma doença nos pulmões, deixa a Missão em 1942, voltando para os Estados Unidos, com sua esposa e filhos, para tratamento de sua saúde; vindo a falecer em 1947.

Em janeiro de 1943, o Rev. Mário Syndenstricker apresenta o nome do casal, Rev. Orlando Andrade e D. Lóide, como possíveis substitutos do Rev. Maxwell, na diretoria da Missão e em vinte e três de setembro do mesmo ano o casal é admitido na Missão sendo sustentados pela Missão Americana.

A Missão contava com "uma Escola Primária, um ambulatório médico, o orfanato "Nhanderoa", a Igreja Indígena com diversos pontos de pregação nas matas e também um campo avançado em Amambai"², criado pelo Rev. Maxwell em 1941 e que ficou por muito tempo interrompido por falta de obreiro.

Em 1956, chega à Missão Dra. Loraine Bridgeman, missionária da Missão Wicliff, enviada pelo então ministro Dr. Darci Ribeiro, para o trabalho de tradução da Bíblia para a língua Kaiwá. Um pouco mais tarde, chega também o casal Taylor para ajudar neste trabalho de tradução e em 1960 D. Audrey Taylor cria um jogo de oito cartilhas em Kaiwá que vai ajudar na alfabetização dos índios. E, assim, com a ajuda destes lingüistas a escola da Missão, torna-se pioneira na alfabetização bilíngüe na região. Em 1985 entregam para o índio

¹ Livro de Atas da Missão nº 1, p. 9.

² Livro de Atas da Missão nº 2, p.5

Kaiwá o Novo Testamento em sua própria língua. Hoje, Dra. Loraine ainda está entre nós terminando a tradução do Velho Testamento.

No final da década de cinquenta a Igreja de madeira, onde eram realizados os cultos torna-se pequena e é necessário construir um espaço maior e para esta finalidade o Rev. Orlando contrata o Sr. Moisés Rodrigues, que constrói um novo templo e este é inaugurado na década de sessenta

Expandindo o trabalho da Missão é criado, em 15 de maio de 1958 o campo de Teyi-Kué (Caarapó), indo para lá o missionário Eládio Valentim, em 26 de julho de 1961 começa-se o trabalho em Lucero e ainda resolve-se “que se estendam os trabalhos da Missão nos seguintes aldeamentos: Taquapiry, Pirajuí, Jacareí e Sassoró, aproveitando-se os obreiros que virão através da junta de missão da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil que lhes proverá o sustento”.³

Chegam à Missão, no ano de 1961, Rev. Saulo, Rev. Rubens, Rev. Daniel Astério e Rev. Benedito Troquez, junto com as esposas e em abril de 1962, iniciam trabalho de evangelização nas aldeias que ainda não haviam sido alcançadas. Rev. Saulo em Taquapiry, Rev. Daniel em Caarapó, Rev. Rubens e Rev. Troquez em Porto Lindo.

Fruto de orações e de doações de muitos crentes em todo país, em substituição ao rancho de sapé onde os doentes eram atendidos, foi inaugurado na sede da Missão em Dourados, no dia primeiro de março de 1963, o “Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança”, com 38 leitos, hoje ampliado para 50 leitos e finalidade específica de “atender exclusivamente a população indígena, os obreiros e funcionários da AECI, sendo que toda a tarefa de assistência médica é inteiramente gratuita”.

Para o sustento do hospital e como também da Missão foi criada, por Sr. Reinaldo e D. Zéria, uma granja que fornecia carne de galinha para as crianças e em época de crise o Rev. Orlando vendia os ovos na cidade.

Depois de cinco anos que o Rev. Troquez havia chegado à Missão e estar trabalhando em Porto Lindo, em 13 de setembro de 1967, ele propõe à Assembléia a abertura do campo de Ramada e assim é criado mais um campo avançado, alcançando o número de cinco.

³ Idem, p. 25

Em 1978, foi inaugurado a "TB" (Unidade de Tratamento de Tuberculose) com 50 leitos, é um hospital afastado das demais construções da Missão. Fica ao lado da mata, em construção de alvenaria, com estilo rústico, em forma de maloca, para melhor se ambientarem os doentes que por ali passam.

Antes de aposentarem e passarem a direção da Missão a uma nova equipe, Rev. Orlando e D. Lóide tinham um sonho que se tornou realidade: queriam criar um Instituto Bíblico que pudesse preparar o índio para a pregação do evangelho, em 1978, durante a comemoração dos 50 anos de fundação da Missão é lançada a pedra fundamental do edifício aonde iria mais tarde funcionar o Instituto Bíblico "Felipe Landes". Estiveram presentes a esta cerimônia e ajudaram na construção do edifício uma comitiva do Sínodo da Guanabara e D. Jeanne Francinne Villon, que passa a liderar um trabalho no Estado do Rio de Janeiro em prol da construção do mesmo e continua até hoje, com a participação de mais de 100 igrejas ajudando no sustento da Missão Caiuá. O Instituto Bíblico Felipe Landes é inaugurado em 05 de abril de 1980.

Devido a Missão Evangélica Caiuá prestar assistência ao índio através da saúde, educação e no seu trabalho espiritual, foi reconhecida como uma entidade de utilidade pública municipal, estadual e federal, recebendo assim no dia 25 de fevereiro de 1984 o atestado de filantropia.

Em 1985 o casal Rev. Orlando e D. Lóide ao se aposentarem deixam a Missão e ficam em seu lugar como diretor de campo da Missão o Rev. Beijamim Benedito Bernardes e esposa Margarida e como vice-diretor o Rev. Benedito Troquez e sua esposa D. Edith Troquez.

Nesta mesma época no Instituto Bíblico Felipe Landes é introduzido um currículo específico, passando assim a ter como aluno somente o índio. Desde 1985 os alunos formados pelo Instituto têm voltado para sua tribo para pregar o evangelho aos seus patrícios.

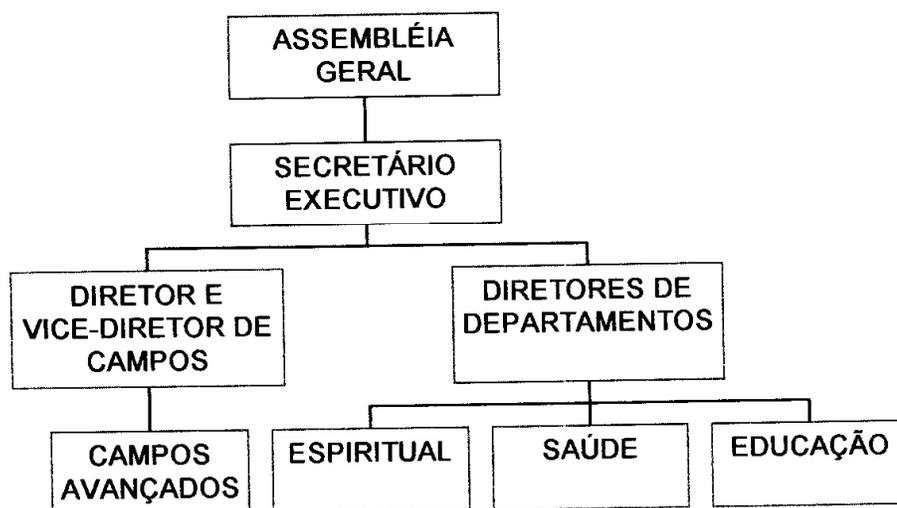
Atualmente a Missão Caiuá atua com sua sede em Dourados, seis campos avançados ao lado das aldeias de Caarapó, Amambai, Taqwapiry, Sassoró, Porto Lindo e Gwassuty e nas aldeias de Jacaré, Limão Verde, Campestre, Kokwey, Panambi através do missionário índio que ali mora e também possui um missionário atuando junto aos índios Xavantes no município de Nova Xavantina, MT.

Na área de educação conta com seis escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com um Projeto Pedagógico que atende as necessidades do aluno indígena, em convênio com Prefeituras locais.

Desde o ano de 2001, a Missão mantém convênio com a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) para dar atendimento a população indígena de todo o Mato Grosso do Sul na área de saúde e em 2002, com a tuberculose controlada entre os Kaiwá a ala do Hospital específica para estes doentes, passou atender a crianças desnutridas de várias aldeias ao redor.

Através do que tem realizado, o alvo da Missão é ir em busca de novos campos missionários, procurando, assim, alcançar as mais de 90 tribos indígenas brasileiras que nunca ouviram falar do evangelho.

B - ORGANOGRAMA



A Missão Evangélica Caiuá é conduzida pela Assembleia Geral que é o órgão máximo para deliberações, responsável pela aprovação do plano de trabalho anual e definição de metas a serem alcançadas, zelando pelo bom andamento da entidade, e cumprimento fiel de seus objetivos.

A execução do plano de trabalho e a busca pelas metas estabelecidas são de responsabilidade do Secretário Executivo, sendo auxiliado nesta tarefa pelo Diretor e Vice-Diretor de Campo, e os responsáveis pelos Departamentos Internos da Missão, a saber: Espiritual, Saúde e Educação (Igrejas, Hospital e Maternidade Indígena "Porta da Esperança", Escolas, Instituto Bíblico Felipe Landes).

São associadas da Missão Evangélica Caiuá, as igrejas Presbiterianas do Brasil, e Presbiteriana Independente do Brasil. Cada associada indica, através de suas assembleias, com representatividade a nível nacional, quatro representantes para formar a Assembleia Geral da Missão Evangélica Caiuá, juntamente com dois representantes indígenas, indicados pela Igreja Indígena, sendo um presbítero e um evangelista, cujo mandato é pelo período de dois anos, podendo ser reconduzidos por outros períodos.

2.1 - Composição da Assembléia

Rev. Daniel Fogaça – (Igreja Presbiteriana do Brasil) - Presidente
 Rev Dr Charles Timothy Carriker (Igreja Presbiteriana Independente do Brasil)–
 Vice-Presidente
 Rev Ademir Ramos Novaes (Igreja Presbiteriana do Brasil) – Secretário
 Rev Jonas Furtado Nascimento (Igreja Presbiteriana Independente) – Tesoureiro
 Rev Antônio Márcio Feitosa (Igreja Presbiteriana do Brasil) – Membro
 Rev Raul Hamilton de Souza (Igreja Presbiteriana Independente) – Membro
 Presb. Sebastião Nunes da Silva (Igreja Presbiteriana Independente) - Membro
 Presb. Luiz Alves de Souza (Igreja Presbiteriana do Brasil) – Membro
 Presb. Alziro de Souza (Igreja Presbiteriana Indígena) – Membro
 Evang. Jorge Sanches (Igreja Presbiteriana Indígena) - Membro

2.2 - Conselho Diretor

Rev. Daniel Fogaça – (I P B) - Presidente
 Rev Dr Charles Timothy Carriker (I P I B)–Vice-Presidente
 Rev Ademir Ramos Novaes (I P B) – Secretário
 Rev Jonas Furtado Nascimento (I P I B) – Tesoureiro

2.3 – Diretores

Rev Beijamim Benedito Bernardes (IPB) – Secretário Executivo
 Rev Gerson Troquez (IPIB) – Diretor de Campo
 Rev Benedito Troquez (IPIB) – Vice-Diretor de Campo

2.4 – Departamentos

Enfª. Marília de Souza Checco Troquez (IPB) – Diretor Administrativo do Hospital
 e Maternidade Indígena “Porta da
 Esperança”
 Presb Dr Franklin Amorim Sayão (IPB) – Diretor Clínico do Hospital e Maternidade
 Indígena “Porta da Esperança”
 Rev Cícero Joaquim Gripp (IPB) – Diretor da Escola Francisco Meireles
 Prof.ª Maria Alves Rocha – Diretora da Escola Mitã Rory
 Rev. Gerson Troquez (IPB) – Diretor do Instituto Bíblico “Rev Felipe Landes”
 Rev. Antonio Luiz Mattoso (IPB) Deão do Instituto Bíblico “Rev. Felipe Landes”

2.5 - Responsáveis pelos Campos Avançados

Rev Eugênio Martins (IPIB) – Campo de Caarapó
 Rev Mário Alves Rocha (IPB) – Campo de Amambai
 Rev Gervásio Ferreira Lopes (IPIB) – Campo de Taquapery
 Ms. Sirnei Moreira Vargas (IPB) – Campo de Sassoró
 Ev Francisco de Oliveira (IPIB) – Campo de Porto Lindo
 Ev. Xisto Sanches (Igreja Indígena) – Campo de Gwassuty

3- MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

3.1 - Entidade

A Missão Evangélica Caiuá é uma Entidade Presbiteriana de caráter filantrópico, conforme decreto nº 85602 de 30/09/80, nas esferas: municipal, estadual e federal, tendo os seguintes objetivos:

- a- Prestar assistência social ao indígena, em todo território nacional, em caráter permanente, sem qualquer discriminação de raça, cor ou credo;
- b- Estabelecer escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental;
- c- Instalar ambulatórios médicos, construindo hospitais;
- d- Organizar escolas profissionalizantes;
- e- Ministrar instrução e assistência evangélica aos povos indígenas
- f- Cooperar com as autoridades constituídas, tendo em vista a valorização e participação dos povos indígenas na sociedade nacional, como cidadão, contribuindo para o exercício de sua cidadania. (art. 2º do seu Estatuto).

A Missão tem sua sede Administrativa na cidade de Dourados-MS, e sua base de atuação no sul do Estado do Mato Grosso do Sul, com as seguintes tribos: Kaiwá, Guarani, Terena, Xavante.

Desde sua fundação, a Missão tem procurado desenvolver seu trabalho de maneira que alcance o índio em sua totalidade. E para atingir esses objetivos são desenvolvidos projetos nas seguintes áreas: espiritual, educação, saúde e assistência social.

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena, com cerca de 55.646 índios agrupados em 67 aldeias. Essa população representa um grande desafio para as Igrejas associadas, e para a Missão em particular, no sentido de alcança-los com a mensagem salvadora de Cristo Jesus. Cada dia ouve-se o clamor, vindo de regiões mais remotas de nosso Estado, onde vivem os povos indígenas, que muitas vezes morrem sem a experiência maravilhosa da salvação em Cristo Jesus.

Diante deste grande desafio, torna-se necessário uma verdadeira mobilização interna nas igrejas associadas, numa somatória de recursos

humanos e financeiros disponíveis, que serão canalizados para a expansão e estruturação do trabalho transcultural. O desafio da obra a ser feita precisa ser levado a cada ombro, numa chamada à participação fixa e regular na grande comissão.

3.2 - Quadro de Aldeias

MUNICIPIOS	ALDEIAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
DOURADOS	Bororó	2.472	2.589	5.061
	Jaguapiru	2.509	2.547	5.056
	Panambizinho	152	148	300
	Lima campo	106	105	211
	Total hab. Aldeias de Dourados	5.239	5.389	10.628
CAARAPÓ	Caarapó	1.774	1.868	3.642
	Jarará	222	231	453
	Rancho Jacaré	214	196	410
	Taquará	91	103	194
	Total hab. Aldeias de Caarapó	2.301	2.398	4.699
AMAMBAI	Amambai	3.050	3.063	6.113
	Guaimbé	277	293	570
	Guassuty	165	208	373
	Jaguari	140	161	301
	Limão verde	383	507	890
	Total hab. Aldeias de Amamba	4.015	4.232	8.247
CORONEL SAPUCAIA	Taquapiry	1.323	1.280	2.603
	Sete Cerros	221	201	422
	Total hab. Aldeias de Cnel Sapucaia	1.544	1.481	3.025
TACURÚ	Sassoró	1.027	1.060	2.087
	Jaguapiré	469	460	929
	total hab. Aldeias de Tacurú	1.496	1.520	3.016
JAPORÁ	Cerrito	305	268	573
	Porto Lindo	1.873	1.914	3.787
Total hab. Aldeia Japorá	2.178	2.182	4.360	
ANTONIO JOÃO	Campreste	177	129	306
	Cerro Marangatu	211	186	364
	Kokuey	59	69	128
	Total hab. Aldeias de Antonio João	447	384	831
Total de Municipios - 07	T. Aldeia - 22	17.220	17.586	34.806

3.3 - Aldeias com Missionários Índios

MUNICIPIOS	ALDEIAS	POPULAÇÃO	MISSIONARIOS
AMAMBAI	Rancho Jacaré	410	Virgulino Alziro
ANTONIO JOÃO	Campestre	306	Sebastião Pedro
	Kokwe'y	126	Manoel V. Martins
CAARAPÓ	Jarará	453	Ezequiel P. Lescano
MARACAJÚ	Sucuri	124	Reginaldo Martins
DOURADOS	Panambizinho	300	Natanael V. Caceres

São aldeias onde o trabalho é realizado por missionários indígenas, que assumem o trabalho de evangelização, e a liderança das congregações que são implantadas.

3.4- Aldeias sem obreiros residentes

	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
1-	Jaguapiré-MS	929
2-	Cerrito-MS	573
3-	Lima Campo-MS	211
4-	Guaimbé-MS	570
5-	Jaguari-MS	301
6-	Arroio-Corá	267
7-	Limão Verde - MS	890
8-	Serro Marangatu	364

Estas são aldeias onde estamos com trabalhos ainda bem pequenos, não tendo ainda condições de ter missionários residentes e são atendidas através de visitas periódicas dos missionários que residem nas bases mais próximas, e em alguns casos com o envolvimento e participação das igrejas indígenas.

Entretanto todos esses campos estão abertos para receber missionários índios, e construção de templos, tornando um grande desafio para o trabalho da Missão esse ano. As portas estão abertas, cabe a nós, igreja de Cristo, nos envolvermos mais, com as nossas vidas, recursos financeiros, para que o "ide" de Cristo seja cumprido entre os índios de nosso Estado.

3.5 – Aldeias não Alcançadas

	ALDEIAS	POPULAÇÃO
1-	Paraguassu	473
2-	Taquara	194
3-	Pirakua	451
4-	Sete Cerros	422

Por razões diversas essas aldeias formadas por Kaiwás, ainda não tem trabalho da Missão, mas que são alvos do nosso planejamento para o ano em curso, para essas aldeias precisamos levantar recursos financeiros para o envio de obreiros.

4- DEPARTAMENTO ESPIRITUAL

4.1- Abrangência

Esse departamento da Missão cuida da obra missionária, compreendida pela evangelização, estruturação de igrejas e formação acadêmica, com ministração de cursos teológicos.

A igreja indígena está localizada no centro-sul de nosso Estado, dentro de uma área geográfica de 300km², onde está a maior concentração de índios Kaiwás e Guaranis.

Nosso campo eclesiástico é composto por seis igrejas organizadas e suas congregações, em aldeias nos municípios de Dourados, Caarapó, Amambaí, Coronel Sapucaia, Tacuru e Japorã.

Quanto ao estado espiritual da igreja, classificamos como regular, levando em consideração a instabilidade de alguns campos em enfrentar os problemas. Em outros campos a participação de grande parte dos membros na evangelização, o surgimento de uma liderança seriamente compromissada com o reino de Deus, apontam para uma igreja que começa a tomar forma. Também o fato de varias congregações terem mesas administrativas, onde os lideres indígenas juntamente com os missionários tomam as decisões, apontam para a maturidade e fortalecimento das lideranças indígenas.

4.2- Igrejas

4.2.1- Dourados

Em Dourados está localizada a sede da Missão Evangélica Caiuá, e também a maior aldeia indígena do Brasil com aproximadamente 11.000 índios. Na sede da Missão temos a Igreja Central, e quatorze congregações dentro da aldeia, para atender aos irmãos índios: Posto Velho, Narciso, Betel, Sardinha, Farinha Seca, Ângelo, Bororo, Nhadejara Hape, 1ª Congregação, 2ª Congregação, Maranata, Jardim Jerusalém, Peniel e Hebrom. A Igreja conta com seis presbíteros e seis diáconos que foram eleitos pela igreja local. Tem atualmente 368 membros comungantes e 347 membros não comungantes.

Esse ano a Igreja de Dourados, ficou responsável para dar suporte as congregações nas aldeias de Lima Campo, Campestre, Cerro Marangatu, Kokwe'y e Panambyzinho, com visitas periódicas, feitas pelo Diretor e Vice-Diretor de Campo, Presbíteros e membros da igreja em Dourados.

Atos Pastorais: 17 Batismos e Profissões de Fé. 32 Santas Ceias e 22 Batismos Infantis.

4.2.1.1 – Lima Campo

O trabalho nesta aldeia é ainda novo, e consiste mais no trabalho de evangelização realizado pelo deão do Instituto e os alunos, nos finais de semana, servindo também como aula prática ministrada durante a semana. Há neste trabalho uma frequência média de 40 pessoas.

Durante o ano o cacique da aldeia, com a ajuda financeira da Missão, construiu um galpão coberto de capim para ser usado nos cultos. Fica cerca de 50 km da aldeia de Dourados com a população de 211 índios.

4.2.1.2- Panambizinho

Essa aldeia fica cerca de 20 km de Dourados, com 300 índios residentes. Natanael e Valdelice, são nossos missionários ali, são índios formados pelo nosso Instituto Bíblico, sob a supervisão dos diretores de campo em Dourados.

É um campo onde o trabalho não tem desenvolvido como esperávamos, tendo ainda uma igreja incipiente, e sem um crescimento espiritual como gostaríamos. Em parte tudo isso tem acontecido, por ser um centro onde se tem

dado muita ênfase aos aspectos culturais, a luta pela ampliação das terras, e a distancia que precisam percorrer para freqüentar regularmente os trabalhos da igreja. Nenhum membro novo foi recebido durante o ano.

A congregação conta com 6 membros comungantes, 13 não comungantes e 35 alunos na Escola Dominical.

4.2.1.3- Campestre

É uma aldeia que fica a 180 km de Dourados, e esteve sob os cuidados dos missionários índios, Sebastião Pedro e Lea Aquino, formados em nosso Instituto Bíblico. Temos uma casa para residência dos missionários, um templo de madeira, e uma sala de aula em alvenaria. É um campo onde o evangelho tem uma aceitação muito grande, e a participação da aldeia nos trabalhos tem sido animador. Os missionários são muitos queridos e respeitados por todos. Eles ainda participam ativamente na vida da aldeia, Sebastião como agente de saúde indígena e Lea como professora da escola indígena.

A congregação é formada por 58 membros comungantes e 45 não comungantes, e 82 alunos matriculados na Escola Dominical. Este ano foram recebidos 5 membros comungantes, e 2 não comungantes.

Bem próximo de Campestre, fica a aldeia de Cerro Marangatu, que participam também dos trabalhos realizados em Campestre. Em todas as visitas dos Diretores de Campos, foi realizado um trabalho de visitação, evangelização e culto, sempre com uma boa freqüência dos irmãos. A população em Campestre é de 306 índios e Cerro Marangatu é de 364 índios.

Atos Pastorais: Batismo e Profissão de Fé 5; Batismo Infantil 2; Santa Ceias 11.

4.2.1.4 - Kokwe'y

É uma aldeia nova que fica a 170 km de Dourados, formada por índios Kaiwás. Nessa aldeia trabalham os irmãos Manoel Vilhalva Martins e Claudia Martins, casal de missionários índios formados em nosso Instituto Bíblico, realizando um excelente trabalho de evangelização. Eles começaram o trabalho em 2002, sendo os primeiros missionários, e com a graça de Deus, têm feito um abençoado ministério. Eles construíram uma casa para residência, e um templo para as atividades religiosas.

A congregação conta hoje com 15 membros comungantes, 28 não comungantes e 40 alunos na Escola Dominical.

Atos Pastorais: Batismo e Profissão de Fé 2; Batismo Infantil 1; Santa Ceia 10

4.2.2- Caarapó

A aldeia de Caarapó fica a 60 km de Dourados, com a população de 3.642 índios. O Campo é formado pela Igreja na Missão, e duas congregações nas aldeias de Jarará e Rancho Jacaré. Esse trabalho esteve sob a responsabilidade do casal Rev. Eugenio Martins e Marluce, e o casal de missionários índios Otoniel Ricardo e Renata Castelão, que também atuam como professores na escola, que mantemos em parceria com a prefeitura na Missão com 170 alunos. Esse ano com os recursos doados pela Igreja Presbiteriana de Ermelino Matarazzo, São Paulo, foi construído um templo em alvenaria na congregação de Saverá dentro da aldeia.

A Igreja hoje é formada por 70 membros comungantes e 96 não comungantes, 2 presbíteros e 2 diáconos, 159 alunos na Escola Dominical.

4.2.2.1 – Jarará

A aldeia de Jarará é formada por índios Guaranis e Kaiwás, e fica a 100 km de Dourados, com a população de 453 índios. Esse campo está sob a responsabilidade do Rev. Eugenio e da Igreja de Caarapó. Temos também residindo em Jarará, o casal de missionários Ezequiel Pereira Lescano e Lurdes, formados em nosso Instituto, e que desde 2004, atuam nesse campo, sendo os fundadores. Temos uma casa pastoral e um templo em madeira. Nesta aldeia temos 18 membros comungantes e 20 membros não comungantes, e uma frequência média de 40 alunos na Escola Dominical.

4.2.2.2 – Congregação Rancho Jacaré

A aldeia de Rancho Jacaré, é formada por índios Kaiwás, e fica a 120 km de Dourados, com a população de 410 índios. Esse campo está também sob a responsabilidade pastoral do Rev. Eugenio, em Caarapó, e assistida pelo casal de

missionários indígenas Virgulino Alziro e Reina. Este casal de irmãos que residem na aldeia tem realizado um abençoado ministério junto a este povo. Esse ano com a ajuda da irmã Ione Vieira, de São Paulo, foi construído um aconchegante templo para os irmãos de Rancho Jacaré, tendo também uma casa para a residência dos missionários. A congregação é formada por 18 membros comungantes, 14 membros não comungantes e 70 alunos na Escola Domincial.

4.2.3 - Amambai

Em Amambaí, onde a Missão tem outra base, fica a segunda maior aldeia do Estado com 6.113 índios, que distancia 180 km de Dourados. Este Campo Avançado é formado pela igreja na Missão, duas congregações dentro da aldeia, as congregações das aldeias de Limão Verde e Guaimbé, e um ponto de pregação na aldeia de Jaguarý.

Esse campo está sob a responsabilidade do Rev. Mario Alves Rocha e sua esposa Maria Gonçalves Rocha, auxiliados pelos missionários: Sergio Francisco e Miriam, Jânio Sanches, Antonio Castelão, e suas respectivas esposas, Sebastiana Silva Souza, Sirleia Aplinario de Almeida, Leonizio Ortiz e Éster Valério Ortiz.

A Igreja da Missão é formada por 116 membros comungantes, 74 membros não comungantes e 127 alunos na Escola Dominical. O Conselho da igreja é formado por 2 presbíteros. Temos também neste campo uma escola de Ensino Fundamental com 600 alunos.

4.2.3.1 – Limão Verde

A congregação na aldeia de Limão Verde que fica a 15 km é assistida pelos missionários e membros da Igreja em Amambaí, e conta com 8 membros comungantes, 3 não comungantes, e 55 alunos na Escola Dominical. A aldeia de Limão Verde tem 890 habitantes.

4.2.3.2 - Guaimbé

A congregação da aldeia de Guaimbé, fica a 40 km de Amambaí, é formada por 10 membros comungantes e 10 não comungantes, e uma frequência média de 50 pessoas nos trabalhos regulares.

4.2.3.2 - Jagwary

Na aldeia de Jagwary, tem um ponto de pregação que fica a 50 km de Amambaí, com a assistência dos missionários de Amambaí, onde não tem ainda membros, mas com uma frequência média de 40 pessoas, nos trabalhos realizados.

4.2.4- Takwapiry

A Aldeia de Takwapiry está localizada a 220 km de Dourados, e tem uma população de 2.603 índios, onde a Missão tem uma base de trabalho.

O campo é formado por uma Igreja na Missão e uma congregação dentro da aldeia, com 112 membros comungantes e 89 membros não comungantes, e 186 alunos na Escola Dominical, assistidos por 4 presbíteros e 4 diáconos. Uma escola de Ensino Fundamental em parceria com a prefeitura de Coronel Sapucaia com 101 alunos. Este campo está sob a responsabilidade do Pastor Gervásio e sua esposa Eulália, e o missionário indígena Samuel Lili.

Atos Pastorais: 12 Batismos e Profissões de Fé, 04 Batismos Infantis e 34 Celebrações de Santa Ceia

4.2.4.1 - Gwassuty

Faz parte desse campo a congregação da aldeia de Gwassuty, que fica a 35 km de Takwapiry, formada por 12 membros comungantes, 10 não comungantes, e 25 alunos na Escola Dominical. Na aldeia de Gwassuty, temos o casal, de missionários índios Presb. Xisto Sanches e Germina Aquino, que realizam o trabalho de pastoreio e evangelização.

4.2.5 - Sassoró

A aldeia de Sassoró, está a 280 km de Dourados, com uma população de 2.087 índios, onde a Missão tem outra base de trabalho, sob a responsabilidade da missionária Sirnei Moreira Vargas, auxiliada pelos missionários Maria Lucia Pinto, Elizane Silvério Gonçalves, e o casal indígena Valdelirio Pereira Lescano e Angelina Ximenes Lescano.

O campo é formado por uma igreja na Missão e uma congregação na aldeia, e evangelismo e visitas, na aldeia de Jagwapiré. Na igreja temos 38 membros comungantes, 50 não comungantes e 88 alunos na Escola Dominical. Na congregação 13 membros comungantes, 17 não comungantes e 20 alunos na Escola Dominical.

Temos também uma escola de Ensino Fundamental conveniada com a prefeitura de Tacuru com 112 alunos índios. Essa escola através de recursos Federais foi completamente reformada e ampliada, para dar um atendimento de qualidade aos nossos alunos.

Atos Pastorais: 9 Batismos e Profissões de Fé; 15 Batismos Infantis; 12 Celebrações da Santa Ceia.

4.2.6 - Porto Lindo

A aldeia de Porto Lindo está localizada a 320 km de Dourados com uma população de 3.787 índios. Em Porto Lindo temos uma base de trabalho, com uma igreja na Missão, e dois pontos de pregação dentro da aldeia.

O campo está sob a responsabilidade do missionário Francisco Oliveira, sua esposa Maria de Lurdes e os irmãos Néri Rocha, Marcos Martinez, Dna. Olinda e o casal Jorge e Juscilange Sanches.

A igreja é formada por 90 membros comungantes, 55 não comungantes, 160 alunos na Escola Dominical e 3 presbíteros.

Temos também em convenio com a prefeitura de Japorã uma escola de Ensino Fundamental com 236 alunos índios.

4.3- Estatística das Igrejas

Membros comungantes	957
Membros não comungantes	873
Total	1830

4.3.1 - Batismos em 2005

Batismo Infantil	72
Batismo e Profissão de Fé	59
Profissão de Fé	55
Total	186

4.3.2 - Escola Dominical

Crianças	613
Adolescentes	225
Jovens	213
Adultos	810
Professores	60
Total	1921

4.3.3 - Oficiais

Presbíteros	20
Diáconos	12
Pastores	10
Evangelistas	27
Total	69

4.4- Alvos para o Ano

4.4.1 - Campos Avançados

- Proceder através dos diretores de campo, o acompanhamento espiritual e pastoral de todos os obreiros da Missão Evangélica Caiuá;
- Acompanhar através dos relatórios mensais as atividades dos obreiros nos campos avançados;
- Realizar a cada semestre encontros de reciclagem com todos os obreiros;
- Abertura e implantação de novos pontos de trabalho em aldeias onde tivermos oportunidade;
- Implantar o plano de trabalho aprovado pela Assembléia, conforme sugestão em anexo.

4.4.2 - Instituto Bíblico

- Desenvolver espiritual e intelectualmente os alunos indígenas, visando despertar os seus dons, dando uma visão missionária para a evangelização do próprio povo;
- Preparar os alunos para atuarem também no fortalecimento e conhecimento bíblico das igrejas locais. Cada aluno após formado ser um líder dentro da comunidade;

- Acompanhar os trabalhos dos ex-alunos nos campos, oferecendo-lhes auxílio espiritual e pedagógico;
- Promover com os mesmos encontros de reciclagem e confraternização regularmente.

4.4.3 - Hospital

- Otimizar uso dos leitos disponíveis para internos bem como dos demais serviços prestados, (diagnósticos);
- Continuar a capacitação das equipes multidisciplinares nas áreas específicas de atuação;
- Inserir dentro do possível missionários nas diferentes categorias profissionais;
- Ampliar o projeto de voluntariado;
- Intensificar as atividades da capelania, ampliando as áreas de atuação;
- Resgatar o caráter missionário do Departamento de Saúde.

4.4.4- Departamento de Educação

- Ampliar a assistência espiritual aos alunos;
- Ter nas escolas o serviço de capelania, atendendo alunos, professores e demais servidores;
- Ampliar e melhorar as áreas físicas das escolas;
- Dar aos professores, informações pedagógicas, para atender culturas diferentes;

4.4.5- Espiritual

- Trabalhar para o fortalecimento das igrejas indígenas, promovendo encontros regionais para testemunho e confraternização;
- Encontros de líderes indígenas para avaliação periódica das igrejas;
- Formação continuada, e elaboração de material para professores da Escola Dominical, procurando dar um fortalecimento doutrinário a igreja;
- Trabalhar com casais, procurando fortalecer os vínculos familiares, e a vida cristã dentro dos lares;

- Elaborar junto com os missionários um plano de trabalho de discipulado para os recém-convertidos, procurando dar o máximo possível de conhecimento das verdades bíblicas;
- Dar treinamento continuado no ano, aos presbíteros e diáconos para melhor desempenho de suas funções;
- Promover eleições para presbíteros e diáconos, onde os mandatos estiverem vencidos, ou para aumento de mais oficiais, para a nossa melhor representatividade.

4.5 – INSTITUTO BÍBLICO

É o mais novo departamento da Missão Evangélica Caiuá, fundado em 1978, para atender a comunidade indígena.

O objetivo do Instituto é a formação teológica aos irmãos índios, capacitando-os para o trabalho missionário.

Esse trabalho é exercido em dois aspectos importantes:

- como missionários da Missão Evangélica Caiuá, quando são vocacionados para esse ministério, atuando na abertura de novos trabalhos nas aldeias, ou pastoreando congregações já existentes, sob a orientação dos diretores de campos;
- Também são preparados para ajudar suas igrejas de origem, como professores da Escola Dominical, pregadores, etc. Fortalecendo assim as igrejas já existentes;
- Outro ministério importante do instituto, é o acampamento dos ex-alunos, procurando encoraja-los no crescimento da vida cristã. Promove cada ano encontros com os ex-alunos para troca de experiências e comunhão entre eles, fortalecendo os compromissos assumidos com Deus.
- Pela graça de Deus, e a participação séria e compromissada das igrejas mantenedoras, o curso bíblico com duração de dois anos é oferecido inteiramente gratuito aos irmãos índios, que anualmente vem com toda a família.

Destacamos e agradecemos a participação do Trabalho do Rio do Janeiro, na manutenção do Instituto Bíblico, com a participação de aproximadamente cem igrejas presbiterianas. A diretoria desse trabalho, pastores e conselhos das igrejas mantenedoras do Rio, o reconhecimento e gratidão da Missão e Igreja Indígena.

- Outro aspecto que destaco, é a dedicação e perseverança dos alunos, que deixaram suas casas, parentes e vêm com seus familiares para morarem na Missão em regime de internato.

4.6 - TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Em 1961, a Missão Evangélica Caiuá, fez um convênio de trabalho com o Summer Instituto de Lingüística (Missão Wicliff) para a tradução da bíblia na língua Kaiwá. Vieram para formar a equipe de tradutores Dra. Loraine Bridgeman e o casal Jhon e Audrey Taylor. O novo testamento já foi concluído, sendo dedicado e lançado em fevereiro de 1986. Agora vários livros do velho testamento já estão publicados, e outros estão sendo preparados para a publicação.

Além da tradução da bíblia, a equipe preparou o hinário em Kaiwá, que é usado regularmente em nossos trabalhos. Também foi preparado um livro para os cultos domésticos, a dublagem dos filmes "Jesus", "A história de José", "A História de Abraão" e "O Dilúvio", onde os próprios índios fizeram a dublagem.

A equipe lançou também no final do ano, o livro "O Peregrino." Inclusive com cartazes grandes das figuras do livro, para ser usado como ilustração na Escola Dominical. Esse material foi preparado por um missionário pintor, da igreja da Inglaterra

Além desse material religioso a equipe preparou e publicou cartilhas, gramática, histórias e lendas dos Kaiwás, para uso em nossas escolas, como material complementar.

Agora o processo de tradução passa por mudanças, com a aposentadoria da Dr^a Loraine, que esteve à frente de todo esse trabalho, e a morte do Sr. Jhon Taylor. As Missões SIL e Além, enviaram o casal de irmãos Cristiano Barros e Eliane, que darão continuidade ao trabalho de tradução das porções do Velho Testamento que falta, e revisão do Novo Testamento. Trabalho estimado em mais quinze anos de atividades. D. Audrey Taylor, com a morte do marido, voltou para a Inglaterra mas continua ajudando na tradução para o Kaiwá. Através de visitas periódicas ao Brasil já traduziu "O Peregrino" e agora trabalha na tradução do Manual de Cultos, na parte referente ao Batismo Infantil.

Externar a Dr^a Loraine e equipe o reconhecimento e gratidão da Missão Caiuá, pelo abençoado ministério realizado entre nós.

4.7 - REUNIÃO DO COMPLEI

Em 2004 a Missão Evangélica Caiuá, hospedou os irmãos do "Conselho Nacional de Pastores e Líderes Indígenas do Brasil", para o IV encontro nacional, com a presença de representantes de trinta etnias e vinte e sete agências missionárias. Durante três dias nas plenárias foram debatidos temas de relevância para o trabalho transcultural, relacionamento das igrejas indígenas com as agências missionárias, planos de trabalho, etc.

Agora teremos o V encontro em setembro, na cidade de Porto Velho; local escolhido estrategicamente para alcançar os povos indígenas da região amazônica. Os organizadores estão preparando para receber cerca de quatro mil representantes das comunidades indígenas e agências missionárias.

5 - Departamento de Educação

A Missão Caiuá manteve esse ano seis escolas de Pré-Escola e Ensino Fundamental, em nossos campos, nos municípios de Dourados, Caarapó, Amambaí, Coronel Sapucaia, Tacuru e Japorã, com cerca de dois mil cento e quarenta e três alunos índios.

Essas escolas são conveniadas com as prefeituras locais, sendo portanto escolas municipais, e sujeitas às mudanças de políticas educacionais adotadas pelos municípios. Em razão disto nem sempre a filosofia evangélica, proposta pela Missão, pode ser implantada, causando prejuízos aos nossos projetos.

Aliás, esse é um problema enfrentado por quase todas as Missões indígenas do Brasil, onde as restrições estão se ampliando cada vez mais. Em razão disto, foi criada uma Comissão no departamento de Educação da AMTB (Associação de Missões Transculturais Brasileira), COPEI – Comissão de Projeto de Educação Indígena, que deve apresentar na próxima reunião do CONPLEI, algumas sugestões e estratégias que as missões podem adotar na educação indígena.

5.1 - Modelo de Educação

Por causa de problemas enfrentados em nossas escolas (ex. Sassoró), quanto ao modelo de Escolas Indígenas, que muitas vezes querem forçar-nos a adotar, estou anexando a resolução CEB nº 3 de 10 de novembro de 1999, que fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

Vale lembrar também que em resposta a estas ingerências externas a Missão realizou uma consulta com os missionários, professores, pais de alunos e alunos, onde se decidiu que nossas escolas não serão estruturadas como “escolas indígenas” no modelo proposto pela diretriz, por estarmos excluídos conforme art. 2º I, mas que nossas escolas teria um “Projeto Pedagógico” de acordo com a realidade indígena de nossa região.

Esse ano, foi reformada e ampliada a escola de Sassoró, com recursos Estaduais “Projeto Escola-Ideal do Estado”, e interveniência e execução da Prefeitura de Tacuru. Foi construída uma área de 80 m², com 3 salas de aula, uma cozinha e banheiro. Hoje a escola está com 5 salas de aulas.

RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999

Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais e com base nos artigos 210, § 2º, e 231, *caput*, da Constituição Federal, nos arts. 78 e 79 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda no Parecer CEB 14/99, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, em 18 de outubro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Art. 2.º Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I - sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II - exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III - o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolingüística de cada povo;

IV - a organização escolar própria.

Parágrafo Único. A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa de comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

Art. 3.º Na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

suas estruturas sociais;

suas práticas sócio-culturais e religiosas;

suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;

suas atividades econômicas;

a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas;

o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sócio-cultural de cada povo indígena.

Art. 4.º As escolas indígenas, respeitados os preceitos constitucionais e legais que fundamentam a sua instituição e normas específicas de funcionamento, editadas pela União e pelos Estados, desenvolverão suas atividades de acordo com o proposto nos respectivos projetos pedagógicos e regimentos escolares com as seguintes prerrogativas:

I - organização das atividades escolares, independentes do ano civil, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas;

II - duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-a às condições e especificidades próprias de cada comunidade.

Art. 5.º A formulação do projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, terá por base:

I - as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da educação básica;

II - as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade;

III - as realidades sociolingüística, em cada situação;

IV - os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena;

V - a participação da respectiva comunidade ou povo indígena.

Art. 6.º A formação dos professores das escolas indígena será específica, orientar-se-á pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de

professores.

Parágrafo único. Será garantida aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

Art. 7.º Os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase à constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades, e atitudes, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

Art. 8.º A atividade docente na escola indígena será exercida prioritariamente por professores indígenas oriundos da respectiva etnia.

Art. 9.º São definidas, no plano institucional, administrativo e organizacional, as seguintes esferas de competência, em regime de colaboração:

I – à União caberá legislar, em âmbito nacional, sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, em especial:

- a) legislar privativamente sobre a educação escolar indígena;
- b) definir diretrizes e políticas nacionais para a educação escolar indígena;
- c) apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento dos programas de educação intercultural das comunidades indígenas, no desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, com a participação dessas comunidades para o acompanhamento e a avaliação dos respectivos programas;
- d) apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino na formação de professores indígenas e do pessoal técnico especializado;
- e) criar ou redefinir programas de auxílio ao desenvolvimento da educação, de modo a atender às necessidades escolares indígenas;
- f) orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações na área da formação inicial e continuada de professores indígenas;
- g) elaborar e publicar, sistematicamente, material didático específico e diferenciado, destinado às escolas indígenas.

II - aos Estados competirá:

- a. responsabilizar-se pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus municípios;
- b. regulamentar administrativamente as escolas indígenas, nos respectivos Estados, integrando-as como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual;
- c. prover as escolas indígenas de recursos humanos, materiais e financeiros, para o seu pleno funcionamento;
- d. instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, a ser admitido mediante concurso público específico;
- e. promover a formação inicial e continuada de professores indígenas.
- f. elaborar e publicar sistematicamente material didático, específico e diferenciado, para uso nas escolas indígenas.

III - aos Conselhos Estaduais de Educação competirá:

- a. estabelecer critérios específicos para criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas;
- b. autorizar o funcionamento das escolas indígenas, bem como reconhecê-las;
- c. regularizar a vida escolar dos alunos indígenas, quando for o caso.

§ 1.º Os Municípios poderão oferecer educação escolar indígena, em regime de colaboração com os respectivos Estados, desde que se tenham constituído em sistemas de educação próprios, disponham de condições técnicas e financeiras adequadas e contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas.

§ 2.º As escolas indígenas, atualmente mantidas por municípios que não satisfaçam as exigências do parágrafo anterior passarão, no prazo máximo de três anos, à responsabilidade dos Estados, ouvidas as comunidades interessadas.

Art. 10. O planejamento da educação escolar indígena, em cada sistema de ensino, deve contar com a participação de representantes de professores indígenas, de organizações indígenas e de apoio aos índios, de universidades e órgãos governamentais.

Art. 11. Aplicam-se às escolas indígenas os recursos destinados ao financiamento público da

educação.

Parágrafo Único. As necessidades específicas das escolas indígenas serão contempladas por custeios diferenciados na alocação de recursos a que se referem os artigos 2º e 13º da Lei 9424/96.

Art. 12. Professor de escola indígena que não satisfaça as exigências desta Resolução terá garantida a continuidade do exercício do magistério pelo prazo de três anos, exceção feita ao professor indígena, até que possua a formação requerida.

Art. 13. A educação infantil será ofertada quando houver demanda da comunidade indígena interessada.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos:

I - pelo Conselho Nacional de Educação, quando a matéria estiver vinculada à competência da União;

II - pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET

Presidente da Câmara de Educação Básica

(Publicação: DOU, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18.)

As escolas de Caarapó e Takwapyry, pressionados pelos prefeitos locais, passaram para o modelo de Escolas indígenas, prejudicando sensivelmente a filosofia de ensino preconizada pela Missão.

5.2 - Estatística Escolar

5.2.1- Nome da Escola: EMPG José de Alencar Ext. Dr. Nelson de Araújo

Município: Japorã

Professores: 11 **Coordenador:** 01 **Merendeira:** 01 **Diretor:** 01

Série	nºalunos matriculados	nºalunos transferidos	nºalunos desistentes	nº real de alunos matriculados	nº alunos aprovados	nº alunos reprovados
Pré	22	-	01	21	21	-
1ª	83	01	05	82	53	24
2ª	52	-	02	52	44	06
3ª	45	-	02	45	34	09
4ª	15	-	-	15	39	06
Total	247	01	10	215	191	45

5.2.2 - Nome da Escola: EMRPG "Gregório Vilhalva"**Município: Tacuru****Professores: 02 Diretor: 01 Serviços Gerais: 01**

Série	n.º alunos matriculados	n.º alunos transferidos	n.º alunos desistentes	n.º real de alunos matriculados	n.º alunos aprovados	n.º alunos reprovados
1ª	35	06	05	29	11	13
2ª	47	02	01	45	12	32
3ª	19	01	02	18	-	16
4ª	29	-	03	29	-	26
Total	130	09	11	121	23	87

5.2.3 - Nome da Escola: EM Indígena Nhande Reko Arandu**Município: Coronel Sapucaia****Professores: 06 Diretor: 01 Zelador: 01 Coordenador: 01****Secretário: 01 Inspetor de Aluno: 01 Monitor: 01 Merendeira: 01**

Série	n.º alunos matriculados	n.º alunos transferidos	n.º alunos desistentes	n.º real de alunos matriculados	n.º alunos aprovados	n.º alunos reprovados
1ª	21	-	-	21	21	-
2ª	21	-	-	21	21	-
3ª	29	02	-	27	27	-
4ª	18	-	-	18	18	-
MOVA	22	-	08	22	14	-
Total	111	02	08	109	101	-

5.2.4 - Nome da Escola: EM Mitã Rory**Município : Amambai****Professores: 15 Serviços Gerais: 04 Diretor: 01 Coordenador: 02****Secretário: 01 Inspetora de Aluno: 01**

Série	n.º alunos matriculados	n.º alunos transferidos	n.º alunos desistentes	n.º real de alunos matriculados	n.º alunos aprovados	n.º alunos reprovados	Cursando
Pré	41	03	04	38	34	-	-
1ª	120	03	12	117	68	37	-
2ª	166	04	06	162	100	56	-
3ª	114	03	11	111	72	28	-
4ª	73	01	04	72	54	14	-
ENFRE 1	45	-	08	45	01	01	35
ENFRE 2	22	-	02	20	02	05	13
ENFRE 3	34	-	-	34	01	-	33
Total	614	14	47	599	332	141	81

Obs.: No ensino Regular Noturno, cada etapa tem a duração de 02 anos.

5.2.5 - Nome da Escola: EMPG Polo Sala Loide Bonfim Andrade
Município : Caarapó
Professores: 07 **Coordenador:** 01 **Serviços Gerais:** 02

Série	N.º alunos Matriculados	n.º alunos transferidos	n.º alunos desistentes	n.º real de alunos matriculados	n.º alunos aprovados	n.º alunos reprovados
Pré	26	-	00	26	13	13
1ª	50	-	02	50	26	22
2ª	42	-	00	42	27	15
3ª	29	-	02	29	19	06
4ª	23	-	04	23	17	04
Total	170	-	08	170	102	60

5.2.6 - Nome da Escola: EM Francisco Meireles

Município : Dourados

Diretor: 01 **Secretária:** 01 **Bibliotecário:** 01 **Zelador:** 02 **Vigia:** 02
Supervisor: 02 **Escriturária:** 01 **Professores:** 29 **Merendeira:** 03 **Limpeza:** 06

SÉRIE	MATRÍCULA GERAL	APROVADOS / PROMOVIDOS	REPROVADOS	TRANSFERIDOS	DESISTENTES	MATRÍCULA REAL
		TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
Pré	75	75	-	-	-	75
1ª	136	88	37	-	11	136
2ª	129	97	29	02	01	127
3ª	105	78	21	01	05	104
4ª	72	51	12	03	06	69
5ª	108	73	31	04	-	104
6ª	126	66	51	07	02	119
7ª	93	59	29	04	01	89
8ª	56	40	11	04	01	52
TOTAL	900	627	221	25	27	875

5.3 - RELATÓRIO GERAL DAS ESCOLAS DA MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

Série	n.º matriculados	n.º transferidos	%	n.º desistentes	%	n.º real de alunos	%	n.º aprovados	%	n.º reprovados	%	Cursando
Pré	164	03	2	05	3	161	98	143	89	13	8	
1ª	445	07	2	35	8	438	98	267	61	136	31	
2ª	457	08	2	11	2	449	98	300	67	138	31	
3ª	341	07	2	22	7	334	98	230	69	82	24	
4ª	230	04	2	17	8	226	98	179	79	30	13	
5ª	108	04	4	-	-	104	96	73	70	31	30	
6ª	126	07	6	02	2	119	94	66	55	51	43	
7ª	93	04	4	01	1	89	96	59	66	29	33	
8ª	56	04	7	01	2	52	93	40	77	11	21	
Subtotal	2.020	48	2	94	5	1.972	98	1.357	69	521	26	
MOVA	22	-	-	08	4	22	100	14	64	-	32	
ENFRE 1,2,3	101	-	-	10	10	101	100	04	4	06	86	81
Subtotal	123	-	-	18	15	123	100	18	15	06	79	81
Total	2.143	48	2	112	5	2.095	98	1.375	66	527	29	81

6- Departamento de Saúde

A Missão Evangélica Caiuá é mantenedora do “Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança” que está situado na sede da Missão em Dourados, procurando atender os povos indígenas de nosso estado.

Em parceria com a FUNASA a Missão manteve esse ano um centro para recuperação de desnutridos, procurando atender crianças de 0 a 05 anos, com desnutrição severa, e quando não tratados tem levado muitas crianças a óbitos.

As dependências físicas do centro, com a interferência da FUNASA, e recursos do Programa Fome Zero, do Governo Federal, foram totalmente reformados, e adequados para receber as crianças desnutridas.

Dentro da reforma, o centro foi todo equipado com novos berços e colchões, utensílios para cozinha, e as maquinas para lavanderia. Toda a reforma custou aproximadamente R\$ 200.000,00.

A seguir, anexamos o relatório quantitativo das atividades hospitalares referentes aos três últimos anos, para efeito de comparação.

6.1 - RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS

FUNCIONÁRIOS	2003	2004	2005
- Administrador	-	-	01
- Auxiliar de Enfermagem	35	32	31
- Auxiliar de Escritório	01	02	02
- Auxiliar de Farmácia	01	01	01
- Auxiliar de Laboratório	01	01	01
- Auxiliar Dentista	01	01	01
- Capelania	02	01	-
- Cozinha	05	06	08
- Dentista	01	01	01
- Enfermeira	01	01	01
- Faturista	01	01	01
- Lavanderia	02	03	03
- Manutenção	05	01	01
- Motorista	02	02	02
- Operador de Caldeira	02	03	03
- Secretário	02	02	01
- Serviços gerais – setor limpeza	17	09	13
- Técnica em enfermagem	02	02	-
- Técnico em Radiologia	01	01	01
TOTAL	82	70	72

6.2 - COMPOSIÇÃO DO CORPO CLÍNICO:

ESPECIALIDADE	2003	2004	2005
	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE
Clínica Médica	02	04	04
Laboratório Clínico	01	01	01
Clínica Tisiologia	01	-	-
Clínica Obstétrica		01	01
Radiologista		02	02
Total	04	08	08

6.3 - MOVIMENTO AMBULATORIAL:

ESPECIALIDADES	2003	2004	2005
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Consultas médicas	9.128	8.371	7.111
Exames radiológicos	1.317	1.538	1.310
Exames de análises clínicas	5.040	4.539	5.823
Curativos/Injeções	10.327	11.206	17.439
Ultra-Sonografia	-	-	585
Total	25.812	25.654	32.268

6.4 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL POR CATEGORIA:

TIPO DE CONVÊNIO	2003	2004	2005
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Sistema Único de Saúde – SUS	23.839	23.839	25.257
Atendimento Gratuito	1.973	1.815	7.011
Total	25.812	25.654	32.268

6.5 - MOVIMENTO GERAL DE CIRURGIA POR PORTES:

PROCEDÊNCIA	2003	2004	2005
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Cirurgia de Pequeno Porte Cirurgia de Médio Porte Cirurgia de Grande Porte	142	132	282
Total	142	132	282

6.6 - INDICADORES DO DESEMPENHO HOSPITALAR:

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Movimento Geral de Internações	2.104	1.805	3.147
Movimento Geral de Pacientes/Dia	27.536	26.180	24.651
Total de Óbitos	16	29	27
Partos	296	351	252
Nascidos Vivos Masculino	134	182	121
Nascidos Vivos Feminino	162	169	131
Refeições Servidas	83.844	78.540	73.938
Roupas Lavadas em Kg. (estimativa)	42.543	39.268	36.966

6.7 - PACIENTES INTERNOS POR CATEGORIA CONVENIAL:

TIPO DE CONVÊNIO	2003	2004	2005
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Sistema Único de Saúde – SUS	1.361	1.210	1.045
Atendimento Gratuito	747	752	680
Repouso Hospitalar Gratuito	-	-	1.422
Total	2.108	1.962	3.147

6.8 - PACIENTES INTERNOS SEGUNDO A PROCEDÊNCIA

PROCEDÊNCIA	2003	2004	2005
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Município sede do hospital	1.751	1.713	2.324
Município Distante até 100 km	270	172	418
Município Distantes acima de 100 km	87	77	405
Total	1.926	1.962	3.147

6.9 - CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**6.9.1 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL:**

TIPO DE CONVÊNIO	2003		2004		2005	
	QUANT.	CUSTO TOTAL	QUANT.	CUSTO TOTAL	QUANT.	CUSTO TOTAL
Sistema Único de Saúde – SUS	23.839	97.739,90	23.839	95.846,95	25.532	100.363,17
Atendimento Gratuito	1.973	7.951,19	1.815	7.296,30	7.011	27.553,23
Total	25.812	104.080,39	25.654	103.143,25	32.543	127.916,40

6.9.2 - ATENDIMENTO HOSPITALAR (INTERNAÇÕES):

TIPO DE CONVÊNIO	2003		2004		2005	
	QUANT.	CUSTO TOTAL	QUANT.	CUSTO TOTAL	QUANT.	CUSTO TOTAL
Sistema Único de Saúde - SUS						
Clínica Médica	219	43.609,67	167	31.649,84	211	43.095,93
Clínica Obstetrícia	308	35.176,75	364	56.314,44	269	45.081,24
Pediátrica	517	159.351,39	450	165.708,00	487	146.838,62
Tisiologia	214	233.024,08	227	162.461,45	75	53.440,51
Cirurgia Geral	03	525,04	02	245,22	03	337,54
SUBTOTAL	1.361	471.866,93	1.210	416.378,95	1.045	288.793,84
Atendimento Gratuito						
Clínica Médica	407	85.177,25	405	83.267,08	427	87.789,98
Clínica Pediátrica	246	74.736,19	288	103.473,15	206	64.877,65
Clínica Obstetrícia	94	11.002,72	49	8.973,18	47	7.824,24
SUBTOTAL	747	170.916,16	752	195.713,41	680	160.491,87
TOTAL GERAL	2.108	642.783,09	1.962	612.092,36	1.725	449.285,71

6.10 - CUSTO TOTAL:

TIPO DE CONVÊNIO	2003	2004	2005
	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL
Sistema Único de Saúde – SUS	471.866,93	512.225,90	389.157,01
Atendimento Gratuito	178.867,35	203.009,71	188.045,10
Total	650.734,28	715.235,61	577.202,11

6.11 - RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS – 2003/2004/2005

ANO	2003	2004	2005
A – AMBULATÓRIO	TOTAL	TOTAL	TOTAL
02. Consultas médicas	9.128	8.371	7.111
03. Pequenas cirurgias	142	132	282
04. curativos	244	269	647
05. Injeções intramusculares	4.736	5.685	6.266
06. Injeções endovenosas	64	589	628
07. Doses de vacinas aplicadas	879	-	-
08. Medicações expedidas	14.471	17.030	13.363
B – HOSPITAL DE CLINICA GERAL			
01. Pacientes vindos do ano anterior	32	15	35
02. Pacientes internados no ano	2.197	2.216	2.447
03. Pacientes que receberam alta no ano	2.181	2.194	2.408
04. Óbitos do ano	29	29	25
05. Pacientes que continuarão internados no mês seguinte	14	33	35
06. Partos realizados no hospital durante o ano	296	361	252
07. Total geral de pacientes-dia	15.800	11.941	14.150
08. Porcentagem de ocupação	64%	82%	77%
C – SETOR DESNUTRIÇÃO			
01. Pacientes vindos do mês anterior	20	32	23
02. Pacientes internados no ano	90	96	118
03. Pacientes que tiveram alta por término de tratamento	59	104	117
04. Pacientes que tiveram alta por abandono	2	-	2
05. Pacientes que continuam internados no mês seguinte	39	26	35
06. Óbitos do ano	2	6	2
07. Total geral de pacientes-dia	11.736	13.120	10.496
08. Porcentagem de ocupação	64%	80%	58%
D- EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS			
01. Urina I	816	713	727
02. Teste Urinário para gravidez	263	114	164
03. Protoparasitológico	168	42	100
04. Escarro/diagnóstico	412	371	405
05. Escarro/controlado	70	88	73
06. Outros exames bacteriosc./lesões e secreções	7	-	-
07. P.P.D.	80	50	18
08. Exames Radiológicos do tórax	1.030	1.259	984
09. Outros exames radiológicos	287	264	326
10. Exames laboratoriais do sangue	3.597	3.165	3.842
11. Exames Ultrassonográficos	413	462	585
12. Preventivo de câncer ginecológico	14	3	2
13. HIV	27	110	206
E – ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO			
01. Extrações	178	266	458
02. Obturações de 1 face	81	152	295
03. Obturações + de 1 face	82	148	175
04- Exame Radiológicos	34	53	98
05- Outros	1.651	2.679	4.847

7 – CONVÊNIO FUNASA

Desde 1999 temos realizado convênios anuais com a FUNASA, para auxiliar no programa de PSF, levando programas de saúde a todos as residências indígenas. Nesses convênios a principal atribuição da Missão, é a contratação de pessoal técnico (Médico, Enfermeiros, Dentistas, Auxiliares de enfermagem, Nutricionistas, Agentes de Saúde, etc.) que são disponibilizados para a FUNASA, que é a gerenciadora do programa.

- Temos o Convênio nº 1333/2004 no valor de R\$ 9.970.517,09 para contratar 444 funcionários atender todo o Estado de Mato Grosso do Sul;
- Convênio nº 1340/2004 no valor de R\$ 1.532.264,30 para contratar 106 funcionários, para atender a tribo Maxacali, no interior de Minas Gerais;
- Convenio nº 2667/2005 no valor de R\$ 3.190.517,51 para atender as comunidades indígenas no estado do Maranhão, com 100 funcionários, firmado no final do ano de 2005 e ainda no começo de sua implantação;

No episódio, amplamente divulgado pela mídia no início do ano, enfatizando a mortalidade infantil, e cobrando responsabilidades da FUNASA, a Missão também foi duramente exposta, pelo fato de estarmos participando desse convenio, e também, movidos pelo espírito de servir, destinado cinquenta leitos de nosso hospital para atender emergencialmente as crianças desnutridas que estavam morrendo nas aldeias do estado. Mortes que lamentavelmente sempre ocorrem no seio das aldeias, em virtude das precárias condições, em que vivem os índios, onde a qualidade de vida é lastimável.

Em razão de disputas políticas em nossa região, esses fatos expostos na mídia, conduziu uma serie de conflitos partidários, culminando em uma CPI estadual, e a formação de uma Comissão Externa da Câmara Federal, para investigarem a razão da desnutrição entre os povos indígenas de nosso estado, anexo as principais conclusões.

8 - RELATORIO FINANCEIRO 2005

- a. Estamos apresentando o relatório Financeiro, sem o Parecer Final do auditor independente, resultante do grande volume de documentos gerados pelos convênios. Segue o último parecer emitido pelo Auditor Independente;
- b. Destacar um saldo de R\$ 358.624,26, para o próximo ano, com entradas de R\$ 1.516.621,46 e saída de R\$ 1.486.746,73;
- c. Embutido nas entradas está o valor de R\$ 1.089.109,41, que representa os recursos Federais destinados à saúde, assim distribuídos: Prestação de Serviços SUS; Ambulatório e Internações R\$ 435.727,81. Integrasus – complementação do SUS, calculado sobre o faturamento do ano interior – R\$ 34.440,84. IAPI (Incentivo Ambulatorial aos Povos Indígenas) R\$ 618.940,76.
 - O INTEGRASUS, sofre alterações cada ano, pois é calculado sobre o valor pago pelos serviços hospitalares realizados (internações e ambulatório).
 - O IAPI – é um incentivo dado a todos os hospitais que atendem povos indígenas, É um recurso que é feito em cima de critérios políticos. Esse ano em função da crise da desnutrição tivemos um substancial aumento de R\$ 15.000,00 para R\$ 60.000,00 mensais. A indicação de valores desses recursos são feitos pela FUNASA estadual, com a participação de representantes dos povos indígenas;
- d. Convênio com a IPB, no valor de R\$ 45.000,00 para a manutenção de missionários indígenas. Esse convenio foi renovado para 2006, com o mesmo valor;
- e. Salientar que do orçamento financeiro, tirando os recursos destinados ao hospital, tivemos apenas R\$ 41.269,91 para manutenção da Missão (pagamento de pessoal, manutenção de toda estrutura física, viagens, construções, veículos, ampliação dos campos missionários, etc).
- f. Temos um saldo de R\$ 358.624,26, no fundo de reserva, que passa para esse ano. Também 2.230 sacos de soja em deposito.

MISSÃO EVANGELICA CAIUA - CONTROLE INTERNO

*** RELATORIO FINANCEIRO ***
01/01/05 a 31/12/05

Classe Saída/Entrada	CREDITO	DEBITO	SALDO
1 ADMINISTRACAO GERAL			
10 REEMBOLSO DE EMPRESTIMO	12.500,00		
102 ARREDAMENTO DE TERRA	59.431,00		
110 VENDAS	5.800,00		
111 ANONIMA	21.788,36		
112 EMPRESAS	10.509,26		
118 IPB	23.787,37		
119 IPI	8.347,75		
120 IGREJA PRESB. NA IRLANDA	2.391,05		
122 OUTRAS IGREJAS	320,00		
124 FEDERACAO DE SAFS	590,00		
126 SAF	2.183,00		
128 TRABALHO RIO	16.572,00		
129 BAZAR DA PECHINCHA	2.535,97		
132 PARTICULARES	44.343,81		
134 PARTICULARES IPI	2.018,00		
145 JUROS RDB BRASIL	48.149,13		
147 ESCOLAS	881,55		
148 REEMBOLSO DE ENERGIA ELETRICA	10.153,00		
150 JUROS APLICACAO ITAU	34,07		
151 SUPRIMENTO DE CAIXA	486,18		
153 REEMBOLSO ADIANT. SALARIAL	85,09		
156 REEMBOLSO TELEFONEMAS	130,49		
160 DEPOSITO DIFERENCA DE CHEQUE	293,97		
166 JUROS APLICACAO ITAU R. FIXA	107,87		
168 ESTORNO DEBITO LANC. BANCARTO	0,50		
171 CHRISTIAN AID MISSION	720,00		
172 DEVOLUCAO DE FGTS	2.495,24		
173 SINODAL DE SAF	1.600,00		
174 DEP. DE CH DEVOLVIDO	250,00		
175 CONFED. DE NACIONAL DE SAF	500,00		
176 FEDERACAO DE UPH'S	452,00		
179 RESTORER MINISTRIES - CANADA	3.521,33		
180 CONCILIAÇÃO	2,87		
202 DESP. C/ CPMF		181,90	
203 DESP. C/ IOF		1,07	
204 DESP. C/ CULTO RELIGIOSO		2.011,00	
205 DESP. C/ SALARIOS		82.688,26	
206 DESP. C/ SERVICOS PRESTADOS		2.897,00	
207 DESP. C/ FERIAS		13.466,20	
208 DESP. C/ 13 SALARIO		8.834,05	
210 DESP. C/ FGTS		5.937,18	
211 DESP. C/ INSS		4.710,61	
212 DESP. C/ I. RENDA		131,10	
213 DESP. C/ I. RENDA S/ SALARIOS		347,37	
214 DESP. C/ PIS		727,42	
219 DESP. C/CONT. SINDICAL RURAL		412,82	
220 DESP. BANCARIA		1.073,20	
221 DESP. C/ ALIMENTACAO		3.116,00	

222	DESP. C/ ANIMAIS	100,00		
224	DESP. C/ BOLSA DE ESTUDOS	22,00		
225	DESP. C/ COMBUSTIVEIS	10.527,77		
226	DESP. C/ CONGREGACOES	1.094,18		
227	DESP. C/ CONSTRUCAO	677,00		
229	DESP. C/ CORREIOS	1.851,05		
230	DESP. C/ DIVULGACAO	820,25		
232	DESP. C/ DOCUMENTOS VEICULOS	2.597,42		
233	DESP. C/ ENERGIA ELETRICA	30.171,70		
235	DESP. C/ FRETES E CARRETOS	3.884,34		
236	DESP. C/ FOTOCOPIAS	396,70		
237	DESP. C/ HONORARIOS CONTABEIS	1.815,93		
240	DESP. C/ IMPOSTOS	10,00		
243	DESP. C/ LIVROS E REVISTAS E. D.	65,00		
244	DESP. C/ MAT. DE ESCRITORIO	1.652,40		
246	DESP. C/ MAT. DE LIMPEZA	39,77		
247	DESP. C/ MAT. DE USO E CONSUMO	139,81		
248	DESP. C/ PASSAGENS	466,73		
249	DESP. C/ TELEFONE	5.243,28		
251	DESP. C/ MANUT. DE COMPUTADOR	232,75		
252	DESP. C/ MANUT. EQUIPAMENTOS	2.112,97		
253	DESP. C/ MANUT. GERAL	611,24		
254	DESP. C/ MANUT. DE VEICULOS	17.596,61		
256	DESP. GERAL	2.914,70		
259	DESP. C/ MEDICAMENTOS	32,00		
260	DESP. C/ CARTORIO	602,15		
261	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	96,00		
263	AQUIS. DE MOVEIS E UTENSILIOS	370,00		
273	SAQUE DIFERENCA DE CHEQUE	100,00		
275	DESP. C/ CERTIDOES	62,90		
276	DESP. C/ ISS RETIDO	468,95		
280	CONCILIACAO	0,11		
283	DESP. C/ SENTENCA TRABALHISTA	4.065,00		
284	DESP. C/ GAS	275,00		
287	DESP. C/ DEVOLUCAO DE CHEQUE	430,00		
291	DESP. C/ TRANSF C/C SP	2.000,00		
293	DESP. C/ EMPRESTIMO	12.500,00		
296	DESP. C/ IMPOSTO T RURAL	80,00		
299	DESP. C/ CONSERTOS E REPAROS	771,90		
		<hr/>		
		275.376,86	233.432,79	41.944,07

2 HOSPITAL

103	CONVENIO SUS/AMBULATORIO	100.363,17		
104	CONVENIO SUS/AIH	272.430,98		
105	CONVENIO SUS/SADT	22.596,76		
109	IAPI (INCENT. AMBUL. POP. INDIG.)	618.940,76		
111	ANONIMA	550,17		
116	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	869,20		
126	SAF	2.700,00		
132	PARTICULARES	656,00		
145	JUROS RDB BRASIL	4.269,28		
146	CONVENIO SUS/REPASSE MEDICOS	39.467,70		
148	REEMBOLSO DE ENERGIA ELETRICA	950,00		
151	SUPRIMENTO DE CAIXA	100,00		
152	INTEGRASUS/II	34.440,84		
160	DEPOSITO DIFERENCA DE CHEQUE	23,25		

202	DESP. C/ CPMF	67,39
205	DESP. C/ SALARIOS	468.935,31
206	DESP. C/ SERVICOS PRESTADOS	26.989,79
207	DESP. C/ FERIAS	47.018,74
208	DESP. C/ 13 SALARIO	40.936,69
209	DESP. C/ RESCISAO TRABALHISTA	2.944,03
210	DESP. C/ FGTS	49.445,14
211	DESP. C/ INSS	17.830,30
212	DESP. C/ I. RENDA	3.016,89
213	DESP. C/ I. RENDA S/ SALARIOS	8.313,78
214	DESP. C/ PIS	5.689,28
215	DESP. C/ CONTRIB. SINDICAL	7.949,00
216	DESP. C/ CONTRIB CONFEDERATIVA	3.206,32
217	DESP. C/ FED. FILANTROPICAS	1.785,78
220	DESP. BANCARIA	18,00
221	DESP. C/ ALIMENTACAO	22.787,78
225	DESP. C/ COMBUSTIVEIS	10.698,90
228	DESP. C/ CONSULTAS/EXAMES-LAPI	460,00
229	DESP. C/ CORREIOS	919,99
230	DESP. C/ DIVULGACAO	339,50
232	DESP. C/ DOCUMENTOS VEICULOS	145,40
233	DESP. C/ ENERGIA ELETRICA	30.314,32
235	DESP. C/ FRETES E CARRETOS	1.140,64
236	DESP. C/ FOTOCOPIAS	394,49
237	DESP. C/ HONORARIOS CONTABEIS	11.537,27
238	DESP. C/ HONORARIOS ADVOCATICIOS	1.000,00
244	DESP. C/ MAT. DE ESCRITORIO	2.239,41
245	DESP. C/ MAT. DE EXPEDIENTE	5.024,60
246	DESP. C/ MAT. DE LIMPEZA	8.979,88
247	DESP. C/ MAT. DE USO E CONSUMO	4.205,56
248	DESP. C/ PASSAGENS	445,60
249	DESP. C/ TELEFONE	2.676,30
250	DESP. C/ VIAGENS	95,76
251	DESP. C/ MANUT. DE COMPUTADOR	80,75
252	DESP. C/ MANUT. EQUIPAMENTOS	8.670,78
253	DESP. C/ MANUT. GERAL	1.637,35
254	DESP. C/ MANUT. DE VEICULOS	5.300,35
255	DESP. C/ MANUT. DE TRATOR	200,00
256	DESP. GERAL	9.103,61
259	DESP. C/ MEDICAMENTOS	30.941,92
260	DESP. C/ CARTORIO	182,28
261	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	1.961,32
262	AQUISICAO DE IMOVEIS	537,00
263	AQUIS. DE MOVEIS E UTENSILIOS	553,37
265	SUPRIMENTO DE CAIXA	586,18
266	40% FGTS SOBRE RESCISAO	53,19
267	DESP. C/ MAT. HOSPITALARES	1.456,89
272	ESTORNO CRFD. LANC. BANCARIO	195,81
275	DESP. C/ CERTIDOES	115,22
276	DESP. C/ ISS RETIDO	1.328,78
277	DESP. C/ SERV. MED. HOSP/SUS	28.138,44
279	DESP. C/ I. RENDA SER. MEDICOS	558,16
280	CONCILIACAO	0,02
282	DESP. C/ MAT. EXAMES LAB	2.641,31
284	DESP. C/ GAS	24.051,80
285	DESP. C/ OXIGENIO	822,21
290	DESP. C/ MULTA	389,51

292 DESP. C/ CERTIFICADO INSCRICAO	56,50
295 DESP. C/ ANALISE DE AGUA	40,00
297 DESP. C/ ANUIDADE	649,64
298 DESP. C/ CONT. ASSISTENCIA	1.534,36
299 DESP. C/ CONSERTOS E REPAROS	12.435,55

1.024.448,70 921.774,14 102.674,60

3 INSTITUTO BIBLICO

111 ANONIMA	6.598,10
118 IPB	1.930,30
119 IPI	440,60
128 TRABALHO RIO	8.025,00
132 PARTICULARES	5.790,21
167 MAM IPI	750,30
169 ESTORNO DESP. BANCARIAS	2,00
175 CONFED. DE NACIONAL DE SAF	4.000,00
201 SAIDA POR TRANSFERENCIA	1.079,90
202 DESP. C/ CPMF	0,87
205 DESP. C/ SALARIOS	25.001,13
207 DESP. C/ FERIAS	2.025,30
208 DESP. C/ 13 SALARIO	1.093,35
210 DESP. C/ FGTS	2.233,26
211 DESP. C/ INSS	2.090,48
214 DESP. C/ PIS	266,68
220 DESP. BANCARIA	256,07
221 DESP. C/ ALIMENTACAO	7.270,33
222 DESP. C/ ANIMAIS	72,60
224 DESP. C/ BOLSA DE ESTUDOS	60,00
225 DESP. C/ COMBUSTIVELS	4.555,88
227 DESP. C/ CONSTRUCAO	609,00
229 DESP. C/ CORREIOS	702,70
230 DESP. C/ DIVULGACAO	552,10
231 DESP. C/ DOACOES	4.349,99
232 DESP. C/DOCUMENTOS VEICULOS	149,00
233 DESP. C/ ENERGIA ELETRICA	1.121,98
236 DESP. C/ FOTOCOPIAS	150,00
237 DESP. C/HONORARIOS CONTABELS	628,07
243 DESP. C/ LIVROS E REVISTAS E. D.	525,00
244 DESP. C/ MAT. DE ESCRITORIO	698,47
245 DESP. C/ MAT. DE EXPEDIENTE	437,70
246 DESP. C/ MAT. DE LIMPEZA	600,46
247 DESP. C/ MAT. DE USO E CONSUMO	487,81
248 DESP. C/ PASSAGENS	156,74
249 DESP. C/ TELEFONE	750,93
252 DESP. C/ MANUT. EQUIPAMENTOS	396,15
254 DESP. C/ MANUT. DE VEICULOS	3.307,50
256 DESP. GERAL	543,70
261 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	20,00
263 AQUIS. DE MOVETS E UTENSILIOS	80,00
274 DESP. C/ REEMBOLSO	88,03
276 DESP. C/ ISS RETIDO	30,40
284 DESP. C/ GAS	2.322,00
299 DESP. C/ CONSERTOS E REPAROS	225,80

27.536,51 63.859,48 -36.322,97

4 ESCOLA		
145 JUROS RDB BRASIL	459,67	
155 IGREJA PRESB. AMARTILLO	17.916,00	
168 ESTORNO DEBITO LANC. BANCARIO	2,00	
205 DESP. C/ SALARIOS		9.721,77
207 DESP. C/ FERIAS		1.532,16
208 DESP. C/ 13 SALARIO		681,15
209 DESP. C/ RESCISAO TRABALHISTA		518,63
210 DESP. C/ FGTS		1.911,88
211 DESP. C/ INSS		1.880,98
214 DESP. C/ PIS		246,82
220 DESP. BANCARIA		58,05
227 DESP. C/ CONSTRUCAO		734,50
233 DESP. C/ ENERGIA ELETRICA		1.990,00
237 DESP. C/HONORARIOS CONTABEIS		447,75
253 DESP. C/ MANUT. GERAL		138,00
256 DESP. GERAL		428,00
266 40% FGTS SOBRE RESCISAO		498,34
280 CONCILIAAO		0,02
299 DESP. C/ CONsertos E REPAROS		370,00
	18.377,67	21.158,05
		-2.780,38

5 CAMPOS AVANCADOS		
110 VENDAS	12.000,00	
113 ENTIDADES	450,00	
114 SUPREMO CONCILIO IPB	33.750,00	
118 IPB	6.593,57	
119 IPI	2.400,40	
132 PARTICULARES	8.080,30	
134 PARTICULARES IPI	8.850,00	
204 DESP. C/ CULTO RELIGIOSO		7.700,00
205 DESP. C/ SALARIOS		72.620,46
206 DESP. C/ SERVICOS PRESTADOS		709,31
207 DESP. C/ FERIAS		8.685,24
208 DESP. C/ 13 SALARIO		6.394,63
209 DESP. C/ RESCISAO TRABALHISTA		1.400,76
210 DESP. C/ FGTS		9.381,13
211 DESP. C/ INSS		6.565,01
214 DESP. C/ PIS		1.128,41
221 DESP. C/ ALIMENTACAO		84,82
225 DESP. C/ COMBUSTIVEIS		3.540,16
227 DESP. C/ CONSTRUCAO		16.344,14
228 DESP. C/ CONSULTAS/EXAMES-IAPF		30,00
232 DESP. C/DOCUMENTOS VEICULOS		937,90
233 DESP. C/ ENERGIA ELETRICA		2.716,00
235 DESP. C/ FRETES E CARRETOS		140,00
237 DESP. C/HONORARIOS CONTABEIS		1.993,16
239 DESP. C/ IMPLANTACAO C. NOVOS		5.632,15
248 DESP. C/ PASSAGENS		201,13
252 DESP. C/ MANUT. EQUIPAMENTOS		2.108,81
253 DESP. C/ MANUT. GERAL		631,60
254 DESP. C/ MANUT. DE VEICULOS		6.270,20
255 DESP. C/ MANUT. DE TRATOR		462,68
256 DESP. GERAL		1.811,54
264 AQUISICAO DE VEICULOS		26.000,00
296 DESP. C/ IMPOSTO T RURAL		250,00

299 DESP. C/ CONsertos E REPAROS

329,50

72.124,27 184.068,74 -111.944,47

6 PROJETO HORTA

205 DESP. C/ SALARIOS

5.612,95

207 DESP. C/ FERIAS

406,34

208 DESP. C/ 13 SALARIO

371,87

210 DESP. C/ FGTS

1.220,46

211 DESP. C/ INSS

976,83

214 DESP. C/ PIS

177,25

225 DESP. C/ COMBUSTIVEIS

396,16

237 DESP. C/HONORARIOS CONTABEIS

342,18

255 DESP. C/ MANUT. DE TRATOR

245,00

256 DESP. GERAL

120,00

9.869,04 -9.869,04

11 ASSISTENCIA SOCIAL

221 DESP. C/ ALIMENTACAO

364,48

225 DESP. C/ COMBUSTIVEIS

123,82

227 DESP. C/ CONSTRUCAO

460,00

229 DESP. C/ CORREIOS

91,00

231 DESP. C/ DOACOES

23.818,80

248 DESP. C/ PASSAGENS

192,97

256 DESP. GERAL

778,63

299 DESP. C/ CONsertos E REPAROS

1.479,00

27.308,70 -27.308,70

12 ASSEMBLEIA

221 DESP. C/ ALIMENTACAO

469,55

225 DESP. C/ COMBUSTIVEIS

2.894,69

244 DESP. C/ MAT. DE ESCRITORIO

81,00

248 DESP. C/ PASSAGENS

1.024,72

249 DESP. C/ TELEFONE

56,25

4.526,21 -4.526,21

13 ESCRITORIO SP

111 NAO IDENTIFICADAS

9.689,48

118 IPB

2.263,82

132 PARTICULARES

3.291,50

147 TRANSF. CC DDOS P/ SP

2.000,00

202 DESP. C/ CPMF

48,00

205 DESP. C/ SALARIOS

4.932,90

206 DESP. C/ SERVICOS PRESTADOS

2.320,15

208 DESP. C/ 13 SALARIO

262,50

210 DESP. C/ FGTS

370,34

211 DESP. C/ INSS

700,58

214 DESP. C/ PIS

41,11

220 DESP. BANCARIA

236,61

225 DESP. C/ COMBUSTIVEIS

2.591,41

229 DESP. C/ CORREIOS

107,13

233 DESP. C/ ENERGIA ELETRICA

548,47

235 DESP. C/ FRETES E CARRETOS

4.389,19

237	DESP. C/HONORARIOS CONTABEIS	79,74
244	DESP. C/ MAT. DE ESCRITORIO	67,50
249	DESP. C/ TELEFONE	1.536,61
254	DESP. C/ MANUT. DE VEICULOS	277,85
261	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	31,00
275	DESP. C/ AGUA	197,99
276	SEGURO VEICULOS	1.448,35
282	PEDAGIO	26,80
284	DESP. C/ MULTA	516,35
285	CGMP-SEM PARAR/SP	2,00

17.244,80 20.749,58 -3.504,78

RESUMO CONTAS CORRENTES				
BCO	NOME DO BANCO	SALDO	A CAIR	SALDO ATUAL
001	- BANCO DO BRASIL.....	38.314,40	-30.683,49	7.630,91
002	- BANCO BRADESCO.....	1.095,61	-232,68	862,93
003	- BANCO ITAU.....	119,77	-84,00	35,77
004	- BANCO BRASIL C/2.....	2.765,71	-40,00	2.725,71
005	- POUPANCA CEF.....	0,00		
006	- POUPANCA OURO BCO BRASIL.....	0,00		
007	- RDB BANCO DO BRASIL.....	217.540,87		217.540,87
008	- FUNDO INVESTIMENTO ITAU.....	3.635,92		3.635,92
017	- BANCO BRASIL C/3 HOSP.....	61.076,74	-54.618,64	6.458,10
018	- BANCO BRASIL ESCOLA.....	59,02		59,02
019	- RBD BCO BRASIL HOSPITAL.....	99.999,90		99.999,90
020	- APLICACAO ITAU R FIXA.....	4.285,92		4.285,92
021	- APLICACAO RDB ESCOLA.....	13.659,67		13.659,67
022	- BRADESCO.....	2.299,94	-822,15	1.477,79
000	- DINHEIRO.....	251,75		251,75
T O T A L		R\$ 445.105,22	-86.480,86	358.624,26

RESUMO FINAL	
SALDO ANTERIOR.....	R\$ 329.632,76 C
A COMPENSAR PERIODO ANTERIOR.....	R\$ 883,23 D
S U B T O T A L	R\$ 328.749,53 C
ENTRADAS.....	R\$ 1.516.621,46 C
SAIDAS.....	R\$ 1.486.746,73 D
A TRANSFERIR P/PERIODO SEGUINTE.....	R\$ 358.624,26 C

DouradosMS, 16 de fevereiro de 2006

ATT. Rev BENJAMIN BENEDITO BERNARDES
Dourados - MS

REF: BALANCETE DEZEMBRO/2005

Estamos enviando Balancete referente ao mês de Dezembro de 2005, para apreciação da Diretoria em assembléia à realizar-se na MISSÃO EVANGÉLICA CAIUA.

Alertamos para o fato de que o presente Balancete, apresenta algumas inconsistências com relação as contas oriundas do Convênio celebrado com a FUNASA, cujas contas sofrerão os devidos ajustes para que possamos encerrar definitivamente o Balanço do Exercício de 2005. Tais ajustes em nada influenciarão na situação patrimonial da entidade.

Alertamos ainda que a auditoria de encerramento do exercício ainda não foi efetuada.

Sendo o que se oferecia para o momento reiteramos nossos votos de consideração e apreço, estando a vossa disposição para eventuais esclarecimentos quanto ao acima exposto.


PENA FIEL CONTABILIDADE
LUIZ LOPES

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

RECEITAS OPERACIONAIS-MATRIZ	1.364.945,54		
RECEITAS OPERACIONAIS-S.P.	15.244,80	1.380.190,34	

RECEITA LÍQUIDA..... 1.380.190,34 100,0

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS-MATRIZ	1.397.438,63-		
DESPESAS GERAIS - SAO PAULO	10.603,91-		
DESP FINANCEIRAS-MATRIZ	1.780,90-		
DESP FINANCEIRAS-SAO PAULO	197,33-		
DESP TRIBUTARIAS-MATRIZ	838,93-		
DESP INDEUTIVEIS-SAO PAULO	127,69-	1.410.987,39-	102,2-

RESULTADO OPERACIONAL..... 30.797,05- 2,2-

RECEITAS NAO OPERACIONAIS

RECEITAS FINANCEIRAS-MATRIZ	47.680,02		
RECEITAS DIVERSAS - MATRIZ	17.798,18	65.478,20	4,7

DESPESAS NAO OPERACIONAIS

DESPESAS NAO OPERACIONAIS	140,80-		
DESP NAO OPERACIONAIS - S P	23,00-	163,80-	0,0

ENCARGOS DO PERIODO

ENCARGOS DO PERIODO - Matriz	29.652,53-		
ENCARGOS DO PERIODO - filial	1.581,27-	31.233,80-	2,3-

SUPERAVIT LÍQUIDO DO EXERCICIO 3.283,55 0,2

BALANCETE DE VERIFICACAO - 12/2005
BHHH MISSAO EVANGELICA CAIUA
Posto Indigena - Chacara dos Caiuas,

CNPJ:03.747.268/0001-80
DOURADOS - MS - MS

FL. 1
PG. 1

A T I V O

CIRCULANTE

DISPONIBILIDADES

CAIXA	248,73		
BANCOS CTA MOVIMENTO	103.989,11		
BANCOS CTA MOVTO-TERCEIROS	2.703,16		
APLICACOES c/LIQUIDEZ IMEDIATA	333.754,60		
APLIC c/LIQ IMED-TERCEIROS	1.183.278,64		
BCD CTA VALORES - TERCEIROS	4.179.286,27-	2.555.312,03-	

C R E D I T O S

ADIANTAMENTOS	33.126,34	33.126,34	2.522.185,69-
---------------	-----------	-----------	---------------

PERMANENTE

IMOBILIZADO

IMOBILIZACOES	722.972,00		
DEPRECIACAO ACUMULADA	281.178,23-		
IMOBILIZACOES - SP	18.191,11		
DEPRECIACAO ACUMULADA - SP	17.909,71-	442.075,17	442.075,17

TOTAL DO ATIVO..... R\$ 2.080.110,52-

BALANCETE DE VERIFICACAO - 12/2005
BHBH MISSAO EVANGELICA CAIUA
Posto Indigena - Chacara dos Caiuas,

CNPJ:03.747.268/0001-80
DOURADOS - MS - MS

FL. 2

PG. 2

P A S S I V O

CIRCULANTE

OBRIGACOES

OBRIGACOES c/PESSOAL	3.166,03		
OBRIGACOES c/PESSOAL-FUNASA - MS	412.734,23		
OBRIGACOES c/PESSOAL - FUNASA - MG	94.292,41		
OBRIGACOES SOCIAIS	13.161,68		
OBRIGACOES SOCIAIS - FUNASA - MS	97.982,36		
OBRIGACOES SOCIAIS FUNASA - MG	23.826,62		
OBRIGACOES FISCAIS	6.097,24		
OBRIGACOES FISCAIS - FUNASA - MS	64.234,12		
OBRIGACOES FISCAIS FUNASA - MG	11.850,37		
OBRIGACOES DIVERSAS	90.098,40		
OBRIGACOES DIVERSAS - FUNASA - MS	19.800,33		
OBRIGACOES DIVERSAS - FUNASA- MG	12.534,73		
DESPESAS A REALIZAR - FUNASA - MS	3.284.090,04-		
DESPESAS A REALIZAR - FUNASA - MG	446.650,14-	2.880.961,66-	2.880.961,66-

PATRIMONIO SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL REGISTRADO	10.033,08	10.033,08	
--------------------	-----------	-----------	--

SUPERAVIT ou DEFICIT ACUMULADOS

SUPERAVIT/DEFICIT ACUM.EXERC.ANTERIORES	787.534,51	787.534,51	
---	------------	------------	--

RESULTADO DO EXERCICIO

RESULTADO OPERACIONAL	30.797,05-		
RESULTADO NAO OPERACIONAL	65.314,40		
ENCARGOS DO PERIODO	31.233,80-	3.283,55	800.851,14

TOTAL DO PASSIVO.... R\$ 2.080.110,52-

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
A-ATIVO CIRCULANTE						
1-1000000		DISPONIBILIDADES				
2-1000000		CAIXA				
4-1000001	1	CAIXA- MATRIZ	143,14	1.876,09	1.770,50	248,73
TOTAIS CAIXA			143,14	1.876,09	1.770,50	248,73
2-1010000		BANCOS CTA MOVIMENTO				
4-1010001	5	BCO BRADESCO S/A - 37639-6	726,24	4.431,94	4.142,57	1.015,61
4-1010002	6	BCO DO BRASIL S/A - 10165-6	11.628,92	166.201,53	141.178,12	36.652,33
4-1010003	7	BCO ITAU S/A - 20070-8	5,76	6.571,64	6.457,64	119,76
4-1010005	9	BCO BRASIL S/A - 7520-5	71,02	0,00	12,00	59,02
4-1010007	11	BCO DO BRASIL -CTA 29365-2	2.989,32	3.320,20	3.543,81	2.765,71
4-1010009	13	BRADESCO - SP - 218355-2	1.535,90	1.228,37	464,33	2.299,94
4-1010010	10	BCO BRASIL S/A - 7332	72.506,91	96.041,23	107.471,40	61.076,74
TOTAIS BANCOS CTA MOVIMENTO			89.464,07	277.794,91	263.269,87	103.989,11
2-1014000		BANCOS CTA MOVTO-TERCEIROS				
4-1014005	3015	BCO DO BRASIL - 6388-6	927,20	876.521,47	876.600,57	848,10
4-1014006	3016	BCO DO BRASIL - 6405-X	759,38	707.046,52	705.950,84	1.855,06
TOTAIS BANCOS CTA MOVTO-TERCEIROS			1.686,58	1.583.567,99	1.582.551,41	2.703,16
2-1020000		APLICACOES c/LIQUIDEZ IMEDIATA				
4-1020001	15	BCO DO BRASIL - RDB/CDB-7332-6	96.933,61	730,70	0,00	97.664,31
4-1020002	16	BCO BRASIL APLIC CDB/RDB - 7520-5	13.478,78	180,89	0,00	13.659,67
4-1020007	21	BCO BRASIL-RDB/CDB-10165-6	228.410,83	0,00	13.792,10	214.618,73
4-1020011	14	BCO ITAU S/A - APLICACAO FAC	4.660,83	4.489,70	1.338,64	7.811,89
TOTAIS APLICACOES c/LIQUIDEZ IMEDIATA			343.484,05	5.401,29	15.130,74	333.754,60
2-1024000		APLIC c/LIQ IMED-TERCEIROS				
4-1024018	3048	BCO DO BRASIL - 6388-6 APLIC BB RF CORP	1.689.083,16	12.562,29	876.521,47	825.123,98
4-1024020	3050	BCO DO BRASIL - 6405-X - BB CP ADMIN	10.827,38	425.873,80	78.546,52	358.154,66
TOTAIS APLIC c/LIQ IMED-TERCEIROS			1.699.910,54	438.436,09	955.067,99	1.183.278,64
2-1034000		BCO CTA VALORES - TERCEIROS				
4-1034004	3034	BCO DO BRASIL - 6388-6	3.504.743,21 CR	0,00	12.562,29	3.517.305,50 CR
4-1034005	3035	BCO DO BRASIL - 6405-X	29.510,97 CR	0,00	632.469,80	661.980,77 CR
TOTAIS BCO CTA VALORES - TERCEIROS			3.534.254,18 CR	0,00	645.032,09	4.179.286,27 CR
TOTAIS DISPONIBILIDADES			1.399.565,80 CR	2.307.076,37	3.462.822,60	2.555.312,03 CR
1-1100000		C R E D I T O S				
2-1101000		CHEQUES A RECEBER				
4-1101001	61	CHEQUES A RECEBER	140,80	0,00	140,80	0,00
4-1101002	62	CHEQUES A RECEBER- SAO PAUL	23,00	0,00	23,00	0,00
TOTAIS CHEQUES A RECEBER			163,80	0,00	163,80	0,00

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
2-1130000		ADIANTAMENTOS				
4-1131001	161	ADIANT.DE SALARIOS	15.355,04	1.420,00	820,00	15.955,04
4-1131002	28	ADIANT DE FERIAS	4.029,43	16.803,70	4.029,43	16.803,70
4-1131003	67	ADIANTAMENTO A OBREIROS	259,60	0,00	0,00	259,60
4-1131005	69	ADIANT A FORNECEDOR	108,00	0,00	0,00	108,00
		TOTAIS ADIANTAMENTOS	19.752,07	18.223,70	4.849,43	33.126,34
		TOTAIS C R E D I T O S	19.915,87	18.223,70	5.013,23	33.126,34
		TOTAIS ATIVO CIRCULANTE	1.379.649,93 CR	2.325.300,07	3.467.835,83	2.522.185,69 CR
		C-ATIVO PERMANENTE				
1-1700000		IMOBILIZADO				
2-1700000		IMOBILIZACOES				
4-1700001	30	MOV.UTENS.E INSTALACOES	9.715,46	1.336,00	0,00	11.051,46
4-1700002	31	VEICULOS E MOTORES	215.846,49	0,00	0,00	215.846,49
4-1700003	32	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.887,81	0,00	0,00	21.887,81
4-1700004	33	FERRAMENTAS E APARELHOS	2.112,12	0,00	0,00	2.112,12
4-1700005	34	INSTAL.BERAIS E EQUIP.HOSP.	1.341,47	0,00	0,00	1.341,47
4-1700006	35	EDIFICACOES	410.019,95	0,00	0,00	410.019,95
4-1700007	36	MOVEIS	4.567,27	0,00	0,00	4.567,27
4-1700008	37	TELEFONES	1.053,35	0,00	0,00	1.053,35
4-1700009	38	CONSTRUCOES EM ANDAMENTO	35.833,43	0,00	0,00	35.833,43
4-1700010	39	ANIMAIS	330,19	0,00	0,00	330,19
4-1700012	41	COMPUTADORES e PERIFERICOS	8.895,39	0,00	0,00	8895,39
4-1700015	44	INSTALACOES DE REDES ELETRICAS	10.033,07	0,00	0,00	10.033,07
		TOTAIS IMOBILIZACOES	721.636,00	1.336,00	0,00	722.972,00
2-1700100		DEPRECIACAO ACUMULADA				
4-1700101	121	DE MOVEIS, UTENS e INSTALAC	7.111,88 CR	0,00	83,89	7.195,77 CR
4-1700102	122	DE VEICULOS e MOTORES	178.556,64 CR	0,00	425,00	178.981,64 CR
4-1700103	123	DE MAQUINAS e EQUIPAMENTOS	17.801,90 CR	0,00	172,77	17.974,67 CR
4-1700104	124	DE FERRAMENTAS e APARELHOS	2.249,28 CR	0,00	62,40	2.311,68 CR
4-1700105	125	DE INSTALAC GERAIS e EQUIP	1.319,14 CR	0,00	5,58	1.324,72 CR
4-1700106	126	DE EDIFICACOES	61.517,34 CR	0,00	1.366,71	62.884,05 CR
4-1700109	129	DE COMPUTADORES e PERIFERIC	8.081,04 CR	0,00	0,00	8.081,04 CR
4-1700110	134	DE INSTALACOES REDE ELETRICA	2.341,05 CR	0,00	83,61	2.424,66 CR
		TOTAIS DEPRECIACAO ACUMULADA	278.978,27 CR	0,00	2.199,96	281.178,23 CR
2-1720000		IMOBILIZACOES - SP				
4-1720001	1101	MOVEIS, UTENS e INSTALACOES	0,10	0,00	0,00	0,10
4-1720002	1102	INSTALACOES GERAIS	0,01	0,00	0,00	0,01
4-1720003	1103	VEICULOS	15.815,00	0,00	0,00	15.815,00
4-1720004	1104	FERRAMENTAS e APARELHOS	1.876,00	0,00	0,00	1.876,00
4-1720005	1105	COMPUTADORES e PERIFERICOS	500,00	0,00	0,00	500,00
		TOTAIS IMOBILIZACOES - SP	18.191,11	0,00	0,00	18.191,11
2-1720100		DEPRECIACAO ACUMULADA - SP				
4-1720101	1121	DE MOVEIS, UTENS e INSTALAC	0,10 CR	0,00	0,00	0,10 CR
4-1720102	1122	DE INSTALACOES GERAIS	0,01 CR	0,00	0,00	0,01 CR

BMBH

MISSAO EVANGELICA CAIUA
Posto Indigena - Chacara dos Caiuas,
BALANCETE DE VERIFICACAO - 12/2005CNPJ:03.747.268/0001-80
DOURADOS - MS - MS
- CODIGOS: 1000000 A 9999999

FL. 3

PG. 3

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
4-1720103	1123	DE VEICULOS	15.815,00 CR	0,00	0,00	15.815,00 CR
4-1720104	1124	DE FERRAMENTAS e APARELHOS	1.578,97 CR	0,00	15,63	1.594,60 CR
4-1720105	1125	DE COMPUTADORES e PERIFERIC	500,00 CR	0,00	0,00	500,00 CR
TOTAIS DEPRECIACAO ACUMULADA - SP			17.894,08 CR	0,00	15,63	17.909,71 CR
TOTAIS IMOBILIZADO			442.954,76	1.336,00	2.215,59	442.075,17
TOTAIS ATIVO PERMANENTE			442.954,76	1.336,00	2.215,59	442.075,17
TOTAIS ATIVO			936.695,17 CR	2.326.636,07	3.470.051,42	2.080.110,52 CR

E-PASSIVO CIRCULANTE

1-2000000		OBRIGACOES				
2-2020000		OBRIGACOES c/PESSOAL				
4-2020020	252	ORDENADOS a PAGAR	1.325,22 CR	141.650,65	142.091,46	1.766,03 CR
4-2020021	311	HONORARIOS a PAGAR	1.400,00 CR	1.400,00	1.400,00	1.400,00 CR
4-2020023	254	FERIAS a PAGAR	0,00	6.089,64	6.089,64	0,00
TOTAIS OBRIGACOES c/PESSOAL			2.725,22 CR	149.140,29	149.581,10	3.166,03 CR
2-2024000		OBRIGACOES c/PESSOAL-FUNASA - MS				
4-2024001	3252	ORDENADOS a PAGAR	512.618,01 CR	927.186,93	825.387,80	410.818,88 CR
4-2024002	3311	HONORARIOS a PAGAR	1.800,00 CR	1.800,00	1.800,00	1.800,00 CR
4-2024003	3253	RESCISOES a PAGAR	115,35 CR	42.918,82	42.918,82	115,35 CR
TOTAIS OBRIGACOES c/PESSOAL-FUNASA - MS			514.533,36 CR	971.905,75	870.106,62	412.734,23 CR
2-2025000		OBRIGACOES C/PESSOAL - FUNASA - MG				
4-2025001	6252	ORDENADOS A PAGAR	214.524,30 CR	300.983,28	180.251,39	93.792,41 CR
4-2025002	6311	HONORARIOS A PAGAR	500,00 CR	500,00	500,00	500,00 CR
4-2025003	6253	RESCISOES a PAGAR	0,00	12.534,73	12.534,73	0,00
TOTAIS OBRIGACOES C/PESSOAL - FUNASA - MG			215.024,30 CR	314.018,01	193.286,12	94.292,41 CR
2-2030000		OBRIGACOES SOCIAIS				
4-2030010	271	INSS a RECOLHER	3.134,78 CR	12.608,34	11.977,63	2.504,07 CR
4-2030020	272	FGTS a RECOLHER	8.391,58 CR	8.741,50	9.344,48	8.994,56 CR
4-2030030	273	CONTRIB SINDICAL a RECOLHER	22,00 CR	0,00	0,00	22,00 CR
4-2030040	275	CONTRIB ASSIST a RECOLHER	495,24 CR	495,24	834,02	834,02 CR
4-2030050	274	CONTRIB CONFEDERATIVA	868,39 CR	766,78	705,42	807,03 CR
TOTAIS OBRIGACOES SOCIAIS			12.911,99 CR	22.611,86	22.861,55	13.161,68 CR
2-2034000		OBRIGACOES SOCIAIS - FUNASA - MS				
4-2034001	3272	FGTS a RECOLHER	53.782,91 CR	62.618,20	64.833,72	55.998,43 CR
4-2034002	3271	INSS a RECOLHER	27.907,14 CR	58.069,42	59.768,15	29.605,87 CR
4-2034004	3275	CONTRIB ASSISTENCIAL a RECOLHER	4.787,16 CR	4.787,16	11.295,15	11.295,15 CR
4-2034005	3274	CONTRIB CONFED a RECOLHER	50,67 CR	50,67	50,67	50,67 CR
4-2034006	3276	CONVENIO SIEMS a RECOLHER	1.015,13 CR	487,09	207,92	735,96 CR
4-2034007	3277	CONVENIO S E E S S DDOS	0,00	0,00	296,28	296,28 CR
TOTAIS OBRIGACOES SOCIAIS - FUNASA - MS			87.543,01 CR	126.012,54	136.451,89	97.982,36 CR

BHDB MISSAO EVANGELICA CAIUA
 Posto Indigena - Chacara dos Caiuas,
 BALANCETE DE VERIFICACAO - 12/2005

CNPJ:03.747.268/0001-80
 DOURADOS - MS - MS
 - CODIGOS: 1000000 A 9999999

FL. 4

PG. 4

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
2-2035000		OBRIGACOES SOCIAIS FUNASA - MG				
4-2035001	6272	FGTS A RECOLHER	12.021,34 CR	15.102,26	15.078,96	11.998,04 CR
4-2035002	6271	INSS A RECOLHER	7.019,09 CR	10.896,33	12.791,71	8.914,47 CR
4-2035004	6275	CONTRIB ASSISTENCIAL a RECOLHER	0,00	0,00	2.914,11	2.914,11 CR
		TOTAIS OBRIGACOES SOCIAIS FUNASA - MG	19.040,43 CR	25.998,59	30.784,78	23.826,62 CR
2-2040000		OBRIGACOES FISCAIS				
4-2040010	292	IRRF a RECOLHER	3.531,25 CR	1.891,65	1.816,80	3.456,40 CR
4-2040020	295	PIS S/FL PAGO a RECOLHER	2.201,39 CR	726,51	1.099,47	2.574,35 CR
4-2040030	297	ISS A RECOLHER	228,27 CR	300,08	138,30	66,49 CR
		TOTAIS OBRIGACOES FISCAIS	5.960,91 CR	2.918,24	3.054,57	6.097,24 CR
2-2044000		OBRIGACOES FISCAIS - FUNASA - MS				
4-2044001	3292	IRRF a RECOLHER	52.788,80 CR	62.751,77	65.997,26	56.034,29 CR
4-2044002	3295	PIS S/FOLHA PAGO A RECOLHER	6.408,20 CR	5.369,78	6.795,39	7.833,81 CR
4-2044004	3297	ISS RETIDO A RECOLHER	486,36 CR	307,28	186,94	366,02 CR
		TOTAIS OBRIGACOES FISCAIS - FUNASA - MS	59.683,36 CR	68.428,83	72.979,99	64.234,12 CR
2-2045000		OBRIGACOES FISCAIS FUNASA - MG				
4-2045001	6292	IRRF A RECOLHER	9.620,63 CR	11.506,88	11.894,33	10.008,08 CR
4-2045002	6295	PIS S/FOPAG A RECOLHER	1.414,39 CR	1.215,08	1.532,87	1.732,18 CR
4-2045004	6297	ISS RETIDO A RECOLHER	144,34 CR	72,13	37,90	110,11 CR
		TOTAIS OBRIGACOES FISCAIS FUNASA - MG	11.179,36 CR	12.794,09	13.465,10	11.850,37 CR
2-2050000		OBRIGACOES DIVERSAS				
4-2050030	316	VALORES DE TERCEIROS	0,00	0,00	3.983,53	3.983,53 CR
4-2050050	350	CHEQUES A COMPENSAR	21.295,97 CR	20.922,21	32.648,49	33.022,25 CR
4-2050060	352	CHEQUES A COMPENSAR - HOSPITAL	52.287,57 CR	51.531,93	52.336,98	53.092,62 CR
		TOTAIS OBRIGACOES DIVERSAS	73.583,54 CR	72.454,14	88.969,00	90.098,40 CR
2-2051000		OBRIGACOES DIVERSAS - FUNASA - MS				
4-2051001	3319	CHEQUES A COMPENSAR	27.233,71 CR	26.704,00	19.270,62	19.800,33 CR
		TOTAIS OBRIGACOES DIVERSAS - FUNASA - MS	27.233,71 CR	26.704,00	19.270,62	19.800,33 CR
2-2052000		OBRIGACOES DIVERSAS - FUNASA- MG				
4-2052001	6319	CHEQUES A COMPENSAR	1.335,00 CR	1.335,00	12.534,73	12.534,73 CR
		TOTAIS OBRIGACOES DIVERSAS - FUNASA- MG	1.335,00 CR	1.335,00	12.534,73	12.534,73 CR
2-2054000		DESPESAS A REALIZAR - FUNASA - MS				
3-2054100		EQUIPE ADMINISTRATIVA				
4-2054101	3601	COORDENADOR	30.569,73	12.170,32	1.562,50	41.177,55
4-2054102	3602	SECRETARIA ADMINISTRATIVA	33.583,25	11.298,64	1.272,94	43.608,95
4-2054109	3609	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	4.625,19 CR	0,00	0,00	4.625,19 CR
4-2054111	3611	TECNICO MANUT SIST ABAS AGUA	3.056,51	5.232,04	593,84	7.692,71
4-2054112	3612	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	112.308,19	43.479,89	6.935,50	148.852,58
4-2054113	3613	MOTORISTA	110.062,06	23.861,45	2.700,06	131.223,45
4-2054114	3614	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	15.651,95	13.249,58	2.003,82	26.897,71
4-2054115	3615	COZINHEIRA	2.998,49 CR	2.434,05	391,71	956,15 CR

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
4-2054118	3618	PASSAGEM LOCOMOCAO	5.298,25	0,00	0,00	5.298,25
4-2054121	3621	SERVICOS GRAFICOS	265,00	0,00	0,00	265,00
4-2054124	3624	XEROX	2.032,65 CR	0,00	0,00	2.032,65 CR
4-2054127	3627	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.571,45 CR	0,00	0,00	3.571,45 CR
4-2054128	3628	MATERIAL DE INFORMATICA	518,75 CR	0,00	0,00	518,75 CR
4-2054129	3629	MAT LIMPEZA/HIGIENIZACAO	1.110,54 CR	0,00	0,00	1.110,54 CR
4-2054137	3637	SERVICO PROVEDOR INTERNET	462,68 CR	43,95	0,00	418,73 CR
4-2054141	3641	DIARIAS AJUDA DE CUSTO	653,40 CR	1.337,87	0,00	684,47
4-2054142	3642	DIARIAS SUPERVISAO TECNICOS	1.539,75 CR	0,00	0,00	1.539,75 CR
4-2054145	3645	MATERIAL REPARO (CONSTRUCAO)	1.500,00 CR	0,00	0,00	1.500,00 CR
4-2054149	3649	SERVICO CONTABILIDADE-P JURI	90,71 CR	2.700,00	0,00	2.609,29
4-2054163	3663	SERVICOS PRESTADO-P JURIDICA	5.012,20 CR	0,00	0,00	5.012,20 CR
4-2054164	3664	VALE TRANSPORTE	18.065,40	4.246,80	0,00	22.312,20
4-2054165	3665	AGUA	465,00 CR	0,00	0,00	465,00 CR
4-2054166	3666	ENERGIA	961,83	504,00	0,00	1.465,83
4-2054168	3668	REPROGRAFIA	3.620,70	462,71	0,00	4.083,41
4-2054169	3669	SEG OBRIGATORIO/IPVA VEICULO	600,00 CR	0,00	0,00	600,00 CR
4-2054170	3670	SERV CONTABILIDADE-P FISICA	6.375,00	1.375,00	0,00	7.750,00
4-2054171	3671	MANUT PREDIAL-P FISICA	1.500,00 CR	0,00	0,00	1.500,00 CR
4-2054174	3674	TELEFONE/FAX	2.254,72	0,00	0,00	2.254,72
4-2054176	3676	ALUGUEL PESSOA FISICA	928,00	532,00	0,00	1.460,00
4-2054177	3677	CORREIO/MALOTE AEREO	624,57 CR	0,00	0,00	624,57 CR
4-2054178	3678	COORDENADOR PROJETO SOCIAL	6.966,25 CR	0,00	0,00	6.966,25 CR
4-2054179	3679	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	30.796,86	8.762,61	1.125,00	38.434,47
4-2054180	3680	COORDENADOR TECNICO	42.773,43	12.170,34	1.562,50	53.381,27
TOTALS			382.299,25	143.861,25	18.149,87	508.010,63
3-2054200		EQUIPE DE SAUDE				
4-2054201	3701	MEDICOS	810.150,03	260.186,27	27.502,34	1.042.833,96
4-2054202	3702	ENFERMEIROS	526.240,27	165.032,73	26.572,59	664.700,41
4-2054203	3703	AUXILIARES ENFERMAGEM	270.730,30	91.906,34	12.059,02	350.577,62
4-2054204	3704	AG INDIGENA DE SAUDE	205.352,78	78.377,77	10.484,10	273.246,45
4-2054207	3707	AUXILIAR DE FARMACIA	27.407,89 CR	0,00	0,00	27.407,89 CR
4-2054208	3708	AGENTE INDIG DE SANEAMENTO	81.014,24	23.977,84	3.483,58	101.508,50
4-2054209	3709	NUTRICIONISTA	148.894,70	41.935,75	5.833,36	184.997,09
4-2054210	3710	ENTOMOLOGO	38.701,03 CR	0,00	0,00	38.701,03 CR
4-2054213	3713	COORDENADOR SAUDE	4.579,61 CR	5.679,47	729,17	370,69
TOTALS			1.971.693,79	667.096,17	86.664,16	2.552.125,80
3-2054300		EQUIPE DE SAUDE BUCAL				
4-2054301	3751	ODONTOLOGOS	145.396,66	76.762,90	8.895,88	213.263,68
4-2054302	3752	AUXILIARES DE ODONTOLOGIA	2.267,17	9.673,30	1.250,54	10.689,93
TOTALS			147.663,83	86.436,20	10.146,42	223.953,61
TOTALS DESPESAS A REALIZAR - FUNASA - MS			2.501.656,87	897.393,62	114.960,45	3.284.090,04
2-2055000		DESPESAS A REALIZAR - FUNASA - MG				
3-2055100		DESPESAS c/RECURSOS HUMANOS				
4-2055102	6602	COORDENADOR TECNICO	26.125,10	27.778,01	2.250,00	51.653,11
4-2055103	6603	SECRETARIA/RECEPCIONISTA	29.792,71	9.212,48	1.000,00	38.005,19
4-2055104	6604	AUX SERVICOS GERAIS	20.380,18	15.911,86	1.926,15	34.365,89
4-2055105	6605	MOTORISTA	33.303,48	11.992,34	2.074,19	43.221,63
4-2055106	6606	AUX ADMINISTRATIVO	4.805,32 CR	4.145,61	450,00	1.109,71 CR

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
4-2055107	6607	MEDICO	125.730,14	49.276,52	5.370,66	169.636,00
4-2055109	6609	TECNICO ENFERMAGEM	105.249,90	36.067,85	4.862,20	136.455,55
4-2055112	6612	MAD DE OBRA EVENTUAL	5.000,00 CR	0,00	0,00	5.000,00 CR
4-2055113	6613	AJUDA DE CUSTO	1.063,45	972,35	0,00	2.035,80
4-2055114	6614	ALUGUEL PESSOA FISICA	1.000,00 CR	0,00	0,00	1.000,00 CR
4-2055115	6615	PORTEIROS	37.474,69	12.437,47	1.292,06	48.620,10
4-2055116	6616	ADMINISTRADORES	3.623,12 CR	3.531,45	383,34	475,01 CR
4-2055117	6617	BARQUEIROS	5.774,72 CR	1.228,33	133,34	4.679,73 CR
4-2055119	6619	AGENTE ADMINISTRATIVO	36.991,59	8.692,37	1.036,00	44.647,96
4-2055120	6620	NUTRICIONISTAS	7.423,42 CR	6.755,83	733,34	1.400,93 CR
4-2055121	6621	VIGIAS	4.533,34 CR	0,00	0,00	4.533,34 CR
4-2055123	6623	ODONTOLOGO	22.122,21 CR	6.153,96	668,00	16.636,25 CR
4-2055124	6624	ASSISTENTE SOCIAL	6.728,61 CR	0,00	0,00	6.728,61 CR
4-2055125	6625	TERAPEUTA	4.006,42 CR	3.377,92	366,67	995,17 CR
	TOTAIS		351.094,08	197.534,35	22.545,95	526.082,48
3-2055200		DESPESAS OPERACIONAIS - MG				
4-2055202	6702	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	1.500,00 CR	0,00	0,00	1.500,00 CR
4-2055203	6703	MATERIAL LIMPEZA/HIGIENE	1.500,00 CR	0,00	0,00	1.500,00 CR
4-2055205	6705	ENERGIA	8.813,55 CR	0,00	0,00	8.813,55 CR
4-2055206	6706	AGUA	918,56 CR	0,00	0,00	918,56 CR
4-2055207	6707	TELEFONE	1.000,00 CR	0,00	0,00	1.000,00 CR
4-2055213	6713	GRAFICA	409,80 CR	0,00	0,00	409,80 CR
4-2055217	6717	PASSAGEM	2.404,12 CR	1.977,08	0,00	427,04 CR
4-2055219	6719	SERVICO CONTABILIDADE P JURI	2.032,80 CR	750,00	0,00	1.282,80 CR
4-2055221	6721	FRETES/TAXAS/SEGUROS/OUTROS	200,00 CR	0,00	0,00	200,00 CR
4-2055223	6723	SERVICOS FUNERARIOS	7.000,00 CR	0,00	0,00	7.000,00 CR
4-2055225	6725	VALE TRANSPORTE	3.860,80 CR	2.248,40	0,00	1.612,40 CR
4-2055227	6727	HOSPEDAGEM-PESSOA JURIDICA	36.000,00 CR	0,00	0,00	36.000,00 CR
4-2055230	6730	COMBUSTIVEL	800,00 CR	0,00	0,00	800,00 CR
4-2055233	6733	REPROGRAFIA	699,64 CR	8,00	0,00	691,64 CR
4-2055235	6735	MATERIAL DE INFORMATICA	1.500,00 CR	0,00	0,00	1.500,00 CR
4-2055236	6736	OUTROS SERVICOS P JURIDICA	994,00 CR	0,00	0,00	994,00 CR
4-2055237	6737	CORREIO MALOTE AERIO	25,75 CR	0,00	0,00	25,75 CR
4-2055238	6738	SERVICO CONTABILIDADE P FISICA	4.000,00 CR	0,00	0,00	4.000,00 CR
4-2055239	6739	VALE TRANSPORTE	1.256,80 CR	0,00	0,00	1.256,80 CR
4-2055240	6740	ALUGUEL PESSOA JURIDICA	9.500,00 CR	0,00	0,00	9.500,00 CR
	TOTAIS		84.415,82 CR	4.983,48	0,00	79.432,34 CR
	TOTAIS DESPESAS A REALIZAR - FUNASA - MG		266.678,26	202.517,83	22.545,95	446.650,14
	TOTAIS OBRIGACOES		1.737.580,94	2.894.232,79	1.750.852,07	2.880.961,66
	TOTAIS PASSIVO CIRCULANTE		1.737.580,94	2.894.232,79	1.750.852,07	2.880.961,66
	H-PATRIMONIO SOCIAL					
1-2400000		CAPITAL SOCIAL				
2-2400000		CAPITAL REGISTRADO				
4-2400000	351	CAPITAL REALIZADO	10.033,08 CR	0,00	0,00	10.033,08 CR
	TOTAIS CAPITAL REGISTRADO		10.033,08 CR	0,00	0,00	10.033,08 CR

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
TOTAIS CAPITAL SOCIAL			10.033,08 CR	0,00	0,00	10.033,08 CR
1-2800000		SUPERAVIT ou DEFICIT ACUMULADOS				
2-2800000		SUPERAVIT/DEFICIT ACUM.EXERC.ANTERIORES				
4-2801000		SUPERAVIT ou DEFICIT ACUM.EXERC. ANT.	787.534,51 CR	0,00	0,00	787.534,51 CR
TOTAIS SUPERAVIT/DEFICIT ACUM.EXERC.ANTERIORES			787.534,51 CR	0,00	0,00	787.534,51 CR
TOTAIS SUPERAVIT ou DEFICIT ACUMULADOS			787.534,51 CR	0,00	0,00	787.534,51 CR
TOTAIS PATRIMONIO SOCIAL			797.567,59 CR	0,00	0,00	797.567,59 CR
TOTAIS PASSIVO			940.013,35	2.894.232,79	1.750.852,07	2.083.394,07
A-RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
1-9000000		RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
2-9000000		RECEITAS OPERACIONAIS-MATRIZ				
4-9000001	401	AUXILIOS PARTICULARES	114.753,70 CR	0,00	16.753,24	131.506,94 CR
4-9000002	402	IGREJAS PRESBITERIANAS-ENTID	43.890,73 CR	0,00	5.449,99	49.340,72 CR
4-9000004	404	SAF.DAS IGREJAS PRESBIT.	2.760,01 CR	0,00	50,00	2.810,01 CR
4-9000005	405	COMUNIDADE EVANGELICA MANANCIAL	320,00 CR	0,00	0,00	320,00 CR
4-9000006	406	FEDERACOES	560,00 CR	0,00	452,00	1.012,00 CR
4-9000007	407	MINISTERIO DE ASSISTENCIA MISSIONARIA	670,50 CR	0,00	200,20	870,70 CR
4-9000008	408	KILN PRODUTOS INFANTIS LTDA	2.752,69 CR	0,00	0,00	2.752,69 CR
4-9000009	409	SUPREMO CONCILIO IPB	30.000,00 CR	0,00	3.750,00	33.750,00 CR
4-9000010	410	CONGREGACOES	100,00 CR	0,00	0,00	100,00 CR
4-9000015	413	UNIAO PRESBITERIANA AMARILLO	17.916,00 CR	0,00	0,00	17.916,00 CR
4-9000016	414	DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2.178,00 CR	0,00	0,00	2.178,00 CR
4-9000018	415	IAPI	558.940,00 CR	0,00	60.000,00	618.940,00 CR
4-9000020	416	SAMPLA BRASIL IND C.CORREIAS	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00 CR
4-9000031	421	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	869,20 CR	0,00	0,00	869,20 CR
4-9000033	423	ARRENDAMENTO	22.000,00 CR	0,00	36.000,00	58.000,00 CR
4-9000034	424	RESTORES MINISTRIES	3.521,33 CR	0,00	0,00	3.521,33 CR
4-9000035	425	CONVENIO SUS-AIH-SADT	366.353,21 CR	0,00	29.037,70	395.390,91 CR
4-9000037	427	CONVENIO INTEGRASUS II	31.570,77 CR	0,00	0,00	31.570,77 CR
4-9000039	429	CIRUMED COMERCIO LTDA	2.867,01 CR	0,00	0,00	2.867,01 CR
4-9000044	434	CHRISTIAN AID MISSION	720,00 CR	0,00	0,00	720,00 CR
4-9000045	435	EMPRESA ENERGETICA DE MS - EMERSUL	5.509,26 CR	0,00	0,00	5.509,26 CR
TOTAIS RECEITAS OPERACIONAIS-MATRIZ			1.208.252,41 CR	0,00	156.693,13	1.364.945,54 CR
2-9100000		RECEITAS OPERACIONAIS-S.P.				
4-9100001	1401	AUXILIOS PARTICULARES	12.032,72 CR	0,00	1.008,26	13.040,98 CR
4-9100002	1402	IGREJAS PRESBITER./ENTIDADES	1.833,60 CR	0,00	220,11	2.053,71 CR
4-9100004	1404	SAF DAS IGREJAS PRESBITER.	150,11 CR	0,00	0,00	150,11 CR
TOTAIS RECEITAS OPERACIONAIS-S.P.			14.016,43 CR	0,00	1.228,37	15.244,80 CR
TOTAIS RECEITA OPERACIONAL BRUTA			1.222.268,84 CR	0,00	157.921,50	1.380.190,34 CR
TOTAIS RECEITA OPERACIONAL BRUTA			1.222.268,84 CR	0,00	157.921,50	1.380.190,34 CR

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
6-DESPESAS DIVERSAS						
1-9400000		DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
2-9400000		DESPESAS GERAIS-MATRIZ				
3-9400000		DESP.ADMINISTRATIVAS-MATRIZ				
4-9400000	601	ENERGIA ELETRICA	29.605,95	2.619,00	0,00	32.224,95
4-9400003	604	F E R I A S	46.764,63	1.200,00	0,00	47.964,63
4-9400004	605	CONCERTOS e REPAROS	2.346,00	1.046,00	0,00	3.392,00
4-9400005	607	DESP c/MANUTENCAO VEICULOS	20.177,78	1.712,00	0,00	21.889,78
4-9400006	606	DESP c/VIAGENS e ESTADIAS	1.234,62	0,00	0,00	1.234,62
4-9400008	609	DESP LEGAIS	960,13	0,00	0,00	960,13
4-9400009	610	13o.SALARIO	5.477,78	9.167,67	4.527,56	10.117,89
4-9400010	611	DESP POSTAIS e TELEGRAFICAS	1.820,02	119,40	0,00	1.939,42
4-9400011	612	F G T S	45.297,99	1.251,24	0,00	46.549,23
4-9400012	613	FRETES e CARRETOS	3.806,41	700,00	0,00	4.506,41
4-9400013	614	FOTOCOPIAS e AUTENTICACOES	1.315,10	1,95	0,00	1.317,05
4-9400014	615	HONORARIOS CONTABEIS	14.400,00	1.400,00	0,00	15.800,00
4-9400015	616	IMPRESSOS e MATS ESCRITORIO	342,40	0,00	0,00	342,40
4-9400016	617	LIVROS, JORNAIS e REVISTAS	296,00	65,00	0,00	361,00
4-9400017	618	MATS DE LIMPEZA	14,67	25,10	0,00	39,77
4-9400018	619	MATS DE CONSUMO	3.877,74	274,00	0,00	4.151,74
4-9400019	620	D R D E N A D O S	473.949,90	9.060,70	0,00	483.010,60
4-9400021	622	ANUNCIOS e PUBLICACOES	456,20	0,00	0,00	456,20
4-9400024	626	SERVS PRESTADOS p/ P J	1.747,50	700,00	0,00	2.447,50
4-9400025	627	SERVS PRESTADOS p/ P F	9.200,17	0,00	0,00	9.200,17
4-9400028	630	INDENIZACOES TRABALHISTAS	4.878,00	0,00	0,00	4.878,00
4-9400029	645	DESP c/ALIMENTACAO	3.386,09	1.518,78	0,00	4.904,87
4-9400030	961	DESP c/CUSTEIO DE LAVOURA	111,00	0,00	0,00	111,00
4-9400032	963	DESP c/MANUTENCAO OBREIRO	6.542,55	0,00	0,00	6.542,55
4-9400033	964	MEDIC e MATS HOSPITALARES	0,00	34,64	0,00	34,64
4-9400034	965	DESP c/CONSTRUCAO	6.217,41	0,00	0,00	6.217,41
4-9400035	635	D O A C O E S	1.513,00	0,00	0,00	1.513,00
4-9400036	636	PIS s/FOLHA DE PAGTO	5.947,62	147,21	0,00	6.094,83
4-9400038	966	DESP c/MANUT DE ANIMAIS	21,00	0,00	0,00	21,00
4-9400040	640	HONORARIOS ADVOCATICIOS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4-9400041	641	TELEFONE	5.170,13	469,60	0,00	5.639,73
4-9400042	642	DESP C/GAZ DE COZINHA	307,00	0,00	0,00	307,00
4-9400045	971	MATERIAIS INFANTIS	2.752,69	0,00	0,00	2.752,69
4-9400046	649	DESP C/COMB E LUBRIFICANTES	13.101,51	1.518,20	0,00	14.619,71
4-9400048	648	DESP DIVERSAS	1.235,00	0,00	0,00	1.235,00
4-9400049	972	MANUT TRATORES e MAQUINAS	55,00	0,00	0,00	55,00
4-9400057	634	DESP C/AGUA	44,84	0,00	0,00	44,84
4-9400059	650	(-)RECUPERACAO DE DESPESAS	14.248,12 CR	0,00	902,67	15.150,79 CR
TOTALS			701.125,71	33.030,49	5.430,23	728.725,97
3-9400100		DESP c/INSTITUTO BIBLICO				
4-9400101	502	CONCERTOS e REPAROS	609,00	75,80	0,00	684,80
4-9400102	503	MATS DE USO e CONSUMO	2.209,57	150,00	0,00	2.359,57
4-9400104	505	DESP c/ALIMENTACAO	7.269,93	0,00	0,00	7.269,93
4-9400105	506	DESP c/MATERIAL DIDATICO	305,00	0,00	0,00	305,00
4-9400106	507	IMPRESSOS e MATS ESCRITORIO	588,47	0,00	0,00	588,47
4-9400108	509	DESP c/MANUTENCAO VEICULOS	3.288,50	0,00	0,00	3.288,50
4-9400109	510	SERV PREST p/ P J	1.593,00	0,00	0,00	1.593,00
4-9400110	511	FOTOCOPIAS e AUTENTICACOES	150,00	0,00	0,00	150,00

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
4-9400113	514	DESP c/MANUT ANIMAIS	72,60	0,00	0,00	72,60
4-9400114	515	DESP POSTAIS e TELEGRAFICAS	702,70	0,00	0,00	702,70
4-9400115	516	LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	440,00	0,00	0,00	440,00
4-9400117	518	VIAGENS E ESTADIAS	156,74	0,00	0,00	156,74
4-9400118	519	DESP C/GAZ DE COZINHA	2.322,00	0,00	0,00	2.322,00
4-9400120	521	DESP C/COMB E LUBRIFICANTES	4.185,02	400,93	0,00	4.585,95
4-9400121	522	DESP C/SALARIOS	6.790,81	2.229,00	0,00	9.019,81
4-9400122	523	DESP C/FGTS	672,83	285,13	0,00	957,96
4-9400123	524	DESP C/PIS S/FOPAG	55,97	33,55	0,00	89,52
4-9400124	525	DESP C/13o SALARIO	1.125,00	2.250,53	1.125,00	2.250,53
4-9400125	526	DESP C/ENERGIA	1.522,12	0,00	0,00	1.522,12
4-9400126	527	DESP C/TELEFONE	430,78	320,15	0,00	750,93
4-9400128	529	DESPESA MATERIAL DE LIMPEZA	107,10	0,00	0,00	107,10
TOTALS			34.597,14	5.745,09	1.125,00	39.217,23
3-9400200		DESP c/MANUT CAMPOS				
4-9400201	541	DESP DIVERSAS - AMAMBAl-MS	3.590,27	0,00	0,00	3.590,27
4-9400203	543	DESP c/MANUT DIVERSAS-CAARAP	10.111,72	438,81	0,00	10.550,53
4-9400204	544	DESP DIVERSAS - IGUAATEMI	1.316,68	798,51	0,00	2.115,19
4-9400207	545	DESP c/COMB LUBRIF-IGUAATEMI	2.225,95	700,00	0,00	2.925,95
4-9400208	546	DESP c/MANUT VEIC-IGUAATEMI	3.645,34	1.548,53	0,00	5.193,87
4-9400211	549	DESP DIVERSAS CAMPINOPOLIS	0,00	150,00	0,00	150,00
4-9400212	550	DESP C/COMB E LUBRIF-AMAMBAl	3.156,58	800,79	0,00	3.957,37
4-9400213	551	DESP c/MANUT VEICULO-AMAMBAl	3.761,40	0,00	0,00	3.761,40
4-9400215	553	ENERGIA ELETRICA-AMAMBAl	1.100,03	149,00	0,00	1.249,03
4-9400218	556	DESP C/COMB LUBRIF-CAARAPD	1.423,30	219,50	0,00	1.642,80
4-9400219	557	ENERGIA - ANTONIO JDAD	1.129,00	0,00	0,00	1.129,00
4-9400220	558	DESP C/SALARIOS	21.320,00	6.600,00	0,00	27.920,00
4-9400221	559	DESP C/FGTS	2.261,64	978,56	0,00	3.240,20
4-9400222	560	DESP C/PIS S/FOPAG	190,07	115,13	0,00	305,20
4-9400223	561	DESP C/13o SALARIO	3.687,50	7.400,00	3.687,50	7.400,00
4-9400224	562	DESP C/FERIAS	1.600,00	1.200,00	0,00	2.800,00
4-9400226	564	DESPESA ENERGIA CAARAPD	273,00	111,00	0,00	384,00
TOTALS			60.792,48	21.209,83	3.687,50	78.314,81
3-9400300		DESP c/MANUT PORTO LINDO				
4-9400305	575	DESP DIVERSAS	539,76	0,00	0,00	539,76
TOTALS			539,76	0,00	0,00	539,76
3-9400400		DESPESAS c/HOSPITAL GERAL				
4-9400401	801	DESP C/13o SALARIO	20.781,06	43.717,30	20.239,53	44.258,83
4-9400402	802	DESP C/FGTS	15.403,11	6.765,80	0,00	22.168,91
4-9400403	803	DESP C/ALIMENTACAO	21.427,03	1.813,63	0,00	23.240,66
4-9400404	804	DESP C/COMBUSTIVEL	9.851,18	1.339,12	0,00	11.190,30
4-9400405	805	DESP C/CONSTRUCAO	932,30	0,00	0,00	932,30
4-9400406	806	DESP C/CONSULTAS	536,00	0,00	0,00	536,00
4-9400407	807	DESP DIVERSAS	2.351,98	165,13	0,00	2.517,11
4-9400408	808	DESP C/ENERGIA	26.620,93	3.296,00	0,00	29.916,93
4-9400409	809	DESP C/FERIAS	10.008,48	4.180,77	0,00	14.189,25
4-9400410	810	DESP C/FRETES E CARRETOS	1.118,59	0,00	0,00	1.118,59
4-9400411	811	DESP C/GAS DE COZINHA	22.214,25	1.750,00	0,00	23.964,25
4-9400414	814	DESP C/MANUT DE EQUIPAMENTOS	2.735,85	0,00	0,00	2.735,85
4-9400416	816	DESP C/MANUT DE VEICULOS	5.295,12	0,00	0,00	5.295,12

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
4-9400417	817	DESP C/MAT DE ESCRITORIO	1.478,03	544,36	0,00	2.022,39
4-9400418	818	DESP C/MATS DE USO E CONSUMO	11.546,20	1.133,58	0,00	12.679,78
4-9400419	819	DESP C/MATS DE LIMPEZA	7.504,08	1.228,01	0,00	8.732,09
4-9400420	820	DESP C/MED E MAT HOSPITALARES	64.072,89	3.344,08	0,00	67.416,97
4-9400421	821	DESP C/PIS S/FOPAG	1.273,15	796,08	0,00	2.069,23
4-9400423	823	DESP C/SALARIOS	147.114,74	50.661,83	658,09	197.111,48
4-9400424	824	DESP C/SERV PRESTADOS PF	12.810,82	0,00	0,00	12.810,82
4-9400425	825	DESP C/SERV PRESTADOS PJ	10.638,78	986,00	0,00	11.624,78
4-9400426	826	DESP C/VALE TRANSPORTE	564,80	0,00	0,00	564,80
4-9400428	828	DESP C/CONCERTOS E REPAROS	19.056,00	626,00	0,00	19.682,00
4-9400429	829	DESP C/TELEFONE	2.164,79	190,07	0,00	2.354,86
4-9400430	830	DESP C/FOTOCOPIAS E AUTENTICACOES	1.390,05	0,00	0,00	1.390,05
4-9400431	881	DESP POSTAIS E TELEGRAFICAS	132,08	0,00	0,00	132,08
4-9400432	882	CURSOS DE FORMACAO DE PESSOAL	529,50	0,00	0,00	529,50
TOTALS			419.551,79	122.537,76	20.897,62	521.191,93
3-9400500	DESPESAS C/EDUCACAO					
4-9400501	831	DESP C/13o SALARIO	150,00	300,00	150,00	300,00
4-9400505	835	DESP C/ENERGIA	1.990,00	0,00	0,00	1.990,00
4-9400509	839	DESP C/SALARIOS	900,00	600,00	0,00	1.500,00
4-9400511	841	DESP C/SERV PRESTADO PJ	620,50	0,00	0,00	620,50
4-9400512	842	DESP C/PIS S/FOPAG	7,50	7,50	0,00	15,00
4-9400513	843	DESP S/FGTS	89,25	63,75	0,00	153,00
TOTALS			3.757,25	971,25	150,00	4.578,50
3-9400600	DESPESAS C/ASSISTENCIA SOCIAL					
4-9400602	902	DESP C/ALIMENTACAO	30,00	28,89	0,00	58,89
4-9400603	903	DESP C/DOACOES	19.829,52	2.767,19	0,00	22.596,71
4-9400607	907	DESP C/MATS DE USO E CONSUMO	50,00	0,00	0,00	50,00
4-9400610	910	DESP C/PASSAGENS	10,70	0,00	0,00	10,70
4-9400611	911	DESP C/MATERIAIS DE CONSTRUCAO	444,07	0,00	0,00	444,07
4-9400612	912	DESP C/CONCERTOS E REPAROS	1.195,00	156,24	0,00	1.351,24
4-9400613	913	DESPESAS DIVERSAS	260,00	0,00	0,00	260,00
4-9400615	915	DESP COMB LUBRIFICANTES	98,82	0,00	0,00	98,82
TOTALS			21.918,11	2.952,32	0,00	24.870,43
TOTALS DESPESAS GERAIS-MATRIZ			1.242.282,24	186.446,74	31.290,35	1.397.438,63
2-9401000	DESPESAS GERAIS - SAO PAULO					
4-9401001	1601	ENERGIA ELETRICA	479,19	69,28	0,00	548,47
4-9401003	1607	DESP c/MANUTENCAO VEICULOS	782,16	0,00	0,00	782,16
4-9401004	1611	DESP POSTAIS e TELEGRAFICAS	76,28	0,00	0,00	76,28
4-9401006	1612	F B T S	456,83	0,00	0,00	456,83
4-9401007	1613	FRETES e CARRETOS	1.795,26	0,00	0,00	1.795,26
4-9401008	1616	IMPRESSOS e MATS ESCRITORIO	19,50	0,00	0,00	19,50
4-9401011	1619	MATS DE USO e CONSUMO	160,00	0,00	0,00	160,00
4-9401020	1627	SERVS PRESTADOS p/ P F	624,00	0,00	0,00	624,00
4-9401023	1635	DESP DIVERSAS	250,00	0,00	0,00	250,00
4-9401024	1628	S E G U R O S	1.448,35	0,00	0,00	1.448,35
4-9401025	1649	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	2.575,52	129,00	0,00	2.704,52
4-9401026	1648	TELEFONE	1.313,94	226,61	0,00	1.540,55
4-9401029	1633	DESP C/AGUA	175,02	22,97	0,00	197,99

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
TOTAIS DESPESAS GERAIS - SAO PAULO			10.156,05	447,86	0,00	10.603,91
2-9410000		DESP FINANCEIRAS-MATRIZ				
4-9410000	651	JUROS DE MORA	81,44	0,00	0,00	81,44
4-9410001	652	I D F	3,78	0,00	0,00	3,78
4-9410002	653	JUROS E COMISSOES BANCARIAS	5,48	0,00	0,00	5,48
4-9410003	654	MULTAS DE MORA	1,39	0,00	0,00	1,39
4-9410004	655	DESP.BANCARIAS	1.302,00	112,13	0,00	1.414,13
4-9410006	657	C P M F	251,44	23,24	0,00	274,68
TOTAIS DESP FINANCEIRAS-MATRIZ			1.645,53	135,37	0,00	1.780,90
2-9411000		DESP FINANCEIRAS-SAO PAULO				
4-9411001	1655	DESP BANCARIAS	126,69	15,00	0,00	141,69
4-9411002	1657	C P M F	20,75	1,47	0,00	22,22
4-9411005	1651	JUROS DE MORA	4,70	0,00	0,00	4,70
4-9411006	1654	MULTAS DE MORA	28,72	0,00	0,00	28,72
TOTAIS DESP FINANCEIRAS-SAO PAULO			180,86	16,47	0,00	197,33
2-9420000		DESP TRIBUTARIAS-MATRIZ				
4-9420001	672	TAXAS DIVERSAS	26,00	9,00	0,00	35,00
4-9420007	684	I. T. R.	380,00	0,00	0,00	380,00
4-9420008	676	IRF s/APLIC FINANCEIRAS	6,08	0,00	0,00	6,08
4-9420009	677	IDF s/APLIC FINANCEIRAS	5,03	0,00	0,00	5,03
4-9420010	678	CONTRIBUICAO SINDICAL RURAL	412,82	0,00	0,00	412,82
TOTAIS DESP TRIBUTARIAS-MATRIZ			829,93	9,00	0,00	838,93
2-9422000		DESP INDEDUTIVEIS-SAO PAULO				
4-9422001	1872	MULTAS FISCAIS	127,69	0,00	0,00	127,69
TOTAIS DESP INDEDUTIVEIS-SAO PAULO			127,69	0,00	0,00	127,69
TOTAIS DESPESAS ADMINISTRATIVAS			1.255.222,30	187.055,44	31.290,35	1.410.987,39
TOTAIS DESPESAS DIVERSAS			1.255.222,30	187.055,44	31.290,35	1.410.987,39
H-RECEITAS NAO OPERACIONAIS						
1-9500000		RECEITAS NAO OPERACIONAIS				
2-9500000		RECEITAS FINANCEIRAS-MATRIZ				
4-9500000	724	DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	0,00	7,46	7,46 CR
4-9500001	721	RENDAS S/APLIC.FINANCEIRAS	47.491,67 CR	0,00	180,89	47.672,56 CR
TOTAIS RECEITAS FINANCEIRAS-MATRIZ			47.491,67 CR	0,00	188,35	47.680,02 CR
2-9510000		RECEITAS DIVERSAS - MATRIZ				
4-9510001	741	GANHO NA VENDA DE BENS	17.798,18 CR	0,00	0,00	17.798,18 CR
TOTAIS RECEITAS DIVERSAS - MATRIZ			17.798,18 CR	0,00	0,00	17.798,18 CR
TOTAIS RECEITAS NAO OPERACIONAIS			65.289,85 CR	0,00	188,35	65.478,20 CR
TOTAIS RECEITAS NAO OPERACIONAIS			65.289,85 CR	0,00	188,35	65.478,20 CR

88BH

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 Posto Indigena - Chacara dos Caiuas,
 BALANCETE DE VERIFICACAO - 12/2005

CNPJ:03.747.268/0001-80
 DOURADOS - MS - MS
 - CODIGOS: 1000000 A 9999999

FL. 12

PG. 12

CODIGO	C.RED.	NOMENCLATURA	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO ATUAL
I-DESPESAS NAO OPERACIONAIS						
1-9600000		DESPESAS NAO OPERACIONAIS				
2-9600000		DESPESAS NAO OPERACIONAIS				
4-9600001	762	PERDAS DIVERSAS	0,00	140,80	0,00	140,80
		TOTAIS DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	140,80	0,00	140,80
2-9600100		DESP NAO OPERACIONAIS - S P				
4-9600101	1761	PERDAS	0,00	23,00	0,00	23,00
		TOTAIS DESP NAO OPERACIONAIS - S P	0,00	23,00	0,00	23,00
		TOTAIS DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	163,80	0,00	163,80
		TOTAIS DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	163,80	0,00	163,80
J-RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA						
1-9700000		ENCARGOS DO PERIODO				
2-9700000		ENCARGOS DO PERIODO - Matriz				
4-9700001	782	DEPRECIACOES	27.452,57	2.199,96	0,00	29.652,53
		TOTAIS ENCARGOS DO PERIODO - Matriz	27.452,57	2.199,96	0,00	29.652,53
2-9700100		ENCARGOS DO PERIODO - filial				
4-9700101	1782	DEPRECIACOES	1.565,64	15,63	0,00	1.581,27
		TOTAIS ENCARGOS DO PERIODO - filial	1.565,64	15,63	0,00	1.581,27
		TOTAIS ENCARGOS DO PERIODO	29.018,21	2.215,59	0,00	31.233,80
		TOTAIS RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	29.018,21	2.215,59	0,00	31.233,80
		TOTAIS CONTAS DE RESULTADO	3.318,18 CR	189.434,83	189.400,20	3.283,55 CR

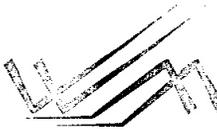


Marques Barbosa
Contadores Associados

Campo Grande (MS), 12 de janeiro de 2006.

Ilmo. Sr.
Rev. Benjamim Benedito Rodrigues
DD Diretor da Missão Evangélica Caiuá
Dourados – MS

Entidade Auditada:	Missão Evangélica Caiuá
Período auditado:	Outubro e Novembro de 2005
Mod. de Auditoria:	Acompanhamento mensal e Adequação da documentação e procedimentos contábeis (NBCT 10 do CFC).
Coordenador Geral:	Demétrius do Lago Pareja
Empresa Responsável:	Escritório Pena Fiel Dourados – MS
Auditores Independentes:	Wilson Marques Barbosa Contador CRC/MS 614 Auditor CVM 5857/00 Wilson M. Barbosa Filho Contador CRC/MS 2941



Marques Barbosa
Contadores Associados

Campo Grande (MS), 12 de janeiro de 2006.

Ilmo. Sr.
Rev. Benjamim Benedito Rodrigues
DD Diretor da Missão Evangélica Caiuá
Dourados – MS

Entidade Auditada:	Missão Evangélica Caiuá
Período auditado:	Outubro e Novembro de 2005
Mod. de Auditoria:	Acompanhamento mensal e Adequação da documentação e procedimentos contábeis (NBCT 10 do CFC).
Coordenador Geral:	Demétrius do Lago Pareja
Empresa Responsável:	Escritório Pena Fiel Dourados – MS
Auditor Independente:	Wilson Marques Barbosa Contador CRC/MS 614 Auditor CVM 5857/00 Wilson M. Barbosa Filho Contador CRC/MS 2941

Senhor Diretor:

É-nos nos devido nesta oportunidade, encaminhar os trabalhos de Auditoria Externa Independente, referente aos meses de Outubro e Novembro do ano de 2005, concluídos nesta data, apresentados em forma de relatórios confidenciais.

As inconsistências detectadas neste bimestre apresentam-se de maneira irrelevante e por isto mesmo, em procura da perfeição, faz-se necessário que o Setor Contábil da Missão Evangélica Caiá, procure elimina-las de vez, o que acreditamos poderá ser feito dentro de curto prazo, proporcionando condições a este Auditor, todas as condições de concluir seus trabalhos especializados de 2005, praticamente sem nenhuma indicação quando for verificar o mês de Dezembro do ano passado.



Wilson Marques Barbosa
Contador CRC/MS 614
Auditor CVM 5857/00

OUTUBRO/2005

MATRIZ

Bco. Bradesco S/A - c/c 37639-6

- Relação de Depósitos sem identificação dos doadores (Depositantes):

05/10 rec. nro. 016995	R\$ 20,00
05/10 rec. nro. 016996	R\$ 122,00
05/10 rec. nro. 016997	R\$ 23,00
07/10 rec. nro. 016999	R\$ 15,00
17/10 rec. nro. 017036	R\$ 89,00
14/10 rec. nro. 017034	R\$ 100,00
20/10 rec. nro. 017040	R\$ 81,00
31/10 rec. nro. 017066	R\$ 177,00

- 13/10 Depósito no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) não contabilizado.

Bco. Bradesco S/A (SP) - c/c 218355-2

- Relação de Recibos sem identificação dos doadores (depositantes):

03/10 rec. nro. 3982	R\$ 500,00
10/10 rec. nro. 3984	R\$ 50,00
24/10 rec. nro. 3986	R\$ 30,00
25/10 rec. nro. 3987	R\$ 16,26
28/10 rec. nro. 3988	R\$ 66,00
31/14 rec. nro. 3989	R\$ 30,00

Bco. do Brasil S/A - c/c 10165-6

- Relação de Recibos sem identificação dos doadores (depositante):

03/10 rec. nro. 016986	R\$ 320,00
04/10 rec. nro. 016987	R\$ 226,00
07/10 rec. nro. 016991	R\$ 860,00
07/10 rec. nro. 016992	R\$ 130,00
24/10 rec. nro. 017026	R\$ 50,00
24/10 rec. nro. 017027	R\$ 100,00



Wilson Marques Barbosa
Contador CRC/MS 614
Auditor CVM 585700

27/10 rec. nro. 017029 R\$ 500,00

- Depósito no valor de R\$ 200,07 (duzentos reais e sete centavos) não contabilizado.

- Fatura da Enersul no valor de R\$ 1.462,00, contabilizado na conta supra citada, mas não lançado sem crédito no extrato bancário. (verificar)

- Relação de recibos de pagamento de salário, competência 10/10, sem a data do pagamento ao funcionário:

31/10 Felisbino Jesus Marques	R\$ 1.335,00
31/10 Gerson Troquez	R\$ 1.309,35

Bco do Brasil S/A c/c 29365-2

- Relação de recibos sem identificação do doador (depositante):

05/10 rec. nro. 017049	R\$ 110,00
07/10 rec. nro. 017051	R\$ 320,00
25/10 rec. nro. 017055	R\$ 30,00

Bco do BRASIL S/A - c/c 7332-6

- Relação de recibos sem identificação do doador (depositante):

26/10 rec. nro. 017058	R\$ 250,00
------------------------	------------

NOVEMBRO/2005

MATRIZ

Bco. Bradesco S/A - c/c 37639-6

- Relação de Depósitos sem identificação dos doadores (Depositantes):

14/11 rec. nro. 017095	R\$ 100,00
21/11 rec. nro. 017127	R\$ 90,00



Wilson Marques Barbosa
Contador CRCMS 614
Auditor CVM 6857/00

23/11 rec. nro. 017130	R\$	15,00
28/11 rec. nro. 017135	R\$	72,00
30/11 rec. nro. 017136	R\$	93,00

Bco. Bradesco S/A (SP) - c/c 218355-2

- Relação de Recibos sem identificação dos doadores (depositantes):

01/11 rec. nro. 3990	R\$	70,00
03/11 rec. nro. 3991	R\$	35,00
03/11 rec. nro. 3992	R\$	443,00
09/11 rec. nro. 3993	R\$	150,11
17/11 rec. nro. 3994	R\$	50,00
17/11 rec. nro. 3995	R\$	50,00
17/11 rec. nro. 3996	R\$	750,00
21/11 rec. nro. 3997	R\$	118,00
21/11 rec. nro. 3998	R\$	80,00
30/11 rec. nro. 3999	R\$	100,00

Bco. do Brasil S/A - c/c 10165-6

- Relação de Recibos sem identificação dos doadores (depositante):

04/11 rec. nro. 017072	R\$	100,00
07/11 rec. nro. 017078	R\$	130,00
22/11 rec. nro. 017123	R\$	100,00
30/11 rec. nro. 017146	R\$	98,00

- Cheque nro. 341161 no valor de R\$ 3.687,50 para pagamento de diversos recibos de pagamento de salário, competência nov/2005, onde o recibo em nome do funcionário Ezequiel Pereira Lescano encontra-se sem o depósito bancário ou sem assinatura da data do pagamento (18/11/05).

Bco do Br S/A c/c 29365-2

- Relação de recibos sem identificação do doador (depositante):

05/10 rec. nro. 017049	R\$	110,00
07/10 rec. nro. 017051	R\$	320,00
25/10 rec. nro. 017055	R\$	30,00



Wilson Marques Barbosa
Contador CRC/MS 614
Auditor CVM 5857/00



Marques Barbosa
Contadores Associados

Bco do Brasil S/A - c/c 7332-6

- Relação de recibos sem identificação do doador (depositante):

07/11 rec. nro. 017115	R\$ 30,00
09/11 rec. nro. 017116	R\$ 180,00
16/11 rec. nro. 017117	R\$ 100,00
17/11 rec. nro. 017118	R\$ 186,10
20/11 rec. nro. 017132	R\$ 30,00

- 18/11 Recibo de Pagamento de Salário (1ª par. 13º sal.) no valor de R\$ 112,50 em favor de Eliete de Souza Silva, sem data do pagamento.

CONVÊNIO 1333/MS

Bco do Brasil S/A - c/c 6338-6

- Relação de Recibos de Pagamento de Salário competência nov/2005 (cheque nro. 851327 no valor de R\$ 1.913,75) sem data do pagamento:

30/06 Jose Rodrigues do Nascimento	R\$ 33,34
30/06 Cleonice Duarte	R\$ 16,67


Wilson Marques Barbosa
Contador CRC/MS 614
Auditor CVM 585760



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Auditamos neste bimestre, setenta por cento das contas dos Balancetes recebidos. Acreditamos que o ESCRITÓRIO PENA FIEL, esmerou-se sobre maneira, no sentido de atender praticamente a quase todos os quesitos indicados em relatórios anteriores.

As conclusões que se chega é que o trabalho contábil, apresenta-se como BOM, encaminhando em passos largos para MUITO BOM e por isto, transmitimos nossos agradecimentos àqueles Contabilistas, que com dedicação e zelo vem demonstrando suas aptidões e profissionalismo nas vastas e difíceis áreas das Ciências Contábeis.

Como está faltando somente o mês de Dezembro passado, estamos cientificando-lhes que iremos fazê-lo juntamente como BALANÇO PATRIMONIAL do ano de 2005, vez que as peças do Balancete ainda não recebido são documentos primordiais do Balanço encerrado sob a responsabilidade do departamento Contábil da MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ.

De nossa parte, estamos norteados no sentido de proporcionar orientações a entidade contratante, resguardando da mesma, aquilo que diz respeito ao trabalho do Auditor Independente signatário.

Atenciosamente

Wilson Marques Barbosa
Contador CRC/MS 614

Wilson Marques Barbosa
Contador CRC/MS 614
Auditor CVM 5857/00

ANEXOS

1. Relatório de Avaliação Anual da FUNASA.....	66
2. Relatório Anual da Diretoria de Campo.....	71
3. Relatório Instituto Bíblico Rev. Felipe Landes.....	77
3.1 – Relatório de Educação – Escola Municipal Fco Meireles.	81
4. Relatório do Departamento de Saúde.....	86
5. Comissão Externa – Relatório Final.....	100
6. Mapa das Aldeias de MS.....	114

REPORTAGENS

DATA	TÍTULO	PAG
14/12/2005	População Indígena no País cresce 150%	115
30/01/2006	Missão Caiuá, socorro ao índio bem presente	116

1 - RELATORIO DE AVALIACAO ANUAL DA FUNASA

Como consideração inicial, faremos uma avaliação retrospectiva de nossa relação com a Fundação Nacional de Saúde (**FUNASA**), passando por situações ocorridas não só no decorrer deste ano que se encerrou, mas avaliando os convênios como um todo. Ao final apresentamos um relatório do perfil Funcional com o número de funcionários contratados em todos os convênios, inclusive o do Maranhão e uma tabela onde constam os valores que foram contratados em cada um de nossos convênios. (Outros dados de perfil epidemiológicos poderão ser obtidos junto à administração do DSEI/MS e nos colocamos à disposição para tal).

É necessário, para início dessa avaliação retrospectiva, que façamos menção de uma forma geral do Programa de Saúde Familiar Indígena (**PSFi**). Trata-se de um **sub-sistema do SUS** (Sistema Único de Saúde), criado com o fim de proporcionar à comunidade indígena o acesso ao Sistema como um todo, uma vez que esta comunidade, por suas características sócio culturais era excluída desse sistema. Assim, foi criado dentro da estrutura administrativa da Fundação Nacional de Saúde (**FUNASA**) o Departamento de Saúde Indígena (**DESAI**), que acabou recebendo na esfera federal, os recursos que antes eram repassados à Fundação Nacional do Índio (**FUNAI**), tirando assim, do Ministério da Justiça ao qual se vincula a FUNAI, a responsabilidade da saúde indígena e transferindo-a ao Ministério da Saúde onde se vincula FUNASA. Para execução desta responsabilidade o DESAI criou os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (**DSEI's**) que agrupam as diferentes comunidades indígenas, por características étnicas e por localização geográfica.

Em Mato Grosso do Sul, apesar de sermos o estado com o segundo maior número de indígenas no país foi criado apenas um DSEI que unificou dentro de suas fronteiras todas as etnias existentes no estado se tornando o maior DSEI do Brasil, com o maior número de indígenas (em outros estados como Rondônia, por exemplo, temos até 3 DSEI's). Estes DSEI's, para as execuções de suas atividade, convidaram Organizações não Governamentais (**ONG's**), que se conveniaram com a FUNASA , como a **Missão Evangélica Caiuá**, no ano de 1.999 acabou se tornando a única parceira do recém criado DSEI/MS (em Outros DSEI's como o de Maranhão 10 ONG's fazem parte das execuções).

Essa unidade (um DSEI para todo o MS e apenas uma ONG), apesar de parecer uma sobrecarga, ajudou em muito para que, no transcorrer do tempo o DSEI/MS se tornasse o melhor do Brasil com os principais avanços, tanto em termo de implantação como em termos de melhorias nos perfis epidemiológicos. A Missão Evangélica Caiuá, também se tornou referência principalmente quanto a sua parceria e co-gestão das ações propostas com o DSEI, bem com pela nossa transparência em termos de prestação de contas e eficácia administrativa. Isso culminou com o convite pelo diretor do DESAI, para que a Missão assumisse o PSFi na comunidade Maxacalis e também administrasse a Casa de Apoio ao Indígena (CASAI) de Governador Valadares em Minas Gerais e em São Luis no estado do Maranhão.

Iniciamos o ano de 2.005 executando dois convênios, o de nº **1333/ 2.004**, **no MS** que foi prorrogado até Junho de 2.006 e o de nº **1340/ 2.004 em MG** que foi prorrogado até de Agosto de 2006 e o de nº. **2667/2005** no Maranhão que teve início em janeiro de 2006. Tivemos um primeiro semestre com muitas dificuldades. Passamos por diversas auditorias, como a da CGU (Controladoria Geral da União) e CPI da Desnutrição, esta última desencadeada por uma série de mortes de crianças na comunidade indígena do estado. Em todas ficou comprovado que a entidade, em todos os momentos, cumpriu o papel a que se propos. Conforme estabelecido anteriormente com a FUNASA, em obediência à lei 8.666/93, a Missão Caiuá, não executa mais as ações administrativas e de suprimento de insumos como em anos anteriores a 2005, o que tem gerado muita tranquilidade para a nossa gestão. Dessa forma continuamos participando do programa através da contratação das equipes multiprofissionais, ficando a cargo das Coordenações Regionais (**CORES**) e as chefias dos DSEI's a responsabilidade direta das ações de fornecimento de insumos e de toda a logística para as execuções, isto obviamente gera as comparações que sempre nos favorecem.

Finalmente encerramos nosso relato, apresentando as tabelas com o Perfil Funcional dos Funcionários Contratados em Minas Gerais, Mato grosso do Sul e Maranhão, bem como a tabela que demonstra o volume de recursos repassados anualmente desde 2.000.

1)Perfil Funcional

No ano em tela, executamos as ações de nossos objetos de convênio com a seguinte configuração funcional:

1.1)Mato Grosso do Sul

FUNCIONÁRIOS 01/2006						
CONVÊNIO 1333/2004						
FUNCOES	PLANEJAMENTO					
	SAUDE	CASAI	ADM	TOTAL	CONTATADOS	A CONTRATAR
ACD	14			14	11	3
ADMINISTRATIVO	15		16	31	28	3
AIS	130			130	122	8
AISAN	40			40	37	3
ASSISTENTE SOCIAL	2			2	0	2
AUXILIAR ENFERMAGEM	47	17		64	56	8
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	20	9	2	31	22	9
COZINHEIRAS		5		5	3	2
DENTISTA	14			14	14	0
ENFEMEIOS	29			29	28	1
MEDICOS	22			22	21	1
MOTORISTA	30			30	16	14
NUTRICIONISTA	7			7	8	-1
SEC. EXECUTIVO			6	6	6	0
TECNICO INFORMATICA			2	2	1	1
COORD. ADMINISTRATIVO			3	3	3	0
COORDENADOR GERAL			1	1	1	0
COORD. DE MOB. SOC. E COM.			1	1	1	0
COORDENADOR TECNICO	1			1	1	0
EST. NIVEL SUPERIOR	10			10	0	10
ASSESSORIA JURIDICA			1	1	1	0
TOTAL	381	31	32	444	380	64

1.2) Maranhão

FUNCIONÁRIOS 01/2006						
CONVÊNIO 2667/2005						

<i>Função</i>	SAUDE	CASAI	Adm	Total	Contratados	A Contratar
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	12		1	13	0	13
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6	30		36	0	36
AUX. ENFERMAGEM		30		30	0	30
COORDENADOR TECNICO	8			8	2	6
COORD. ADMINISTRATIVO	6		1	7	0	7
ENFERMEIRO	1			1	0	1
GERENTE ADMINISTRATIVO			1	1	1	0
MEDICO	3			3	0	3
NUTRICIONISTA		1		1	0	1
TOTAL	36	61	3	100	3	97

1.3) Minas Gerais

FUNCIONÁRIOS 01/2006						
CONVÊNIO 1340/2004						
FUNCOES	SAUDE	CASAI	ADM	TOTAL	CONTATADOS	A CONTRATAR
ADMINISTRADOR			2	2	2	0
AGENTE ADMINISTRATIVO			12	12	10	2
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		3		3	3	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	9	16		25	23	2
AUX. ENFERMAGEM	8	18		26	25	1
BARQUEIRO	2			2	2	0
COODENADOR TECNICO			3	3	1	2
DENTISTA	1			1	1	0
MEDICO PARCIAL		1		1	1	0
MEDICO	4			4	4	0
MOTORISTA		10		10	10	0
NUTRICIONISTA		2		2	2	0
PORTEIRO		10		10	10	0
SEC. EXECUTIVO			4	4	4	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL		1		1	1	0
TOTAL	24	61	21	106	99	7

2)Tabela Demonstrativa dos Valores de Recursos Repassados em Convênio de 2.000 a 2.006.

Ano	Total MS (R\$)	Total MG (R\$)	Total MA (R\$)	Total Geral (R\$)
2.000	2.300.000,00	-	-	2.300.000,00
2.001	3.810.000,00	-	-	3.810.000,00
2.002	7.236.290,00	-	-	7.236.290,00
2.003	6.715.945,09	1.116.484,84	-	7.832.429,93
2.004 (até Mês 06)	2.170.423,07	495.892,42	-	2.666.315,49
2.004/2.005/2.006(atéMês 06)	17.189.399,83	4.046.395,34	-	21.235.795,17
2006			1.200.000,00	1.200.000,00
TOTAL	39.422.057,99	5.658.772,6	1.200.000,00	46.280.830,59

Dr. Demetrius Lago Pareja
Coordenador

2. Relatório da Direção de Campo Ref. Ano 2005.

“Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações...” (Mt 28.19).

I - COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO DE CAMPO 2005

A Direção de Campo, no ano 2005, foi constituída dos seguintes irmãos:

Diretor de Campo: Rev. Gerson Troquez;

Vice-Diretor de Campo: Rev. Benedito Troquez.

II - ESTRATEGIAS DE TRABALHO DESENVOLVIDAS

Procurou-se acompanhar cada campo e cada obreiro da Missão Evangélica Caiuá, através das seguintes formas:

- Presença nos campos, o que demandou várias viagens;
- Contato próximo com os líderes nos campos, ouvindo-os e auxiliando-os no que fosse possível;
- Contato pessoal com os obreiros, visitando-os nas suas residências;
- Reuniões dos obreiros do campo para tratar os assuntos necessários.
- Reuniões em que todos os obreiros da Missão Evangélica Caiuá foram convocados.
- Redação e envio de Circulares pastorais (03) para todos os obreiros;
 - Utilização do telefone como meio de comunicação importante, na impossibilidade da visita pessoal

III - ATIVIDADES REALIZADAS

3.1. – Visitas aos campos

Foram realizadas as seguintes visitas aos campos avançados, pelo Diretor de Campo:

1. Guasutý: 06;

2. Taquaperi: 06;
3. Amambai: 11;
4. Sassoró: 10;
5. Porto Lindo: 09;
6. Caarapó: 10;
7. Jarará: 05;
8. Jacaré: 07;
9. Campestre: 03;
10. Kokweí: 02;
11. Panambizinho: 09;

Também visitou as seguintes aldeias, que não possuem obreiros residentes ligados à Missão Evangélica Caiuá:

1. Lima Campo: 02;
2. Cerro Marangatu: 01;
3. Cerrito: 01;
4. Sucuri: 01;
5. Taquara: 01;
6. Limão Verde: 01.

Participou, também, em outras congregações no campo Dourados.

Visitas realizadas pelo Vice-Diretor de Campo, algumas com o Diretor junto:

1. Campestre: 11;
2. Porto Lindo: 04;
3. Sassoró: 07;
4. Kokweí: 10;
5. Jacaré: 04;
6. Jarará: 04;
7. Guasuty: 02;
8. Cerro Marangatu: 03;
9. Curral de Arame: 02;
10. Porto Cambira: 04;
11. Sucuri: 02;
12. Caarapó: 02;

- 13. Amambai: 02;
- 14. Taquaperi: 01.

3.2. Relatorias

Implantou-se o sistema de Pastor-Relator para todos os trabalhos da Missão Evangélica Caiuá, o que se constituiu em uma grande bênção para a Igreja. O Pastor-Relator tem a responsabilidade de ministrar a santa ceia para a Igreja, e, se possível, visitar os enfermos com a santa ceia nos lares.

O Diretor teve a responsabilidade da Relatoria dos campos: Congregação Ângelo Machado (Dourados), Campestre, Panambizinho e Porto Lindo (Também exerceu a função de Diretor do Instituto Bíblico Rev. Felipe Landes e professor de Doutrina naquela Instituição).

O Vice-Diretor ficou responsável pelas seguintes congregações em Dourados: Bororó, Farinha Seca, Peniel e Sardinha. Também pelos campos avançados de Sessoró e Kokweí.

Foram ministradas mais de 90 santas ceias, somadas do Diretor e Vice-Diretor.

Outros pastores ficaram responsáveis por outros trabalhos, pelos quais louvamos a Deus pela dedicação.

3.3. Sacramentos

O Rev. Gerson Troquez ministrou os seguintes recebimentos:

- Profissões de Fé: 05;
- Profissões de Fé e Batismos: 12;
- Batismos Infantis: 05.

O Rev. Benedito Troquez ministrou os seguintes sacramentos:

- Adultos: 16;
- Infantis: 17.

3.4. Programações

- Reuniões dos obreiros de Dourados, com café da manhã (03);
- Realizados 02 Encontros de todos os Obreiros ligados à Missão Evangélica Caiuá:
 - Época de Carnaval (05-08 de Fevereiro) no Instituto Bíblico;
 - 05 e 06 de Novembro em Acampamento da Igreja Presbiteriana Central de Dourados.
- Aulas de Cultura e Língua Caiuá – houve sistematicamente em Dourados, e foi determinado que houvesse nos outros campos;
- Reuniões de Liderança Local em Dourados – em média semanalmente (Rev. Beijamim Benedito Bernardes, Rev. Gerson Troquez e Rev. Benedito Troquez).
- O Diretor de Campo participou do “Curso de Atualização Indigenista”, oferecido pela FUNAI, em Dourados, de 13 a 18 de Junho. Neste ato representou a Missão Evangélica Caiuá.

IV – SOCIAL

Foram Distribuídos:

- Lonas: 73;
- Roupas (Rio, São Paulo, Depósito): 741;
- Fotos para documentos: 80;
- Sabão em pó: 32 pacotes;
- Cestas (Banco do Brasil, Rio de Janeiro e Depósito): 64.

IV – ANÁLISE

Podemos dizer como o salmista:

“Com efeito, grandes coisas fez o SENHOR por nós;
por isso, estamos alegres” (Sl 126.3).

A Direção de Campo reconhece o que está registrado em Romanos 11.36, como sendo realidade também em relação ao ano de 2005 no desempenho do trabalho da Missão Evangélica Caiuá, no Departamento Espiritual:

“Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas.

A ele, pois, a glória eternamente. Amém!”

A Direção de Campo reconhece, também, o trabalho feito por todos os obreiros da Missão Evangélica Caiuá, que se dedicaram em desenvolver o ministério que lhes foi confiado por Deus, não medindo esforços para levar adiante a obra missionária entre os indígenas de Mato Grosso do Sul.

A Deus nossa gratidão por ter chamado, sustentado e mantido firmes os servos dEle na Sua vontade, tanto os não-indígenas quanto os indígenas; tanto os de tempo integral, quanto os fazedores de tendas; tanto os que desempenham funções em Dourados, quanto os que estão nos campos avançados.

Que Deus seja sempre glorificado através de cada unidade e cada individualidade do quadro de servos fiéis ligados à Missão Evangélica Caiuá.

V – DIREÇÃO DE CAMPO – 2006

Diretor de Campo – Rev. Gerson Troquez;

Vice-Diretor de Campo – Pr. Gervásio Ferreira Lopes.

VI - PERSPECTIVAS

A Direção de Campo se propõe a, com a graça de Deus, em 2006, levar adiante as suas responsabilidades e atribuições, resumidas nas duas principais frentes de trabalho:

6.1. Assistência aos Obreiros – Com visitas aos campos, desenvolvendo-se contato pessoal com cada unidade de obreiros, reuniões locais e reuniões de

todos os obreiros ligados à Missão Evangélica Caiuá (01 em cada semestre, somando-se 02 no ano);

6.2. Expansão Missionária – Sendo verificadas a viabilidade e possibilidades, colocar obreiros residentes ou de curto prazo para alcance das aldeias que ainda não têm presença missionária com a preciosa mensagem de salvação em Cristo Jesus.

Que Deus tenha misericórdia de todos nós e nos abençoe.

Em Cristo, o Senhor da seara,

Pr. Gerson Troquez
Diretor de Campo

3. Relatório do Diretor do Instituto Bíblico Rev. Felipe Landes **Ano 2005.**

*“Como, porém, invocarão aquele em quem não creram?
E como crerão naquele de quem nada ouviram?
E como ouvirão, se não há quem pregue?”
(Rm 10.14).*

Prezados irmãos em Cristo, graça e paz.

O versículo acima é lema neste Instituto, o qual tem procurado desempenhar seu papel de preparar obreiros para que mais irmãos possam pregar com melhor conhecimento das Escrituras Sagradas, e muitos venham a crer na preciosa mensagem de salvação em Cristo Jesus.

O ano de 2005 foi coroado com muitas bênçãos da parte do Senhor Deus, que é o Sustentador de todas as coisas.

LIDERANÇA DO INSTITUTO EM 2005:

Esta Casa de Profetas teve, neste ano, a liderança no sistema de **Conselho Diretor**, que foi formado pelos seguintes irmãos:

- **Diretor**: Rev. Gerson Troquez;
- **Coordenador do Curso**: Rev. Antônio Luis Mattoso;
- **Supervisora de Ensino**: I. Maria Goretti Mattoso;
- **Secretária e Tesoureira**: I. Meire Oliveira Sales;
- **Rep. dos professores**: I. Lúcia Camilo Navarro;
- **Rep. dos alunos**: I. Jayson de Souza Moraes.

Houve, em média, uma reunião por mês do Conselho Diretor, nas quais todos os assuntos relacionados ao Instituto Bíblico foram tratados no sistema presbiteriano de governo, e, graças a Deus, podemos nos alegrar em dizer, com

espírito de harmonia e respeito uns pelos outros. O que se procurou em todo tempo e em todos os assuntos e decisões foi a glória de Deus.

Presou-se por respeitar as normas instituídas no Estatuto e Regimento Interno, bem como, principalmente, obedecer aos princípios da Palavra de Deus.

CORPO DOCENTE E MATÉRIAS MINISTRADAS

Pudemos contar com um Corpo Docente que se dedicou para repassar um ensino de qualidade aos alunos. Os irmãos professores e as matérias ministradas em 2005 foram os seguintes:

1. Rev. Antônio Luis Mattoso:
 - a. História da Igreja (1º e 2º Semestres);
 - b. Missões (2º Semestre);
 - c. Evangelismo e Discipulado (1º Semestre);
 - d. Prática de Evangelismo (2º Semestre).
2. Rev. Gerson Troquez:
 - a. Doutrina (1º e 2º Semestres);
3. Rev. Gordon S. Trew:
 - a. Homilética (1º Semestre);
 - b. Prática de Sermões (2º Semestre);
 - c. Levítico e Hebreus (2º Semestre).
4. Lúcia Navarro Toledo Camilo:
 - a. Práticas Manuais (1º Semestre).
5. José Carlos Zambaldi:
 - a. Práticas Manuais (1º Semestre).
6. Júlia Sayão:
 - a. Música (1º semestre e parte do 2º).
7. Maria Goretti da Silva Mattoso:
 - a. Português (1º e 2º Semestres);
 - b. Educação Cristã (1º e 2º Semestres).

Foi possível, também, preparar juntamente com os alunos, e enviar para os ex-alunos nos campos, **histórias bíblicas** para serem usadas nos cultos e evangelismos.

O Instituto, através dos seus professores e alunos, participou ativamente durante todo o ano no **alcance missionário** na Aldeia Lima Campo, bem como proporcionou a participação dos mesmos em congregações nas aldeias de Dourados.

No período de Julho, época de férias, por três semanas os alunos estiveram em **estágio**, participando nos campos avançados. Atuaram na evangelização, através da realização de Escolas Bíblicas de Férias e visitação nas aldeias, bem como na edificação na igreja, através de pregações e estudos bíblicos e programações gerais.

MANUTENÇÃO

Todos os componentes do Instituto Bíblico louvam a Deus por prover as necessidades desta instituição de ensino utilizando-se, também, dos mantenedores. Registra-se gratidão a Deus pelo Ministério do Rio de Janeiro, bem como outras igrejas e irmãos que investem na formação dos obreiros indígenas na Missão Evangélica Caiuá.

FORMATURA

Realizada em 04 de Dezembro, foi um culto festivo de louvor a Deus pela conclusão do curso dos seguintes irmãos:

1. Jayson de Souza Moraes;
2. Sônia Aquino Cáceres;
3. Sevedeu Arce;
4. Marta Velásquez.

8. Marília Checco de Souza Troquez:
 - a. Saúde e Nutrição (2º Semestre).
9. Meire Oliveira Sales:
 - a. Panorama do Velho Testamento (1º Semestre);
 - b. Panorama do Novo Testamento (2º Semestre).
10. Oswaldo S. da Silva:
 - a. Vida Cristã (1º Semestre);
 - b. Seitas e Heresias (2º Semestre).

AUXILIARES

O Instituto contou, também, com o auxílio de duas irmãs que desempenharam seu trabalho com muito esmero:

1. Eliete de Souza da Silva – Auxiliar de Biblioteca e Responsável pelas crianças dos alunos enquanto estes estavam em aulas (missionária);
2. Júlia da Silva Bastos – Cozinheira.

ATIVIDADES REALIZADAS

Por ocasião da época de Carnaval (05 a 08 de fevereiro), houve o Encontro de Ex-Alunos nas dependências do Instituto Bíblico, conduzido pelo Conselho Diretor. Foi um período muito abençoado da parte de Deus para todos os encontristas.

Este Instituto foi representado pelos seus líderes nas consultas sobre Educação Teológica Indígena, que ocorreram no Instituto Bíblico Cades Barnéia, no Município de Anastácio – MS. Estes eventos foram coordenados pela AMTB (Associação de Missões Transculturais do Brasil), e ocorreram em 24 de janeiro e 01 de Abril. Também houve a participação dos dois pastores da liderança no Encontro da AMTB em Anápolis – GO, de 18 a 22 de Julho.

Que Deus abençoe os formados nos seus campos ministeriais, é a nossa oração.

Rogamos as bênçãos de Deus para os irmãos que têm a responsabilidade de continuar este tão importante ministério, em 2006, tendo à frente como diretor o irmão Jayson de Souza Moraes.

Em Cristo, nosso Mestre por Excelência,

Rev. Gerson Troquez
Diretor em 2005

3.1 - Relatório Anual da Escola Municipal Francisco Meireles Referente ao Ano de 2005

I. Quantitativo

1. Corpo Administrativo = 15 funcionários

Diretor (professor na função de diretor)	01
Secretário	01
Auxiliar de Secretário	01
Bibliotecária	01
Merendeira	02
Auxiliar de merendeira	03
Zelador	01
Total	15

2. Corpo Docente = 35 Professores

Na direção	01
Na Coordenação	03
Em Sala de Aula	32
Total	36

3. Corpo Discente= 877 Alunos

Pré-Escolar	75
1ª à 4ª séries	436
5ª à 8ª séries	366
Total	877

II. Produtividade – 1ª à 8ª série

Matrícula Geral	830	
Transferidos	28	
Matrícula Real	802	
Aprovados	556	67%
Reprovados	217	26%
Desistentes	29	4%
Transferidos	28	3%
Total	830	

Destacamos os seguintes dados:

Do total dos professores = 36

13 são concursados (efetivos)

23 são convocados (temporários)

Dentre desse total:

10 são indígenas

26 são não- indígenas

12 são evangélico missionários

16 são evangélicos

08 são não- evangélicos

Dos 830 alunos de 1ª a 8ª série

Aprovados	556	-	67%
Reprovados	217	-	26%
Desistente	29	-	4%
Transferido	<u>28</u>	-	3%
Total			830

Das dificuldades

- 1) Problemas com alunos usuários de drogas (álcool, fumo e maconha) que levaram a brigas, "matação de aula", sedução de colegas ao consumo dessas drogas.
- 2) Problema em geral com alunos indisciplinados com matança de aulas. O espaço é muito aberto, sem muitos limites o que facilita a evasão das salas.
- 3) Espaço Físico inadequado
 - a. Salas de alvenaria forradas com eternite são muito quentes;
 - b. Os banheiros são insuficientes. Necessitam de reformas ou construir outros. Os banheiros do prédio velho são muito antigos e inadequados para o uso;
 - c. As salas do prédio estão em péssimas condições de uso.

Ações da escola

Em relação a indisciplina, matança de aulas e uso de drogas:

- Reunião com os setores da secretária Municipal de Educação (SEMED);
- Reuniões com os alunos para orientação e debate;
- Reunião com os pais e lideranças da Aldeia;
- Reuniões com o Conselho Tutelar na escola;
- Realização do culto semanal com os alunos com orientação para uma vida de comunhão com Deus;
- Realização de dois acampamentos com os alunos com atividades devocionais e recreativas;
- Realização de um Projeto Pedagógico de Orientação aos alunos no sentido dizer não às drogas. Este projeto só foi iniciado com elaboração de cartazes e reuniões para debates com os alunos;

- Em relação a melhorias no prédio a APM fez:

1) Campanha do cimento para terminar a calçada do pátio interno do prédio novo;

2) Campanha do Lixo Reciclável com os alunos para arrecadar verbas para auxiliar na construção de banheiro novo e um bebedouro. Foram arrecadados R\$ 725,00 (setecentos e vinte cinco reais).

Destacamos ainda que na reunião com os pais, lideranças, professores, direção e coordenação da escola, realizada em 27/08/2005, os pais presentes solicitaram que a escola seja cercada para minimizar os problemas evitando a evasão dos alunos das salas e a circulação de pessoas estranhas no prédio da escola.

Necessidades – Projetos

- 1) Reforma ou construção de novos banheiros;
- 2) Reforma ou construção de novas salas;
- 3) Construção de uma sala para laboratório de informática (A prefeitura comprará os computadores ainda nesse 1º semestre de 2006 para esse fim);
- 4) Construção ou reforma da sala de vídeo;

- 5) Construção e instalação de bebedouro;
- 6) Construção de uma cerca ao redor da escola.

OBS.: Nesse ano de 2006 o número de matriculados aumentou muito - 221 alunos. Um aumento de 27% perfazendo um total de 1013.

Rev. Cícero Joaquim Gripp
Diretor

4. Relatório do Departamento de Saúde da Missão Evangélica Caiuá **Exercício 2005.**

O Departamento de Saúde da Missão Evangélica Caiuá iniciou suas atividades em 03 de março de 1963 com capacidade para 50 leitos hospitalares. Em 1980 foi inaugurada a ala para tratamento específico de tuberculose, com mais 50 leitos específicos para esta patologia. Com as mudanças propostas pelo Ministério da Saúde, o tratamento de tuberculose passou a ser realizado em domicílio levando à desativação da unidade.

Em 1999 a FUNASA assume a saúde indígena e inicia um processo intenso de notificação de agravos, levando assim, a identificação em grande escala de crianças com severo estado nutricional. Diante desta constatação elaborou-se um projeto para reativação da ala outrora destinada à tuberculose, adaptando-a ao atendimento específico de crianças com desnutrição calórico-proteica, passando a ser denominado Centro de Recuperação Nutricional Infantil, com capacidade para atendimento de 50 crianças.

Nos primeiros anos, foram ocupados todos os leitos do Centro, e havia considerável índice de reinternações, aproximadamente 60% das crianças. Em 2004 a média de permanência das crianças foi de 150 dias e a re-internação baixou para 15%.

Iniciamos 2005 com 38 crianças internadas no centrinho e em 14 de janeiro foi a público a reportagem sobre a criança Geria da Silva, com desnutrição severa, internada nesta unidade. O desenrolar deste caso foi extremamente desgastante para a equipe de saúde, dando margem às mais diferentes interpretações sobre as ações de saúde desenvolvidas entre os indígenas.

O resultado das denúncias de desnutrição foi a intensificação das ações de saúde na aldeia, reduzindo assim o número de internações de crianças provenientes da aldeia de Dourados. Em dezembro fechamos com 23 crianças internadas, sendo somente 3 desta aldeia e as demais de outras reservas no interior do estado.

Esta inversão de demanda é um dos fatores que nos preocupam para a manutenção do atendimento no Departamento de Saúde, visto que a Secretaria Municipal de Saúde não se sente responsável pelos pacientes provenientes de outras localidades, e tem deixado evidente o descontentamento ao ter que assumi-los. O reflexo desta reação pode vir a ser uma redução na aceitação das AIH geradas neste setor.

Outro fato a ser conhecido, está relacionado a um levantamento que realizamos em julho deste ano, atendendo ao chamamento público proposto pela Secretaria de Saúde, onde nos surpreendemos com significativa redução dos leitos hospitalares

destinados ao nosso estabelecimento assistencial de saúde, que passou de 100 para 76 leitos credenciados no Sistema. Ao questionarmos o porque desta diminuição, fomos informados que este processo se deu nos últimos 5 anos, gradativamente, e que fora baseado nas médias de internações dos anos anteriores, que, segundo a análise realizada pelo Ministério da Saúde, não justificariam a manutenção da demanda original.

Esta análise em parte é real e justificável, visto que nosso potencial de atendimento médico sempre foi restrito, e as exigências são cada vez maiores.

Vale ressaltar que muitos dos nossos "problemas" não se diferenciam das demais instituições. Em nosso caso, o que agrava ainda mais, é o fato de nosso atendimento ser exclusivo ao Convênio SUS, não restando alternativas de outras fontes complementares. O fato é que estamos passando por um período de políticas de "afunilamento" das instituições filantrópicas, em detrimento do fortalecimento dos estabelecimentos públicos de saúde. Assim, a tendência é para o redirecionamento dos investimentos outrora destinados aos demais estabelecimentos, passando-os para a esfera pública.

Acreditamos que seja o momento de repensarmos nossas ações de saúde quanto à viabilidade dos moldes atuais e as perspectivas futuras da saúde como reflexo das políticas públicas.

Um exemplo atual que está em tramitação em âmbito nacional, é o programa denominado Contratualização do SUS proposto pelo Ministério da Saúde a todos os hospitais filantrópicos. Este processo se caracteriza pela adesão voluntária dos estabelecimentos de saúde a um método de repasse orçamentário fixo, pautado na produtividade da unidade de internação no período pré fixado de janeiro a agosto de 2005, sendo compilados todos os canais atuais de recebimento a um valor pré-estabelecido, conforme planilha de estudo apresentada pelos proponentes (Anexo 1).

Dentro desta perspectiva, entende-se que não haveriam recursos "extras" (IAP, INTEGRASUS...), ficando o faturamento do Hospital restrito ao valor proposto pela contratualização (R\$ 56.995,04/mês), sendo que nossas despesas totais, no momento estão, em média, R\$ 82.000,00 (Anexo 2). Também há de se considerar que, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, não está havendo consenso quanto à aceitação desta proposta, pois segundo a Secretaria de Saúde, este caminho iria desvirtuar as características de "gestão plena da saúde" em nosso Município.

Ainda avaliando a atual situação financeira do Hospital, no ano de 2005 estivemos empenhados em reduzir os custos deste Departamento, e, para isto, trabalhamos na conscientização da equipe quanto aos gastos diários (energia, luz, produtos de

limpeza...); procuramos otimizar nossos recursos para a alimentação e enxoval hospitalar (através de campanhas), contatamos novos fornecedores e tivemos alguns resultados positivos no entanto, nossa maior despesa está relacionada à folha de pagamento que, somados todos os encargos e possíveis multas contratuais, registra-se R\$ 60.979,58. Este expressivo aumento está relacionado à admissão de 2 auxiliares de cozinha e 2 auxiliares de enfermagem para cobertura das 5 vagas que anteriormente eram ocupadas por profissionais da FUNASA, cedidos a este Departamento. Também foram contratados: 1 médico plantonista para cobertura de dois plantões semanais, 2 vigias noturnos e 2 funcionárias para operar a lavanderia nova e 1 para cobertura de licenças do pessoal da limpeza.

Todas estas contratações trouxeram expressiva melhora na qualidade de atendimento, mas tomaram nossa folha de pagamento consideravelmente onerosa, não permitindo que façamos maiores investimentos no setor, e também nos deixando com uma margem de segurança financeira frágil, diante das possíveis mudanças que se apresentam, inclusive dentro da própria FUNASA, que não assegura a continuidade do valor repassado através do IAPI (R\$ 60.000,00).

Assim, proponho a esta Assembléia, uma análise minuciosa desta situação, visto que os tempos sinalizam mudanças preocupantes, que poderão afetar diretamente à continuidade da assistência médica prestada pelo nosso Hospital à comunidade indígena. Assim, temos que nos antepor aos fatos e diante de Deus, apontarmos direções a serem tomadas por este Departamento, caso as mudanças em questão venham a se concretizar.

Quanto às ações realizadas em 2005, traçamos um cronograma visando atender as necessidades do Departamento de Saúde, tomando como direcionamento as carências estruturais, humanas e espirituais. Dentro destes parâmetros, podemos desenvolver os seguintes projetos:

ESTRUTURAIIS

- Pintura do Hospital geral;
- Reforma do necrotério;
- Reforma e pintura de uma das casas destinadas aos médicos;
- Construção da área destinada ao lixo hospitalar no Centro de Recuperação Nutricional;

- Adequação da área para tratamento de água no centrinho;
- Perfuração de um poço artesiano de 100 metros de profundidade (campanha desenvolvida com os irmãos da Operação Blessing, aproximadamente R\$ 15.000,00) ;
- Instalação de um sistema de tratamento de água à base de sal de cozinha (doação através de um projeto em parceria com a SANESUL – R\$ 3.000,00);
- Aumento no incentivo de atendimento aos povos indígenas de R\$ 15.000,00 para R\$ 60.000,00 mensais (acordo realizado entre representantes da Missão e FUNASA);
- Apresentação dos documentos e exigências da Secretaria Municipal de Saúde ao chamamento público dos estabelecimentos assistenciais de saúde, para licitação dos serviços de saúde (em processo de avaliação);
- Aquisição de equipamentos para funcionamento da sala de fisioterapia;
- Elaboração dos manuais de normas e rotinas hospitalares, conforme exigência da vigilância sanitária;
- Ativação do transporte de pacientes com ambulância;
- Compra de armários de aço para a central de materiais;
- Aquisição de móveis para equipar o quarto de plantonistas (beliche, colchões e geladeira);
- Aquisição de kit para atendimento de emergência (pediátrico e adulto);
- Realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Parcerias com igrejas, organizações cristãs e empresas para o fornecimento de alimentos, roupas e fraldas descartáveis, dentre outros itens.

RECURSOS HUMANOS

Profissionais que atuam no Hospital

2 médicos efetivos
 2 médicos prestadores de serviços
 2 enfermeiras (1 administrativo e 1 assistencial)
 32 auxiliares de enfermagem
 1 farmacêutico e bioquímico

1 auxiliar de farmácia
1 fisioterapeuta (voluntário)
1 capelã (voluntária)
1 faturista
3 secretários
12 serviços gerais
2 manutenção
2 motoristas
4 lavanderia
4 cozinheiras
4 auxiliares de cozinha
1 técnico de raio x
2 vigias
2 auxiliares agrícolas
2 costureiras (voluntárias)

- Conforme quadro acima, pode-se constatar que houve uma modificação no perfil de nossos colaboradores, passando todos a terem vínculo empregatício exclusivo com o Departamento de Saúde da Missão, dispensando os que estavam vinculados ao convênio Missão/Funasa. Esta alteração trouxe igualdade entre os colegas e maior interesse nas ações;
- São voluntários no Departamento: 1 fisioterapeuta (Esdras) , 1 capelã (Sônia), 2 costureiras (Lúcia e Edileuza);
- Foram redirecionados:
 - 1 secretário do escritório central foi direcionado para setor de notificação;
 - 1 auxiliar de depósito foi direcionada para arquivo;
 - 1 manutenção passou para vigia.

Para 2006 assumimos compromisso com os irmãos: Dr. Antônio Aurélio (clínico geral), Dra. Selma (pediatra). Todos farão parte do corpo clínico, sendo que: Dr. Franklin, Dra. Selma e Dr. Antônio estarão revezando entre plantões e ambulatório, e repartindo produtividade (R\$4.000,00 fixo + produtividade).

Temos ciência de que é um alto investimento, mas acreditamos que neste momento seja necessário para que o Hospital possa desenvolver suas ações e melhorar

o padrão de atendimento, justificando assim, a manutenção ou aumento do incentivo recebido da SAS.

Com esta finalidade, também fizemos um convite para o irmão Luiz Augusto Lopes, formado em administração de empresas, para que viesse e nos auxiliasse na revitalização de nossas atividades administrativas e de faturamento, tornando o sistema mais dinâmico e compatível com as exigências do Sistema Único de Saúde.

- Realizamos parceria com dois projetos da UNIGRAN nos cursos de Psicologia e Fisioterapia. Ambos resultaram em muitos benefícios para as crianças internadas no Centrinho e nos auxiliaram a suprir algumas carências destes profissionais. O projeto de fisioterapia envolve 4 acadêmicas que realizam atividades com as crianças 2 vezes por semana, e continuará em andamento em 2006. O de Psicologia foi realizado por 2 acadêmicas, uma delas indígenas, e já foi concluído com sucesso.
- Também a UEMS solicitou parceria para o programa de bolsa dos acadêmicos indígenas, sendo autorizado para 1 aluno de ciências biológicas que atuou no laboratório e 3 acadêmicos de enfermagem.

Mediante o êxito destes projetos, fomos procurados pela UNIGRAN para oferecermos campo de estágio aos acadêmicos de Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia e Farmácia. Orientamos que nos encaminhassem um projeto do desenvolvimento das atividades para verificarmos se há interesse na parceria. Caso esta Assembléia entenda a viabilidade, estaremos fazendo uma contraproposta de um convênio que contemple nossas necessidades enquanto estabelecimento de saúde, incluindo também a cobertura das despesas de cada acadêmico.

ESPIRITUAIS

Iniciamos o ano com grande preocupação quanto às atividades espirituais no Departamento de Saúde. Havia somente uma devocional diária do pessoal da limpeza dirigida pela missionária Gracinha. Os demais setores estavam sem nenhum acompanhamento de capelania. Assim, reunimos os missionários, e os desafiamos a retomar as atividades até que o Senhor provesse um outro capelão.

- Convidamos a irmã Sônia para assumir este ministério. Começamos com devocionais envolvendo os funcionários de todos os setores e plantões; em outubro iniciamos os

cultos com os pacientes nas sextas-feiras e no fim de dezembro a capela passou dedicar-se integralmente a dar assistência espiritual aos pacientes internados.

- Continuamos a distribuir Bíblias no consultório odontológico, sob responsabilidade do Dr. Antônio Saturnino.
- Estamos implantando um sistema de som para o hospital, com objetivo de tocar músicas e mensagens evangelísticas.
- Estaremos reservando uma sala para atendimento de capelania na área ambulatorial.

FINANCEIRO

Quanto ao balanço financeiro do Departamento de Saúde, fechamos o ano de 2005 com saldo positivo. De 15/01/2006 a 25/01/2006 - saldo de Investimento RDB PRÉ FIXADO SEM R R\$ R\$ 101.344,64.

- com aplicação no Banco do Brasil de.
- Inserção na Ação Ordinária de Cobrança movida contra a União Federal, referente ao pagamento efetuado a menor no mês de junho de 1994, quando da conversão de cruzeiros para reais. Ganho de causa de 10 parcelas de R\$ 1.947,31 a partir de dezembro de 2005.

Marilia Checco de Souza Troquez

Missionária/Diretora do Hospital "Porta da Esperança"

"Com efeito, grandes coisas fez o Senhor por nós; pó isso estamos alegres. Os que com lágrimas semeiam com júbilo ceifarão. Quem sai andando e chorando, enquanto semeia, voltará com júbilo, trazendo seus feixes."

Salmos 126:3,5 e 6

CAPACIDADE INSTALADA

CLÍNICAS	Nº LEITOS
Pediátrica	34
Clínica Médica	30
Obstétrica	09
Tisiologia	03
TOTAL	76

ESTRUTURA DE APOIO OPERACIONAL À DISPOSIÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

AMBULATÓRIO	MÊS
Consultas Médicas	1.200
Cirurgias de pequeno porte	25
Curativos	60
Injeções Intramuscular	840
Injeções Endovenosas	150
Medicações Expedidas	3600
Fisioterapia	300
HOSPITAL DE CLÍNICA GERAL	
Internações	240
Partos	30
Atendimento de Fisioterapia	100
CENTRO DE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL	
Novas Internações	8
Permanecendo Internados	35
EXAMES COMPLEMENTARES DE ANÁLISES CLÍNICAS	400
EXAMES RADIOLÓGICOS	300
EXAMES ULTRASSONOGRÁFICOS	250
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	
Extrações	25
Obturações de 1 face	26
Exames radiológicos	5
Outros	223

SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA

CAPACIDADE INSTALADA DE DIAGNOSE E TERAPIA		
	ATENDIMENTOS	
	Capacidade Operacional	À disposição do SUS
Diálise Peritoneal		
Hemodiálise		
Medicina Nuclear		
Anatomia Patológica		
Eletrocardiografia		
Eletroencefalografia		
Endoscopia		
Tomografia		
Ultrassonografia	250	250
Fisioterapia	300	300
Outros		
Total	550	550

SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA

CAPACIDADE INSTALADA /DISPONÍVEL		
ESPECIALIDADES	ATENDIMENTOS	
	Capacidade Operacional	À disposição do SUS
PATOLOGIA CLÍNICA		
• Bacterologia	2.500	2.500
• Bioquímica	600	600
• Hematologia	600	600
• Imunologia	250	250
• Parasitologia	300	300
• Outros	300	300
TOTAL	4.550	4.550
RADIOLOGIA		
• Abreugrafia	2.000	2.000
• Aparelho digestivo		
• Aparelho Genital		
• Aparelho Utinário		
• Arteografia		
• Flebografia		
• Sistema Ósteo-articular	400	400
• Telerradiografia do Tórax	400	400
• Tomografia Convencional		
• Outros		
TOTAL	2.800	2.800
TOTAL GERAL	7.350	7.350

ANO 2005

DESPESAS	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Alimentacao	960,08	1.092,70	1.021,67	1.503,93	1.143,05	1.145,09	1.213,05	2.162,60	10.242,17
Limpeza	866,38	876,03	411,49	874,84	579,11	755,60	614,12	1.191,61	6.169,18
Mat. Consumo	568,65	2.263,98	381,78	434,92	293,16	291,66	2.535,98	1.241,20	8.011,33
Manutencao	27,20	240,04	158,00	137,30	644,00	198,00	262,84	246,00	1.913,38
Equipamentos	1.260,00	642,90		175,00	518,00	720,60		295,00	3.611,50
Servicos	1.926,00	176,00	337,94	295,17	33,11	108,64	641,00	283,50	3.801,36
Combustivel	604,00	869,00	931,00	1.077,45	750,00	715,60	1.195,00	1.057,60	7.199,65
Gas p/ cozinha e Lavand.	2.030,00	2.100,00	1.260,00	2.835,00	2.030,00	2.030,00	2.100,00	1.750,00	16.065,00
Impressos	174,60	805,10	310,40	232,80			339,50	669,30	3.589,00
Mat. Hospitalar		132,52	189,82	1.436,60	920,92	920,92	718,44	1.679,29	6.121,14
Mat. Laboratorio			492,00	107,90	298,00	298,00			897,90
Medicamentos	589,68	1.975,25	2.202,23	1.225,27	2.185,12	2.185,12	953,00	1.604,01	12.423,86
Frete	51,50	298,00	9,95	600,00			61,00		1.020,45
FEBESUL	165,00	165,15	165,13	165,13	165,13	165,13		165,13	1.155,80
Correio			5,95	19,80	20,75	30,40	605,50	637,28	1.319,68
Pintura		4.378,55	3.809,00	1.661,40	4.362,70	380,25	532,00	221,00	15.344,90
Energia Eletrica	4.451,00		3.951,00	1.377,00	2.619,00	2.091,00	2.888,00	3.296,00	20.673,00
Mat. Escritorio		126,33		176,24		205,50	344,90	428,23	1.281,20
Salarios	35.150,80	38.079,24	42.133,53	44.809,94	46.205,09	44.781,54	43.532,42	45.383,74	340.076,30
FGTS	4.110,53		3.799,93	4.067,82	4.523,17	4.635,83	4.606,37	6.161,88	31.905,53
ISS			97,50	185,99	43,09	96,77	682,49	132,02	1.237,86
PIS	446,60		468,85	491,11	491,11	520,42	748,43		3.166,52
Contr. Confederativa	144,26	173,95	173,95	173,95	173,95	173,95	173,61	196,56	1.384,18
Conv. Sindicato	419,26	538,08	538,03	538,64	632,12	615,21	493,45	570,22	4.345,01
I. Renda RPAS	587,50			706,21	573,52				1.867,23
I. Renda Salarios			1.258,71	520,13	1.548,09	1.419,09	1.368,81	1.680,00	7.794,83
Ferias	525,47	2.125,56	3.564,08	3.567,78	3.344,78	2.493,65	2.292,64	8.850,09	26.764,05
Rescisao Trabalhista			725,87			1.388,02		495,24	2.113,89
Cont. Assistencial		407,16							902,40
Repasso Medicos	5.743,61	7.981,41	6.431,22	7.628,99	4.273,98	4.386,29	3.322,86		39.768,36

MISSAO EVANGELICA CAIUA

CUSTO DO PESSOAL DO HOSPITAL – C/ ENCARGOS – JANEIRO/06

FUNCAO	Salario	Insal/per	Total	DSR	Total	Encargos	Custo Unit	C.DESNUT	C.BG
				0,1168		0,328			
Aux. Enfer	421,00	60,00	481,20	56,20416	537,4042	176,2886	713,6727	13	9277,745
Limpeza	330,00	120,00	450,00	52,56	502,56	164,8397	667,3997	3	2002,199
Cozinha	330,00	99,00	429,00	50,1072	479,1072	157,1472	636,2544	5	3181,272
Lavand.	1.650,00	600,00	2.250,00	262,80	2512,80	824,1984	3336,998	2002,199 *	1334,79
Enc LCL Lav	330,00	120,00	450,00		450,00	147,60	597,60	358,56 *	239,04
							Custo Geral	*Proporcional	
Raio X	330,00	120,00	450,00		450,00	147,60	597,60	158,364	439,236
Farm/Lab.	1.785,20	597,00	2.382,20		2.382,20	781,3616	3163,562	838,3438	2325,218
Enfermeira	1.800,00	120,00	1.920,00		1.920,00	629,76	2549,76		2549,76
Fat/Est/Arq	2.034,00	180,00	2.214,00		2.214,00	726,192	2940,192	779,1509	2161,041
Manutencao	660,00	198,00	858,00	100,2144	958,2144	314,2943	1272,509	763,5052	509,0035
Enc. Manut.	1.038,00	99,00	1.137,00		1.137,00	372,936	1509,936	754,968	754,968
Adm/Sec.	2.250,00	120,00	2.370,00		2.370,00	777,36	3.147,36	1151,934	1995,426
Medicos	6.520,00	240,00	6.760,00		6.760,00	2.217,28	8.977,27	2378,979	6598,301
Motoristas	912,00	912,00	1.032,00	120,5376	1152,538	378,0323	1.530,57		1530,57
Vigias	955,12		955,12	111,558	1066,678	349,8704	1416,548		1416,548
							Total	23.647,22	39088,06
								62.736,28	

OBS.: 1) Os encargos sao: FGTS, PIS, 13 Salario, 1/3 Feerias, Multa FGTS (rescisao)
 2) A proporcao do custo dos setores e proporcional ao numero de atendimentos

COMISSÃO EXTERNA

**MORTES DE CRIANÇAS
INDÍGENAS NO MATO GROSSO
E MATO GROSSO DO SUL**

RELATÓRIO FINAL

ABRIL/2005



Crianças Guarani-Kaiowá / Foto: Dep. Fernando Gabeira

*"...Quem me dera, ao menos uma vez,
Como a mais bela tribo, dos mais belos índios,
Não ser atacado por ser inocente...."*

Legião Urbana - Índios

PARLAMENTARES

COORDENADOR:

Deputado Geraldo Resende - PPS

RELATORA:

Deputada Perpétua de Almeida – PC do B

SUB-RELATORA:

Deputada Thelma de Oliveira – PSDB

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fernando Gabeira - PV

Deputado João Grandão - PT

Deputada Teté Bezerra - PMDB

Deputada Thaís Barbosa - PMDB

SUPORTE TÉCNICO:

Secretária: Ana Clara Fonseca, Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A, Telefones: (061)216-6235/6232 FAX: 215-6225.

Consultores Legislativos: Fábio de Barros Correia Gomes (Área XVI) e Luiz Almeida Miranda (Área VI)

Consultoria Parlamentar: Paulo de Tarso Akel Lima e Paulo Machado Guimarães.

PARTE V – ENCAMINHAMENTOS

Apresentamos a seguir as seguintes as sugestões que apresentamos com objetivo de melhorar o quadro sanitário das populações indígenas e evitar a ocorrência de óbitos por desnutrição em crianças.

No âmbito da Câmara do Deputados

1. Apoio integral para a realização da Conferência Nacional dos Povos indígenas;
2. Recomendar à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Segurança Social e Família que promovam visitas a outras reservas indígenas a fim de verificar a situação das crianças, que realizem seminários e estabeleçam subcomissão para acompanhamento da situação;
3. Informar os órgãos públicos que, de alguma forma, estejam vinculados às questões tratadas neste relatório, sobre os trabalhos e resultados desta Comissão;
4. Promover debates, objetivando dar oportunidade às lideranças indígenas opinarem na revisão do Estatuto do Índio;
5. Encaminhar à Funasa, ao Ministério da Saúde, ao MPF e à Controladoria Geral da União, as cópias que chegaram ao conhecimento da Comissão, para efeito de sua apuração e esclarecimento sobre eventuais práticas de ilícitos penais e administrativos

Para o Ministério da Saúde e Funasa

1. Treinamento imediato de todas os agentes de saúde, com adequação aos costumes e tradições das aldeias indígenas;
2. Integração das lideranças espirituais nas ações de prevenção de doenças e tratamentos de saúde;
3. embora a presidência da Funasa já tenha se comprometido a resolver o problema do abastecimento de água nas aldeias do MS em seis meses e ampliar as

equipes de profissionais de saúde, a Comissão reforça a necessidade da execução dessas medidas;

4. no MT, redimensionar os painéis solares que fornecem energia aos poços para que funcionem adequadamente durante todo o ano;
5. sobre as equipes de saúde do MT é necessário maior fiscalização dos convênios de contratação de profissionais de saúde;
6. em relação à política de contratação de recursos humanos, diante das dificuldades observadas com o sistema de convênios, deveria ser considerada a opção de ampliar os quadros da Funasa em todo o País, por meio da realização de concurso público, com lotação nos Distritos Sanitário Especial Indígena;
7. Não permitir a ocorrência de falhas de atendimento por problemas administrativos nos convênios;
8. Manter atividades relevantes desenvolvidas em parceria com a sociedade que foram inexplicavelmente suspensas pela Funasa entre 2003 e 2004, como a distribuição da farinha multimistura, uso de vaca mecânica para extração do leite de soja, implementação de hortas comunitárias;
9. Incluir como prioridade não apenas o tratamento dos casos de desnutrição moderados e graves, mas também a atuação para reduzir os casos de crianças em risco nutricional, uma vez que as medidas já executadas não foram capazes de reduzir a proporção de crianças desnutridas e sob risco nutricional em aldeias do Mato Grosso do Sul;
10. divulgação quinzenal dos dados sobre desnutrição e óbitos relacionados;
11. realização de estudos sobre as doenças para as quais haveria maior resistência para o tratamento e adotar medidas visando sua redução, ao invés de apenas comunicar o fato à Funai;

12. adotar com a maior brevidade programa de atenção à saúde mental, abordando a questão do suicídio e do alcoolismo;
13. implantação de projeto de prevenção às DST/Aids;
14. buscar a integração com outros órgãos, como a Funai, como determina a Lei Orgânica da Saúde;
15. para uma melhor organização das atividades de assistência à saúde indígena, resolver conflitos de competência e aumentar a eficiência das ações complementares de estados e municípios, o Ministério da Saúde poderia viabilizar ou fortalecer, caso exista instância similar, a implantação de comissão ou subcomissão de gestores do SUS específica para a saúde indígena, que permita programação conjunta e regular por parte da União, Estados e Municípios, com base nas prioridades que atualmente já são estabelecidas pelos Conselhos Distritais de Saúde Indígena;
16. Tomar providências necessárias quanto às notícias de irregularidades administrativas no Ítem IV deste Relatório, para seus devidos esclarecimentos e apurações.

Para a Presidência da República:

1. Criação da Secretaria Especial para Assuntos Indígenas, com *status* de Ministério, com poder normativo para definição da política indigenista;
2. Fortalecimento das ações da Fundação Nacional do Índio, com melhoria de seu quadro pessoal através de concurso público e orçamento apropriado às necessidades;
3. Fortalecimento das ações da Fundação Nacional de Saúde, no tocante às melhores condições estruturais à saúde indígena, com melhor capacitação orçamentária e diretrizes definidas;
4. Definição e implementação transversal de políticas indígenas em todos os órgãos do Governo Federal;

5. Ampla campanha publicitária enfocando a valorização dos povos indígenas, com contribuições para o resgate do respeito e solidariedade dos não índios aos indígenas;
6. Acionar a Controladoria Geral da União para que patrocine uma tomada de contas especial, com levantamento e auditoria pormenorizadas acerca do fluxo de recursos do Governo Federal, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações, referentes a ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para a FUNAI:

1. Implementação de Centros de Atendimento aos indígenas nas proximidades; ou nas aldeias, favorecendo o acesso ao órgão;
2. Celebrar convênios com Estados e Municípios, descentralizando as ações de apoio e assistência às Comunidades Indígenas;
3. Adotem providências administrativas no sentido de assegurar espaço territorial suficiente e adequado para os povos indígena Guarani, Kaiowá e Terena, que se encontram confinados na terra indígena de Dourados, concluindo-se os procedimentos administrativos de demarcação das terras por eles tradicionalmente ocupadas, revendo-se os limites das atuais terras já demarcadas.
4. Apurar responsabilidades e providenciar a assistência adequada para os índios Guarani-Kaiowá-Terena que trabalham na agro-indústria da cana-de-açúcar em condições análogas ao trabalho escravo;
5. Fazer cumprir, através de ações junto às autoridades policiais e judiciárias, dos preceitos legais que proíbem a venda de bebida alcoólica aos indígenas;
6. Articular, junto a órgãos governamentais e outras entidades, programas de que objetivem o combate ao alcoolismo em aldeias indígenas;

7. Envidar esforços para que as sociedades indígenas encontrem alternativas de sustentabilidade, promovendo políticas públicas que contenham assistência técnica e financiamento para melhora da produção agrícola;
8. Celebrar convênios com órgãos estaduais e municipais competentes, a fim de combater o comércio clandestino de madeira, de mineração, arrendamentos de terras e outras ações claramente prejudiciais aos interesses indígenas.
9. Comunicar, imediata e incontinentemente os ilícitos e ilegalidades à Polícia Federal, sob pena de prevaricação e omissão, a exemplo das declarações do representante do órgão em Dourados que afirma ser a FUNAI conhecedora do arrendamento de terra e das condições de trabalho nas usinas e não encaminhou as providências necessárias;
10. Apurar e encaminhar solução legal às denúncias coletadas pela Comissão que indígenas estão arrendando suas terras à produtores agrícolas não índios.

Para o Ministério Público Federal:

Promover inquérito e a ação civil pública, em defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, que, nos termos deste relatório, tenham sido atingidos, tais como:

1. retenção de cartões magnéticos dos aposentados, em estabelecimentos comerciais;
2. financiamentos bancários feitos por comerciantes, em nome dos aposentados;
3. favorecimento do alcoolismo;
4. Agilidade em ações que possam dar direito irrestrito ao uso e ocupação das terras tradicionalmente ocupadas;
5. Omissão da Funai sobre a contratação de mão-de-obra indígena análoga ao trabalho escravo;
6. Solicite da FUNAI e FUNASA o quadro oficial das mortes de crianças indígenas durante o corrente ano, com relatório

pormenorizado contendo nome, idade, "causa mortis" determinada, "causa mortis" correlata, local do óbito e local da residência da família da criança falecida, acompanhados por fotocópia dos respectivos atestados de óbito.

7. Promover inquérito e ação civil pública, em defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, que tenham sido vitimadas por desnutrição, com imputação de responsabilidade da autoridade ou órgão competente;
8. Proceder apuração quanto às responsabilidades dos agentes públicos envolvidos na construção de casas populares indígenas nas aldeias de Dourados/MS.

Para o Tribunal de Contas da União:

1. Realizar auditoria nos recursos da Funasa e Funai destinados ao atendimento das necessidades básicas e saúde dos povos indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando as destinações dos convênios realizados com os entes estaduais e municipais e o agravamento da desnutrição nas áreas indígenas;
2. Realizar auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às prefeituras que constam na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena está tem aplicação condizente;
3. Promover análise dos convênios pelo Governo Federal, para a realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto a devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações.

Para o Ministério do Trabalho:

1. Fiscalizar os contratos de trabalho entre índios da Reserva de Dourados e os produtores de cana-de-açúcar e fazendas;
2. Acompanhar a proposta de capacitação de mão-de-obra indígena para agricultura mecanizada, sugerida pela Secretaria de Trabalho Emprego e Cidadania de Mato Grosso.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social:

1. Facilitar o cadastramento das populações indígenas para o recebimento dos benefícios do Programa Fome Zero;
2. Revisar o conteúdo das cestas básicas distribuídas às populações indígenas, adequando-as no que se refere à qualidade e quantidade dos alimentos, atentando, em particular, para a adequada oferta de proteínas e proporcional ao número de membros componentes da família beneficiada.

Deputada Perpétua Almeida
Relatora

M.S - Ministério da Saúde
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
AUDIT - Auditoria-Interna

RELATÓRIO DE AUDITORIA
2005/002

Missão Evangélica Caiuá
(Escritório de Dourados/MS e Governador Valadares/MG)

Convênios nº 1333/04 e 1340/04

JULHO/2005

 <p>Ministério da Saúde FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Auditoria Geral</p>	RELATÓRIO DE AUDITORIA	"CONFIDENCIAL" 
---	------------------------------	---

Relatório de Auditoria realizada na Missão Evangélica Caiuá, no período de 14.2 a 4.3.2005, abrangendo o Escritório Local em Governador Valadares -MG e Dourados -MS. O presente relatório está dividido em cinco blocos distintos, a saber: I - Introdução; II - Escopo, III - Das Constatações; IV - Conclusão; V - Encaminhamento.

Período-base sob exame: julho de 2004 a janeiro de 2005.

I - INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolveu-se dentro dos padrões normais de auditoria, aplicáveis às circunstâncias, de conformidade com o programa de auditoria aprovado pelo Auditor-Geral da Fundação Nacional de Saúde e dos princípios geralmente aceitos no Serviço Público Federal.

1.2 Os exames foram procedidos pelo sistema de amostragem, na extensão considerada necessária, abrangendo as áreas financeira, patrimonial, de material, de transportes, atentando-se para o aspecto de continuidade em relação aos trabalhos precedentes e para as normas e a legislação em vigor, em especial para a IN/SFCI nº 01/2001 e IN/STN 03 de 25.9.2003.

1.3 No período base sob exame, atuou como Ordenador de despesas o Sr. Beijamim Benedito Bernardes, CPF(MF) n.º 170.110.436-91, no cargo de Secretário Executivo.

1.4 A seguir encontram-se destacados os trabalhos de inspeção, que levamos a efeito na Organização Não Governamental em tela, com os quais formulamos o presente relatório, para conhecimento da Presidência.

II - ESCOPO

2.1 Os trabalhos de auditoria foram realizados especificamente sobre os convênios n.º 1333/2004 e 1340/2004, cujo objeto é prestar assistência e recuperação de saúde dos povos indígenas do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais/Espírito Santo e Pólo Base de Doura-

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Auditoria Geral	RELATÓRIO DE AUDITORIA	"CONFIDENCIAL" 
---	------------------------------	---

dos do DSEI/MS, cuja responsabilidade de acompanhamento é da FUNASA, destacando-se que nenhuma restrição foi imposta à equipe.

III - DAS CONSTATAÇÕES

3.1 Os recursos repassados à conta dos convênios n.º 1333/2004 e 1340/2004, foram especificamente para a contratação de pessoal, pagamento de encargos sociais, prestação de serviços a pessoas física e jurídica, sendo que as demais despesas para o atendimento das ações de assistência e recuperação de saúde da população indígena, tais como, aquisições de medicamentos, alimentação, hospedagens, manutenção e abastecimento de veículos, transportes terrestres, e outros são de responsabilidade da Coordenação Regional da FUNASA do Estado do Mato Grosso do Sul.

3.2 Falta de Identificação do Convênio

3.2.1 A documentação comprobatória não vem sendo identificada com o número do convênio, conforme preceitua a Alínea "I" do subitem II da Cláusula Terceira do Termo de Convênio.

Recomendação: A Missão Evangélica Caiuá deverá proceder à identificação do número do convênio na documentação comprobatória da despesa.

3.3 Pagamento de Serviços Prestados por Autônomos

3.3.1 A Missão Evangélica Caiuá tem efetuado alguns pagamentos de serviços prestados por meio de Recibos de Pagamentos a Autônomo - RPA, emitidos em formulários não adequados, nos quais não vem sendo discriminado o tipo de serviço que foi prestado, conforme exemplos abaixo:

Cheque n.º 850.037 de 6.10.2004 - Pago a Elizabeth Aparecida de Almeida - CPF: 628.167.056-68 - R\$94,50.

Cheque n.º 850.038 de 6.10.2004 - Pago a Michele Matos - CPF: 044.938.536-11 - R\$94,50.

Cheque n.º 850.057 de 10.11.2004 - Pago a Michele Matos - CPF: 044.938.536-11 - R\$94,50.

Cheque n.º 850.058 de 10.11.2004 - Pago a Sonia Maria Neri Matos - CPF: 448.592.286-34 - R\$94,50.

Recomendação: 1 - A Missão Evangélica Caiuá deverá emitir Recibos de Pagamentos a Autônomos constando todas as informações necessárias à identificação do prestador dos serviços, cálculos dos descontos, como também o tipo de serviço que está sendo prestado;

2 - A CGCON/DEPIN, deverá observar por ocasião da análise das prestações de contas, se os recibos emitidos pela convenente, trazem a correta identificação dos prestadores de serviços, conforme recomendação constante deste apontamento.



IV - CONCLUSÃO

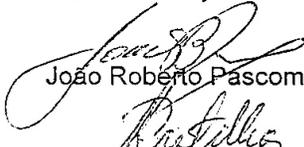
4.1 De todo o exposto concluímos que a Missão Caiuá vem desenvolvendo suas atividades conforme aprovado no Plano de Trabalho, aplicando os recursos a ela destinados com a contratação de pessoal, encargos sociais e prestação de serviços pessoa física e jurídica, não constatando-se impropriedades/irregularidades que merecem ser destacadas.

V - ENCAMINHAMENTO

Sugerimos o encaminhamento deste Relatório para:

- 5.1 Evangélica Caiuá para atendimento aos subitens 3.2.1 e 3.3.1;
- 5.2 À Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul, para conhecimento;
- 5.3 Ao Departamento de Saúde Indígena – DESAI para conhecimento e demais providências, no que couber;
- 5.4 À Secretaria Federal de Controle Interno – SCFI para conhecimento.

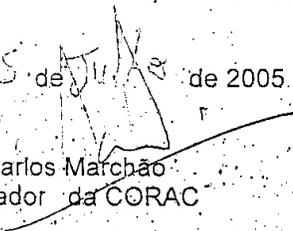
Brasília, DF 14 de julho de 2005

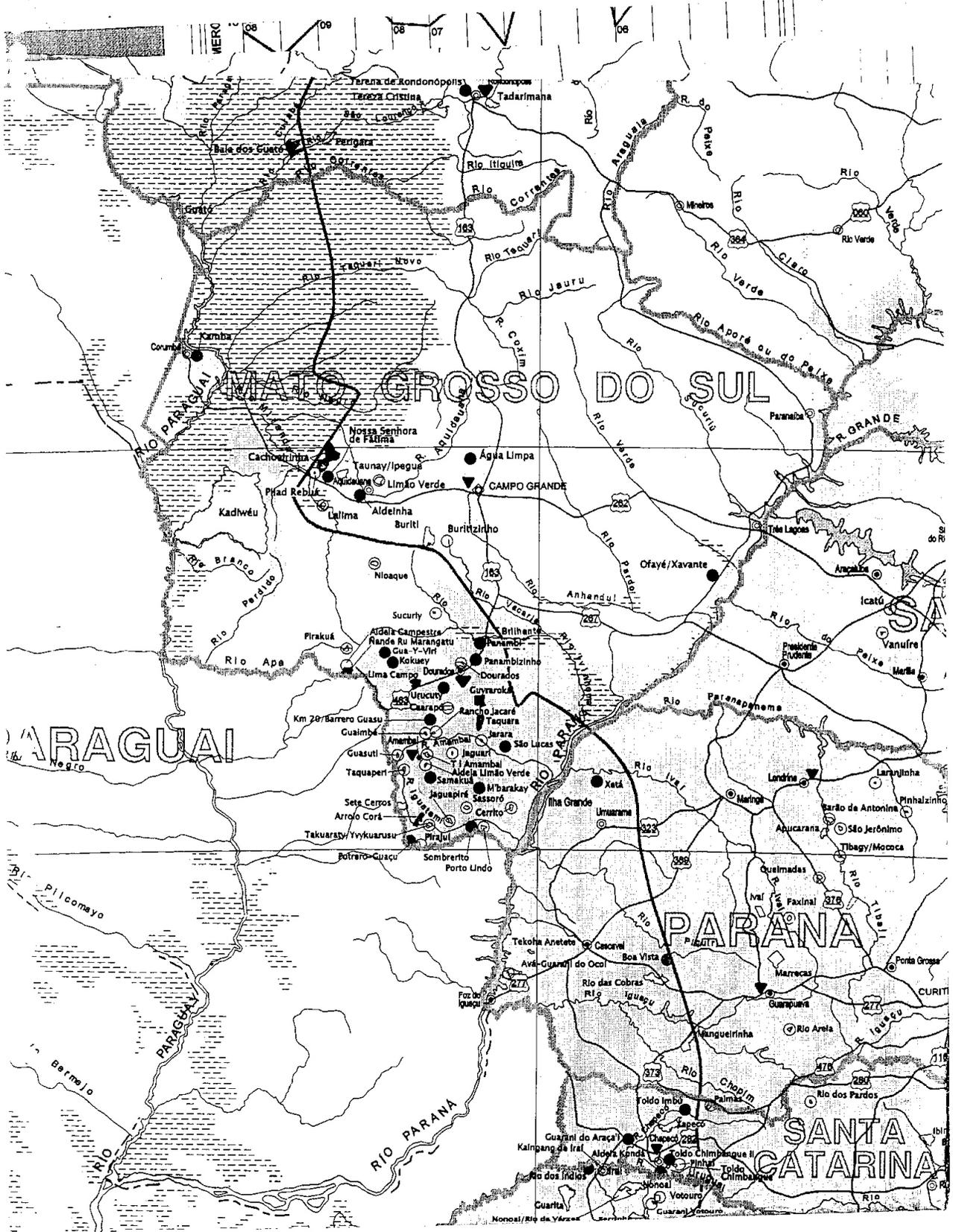

João Roberto Pascom


Ramiro Teodoro de Castilho

- 1) De acordo.
- 2) Encaminhe-se a Sr. Coordenador Geral de Auditoria para conhecimento.

Brasília (DF), 25 de julho de 2005


Luis Carlos Marchão
Coordenador da CORAC



IBGE

População indígena no País cresce 150%

O trabalho foi feito com base nas informações colhidas nos censos demográficos de 1991 e de 2000

Robson Pereira

RIO - Em apenas uma década, a população indígena no Brasil passou de 294 mil para 734 mil, com um aumento de 150%, com crescimento médio anual da ordem de 10,8%, bem acima da taxa de 1,6%, também ao ano, no número de brasileiros como um todo, independente da raça ou da cor. A diferença de 440 mil índios a mais no País supera todas as expectativas e surpreendeu não apenas aos especialistas do IBGE responsáveis pelos números, mas também a própria Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Existem algumas hipóteses, mas nenhuma delas seria capaz de explicar tanto o crescimento populacional em tão pouco espaço de tempo", admitiu Nilza de Oliveira Pereira, coordenadora do estudo "Tendências Demográficas: Uma Análise dos Índios", divulgado ontem pelo IBGE. "Certeza mesmo é que a invisibilidade dos índios no Brasil diminuiu bastante", de-

finiu a antropóloga Maria Elizabeth Brã, representante da Funai e que também assina a publicação.

O trabalho foi feito com base nas informações colhidas nos censos demográficos de 1991 e de 2000 e contou também com a colaboração de antropólogos, sociólogos e epidemiologistas de entidades não ligadas ao IBGE. Muitas das informações contidas no documento são inéditas e pela primeira vez aparecem reunidas em uma única publicação. Mas apesar de sua importância para o melhor conhecimento das questões indígenas é provável que desperte polêmicas, principalmente pela falta de explicações precisas e pelo excesso de "hipóteses não excluídas" para justificar o fenômeno. "Certamente, não se trata de um efeito demográfico", des-

carrou Nilza de Oliveira. De acordo com os dados do IBGE, apenas 45% das pessoas que se autodeclararam índios em 2000 residiam nas 604 terras indígenas reconhecidas pelo governo federal, distribuí-

das em 437 municípios e que juntas representam 12,5% do território brasileiro. A imensa maioria dessas áreas estão localizadas na chamada Amazônia Legal, que compreende todos os Estados da Região Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão. Os números do IBGE, no entanto, revelam uma outra geografia: em 2000, existia pelo menos um índio em 65% dos municípios brasileiros, o que corresponde a algo em torno de 3.500 cidades.

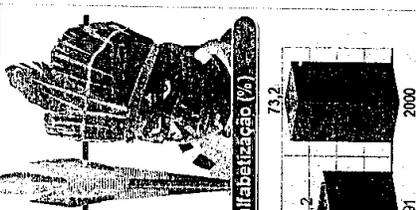
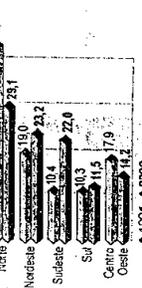
Embora em ritmo variável, o crescimento do número de índios entre os dois recenseamentos ocorreu em todas as grandes áreas pesquisadas pelo IBGE, mas a maior de expansão foi registrada no Sudeste, 20,5% ao ano (quase o dobro da média nacional) e a menor, na Região Norte (6,2%). A diferença no ritmo de crescimento provocou mudanças na geografia indígena.

Em 1991, a Região Norte concentrava 42% dos índios existentes no País, enquanto o Sudeste respondia por 10,4% do contingente total.

Dez anos depois, a participação relativa da Região Norte caiu para 29% e subiu para 22% no Sudeste, que passou a abrigar 161 mil índios.

POPULAÇÃO INDÍGENA

Dados do IBGE*



Cidades com mais índios

Cidade	% do total
São Gabriel da Cachoeira (AM)	76,3
Uiramutã (RR)	74,4
Normandia (RR)	67,2

(*) População autodeclarada indígena, com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. FONTE: IBGE

mais de cinco vezes a quantidade registrada no início da década passada. Em 2000, pelos dados divulgados pelo IBGE, São Paulo (64 mil) e Minas Gerais (49 mil) concentravam uma população indígena que abrigam as maiores populações indígenas, São Paulo (18,6 mil) e Rio de Janeiro (15,6 mil) ocupam, res-

pectivamente, a terceira e a quarta posições, superados apenas pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, no Sudeste, com 22,5 mil, e Salvador (BA), com 18,7 mil. A participação do Sudeste nos números divulgados ontem pelo IBGE pode ser medida também por uma outra forma: entre os 20 municípios que abrigam as maiores populações indígenas, São Paulo (18,6 mil) e Rio de Janeiro (15,6 mil) ocupam, res-

pectivamente, a terceira e a quarta posições, superados apenas pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, no Sudeste, com 22,5 mil, e Salvador (BA), com 18,7 mil. A participação do Sudeste nos números divulgados ontem pelo IBGE pode ser medida também por uma outra forma: entre os 20 municípios que abrigam as maiores populações indígenas, São Paulo (18,6 mil) e Rio de Janeiro (15,6 mil) ocupam, res-

pectivamente, a terceira e a quarta posições, superados apenas pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, no Sudeste, com 22,5 mil, e Salvador (BA), com 18,7 mil. A participação do Sudeste nos números divulgados ontem pelo IBGE pode ser medida também por uma outra forma: entre os 20 municípios que abrigam as maiores populações indígenas, São Paulo (18,6 mil) e Rio de Janeiro (15,6 mil) ocupam, res-

pectivamente, a terceira e a quarta posições, superados apenas pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, no Sudeste, com 22,5 mil, e Salvador (BA), com 18,7 mil. A participação do Sudeste nos números divulgados ontem pelo IBGE pode ser medida também por uma outra forma: entre os 20 municípios que abrigam as maiores populações indígenas, São Paulo (18,6 mil) e Rio de Janeiro (15,6 mil) ocupam, res-

pectivamente, a terceira e a quarta posições, superados apenas pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, no Sudeste, com 22,5 mil, e Salvador (BA), com 18,7 mil. A participação do Sudeste nos números divulgados ontem pelo IBGE pode ser medida também por uma outra forma: entre os 20 municípios que abrigam as maiores populações indígenas, São Paulo (18,6 mil) e Rio de Janeiro (15,6 mil) ocupam, res-

O PROGRESSO

TRADIÇÃO E CREDIBILIDADE 421-2094

Opinião

Dourados, Mato Grosso do Sul, terça-feira, 31 de janeiro de 2006

O PROGRESSO

Missão Caiuá, socorro ao índio bem presente

Wilson Matos da Silva



Caroleitor, pós abor-
dar enfaticamente neste espaço a inércia das políticas públicas, descrevendo as mazelas a que estão submetidas nossas minúsculas aldeias, descrevendo as desgraças dos povos indígenas que sofrem à mercê de toda sorte de infortúnios (des) governos, falo hoje de algo bom que acontece a nós, povos indígenas de Dourados e região desde 1928, que tem se revelado ao longo dos anos, a verdadeira salvação dos índios é a Missão Caiuá.

No início do século XX, mais precisamente, na segunda metade da década de 20, chega em Dourados, ainda uma vila, o Rev. Albert Maxwell, trazido por Rondon, nesta época a companhia Mate Laranjeira atuava na região, explorando a erva-mate. Os ervateiros dominavam toda a região e começava a se tornar difícil para um grupo indígena manter-se à margem, conservando a vida tribal. Maxwell vai até São Paulo e através do apoio da Comissão Brasileira de Cooperação das Igrejas Evangélicas, em 28 de agosto de 1928, organiza a Associação Evangélica de Catequese dos Índios, os primeiros missionários fixaram residência na vila, onde mais tarde seria criada a cidade de Dourados, realizando ali o primeiro culto no dia 15 de abril de 1929, com a presença deles e mais três pessoas da comunidade. Com a ajuda das Igrejas que os enviou, compraram terras ao lado da aldeia. A primeira escola indígena da região era chamada de "Escola Diária" Por volta de 1938 uma

epidemia de febre amarela acometeu a aldeia, matando vários índios adultos. As crianças órfãs eram levadas pelo "Serviço de Proteção aos Índios" (SPI) para a Missão, nasce aí o primeiro orfanato indígena o "NHANDEROGA". Em 1943, o casal, Rev. Orlando Andrade e D. Lóide Bonfim, trouxeram para cá em 1945, a professora Maria Luiza Rodrigues que exerceu cargo de professora e diretora da escola primária, criando assim a primeira escola bilíngüe indígena. A Missão sempre esteve preocupada em oferecer uma educação diferenciada para o índio. Em abril de 1962, inicia trabalho nas aldeias do sul do Estado. Rev. Saulo em Taquapiry, Rev. Daniel em Caarapó, Rev. Rubens e Rev. Troquez em Porto Lindo.

Em 1º março de 1963, inaugurou-se o "Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança", com 38 leitos, hoje ampliado para 50 leitos e com a finalidade específica de atender exclusivamente a população indígena. Em 1972, foi realizado curso de atendente para 45 índios, e 3 unidades da FUNAI, das aldeias dos Carajás, Tapirapés, Apinagés, Javaés, Tuxás, Mutinas, Kaiwás, Terenas e Guaranis. Foi inaugurado também neste ano a "TB" (Unidade de Luta contra a Tuberculose) com 50 leitos, construído através de doações das Igrejas da Holanda e 25% cooperação da Secretaria do Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1980, é implantada a 5ª série na escola e através do decreto Municipal nº 002 de 24/01/80 é criada a "Escola Municipal de 1º grau Francisco Meireles". Em 1984 assume Rev. Beijamim Benedito Bernardes, diretor de Campo da Missão e Rev. Benedito Troquez, vice-diretor, neste mesmo ano, recebe o atestado de filantropia Municipal, Estadual

e Federal. No hospital doente tem o serviço de atendimento médico, odontológico, laboratorial, raios-X, ultra-sonografia e até os remédios de graça. A Missão Caiuá atua com sede em Dourados, sete campos avançados ao lado das aldeias de Caarapó, Amambai, Taquapiry, Satoró, Porto Lindo, Gwassuty e Campestre e nas aldeias de Jacaré, Limão Verde, Kokwe'y, Panambi e Sucury.

É esta MISSÃO, que muitas vezes os críticos que servem à "indústria" do índio... Aqueles que apostam no quanto pior melhor, querem jogar no balão com as ongs que usam o nome do índio para promoção própria. A MISSÃO CAIUÁ, por ter o know how no trabalho com os nossos povos, mantém convênio com a FUNASA, mas a FUNASA administrou recursos para aquisição de bens e material até 2003, o relatório de auditoria interna da FUNASA, no item 4.1 concluiu: "De todo o exposto concluímos que a Missão Caiuá vem desenvolvendo suas atividades conforme o aprovado no Plano de Trabalho, aplicando os recursos a ela destinados com a contratação de pessoal, encargos sociais e prestação de serviços, pessoa física e jurídica, não constatando-se improbidades/irregularidades que merecem ser destacadas". Por todo seu trabalho realizado em prol das povos indígenas, a Missão Evangélica Caiuá tem o aval e o respeito do nosso COMITÊ !

* Índio residente na Aldeia Jaguapiry; Advogado; pós-graduado em Direito Constitucional; Presidente do Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do MS; conselheiro Federal do IMBRAPI com sede Brasília. E-mail: wilsonmatos@